



**UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA**

**FACULTAD DE TRABAJO SOCIAL**

**TEMA - MOVIMIENTO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO  
BRASIL: ORGANIZAÇÃO E LUTA PELA VALORIZAÇÃO DO SEU TRABALHO**

**MESTRANDA: MARIA DE FÁTIMA PICIN DA SILVA**

**PROFESSORA-ORIENTADORA: DRA. MARIA ALEJANDRA CORBALÁN**

**LA PLATA - ARGENTINA**

**ANO 2022**

Tribunal:

Dra. Silvia Fernandez Soto

Dr. Pablo Javier Schamer

Mg. Susana Leonor Malacalza

Defesa: 02/03/2023

## AGRADECIMENTOS

Quando finalizamos um projeto aproveitamos a oportunidade para agradecer ....

Agradeço a Deus o dom da vida e por ter me dado a felicidade de ser filha do Germano e da Maria José que são minhas referências como ser humano. Eles me proporcionaram uma formação com valores cristãos e éticos que me ajudaram a construir uma história comprometida com a luta por um mundo melhor.

Agradeço a Deus por ter colocado no meu caminho o meu esposo e companheiro Fernando (Nando) que divide comigo uma caminhada (de alegrias e desafios) de mais de trinta anos e que tivemos a maior alegria de nossas vidas, nossos dois filhos maravilhosos Maria Paula e Francisco José, motivo de muito orgulho. Amo vocês!

Agradeço a Deus por ter uma linda família que me dão muitas alegrias: avós, sogros, irmãos, cunhados, sobrinhos, primos, tios.

Agradeço a Deus pelas minhas amigas (os) que dividem alegrias e tristezas nesta caminhada da vida. Mesmo na distância estão sempre presentes na minha vida: Marlene, Teresinha, Regina, Eliana, Toninho, Nivaldo, irmãs Clarissas Capuchinhas....

Agradeço a Deus por minha trajetória acadêmica e profissional que me proporcionou contato com pessoas que me ajudaram a crescer e a enxergar a vida de uma forma humanizada.

Agradeço a Deus pela oportunidade de ter cursado o mestrado na “Facultad de Trabajo Social de La Plata”, Argentina, país que me apaixonei e que me proporcionou uma importante experiência pessoal e profissional, abriu horizontes para conhecer um pouco sobre nossa América através de professores e colegas latino-americanas (os) com a qual muito aprendi e que deixou saudades.

Aqui quero lembrar de algumas pessoas que foram importantes motivadores neste processo. Primeiro meu esposo, Fernando, sem seu estímulo não teria iniciado e nem concluído este mestrado, sempre foi o primeiro a motivar e apoiar meus estudos; à minha mãe, Maria José, que incessantemente me incentivou a não desistir; à minha amiga Regina Granja que ajudou com as transcrições das falas e sugestões para a tese; às professoras Susana Malacalza e Margarita Rozas que me abriram as portas para o curso; e, pôr fim, a minha orientadora Alejandra Corbalán, que confiou e não

desistiu de mim, com carinho, teve paciência histórica para entender os meus limites e que me conduziu para concluir esta tese. Alejandra foi muito bom ter você como orientadora. Agradeço a todos vocês e a todas as pessoas que contribuíram de forma direta e indireta para a conclusão deste mestrado. Obrigada!

Por fim quero fazer um destaque especial aos Catadores, a cada uma, a cada um que participou das lives, que pude conhecer, mesmo de forma virtual, a riqueza de conhecimento que possuem, a história de vida, importantes referências de resistência e luta. A cada escuta eu ficava emocionada e impressionada com o compromisso coletivo que vocês têm. Aprendi muito com vocês! Obrigada pelo exemplo de vida e de luta. Para vocês Catadores do mundo a fora, meu respeito, minha admiração e meu agradecimento por tudo que fizeram para a sociedade e para o meio ambiente. Essa causa é nossa!

## Resumo

Há mais de cinco décadas, pessoas buscam no “lixo” um meio de trabalho e sobrevivência através da comercialização dos materiais recicláveis. Em 2001, estes trabalhadores se organizaram e criaram o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, um movimento autônomo, que tem como principal pauta de luta a valorização do seu trabalho com o pagamento pelos serviços de coleta seletiva, educação ambiental e de logística reversa. São atividades de grande relevância social, econômica e ambiental que não são remuneradas. Esses trabalhadores vivem, com exceções, da venda do material reciclável. Em 2010, a lei 12305 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que prevê a implantação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa com a inclusão socioproductiva dos Catadores, uma questão que gera conflitos de interesses. O objetivo desta pesquisa é analisar este contexto que envolve a valorização do trabalho dos Catadores a partir das falas das lideranças que participaram das lives realizadas semanalmente pelo movimento, durante o período da pandemia, entre 12/05/2020 e 11/05/2021. O estudo, dividido em três capítulos, tratou da história do movimento, da Política Nacional de Resíduos Sólidos e dos limites das políticas públicas no Brasil.

**Palavras-chave:** Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis - Reciclagem Popular - Políticas Públicas - Valorização do Trabalho

## Resumen

Durante más de cinco décadas, personas han buscado en la "basura" un medio de trabajo y supervivencia a través de la comercialización de materiales reciclables. En 2001, estos trabajadores se organizaron y crearon el Movimiento Nacional de Recicladores de Materiales Reciclables, un movimiento autónomo, que tiene como agenda principal la valorización de su trabajo con el pago por servicios de recolección selectiva, educación ambiental y logística inversa. Esas actividades, de gran relevancia social, económica y ambiental, no han sido remuneradas. Estos trabajadores viven, con excepciones, de la venta de material reciclable. En 2010, la ley 12305 instituyó la Política Nacional de Residuos Sólidos, previendo la implementación de sistemas de recolección selectiva y logística inversa con la inclusión socioproductiva de los recicladores, tema que genera conflictos de interés. El objetivo de esta investigación es analizar este contexto que implica valorar el trabajo de los recicladores a partir de las declaraciones de los líderes que participaron de los encuentros virtuales realizados semanalmente por el movimiento, durante el periodo de pandemia, entre el 12/05/2020 y 11/05/2021. El estudio, dividido en tres capítulos, trata de la historia del movimiento, la Política Nacional de Residuos Sólidos y los límites de las políticas públicas en Brasil.

**Palabras-clave:** Movimiento de Recicladores de Materiales Reciclables - Reciclaje Popular - Políticas Públicas - Valoración del Trabajo

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABES	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
ABELPRE	Associação brasileira de empresas de limpeza pública e resíduos especiais
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABIHPEC	Associação Brasileira da indústria de higiene pessoal, perfumaria e cosmético
ABIMAPI	Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães e Bolos Industrializados
ABIPLA	Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Higiene, Limpeza e Saneantes de Uso Doméstico e de Uso Profissional
ABRALATAS	Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio
ABIVIDRO	Associação Brasileira das Indústrias de Vidro
AL	Alagoas
AM	Amazonas
ANCAT	Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis
ASPAM	Associação Pernambucana de Defesa da Natureza
BA	Bahia
CAMA	Centro de Arte e Meio Ambiente da Bahia
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CCBB	Centro Cultural Banco do Brasil
CLT	Consolidação da Leis do Trabalho
CEMPRE	Compromisso Empresarial para Reciclagem
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CIISC	Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis
CIRSOL	Conferência Internacional de Resíduos Sólidos
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito

DF	Distrito Federal
EPI	Equipamento de proteção individual
ESS	Economia Social e Solidária
FIESP	Federação das Indústria do Estado de São Paulo
GO	Goiás
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEE	Instituto de Energia e Ambiente
INSEA	Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Questionando, intersexuais
MDV	Movimento de Defesa da Vida do ABC Paulista
MG	Minas Gerais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MTP	Ministério Público do Trabalho
NBR	Norma Brasileira
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
ONGs	Organizações Não Governamentais
ORIS	Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PLANARES	Plano Nacional de Resíduos Sólidos
PGIRS	Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
PR	Paraná
PRONAREP	Programa Nacional de Investimento na Reciclagem Popular
PT	Partido dos Trabalhadores
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RJ	Rio de Janeiro
RS	Resíduos Sólidos
RS	Rio Grande do Sul

SAESA	Sistema de Água, Esgoto e Saneamento Ambiental
SE	Sergipe
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SC	Santa Catarina
SNIS	Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SINIR	Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão de Resíduos
SP	São Paulo
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNICAMP	Universidade de CAMPINAS
UNICOPAS	União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias
UNICATADORES	União Nacional de Catadores e Catadoras de Material Reciclável
UNISOL	Central de Cooperativas e empreendimento solidários
USP	Universidade de São Paulo
WIEGO	Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 - Organogramas do MNCR

## **LISTA DE IMAGENS**

Foto 1: Assinatura do Acordo Setorial de Embalagens

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO DO TEMA, DA BASE EMPÍRICA E DA METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>10</b>
<b>1. HISTÓRIA, ORGANIZAÇÃO E BANDEIRA DE LUTA DO MNCR .....</b>	<b>21</b>
<b>2. POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DOS CATADORES NO BRASIL .....</b>	<b>39</b>
<b>2.1. Processo de tramitação e implantação da lei 12.305/2010.....</b>	<b>39</b>
<b>2.2. O Modelo de desenvolvimento socioeconômico e de luta dos trabalhadores da Reciclagem.....</b>	<b>58</b>
<b>3. “A VOZ DO CATADOR”: TEMÁTICAS E NARRATIVAS DAS LIDERANÇAS DO MNCR NO PERÍODO DA PANDEMIA CORONAVIRUS .....</b>	<b>64</b>
<b>3.1. Temáticas abordadas nas lives.....</b>	<b>65</b>
3.1.1. Impactos da Pandemia, solidariedade e lutas .....	67
3.1.2. Direito das Mulheres, Cooperativismo, Luta LGBTQI+, Consciência Negra e a importância da representatividade na política .....	84
3.1.3. A Saúde e a Previdência Especial para os Catadores .....	99
3.1.4. Dez anos da PNRS: conquistas e desafios para a implementação, fechamento dos lixões e as ameaças com retrocessos da lei e a incineração.....	103
3.1.5. Fortalecimento do Movimento: novas estratégias de ação.....	125
<b>3.2. Trabalho dos Catadores, pagamento pelos seus serviços e as novas exigências do mercado da reciclagem .....</b>	<b>130</b>
3.2.1. Live: “Pagamento por serviços e valorização do trabalho” dia 30/06/2020.....	136
3.2.2. Live: “Catadores e prestação de serviços” dia 21/07/2020 .....	157
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>176</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>181</b>
<b>APÊNDECES.....</b>	<b>187</b>
Apêndice 1 – Quadro das Lives - Relação das 37 lives realizadas pelo MNCR no período de 26/05/2020 a 11/05/2021.....	187

## **APRESENTAÇÃO DO TEMA, DA BASE EMPÍRICA E DA METODOLOGIA DA PESQUISA**

O simples ato de observar atentamente as ruas das cidades, já revela, imediatamente, a profunda desigualdade social e o descaso ambiental instalado. Neste olhar vemos, por exemplo, pessoas que diariamente buscam e coletam materiais recicláveis como meio de sobrevivência.

Frequentemente a maioria das pessoas tem o costume de descartar o excedente, o resto ou o que não tem utilidade, que chamamos tradicionalmente de “lixo” (hoje, resíduos sólidos urbanos), jogando nos espaços públicos ou acondicionando nas calçadas de sua residência para posteriormente ser coletado pelos órgãos competentes. De ambas as formas, não se responsabilizando pelo o que acontece fora de seu domicílio por entender que é de responsabilidade do poder público. Barros (2012), engenheiro, doutor em gestão de resíduos sólidos, professor da Universidade Federal de Minas Gerais, na apresentação de seu livro “Elementos de Gestão de Resíduos Sólidos”, destaca o descaso da humanidade com os resíduos sólidos (RS).

“A humanidade, diga-se de passagem, nunca esteve e tampouco está nos dias de hoje muito preocupada com esta problemática, visto que, a despeito do conhecimento que já temos sobre as consequências negativas da superprodução e da má gestão do RS, não nos esforçamos de modo notável para mudar nosso comportamento. Tantas vezes mencionada inclusive artisticamente, esta omissão, muito grave e com resultados catastróficos, poderá se revelar dramática e ser imperdoável.” (Barros, 2012 p. 11).

Este modelo econômico de mercado capitalista, portanto consumista, produz o empobrecimento de uma grande maioria da população e faz, ao mesmo tempo, com que esta população busque nos resíduos urbanos, um meio de sobrevivência.

Essa população pobre que não tem, na maioria das vezes, o direito de usufruir dos benefícios produzidos por este mercado desigual, o faz de uma forma marginal e precária. Ao mesmo tempo, contribui também para minimizar os impactos sociais e ambientais produzidos por este sistema. Há anos, como estratégia de sobrevivência, coletam os materiais recicláveis que possuem maior valor no mercado, principalmente, papel, alumínio e o plástico. Esta população vem se mobilizando e se organizando, lutando por seus direitos para sair da visão da condição de população

marginal, para o de trabalhadores da reciclagem, uma função considerada pelos próprios Catadores de grande relevância social e ambiental. Pode-se observar esta situação assistindo ao documentário “Catadores de Histórias” de Tania Quaresma (2016)<sup>1</sup> que mostra o cotidiano destes trabalhadores e seu processo de mobilização e lutas.

Quando nos referimos aos movimentos sociais no Brasil logo imaginamos o MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - uma referência de resistência e de luta neste país, reconhecido mundialmente. Mas no Brasil há outros movimentos fortes, como o Movimento Nacional do Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), que também é referência internacional.

Através de congressos, eventos na área ambiental e de pesquisa na internet, conhecemos o movimento dos Catadores. O MNCR possui um site<sup>2</sup> administrado pelo próprio movimento, bem formulado, de fácil manuseio e com dados importantes a respeito da história de luta da organização dos Catadores no Brasil. Um site com o slogan “Lutar, criar, reciclagem popular!”. Nele encontramos como está organizado o movimento, sua história, seus objetivos, a legislação pertinente, artigos, documentários, notícias, agenda e outros. Identificamos que trata de um movimento forte, organizado com objetivos nítidos com a luta por uma sociedade justa e sustentável. No site encontramos o documento “Nossa Luta”, onde está registrado as principais reivindicações do movimento. Lendo este documento, identificamos que a valorização através da remuneração de seu trabalho é a principal bandeira de luta.

“O MNCR luta pela valorização dos catadores por acreditar que nós somos os primeiros agentes ambientais a reciclar a matéria prima que grande parte da sociedade ainda chama de lixo. Nossa luta mais importante hoje é pela inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis que significa o pagamento pela prestação de serviços, o pagamento por serviços ambientais e o avanço na cadeia produtiva da reciclagem.” (MNCR)<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> [Catadores de História, filme de Tânia Quaresma - YouTube](#)

<sup>2</sup> [início — MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis](#) Acesso em 25/05/2018

<sup>3</sup> [Programa Nacional de Luta — MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis](#) Acesso em 25/05/2018

Como assistente social, com experiências na área de gestão de políticas de assistência social, é difícil não enxergar esta população que resiste e que luta para sobreviver. Para além disto, e após cursar especialização em gestão ambiental focando a política de resíduos sólidos no Brasil, pudemos compreender a importância do trabalho dos Catadores e de sua luta para minimizar os impactos dos descartos da sociedade com o meio ambiente, reduzindo a quantidade de resíduos destinados aos aterros sanitários e por uma sociedade mais igualitária. A relação Serviço Social e Gestão Ambiental nos proporcionou uma maior compreensão da complexidade que é trabalhar com pessoas em situação precária, como é o tipo de trabalho dos Catadores para além da ótica da política da assistência social.

A pesquisa pretende colaborar com as discussões no âmbito da área do Serviço Social, apresentando uma das temáticas da questão ambiental que é a luta resistente dos Catadores de materiais recicláveis pela valorização de seu trabalho. A questão que nos inquieta é que apesar dos 20 anos de luta e de forma organizada através do MNCR (junho/2001-2021) e da legislação brasileira, especificamente a Lei 12305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (que trata da gestão dos resíduos urbanos e da inclusão socioproductiva dos catadores), a maioria destes trabalhadores não recebem pagamento pelos serviços que realizam, vivem da venda dos materiais que coletam numa situação bastante precária.

Frente a esta questão, nosso **objetivo é analisar como as lideranças do MNCR compreendem a principal pauta de luta: a valorização e o reconhecimento do trabalho dos Catadores atividade considerada por eles de grande relevância social, organizativa e ambiental.**

Considerando o objetivo desta investigação, alguns eixos analíticos norteiam o estudo:

- a) a organização dos Catadores e o processo de luta, destacando a importância da autonomia dos movimentos sociais (SADER, 1995);
- b) a categoria trabalho entendendo que é uma população que vive de seu trabalho (ANTUNES, 1999), portanto os Catadores fazem parte da classe trabalhadora;
- c) a luta destes trabalhadores em um contexto marcado pela sociedade capitalista dependente (FERNANDES, 2009, ANTUNES, 2018,);

d) e, pôr fim, a inclusão socioeconômica dos Catadores através de suas organizações (cooperativas, associações e outros) em condições mais favoráveis, que respeitem direitos trabalhistas essenciais e contribua para a luta para melhorar as condições de vida (TRIGO, 2009; MARICATO, 2013, SINGER, 2013);

Para este estudo tínhamos proposto entrevistar pessoalmente cinco Catadores, articuladores nacionais do MNCR. Todavia, em março de 2020, fomos surpreendidos com a pandemia<sup>4</sup> Covid-19 que mudou o contexto mundial. Tudo parou: a educação, a economia, a cultura exceto os serviços considerados essenciais definidos pelas autoridades.

Tendo em vista essa realidade, optamos por adaptar nossa base de pesquisa. Consultando as ações do MNCR no período da pandemia, identificamos que a partir de maio/2020 o movimento começou a realizar lives (transmissão ao vivo, encontro virtual) através das redes sociais Youtube e Facebook. Os encontros virtuais foram intensificados com a pandemia nos vários setores da sociedade como uma forma de comunicação. Apesar da distância física e distanciamento social, o mundo virtual facilitou encontros de pessoas de várias regiões para debates de ideias e trocas de experiências.

A pandemia trouxe à tona a desigualdade econômica e social que vivemos pois atinge de forma desigual os vários seguimentos da sociedade. Os Catadores constituem um dos segmentos mais expostos. Para o MNCR, as “lives” são uma das ações de resistência ao impacto da pandemia que agravou um contexto injusto e cruel anteriormente existente. Os Catadores<sup>5</sup> vivem e sobrevivem da coleta e venda de materiais recicláveis e, no início da pandemia, tiveram que interromper suas atividades por razões sanitárias e de risco de vida. A legislação brasileira - sempre mencionadas por eles - ampara legalmente este trabalho, mas é muito pouco reconhecida pelos gestores públicos e desconhecida e pouco valorizada pela sociedade. A pandemia

---

<sup>4</sup> Segundo a OMS “pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma **epidemia, surto** que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com **transmissão sustentada** de pessoa para pessoa. [O que é uma pandemia - Bio-Manguinhos/Fiocruz || Inovação em saúde || Vacinas, kits para diagnósticos e biofármacos](#) Acessado em 12/06/2021

<sup>5</sup> A palavra “Catadores” em muitas vezes é escrita pelo MNCR em letra maiúscula, mantivemos assim. Acreditamos que a forma da escrita demonstra também a importância que os Catadores dão a sua profissão.

reforçou a situação precária que vivem e a necessidade das organizações de Catadores (cooperativas e associações) de se adequarem a esta nova realidade.

Neste contexto foram obrigados a reagir e encontraram nas lives um espaço de informação e formação para intensificar a luta pelo reconhecimento do seu trabalho que consideram essenciais para o meio ambiente e para a sociedade. Alex Cardoso, uma das principais lideranças do MNCR, na live que coordenou no dia 26/05/2020 (2ª. Live) falou do objetivo destes encontros virtuais: *“gerar Informação de Catador para Catador, manter o processo de formação mesmo estando distante e debater temas de importância e relevância para nossa categoria”* (Alex Cardoso)<sup>6</sup>.

O MNCR realizou 37 lives (117 falas) no período de um ano, entre 12 de maio de 2020 e 11 de maio de 2021. No ano 2020, realizou 29 lives semanais e no ano de 2021 até 11/05/2021 realizou 8 lives quinzenais. Participaram dessas lives 66 Catadores, alguns com mais de uma fala, maioria lideranças do MNCR representando as várias regiões do país e 20 convidados parceiros que apoiam o movimento: profissionais da área, defensores público, políticos e representantes do Ministério Público e de ONGs (Instituto Polis, Aliança Resíduo Zero, ASPAM – Associação Pernambucana de Defesa da Natureza, INSEA – Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável, MDV – Movimento de Defesa da Vida do ABC Paulista, ORIS – Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária, ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, Núcleo de Economia Solidária da USP, Wiego – Mulheres no Trabalho Informal Globalizando e Organizando, GAIA e Bleak Free From Plastic na América Latina, CAMA Centro de Arte e Meio Ambiente da Bahia). As lives tiveram a duração em média de 1 hora e quarenta minutos, a participação de 01 coordenador e 03 convidados com uma média de 1000 visualizações (este número pode variar para maior tendo em vista que as lives estão publicadas e podem ser acessadas a qualquer momento), variando conforme a temática debatida. O tempo total dos 37 encontros foram de 62 horas e 39 minutos. Esta contagem foi registrada no dia 22/05/2021.

Estes encontros virtuais tiveram temas que contemplaram várias áreas do cotidiano dos Catadores: a importância da união e da formação das (os) Catadores, a

---

<sup>6</sup> [\(277\) !\[\]\(60e14700f43f4295e20b590215b274f2\_img.jpg\) LIVE: Solidariedade e resistência frente a Pandemia !\[\]\(9cd4af8f75f66fbffcc92cf92e582c79\_img.jpg\) - YouTube](#) Acesso 21/05/21

luta pelo pagamento pelos serviços prestados, a solidariedade de classe, a luta das mulheres por igualdade de gênero, a luta racial, a luta contra incineração dos resíduos, a saúde do Catador, a importância da previdência social, a luta do movimento LGBTQI+, o cooperativismo, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010), a educação ambiental, entre outros. Temas que tiveram sempre como “pano de fundo” a importância e essencialidade do trabalho do catador e de suas lutas históricas, o pagamento pelos serviços prestados e a sobrevivência neste momento de pandemia.

Encontra-se, abaixo, a relação de lives que tiveram mais de 2000 visualizações (na data da contagem), e que focaram três temas essenciais no contexto atual dos Catadores: a pandemia, o pagamento pelos serviços prestados e a luta contra a incineração. Também três eixos importantes para nossa pesquisa:

- 26/05/20 – Solidariedade e resistência frente a pandemia – coordenada por Alex Cardoso – MNCR/RS – 2672 visualizações
- 23/06/20 – Deus recicla, o diabo incinera – Coordenada por Roselaine Mendes Ferreira (Neginha)- MNCR/PR - 2204 visualizações
- 21/07/20 – Catadores e prestação de serviços – Coordenada por Roberto Laureano da Rocha – Catador e presidente da ANCAT - 2231 visualizações

O Brasil é um país continental e está dividido em 27 unidades federativas: 26 estados e um Distrito Federal que estão agrupadas em 5 regiões: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O MNCR também tem suas bases orgânicas<sup>7</sup> nas 5 regiões e todas foram representadas. Por ser a região mais desenvolvida e populosa, a região sudeste teve uma participação da maioria dos Catadores (30 representantes do total de 66). Segundo o Anuário da Reciclagem 2020<sup>8</sup>, a região sudeste concentra 40% dos Catadores em organizações e a Região Norte 5%. Entendemos que a coordenação procurou respeitar a proporcionalidade de Catadores por região.

As lives foram organizadas pelo setor de comunicação do MNCR na pessoa de Davi Amorim e três representantes das lideranças (Alex Cardoso, Claudete Costa e Roberto Rocha). Estes encontros foram mediados de forma alternada conforme a temática por 3 lideranças homens e 4 lideranças mulheres, todos Catadores

---

<sup>7</sup> Processo de organização MNCR que abordaremos no próximo capítulo.

<sup>8</sup> Pesquisa realizada pelo MNCR que também será abordado no terceiro capítulo.

participantes do MNCR, representantes dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia e Minas Gerais. A dinâmica usada nas lives foi composta por uma abertura inicial feita pelo mediador introduzindo o tema. Na sequência, o mediador passa a palavra para os convidados fazerem as suas considerações iniciais, muitas vezes motivadas por uma pergunta inicial sobre o tema do dia. Em seguida, a rodada se repete com novas questões para comentários dos convidados.

Dos 66 Catadores participantes 25 são homens, 38 mulheres e 3 representantes LGBTQTI+ (todos exercem algum grau de liderança no MNCR). Não foi possível precisar o número de pessoas negras que participaram das lives por não constar essa informação, mas observamos que são a maioria. O briefing da live do dia 17/11/2020<sup>9</sup>, com a temática “Catadores e Consciência Negra”, confirma esta afirmação: “*A maioria absoluta da categoria de Catadores é negra e enfrenta dia a dia reflexos de séculos de escravidão e racismo*”. (MNCR)

Também observamos que a participação foi intergeracional, ou seja, houve um protagonismo juvenil, muitos já na 3ª geração da família de Catadores, mas também uma participação significativa dos Catadores que estão no MNCR desde sua fundação, junho/2001. Esta troca de experiências tornou as lives ricas de informação e espaços de formação.

Na apresentação dos participantes a coordenação teve a preocupação em apresentar os Catadores participantes pela categoria de Catador, por qual empreendimento solidário, pelo nível de representatividade no movimento (articulação nacional, coordenação regional ou local) estado/região de origem, nível de participação na comissão do movimento, da ANCAT<sup>10</sup> e outros níveis de

---

<sup>9</sup> (277)  \*LIVE:  Catadores e Consciência Negra\*  - YouTube

<sup>10</sup> ANCAT – Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis - é uma associação sem fins lucrativos formada por profissionais da catação, fundada em 2000. Iniciativa criada pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), a ANCAT tem se tornado, em sua trajetória, um núcleo de criação e operação de projetos de logística reversa. Com experiência na execução dos trabalhos e a confiança do setor, a ANCAT tem em seu foco o desenvolvimento profissional e econômico dos catadores de materiais recicláveis, além de ações de impacto positivo ao meio ambiente e a inclusão social. <https://www.ancat.org.br/> acesso 03/02/2022

representação tais como UNICOPAS<sup>11</sup>, UNICATADORES<sup>12</sup>, UNISOL<sup>13</sup> e outros. Podemos ver, por exemplo, a apresentação que Alex Cardoso fez de Madalena Duarte Lima, na Live do dia 30/06/2020, denominada “Pagamento por Serviços e Valorização do Trabalho”<sup>14</sup>.

“[...] Eu quero agora aqui chamar outra companheira que está presente aqui na live, a Madalena Rodrigues Duarte Lima, ela é Catadora de materiais recicláveis, é fundadora e cooperada da COPERT, lá na cidade de Itaúna no Estado de Minas Gerais; ela é diretora financeira da rede CATAUNIDOS, que é a Rede de Associações e Cooperativas lá da região de Belo Horizonte, região Metropolitana; é representante do MNCR e do Comitê Gestor da Mulheres na Rede Latino-americana de catadores e catadoras; e, faz parte também da Secretaria Nacional das Mulheres na União Nacional das Cooperativas Solidárias e de Catadores, a UNICATADOR. [...]” (Alex Cardoso, MNCR/RS).

Podemos afirmar que na organização das lives houve um processo democrático de representação. Isto reflete a maneira como o MNCR está organizado.

Tendo em vista a pandemia e a dificuldade de fazer as entrevistas pessoalmente e após tomar conhecimento da quantidade de informação presente nestes encontros virtuais, vimos a possibilidade de obter os depoimentos e as falas Catadores Líderes e militantes do MNCR utilizando o debate realizado nestas lives. Sendo assim, optamos por usar esses dados como mais uma base empírica de estudo da presente pesquisa, falas que reportam ao momento atual e reuni as principais lideranças do país. Os dados são públicos e não necessitam de autorização, desburocratizando o processo e otimizando o tempo.

---

<sup>11</sup> UNICOPAS – União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias. Criada em 2014, no Distrito Federal, com o objetivo de atuar na concepção e no fortalecimento do Cooperativismo e da Economia Solidária no Brasil. <https://unicopas.org.br/quem-somos/> acesso 03/02/2022.

<sup>12</sup> UNICATADORES - foi criada em 2016 com o objetivo de promover atividades de relevância pública e social e representar as organizações de catadores e catadoras de materiais recicláveis atuantes no Brasil, promovendo a sua organização, integração e fortalecimento econômico, social e institucional. <https://www.unicatadores.org.br/> acesso 03/02/2022

<sup>13</sup> UNISOL – Central de Cooperativas e empreendimentos solidários, foi criada no ano 2000. É uma central sem fins econômicos que reúne cooperativas, associações produtivas e empreendimentos solidários de todo o Brasil. Contribui para a construção de um modelo autogestionário, impulsionado pela eficiência econômica e social e pela sustentabilidade ambiental. Hoje, a Unisol Brasil conta com cerca de mil empreendimentos filiados em todo o país, atuando nas áreas de agricultura familiar, confecção e têxtil, artesanato, construção civil, reciclagem, metalurgia e polímeros, fruticultura, apicultura, alimentação, turismo, cooperativas sociais, dentre outras. <https://unicopas.org.br/unisol-brasil/> acesso em 03/02/2022

<sup>14</sup> (250)  LIVE:  Pagamento por serviços e valorização do trabalho  - YouTube

Lembramos que nestes encontros virtuais houve a participação dos Catadores, lideranças do MNCR e representantes da maioria das regiões do país, complementando assim nossa base empírica.

Além das 37 lives, que consideramos as fontes primárias da pesquisa, também pudemos consultar fontes secundárias e buscar dados complementares em outros encontros virtuais, informações no site do MNCR e referências documentais e bibliográficas.

A metodologia utilizada foi primeiramente relacionar as 37 lives e as temáticas abordadas, identificar o conteúdo e seus participantes a partir das publicações no Facebook e Youtube e organizar esses dados em tabelas e quadros. Encontra-se, no apêndice 1, o quadro com a relação de todas as lives contendo o tema, "briefing", participantes, coordenadores (as), tempo de duração, quantidade de visualizações e o endereço no site. Um quadro que usamos como referência durante o estudo na identificação dos temas, conteúdos e participantes.

No segundo momento, tendo em vista a quantidade de lives (37) e temas abordados, ouvimos todas as falas até o ponto de conhecer todos os participantes e identificar as mais representativas para o presente estudo. Fizemos anotações no caderno de pontos e falas com objetivo de retornar a estas falas e retomar a escuta.

A partir da análise destas anotações, dos temas e dos briefing, selecionamos as lives que consideramos essenciais para responder a nossas perguntas. Mesmo as que não trataram diretamente do objeto estudado, foram usadas como subsidiárias e complementares ao debate, uma vez que todos os temas estão inter-relacionados e são complementares.

Fizemos a transcrição das lives mais importantes para o estudo. O Youtube disponibiliza um recurso que torna possível a transcrição automática, facilitando o trabalho. O texto escrito é produzido automaticamente a partir da fala dos participantes, mas precisa ser revisado por conter muitos erros (em algumas lives não foi disponibilizado esse recurso). Fizemos a correção apenas dos trechos que citamos na tese.

Como dito anteriormente, a maioria das lives abordaram a valorização do trabalho dos Catadores e a falta de pagamento pelos serviços prestados, umas

trataram diretamente e outras como interface. Das 37 lives realizadas no período, duas debateram diretamente o tema do pagamento dos serviços e sua valorização:

- 30/06/2020 - “Pagamento por serviços e valorização do trabalho”<sup>15</sup>, encontro mediado por Alex Cardoso – MNCR/RS
- 21/07/2020 - “Catadores e prestação de serviços”<sup>16</sup>, encontro mediado por Roberto Laureano da Rocha – MNCR/SP e presidente da ANCAT.

A partir da escuta das lives, dos documentos e referências bibliográficas, destacamos cinco pontos para a análise:

- Autonomia do MNCR: sujeitos e protagonistas da história;
- Emancipação econômica com a superação da lógica assistencialista e a inclusão social e produtiva dos Catadores;
- Lei 12.305/10 e seus limites;
- Ameaças a bandeira de luta do MNCR: incineração, retrocesso na legislação, pandemia;
- Estratégias de luta para efetivar os direitos do Catador;

Dividimos o estudo em 3 capítulos além da introdução e considerações finais.

O capítulo primeiro proporciona ao leitor uma visão geral sobre a história desde o início do movimento, sua organização e suas bandeiras de luta.

O segundo capítulo trata sobre a lei 12.305/2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e contempla a inclusão socioprodutiva dos Catadores e a logística reversa<sup>17</sup>, um instrumento legal importante para as políticas ambientais e que respalda a luta do MNCR. Na segunda parte do capítulo, fazemos uma análise dos

---

<sup>15</sup> (250)  LIVE:  Pagamento por serviços e valorização do trabalho  - YouTube

<sup>16</sup> (277)  LIVE:  Catadores e prestação de serviços  - YouTube

<sup>17</sup> O artigo 33 desta lei 12.305/10 trata da Logística Reversa, as indústrias são obrigadas a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos. O decreto que 7404/10 regulamenta esta lei e complementa, no artigo 13, o conceito: “A logística reversa é o instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada.” (artigo 13 do decreto 7.404/10). Esse decreto foi alterado pelo decreto 10.936/22, mas manteve o artigo 13 com a mesma definição.

limites deste processo considerando o contexto de uma sociedade capitalista dependente.

O terceiro capítulo, traz uma abordagem das temáticas e das narrativas das lideranças do MNCR nas lives realizadas no período da pandemia (26/05/2020 a 11/05/2021) e o desenvolvimento de novas estratégias de luta frente a esse contexto pandêmico. Nisto, demos ênfase aos avanços e desafios para a valorização do trabalho dos Catadores. Duas lives foram centrais para nossa análise, mas as demais também estiveram presentes por entendermos que todas as falas e temas são complementares e estão interrelacionadas com a valorização do trabalho.

## CAPÍTULO I

### HISTÓRIA, ORGANIZAÇÃO E BANDEIRA DE LUTA DO MNCR

**Com chuva, com vento;  
Não para o Movimento;  
Sol, Calor;  
Não para o Catador;  
Catador que ousa lutar constrói o poder popular.  
(Comissão Nacional do MNCR)**

Lendo os documentos publicados no site do MNCR<sup>18</sup>, conhecemos um pouco de sua história. O movimento surgiu em meados de 1999 no 1º. Encontro Nacional dos Catadores de Papel, que foi realizado na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, com apoio do Fórum Nacional de Estudos da População de Rua, onde foi proposto a realização do primeiro Congresso Nacional com os Catadores.

Nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2001, em Brasília, foi realizado o 1º. Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, com a presença de cerca de 1700 participantes – entre Catadores, técnicos e agentes sociais - e contou com o apoio do Ministério do Meio Ambiente, CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Caritas Brasileira. O Movimento foi fundado oficialmente nesse Congresso.

Os participantes deste evento se somaram aos 3000 participantes da 1ª. Marcha Nacional da População de Rua, que ocorreu no dia 07/06/2001, e lançaram o primeiro documento com as demandas da população que sobrevive de materiais recicláveis – Carta de Brasília (MNCR, 2001)<sup>19</sup>. Na introdução da Carta, destacaram a importância do trabalho do Catador e da regulamentação da profissão.

“Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei que regulamenta a profissão catador de materiais recicláveis e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de

---

<sup>18</sup> [História do MNCR](#)

<sup>19</sup> [CARTA DE BRASÍLIA — MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis](#)

materiais recicláveis.” (Trecho da Carta de Brasília, MNCR junho de 2001).

Neste documento, foram apresentadas várias propostas para que o Poder Executivo garanta convênios e recursos para subsidiar os empreendimentos dos Catadores visando a inclusão social e econômica por meio do trabalho. Também foram apresentadas demandas e propostas de políticas públicas na área da saúde, habitação, educação e trabalho para a população em situação de rua. O documento termina ressaltando a importância da organização e da força dos (as) trabalhadores (as) na busca por conquistas progressivas, crescentes e graduais.

“Frente à significativa representação destes eventos, não temos mais dúvidas quanto à força e importância de nosso movimento e acreditamos que a transformação da realidade atual, será progressiva e crescente. Acreditamos que a partir deste momento o Estado e a sociedade brasileira não terão condições de negar o valor do nosso trabalho, comprometendo Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e/ou cooperativas de trabalho. (Trecho da Carta de Brasília, MNCR junho de 2001).”

Na última frase da Carta os participantes assumem um compromisso de trabalhar pelo fim do trabalho infantil, do trabalho nos lixões e se comprometem com a preservação ambiental e a luta por uma sociedade mais justa.

“Trabalharemos cotidianamente pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões, colocando nossa força e nossas tecnologias à serviço da preservação ambiental e da construção de uma sociedade mais justa. (Trecho da Carta de Brasília junho de 2001).”

Eder Sader, no seu livro “Quando novos personagens entram em cena”, em suas considerações sobre o estudo que fez sobre os movimentos sociais na década dos anos 70 e 80 na Grande São Paulo, diz que estes adentraram no cenário político com nova expressão social e aborda a importância da autonomia, de serem sujeitos da própria história, da politização das lutas do cotidiano, com princípios da solidariedade de classe.

“[...] Da experiência do autoritarismo e das experiências da auto-organização ficou uma atitude de profunda desconfiança em toda institucionalização que escapa do controle direto das pessoas implicadas e uma igualmente profunda valorização da autonomia de cada movimento. Por isso mesmo a diversidade de movimentos, produzida pela diversidade das condições que envolvem cada um, é

reproduzida pelo empenho existente em manter essa autonomia. O repúdio à forma instituída da prática política, encarada como manipulação, teve contrapartida a vontade de serem “sujeitos da própria história”, tomando nas mãos as decisões que afetam suas condições de existência. Com isto acabaram alargando a própria noção da política, pois politizaram múltiplas esferas do seu cotidiano. Apoiando-se nos valores da justiça contra as desigualdades imperantes na sociedade; da solidariedade entre os dominados, os trabalhadores, os pobres; da dignidade constituída na própria luta em que fazem reconhecer seu valor; fizeram da afirmação da própria identidade um valor que antecede cálculos racionais para a obtenção de objetivos concretos.” (SADER, 1995 p 311-312).

Esta luta política dos personagens do estudo de Sader, também é a luta dos personagens do MNCR como pudemos constatar nos documentos publicados no site e também nas narrativas das lideranças.

O MNCR surge para:

“[...] garantir o protagonismo popular de nossa classe, que é oprimida pelas estruturas do sistema social. Temos por princípio garantir a independência de classe, que dispensa a fala de partidos políticos, governos e empresários em nosso nome. Acreditamos na prática da ação direta popular, que é a participação efetiva do trabalhador em tudo que envolve sua vida, algo que rompe com a indiferença do povo e abre caminho para a transformação da sociedade. [...]. Buscamos a organização de nossa categoria na solidariedade de classe, que reúne forças para lutarmos contra a exploração buscando nossa liberdade. Esse princípio é diferente da competição e do individualismo, busca o apoio mútuo entre os companheiros (as) catadores (as) e outros trabalhadores. Lutamos pela autogestão de nosso trabalho e o controle da cadeia produtiva de reciclagem, garantindo que o serviço que nós realizamos não seja utilizado em benefício de alguns poucos (os exploradores), mas que sirva a todos. Nesse sentido organizamos bases orgânicas do Movimento em cooperativas, associações, entrepostos e grupos, nas quais ninguém pode ser beneficiado à custa do trabalho do outro.” (MNCR, 2008)<sup>20</sup>.

Esse trecho, reproduzido da página do site do MNCR “o que é o movimento?”, mostra que o MNCR defende a importância do protagonismo da classe trabalhadora

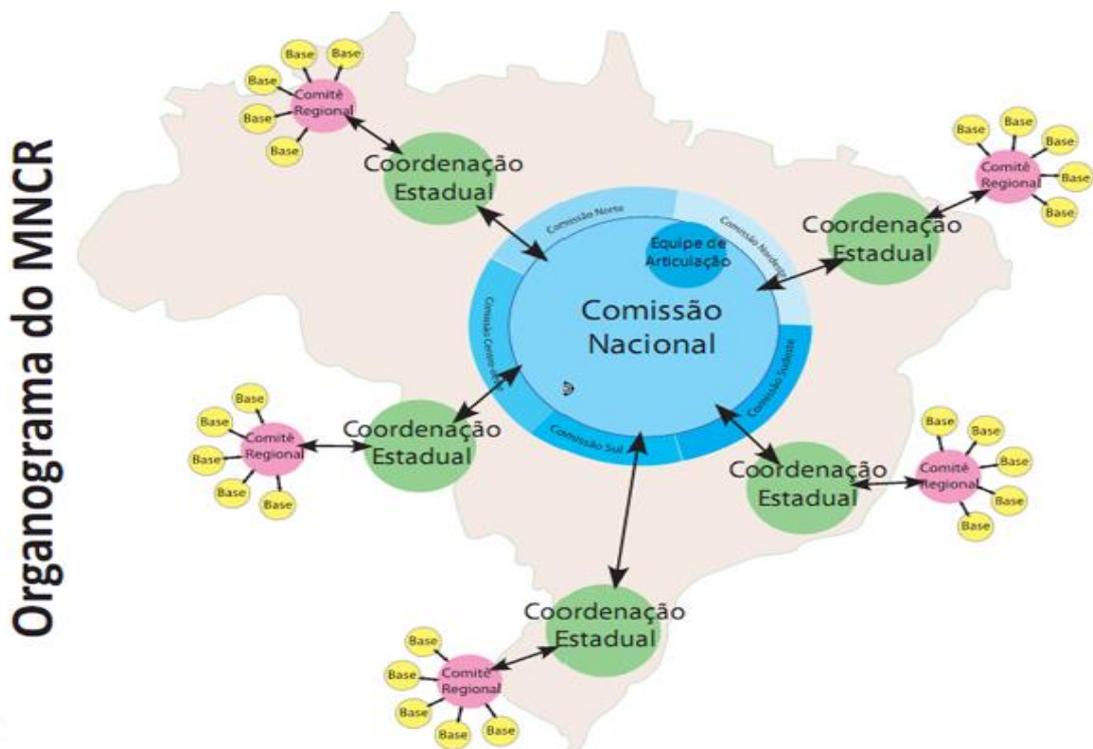
---

<sup>20</sup> [O que é o Movimento? \(mncr.org.br\)](http://mncr.org.br) Acesso 09/02/2022

como diz Sader, de ser sujeito da própria história, da solidariedade de classe e da autonomia do movimento.

O MNCR está organizado, como podemos observar no organograma (figuras abaixo), a partir das bases orgânicas e comitês regionais. A base orgânica (associações e cooperativas) constitui o comitê regional que indica Catadores para a Coordenação Estadual que, por sua vez, também indica dois delegados para a Comissão Nacional, sempre com a participação de suas bases. Esta comissão possui uma Equipe de Articulação Nacional composta por 5 Catadores representantes das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste que tem como tarefa agilizar a execução de ações e articulações do movimento em nível nacional. Para fazer parte de qualquer instância do movimento o Catador precisa fazer parte de uma base orgânica do movimento e de um comitê regional. Importante destacar que os espaços deliberativos do movimento são as bases orgânicas e os comitês regionais. O MNCR prima pela democracia direta e valoriza suas bases. Para melhor compreensão apresentamos, a seguir, o organograma conforme publicado no site:

Figuras 1: Organograma MNCR



Fonte: [www.mnccr.org.br](http://www.mnccr.org.br)<sup>21</sup>

<sup>21</sup> <https://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/estruturas-regionais> acesso 10/02/2022

No site do MNCR, também podemos acessar ao Programa Nacional de Luta do movimento (“Nossa Luta”). A principal bandeira de luta é a inclusão socioeconômica do Catador através da valorização do seu trabalho com a justa remuneração dos serviços que realizam.

“O MNCR luta pela valorização dos catadores por acreditar que nós somos os primeiros agentes ambientais a reciclar a matéria prima que grande parte da sociedade ainda chama de lixo. Nossa luta mais importante hoje é pela inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis que significa o pagamento pela prestação de serviços, o pagamento por serviços ambientais e o avanço na cadeia produtiva da reciclagem.

O pagamento pela prestação de serviços aos governos na coleta seletiva solidária, triagem dos materiais recicláveis, destinação de forma adequada à reciclagem, garantindo o sustento das famílias dos catadores, o desenvolvimento econômico local, combatendo de forma efetiva o desemprego e a exclusão social.

O pagamento pelos serviços ambientais prestados à sociedade, pois somos os agentes mais efetivos na defesa da natureza e seus recursos naturais. Cada catador(a) encaminha de 1 a 3 toneladas de resíduos de volta a cadeia produtiva. Essa logística reversa beneficia as empresas produtoras de resíduos que devem pagar aos catadores pela redução de impactos ambientais, garantindo, dessa forma, o reconhecimento e a valorização do nosso trabalho.” (MNCR, s.f.)<sup>22</sup>.

Essa bandeira de luta traz como eixo mais importante o que denomina de “inclusão socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis”, que para o MNCR se desdobra em três eixos: a) pagamento pela prestação de serviços públicos por realizar a coleta seletiva; b) pagamento por serviços ambientais por preservar os recursos naturais; e c) pagamento por parte das empresas que se beneficiam com os materiais coletado na cadeia produtiva da reciclagem.

O MNCR defende também que a cadeia produtiva da reciclagem seja realizada pelas organizações autogestionárias de Catadores através da “Reciclagem Popular”, por proporcionar a participação social, a distribuição do poder, do conhecimento e da riqueza produzida pela reciclagem.

“O avanço na cadeia produtiva é garantido por meio da organização dos catadores em associações, cooperativas, redes de comercialização e unidades industriais autogestionárias. Para isso,

---

<sup>22</sup> [Programa de luta \(mncr.org.br\)](http://mncr.org.br) acesso 10/02/2022

buscamos a implantação imediata do Programa Nacional de Investimentos na Reciclagem Popular - PRONAREP, fazendo com que a cadeia produtiva da reciclagem seja transformada, tendo como base a participação social e a distribuição do poder e da riqueza gerada a partir dos resíduos”. (MNCR, s.f.)<sup>23</sup>

Na live do dia 08/09/2020, “Reciclagem Popular e conjuntura regional”<sup>24</sup>, o brifieng chamou a Reciclagem Popular de “projeto produtivo de emancipação”.

“As Lives do MNCR vêm trazendo convidados que tem compartilhado experiências de organização e superação em todas as partes do país, fortalecendo seu projeto nacional e reforçando seu compromisso com o desenvolvimento da categoria de norte a sul do Brasil. Esse projeto produtivo de emancipação leva o nome de Reciclagem Popular e visa a distribuição da riqueza, do poder e dos conhecimentos gerados a partir dos resíduos.” (MNCR).

O MNCR também luta pelo fechamento dos lixões, mas defende que os Catadores, que trabalham nestes locais, sejam transferidos para projetos estruturados de coleta seletiva, garantindo condições dignas de trabalho.

“O Movimento Nacional dos Catadores é contra os lixões a céu aberto e luta pela transformação desses em aterros sanitários com a remediação ambiental das áreas, destinação dos rejeitos como forma adequada, proibindo a incineração de resíduos. Porém, antes de fechar o lixão é preciso a devida transferência dos catadores que ali trabalham para galpões com estrutura suficientes que garanta a sobrevivência de todos e todas, associado a programas eficientes de coleta seletiva, bem como políticas de atenção infantil com creches e escolas.” (MNCR, s.f.)<sup>25</sup>.

Como vimos, o movimento é contra a incineração de resíduos, uma prática defendida por muitos municípios o que vai na direção ao contrário da reciclagem, ou seja, é uma ameaça a cadeia produtiva da reciclagem. A live do dia 23/06/2020 tratou da temática e teve como título “Deus recicla, o diabo incinera”<sup>26</sup>.

<sup>23</sup> [Programa de luta \(mncr.org.br\)](http://mncr.org.br) acesso 10/02/2022

<sup>24</sup> (277)  LIVE:  Reciclagem Popular e conjuntura regional  - YouTube

<sup>25</sup> [Programa de luta \(mncr.org.br\)](http://mncr.org.br) acesso 10/02/2022

<sup>26</sup> (277)  LIVE:  Deus recicla, o diabo incinera  - YouTube

Portanto, o MNCR luta para a organização social e produtiva dos Catadores com base na autogestão, democracia direta, independência de classe, ajuda mútua, solidariedade de classe e pelo controle social da cadeia produtiva de reciclagem.

No site do Ministério do Meio Ambiente - MMA, Brasil, na página sobre os Catadores de materiais recicláveis (disponível em setembro de 2015) traz o que o governo federal, na época (Lula e Dilma), entendia por estes trabalhadores.

“Os catadores de materiais recicláveis ou podemos chamar de classificadores são grandes parceiros para a promoção da reciclagem. São trabalhadores que atuam há muitos anos, desde os tempos dos garrafeiros<sup>27</sup>, com a coleta, classificação e destinação dos resíduos, permitindo o seu retorno à cadeia produtiva. O trabalho desenvolvido por eles reduz os gastos públicos com o sistema de limpeza pública, aumenta a vida útil dos aterros sanitários, diminui a demanda por recursos naturais, e fomenta a cadeia produtiva das indústrias recicladoras com geração de trabalho.” (MMA, 2015).

Nesta citação, fica explícita a importância do trabalho dos Catadores para o meio ambiente (diminuindo a demanda por recursos naturais), para a cadeia produtiva da reciclagem (triando materiais recicláveis), bem como para a gestão da limpeza pública, atividade esta que serve como fonte de trabalho.

A primeira conquista do MNCR foi no ano de 2002, onde a profissão de Catadores de Materiais Recicláveis foi inscrita no Código Brasileiro de Ocupações (CBO). O reconhecimento formal como profissão não significa a valorização e remuneração do trabalho, mas foi um importante avanço para ajudar a dar visibilidade das atividades da catação e reciclagem.

A partir de 2003 o contexto político se tornou mais favorável para o MNCR com o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). Foram oito anos do governo Lula (dois mandatos: 2003 a 2010) e mais 6 anos da sua sucessora Dilma Rousseff, 2011 a 2016, quando, no seu segundo ano do segundo mandato, sofreu um golpe através de um impeachment.

---

<sup>27</sup> Antigamente os Catadores eram conhecidos como garrafeiros, eles passavam pelas casas recolhendo garrafas vazias. Com a mudança no padrão da sociedade de consumo (surge os papéis, papelões, latinhas de cerveja, pet e outros) e os garrafeiros passam a ser chamados de Catadores de papelão e hoje Catadores de materiais recicláveis.

Terminou, neste período, o governo do Partido dos Trabalhadores após 14 anos no poder.

No mesmo ano da posse, em 2003, o governo Lula criou o CIISC – Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo, através do decreto de 11/09/2003<sup>28</sup>. Este comitê tinha a finalidade de articular as políticas setoriais na implementação dos programas voltados à população catadora de lixo e implementar o projeto interministerial “Lixo e Cidadania: Combate à Fome Associado à Inclusão de Catadores e à Erradicação de Lixões”. O projeto teve como objetivo garantir condições dignas de vida e trabalho à população catadora de lixo e apoiar a gestão e destinação adequada de resíduos sólidos nos Municípios. Este Comitê lançou duas ações de destaque: o Prêmio cidade Pró Catador<sup>29</sup> e o Projeto Cataforte<sup>30</sup>, iniciativas que deram visibilidade para os Catadores, bem como fortaleceram programas de capacitação, financiamento e de estímulos a formação de organizações com base na economia solidária.

Em 2006, o decreto 5.940/06<sup>31</sup> institui a “coleta seletiva solidária” com destinação pelos órgãos e entidades da administração pública federal, dos materiais recicláveis para os Catadores. No momento da assinatura desse decreto, os Catadores estiveram presentes pela primeira vez na sala do Palácio do Planalto como convidados do presidente da República.

---

<sup>28</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/dnn/2003/dnn9975.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2003/dnn9975.htm) acesso 09/02/2022

<sup>29</sup> O prêmio teve como objetivo reconhecer e valorizar boas práticas de inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

<sup>30</sup> “O CATAFORTE começou a ser executado em 2009 com o CATAFORTE I, tendo como foco principal estimular a organização de grupos de catadores e catadoras de materiais recicláveis com base nos princípios da economia solidária, partindo de ações que incluíram: capacitações, qualificação profissional, assistência técnica e incentivo à formação das redes de comercialização. Em 2010 teve início a segunda etapa com o CATAFORTE II, quando o principal objetivo foi fortalecer a estrutura logística das cooperativas e associações de catadores e catadoras, já articulados em rede. Para tanto, as ações ocorridas focaram na estruturação logística das redes de comercialização com a aquisição de caminhões, capacitações e encontros estaduais.” O Projeto Cataforte III “(...) tem como objetivo principal estruturar tecnicamente e fortalecer 33 redes de empreendimentos de catadores e catadoras de materiais recicláveis, possibilitando avanços nos elos da cadeia de valor, inserção e/ou potencialização dos empreendimentos/redes de cooperação no mercado da reciclagem, com melhorias no processo produtivo, no fortalecimento da autogestão dos empreendimentos, qualificação da comercialização em rede e inter redes e contratação para prestação de serviços de coleta seletiva, realização de serviços de logística reversa e outras oportunidades negociais.” <http://www.ceadec.org.br/projetos/cataforte-III--negocios-sustentaveis-em-redes-solidarias/apresentacao> acesso 09/02/2022

<sup>31</sup> [Decreto nº 5940 \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br) acesso 30/07/2022. Este Decreto foi revogado pelo decreto 10936/22 do Presidente Bolsonaro.

Em 2007 a lei 11.445/07<sup>32</sup> Institui a Política Nacional de Saneamento Básico. Esta importante lei permitiu a contratação de cooperativas de Catadores pelo poder público municipal com dispensa de licitação para coleta de resíduos sólidos nos municípios.

Em 2010, depois de mais de 20 anos de negociações e debates, foi sancionada a Lei 12.305/10<sup>33</sup> que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, um marco na questão ambiental e para a inclusão produtiva dos Catadores. Por se tratar de um instrumento legal importante para o nosso tema, trataremos dessa lei no capítulo seguinte.

Observamos, pelas notícias publicadas no site do MNCR e através de depoimentos das lideranças dos Catadores, que existe uma empatia das lideranças do MNCR com os governos do Partido dos Trabalhadores e continua existindo especificamente com Lula (candidato a presidente nas eleições 2022). Como vimos, os Catadores de Materiais Recicláveis tiveram muitas de suas demandas e reivindicações transformadas em políticas públicas durante estes governos. Há um espírito de gratidão por parte dos Catadores. Como forma desse reconhecimento, o MNCR concede a Lula em 2003 o prêmio o primeiro “Amigo do Catador”, como podemos constatar nas matérias publicadas na página de notícias do site do próprio movimento:

“Ao longo de seus 8 anos de Governo, o Presidente Lula assumiu o compromisso de a cada Natal fazer uma visita aos catadores de materiais recicláveis e a população em situação de rua. Em 2003, o então Presidente Lula, se reuniu pela primeira vez com catadores de materiais recicláveis [...] e conversou com os catadores da Comissão Nacional do MNCR. Nesse dia o Presidente se declarou emocionado com a visita. E disse aos catadores: ‘A Comissão Nacional não pode ‘dar moleza’, tem que cobrar do governo, porque, se não cobrar, a gente vai deixando para lá, vai deixando para lá... precisa cobrar, para que a gente possa fazer aquilo que é o sonho e a grande reivindicação de vocês.’

Nesse dia o presidente Lula homenageado como o primeiro ‘Amigo do Catador’, prêmio oferecido pelo MNCR para homenagear ações de parceria com a categoria.

---

<sup>32</sup> [L11445compilado \(planalto.gov.br\)](http://L11445compilado(planalto.gov.br)) acesso 30/07/2022

<sup>33</sup> [L12305 \(planalto.gov.br\)](http://L12305(planalto.gov.br)) acesso 30/07/2022

Nesse mesmo ano Lula já tinha atendido as reivindicações dos catadores assinando o decreto presidencial que criou o Comitê Interministerial de Inclusão dos Catadores com a participação de 11 Ministérios, empresas públicas federais e o Movimento Nacional dos catadores. [...]. Em 2006 o MNCR realizou uma marcha na Esplanada dos Ministérios com cerca de mil catadores de caravanas de todo o Brasil. O Presidente Lula recebeu a Comissão Nacional do MNCR no Palácio do Governo. O mesmo local que recebeu governantes mundiais, príncipes e princesas foi aberto para o povo pobre e trabalhador. Lá os catadores levaram suas reivindicações e uma pesquisa científica de baixo do braço com um plano para inclusão econômica de 39 mil catadores em cooperativas e associações [...].” (“Memória dos 8 anos de Natal dos catadores com o Presidente” - MNCR, 2011)<sup>34</sup>

No último Natal, dezembro de 2021, o movimento reafirmou a gratidão para com o ex-presidente Lula e declarou apoio para a sua volta à presidência. O evento também teve destaque na página de notícias do site do MNCR com o título “Lula participa do Natal dos Catadores e recebe selo Amigo do Catador”, publicado em 17/01/2022. O prêmio foi entregue pelo Catador presidente da ANCAT, Roberto Rocha. Lula também recebeu de Alex Cardoso (outra importante liderança) uma carta com reivindicações do movimento e apoio à sua candidatura. Claudete Costa, outra liderança, na ocasião, manifestou para Lula o sonho de ser Ministra do Meio Ambiente no seu futuro governo.

“Durante o tradicional encontro com os catadores de materiais recicláveis e a população em situação de rua, realizado na tarde da última quarta-feira (22) em São Paulo, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu o prêmio Amigo do Catador das mãos de lideranças do MNCR.

No chamado Natal dos Catadores/as e da População em Situação de Rua, Lula ouviu vários depoimentos de membros de ambas as categorias, que enalteceram sua antiga gestão federal e prometeram apoio para sua volta à presidência do País. No ato, o catador Roberto Rocha ofertou o prêmio a Lula, que foi entregue por uma das catadoras presentes.

‘Nós viemos aqui para agradecer e fazer um gesto simples, mas de coração, dos catadores e catadoras de todo o País que estão aqui hoje presente nesse momento. Nós gostaríamos de entregar ao presidente

---

<sup>34</sup> <https://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/memoria-dos-8-anos-de-natal-dos-catadores-com-o-presidente> acesso 09/02/2022

Lula uma simples homenagem dos catadores e catadoras, como nosso ‘grande Amigo dos Catadores de materiais recicláveis’, disse Roberto. Ao depor para o presidente, a catadora Valquíria Candido reclamou das dificuldades de se trabalhar com a coleta seletiva em São Paulo e entregou à secretária de Relações Internacionais, Marta Suplicy, uma carta com reivindicações endereçada ao poder público.

Por sua vez, em seu depoimento para Lula, a catadora Claudete Costa disse que seu sonho é ser ministra de Meio Ambiente do seu futuro Governo.

‘O meu sonho é ser ministra do Meio Ambiente dentro do seu Governo’, disse.

‘Sabe por que todo dia eu levanto dizendo que cada vez mais acredito em Deus? Mas hoje eu percebi que Deus existe de verdade. Foi aqui que eu vi uma companheira negra, catadora de material reciclável, se oferecer e falar ‘eu quero ser ministra do Meio Ambiente’, ressaltou Lula. Lula recebeu ainda uma carta de reivindicação e apoio da categoria, entregue pelo catador Alex Cardoso.” (“Lula participa do Natal dos Catadores e recebe selo Amigo do Catador”, MNCR, 2022)<sup>35</sup>

Entendemos o quanto é representativo para essas pessoas estarem com um presidente da República cuja origem é da classe trabalhadora, um operário metalúrgico e que deu visibilidade a suas lutas e demandas, implantou políticas públicas favorecendo a melhoria de vida das pessoas mais pobres. Sem dúvida, neste período, que muitos atribuem como um momento que consolidou o “Lulismo”, houve avanços significativos em várias áreas. No campo das políticas sociais podemos destacar, entre outros, o programa Bolsa Família (transferência de renda) e programa Minha Casa Minha Vida (programa habitacional), ambos programas destinados às famílias de baixa renda. Também aumentou significativamente o número de vagas no ensino técnico e nas universidades favorecendo o acesso dos jovens da classe trabalhadora. Houve, ainda, a valorização do salário-mínimo no país.

Infelizmente, muitas destas conquistas não se sustentaram nos governos seguintes (Temer e Bolsonaro<sup>36</sup>). Ao contrário, muitas políticas foram extintas ou

---

<sup>35</sup> <https://www.mncr.org.br/noticias/lula-participa-do-natal-dos-catadores-e-recebe-selo-amigo-do-catador> acesso 09/02/2022

<sup>36</sup> Temer foi vice-presidente nos mandatos de Dilma Rousseff (2011-2016) e assumiu a presidência com o Golpe em 2016. No seu governo foi realizada a revisão da CLT. Bolsonaro venceu as eleições de 2018 e está cumprindo mandato 2019 a 2022. Bolsonaro é considerado um presidente da extrema direita. Um período muito difícil para a classe trabalhadora, para as minorias (negros, índios, movimento LGBTQIA+) e para questão ambiental.

tiveram os recursos reduzidos. Por exemplo, o decreto 7405/10 foi revogado pelo decreto 10473/20 que extinguiu o CIISC<sup>37</sup> e muitos outros.

O retrocesso não ocorreu só com os trabalhadores da reciclagem, mas com toda a classe trabalhadora, no campo social, ambiental, de direitos humanos, e muitos outros. Um desmonte das políticas públicas. A aprovação da reforma trabalhista (CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas), já no governo Temer, acentuou a perda de direitos da classe trabalhadora. Foi aprovado, por exemplo, o “trabalho intermitente”, uma modalidade de contrato de trabalho onde a empresa contrata o trabalhador para o período que necessita, ou seja, de forma esporádica e este tem os direitos trabalhistas garantidos apenas durante este período.

Este contexto atual de retrocessos em todas as áreas e perda de direitos, mostra a dicotomia que existe entre um governo que valorizou as pautas do movimento e contribuiu com sua visibilidade (o do presidente Lula), e outro governo que vem atuando na direção exatamente oposto (o de Jair Bolsonaro).

Um segundo momento relevante para a história do movimento, foi o 1º. Congresso Latino-americano de Catadores/Recicladores em 2003, ocorrido em Caxias do Sul, estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Neste evento, foi discutida a situação dos Catadores da América-Latina, a unificação da luta entre os países e a elaboração da “Carta de Caxias”<sup>38</sup>. Participaram deste Congresso 800 Catadores representando o Brasil, Uruguai e Argentina. O Segundo Congresso foi realizado em janeiro de 2005, na cidade de São Leopoldo, também no estado do Rio Grande do Sul, e teve a participação de 1050 pessoas representantes de todas as regiões do Brasil, e das delegações do Uruguai, Argentina e da Colômbia.

Em março de 2008, foi realizado o 3º. Congresso na cidade de Bogotá, na Colômbia, com representação de 15 países latino-americanos, onde foi apresentada a “Carta de Bogotá”<sup>39</sup> e concomitante a este congresso ocorreu o 1º. Congresso Mundial de recicladores de resíduo. Em 2010 ocorreu o 4º. Congresso no Peru.

---

<sup>37</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7405.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7405.htm), acesso 08/02/2022

<sup>38</sup> [CARTA DE CAXIAS DO SUL — MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis](#)

<sup>39</sup> <https://www.mncr.org.br/biblioteca/legislacao/arquivos-em-pdf>, acesso 06/02/2022

É importante destacar a visão de luta dos Catadores: ela não se orienta apenas por pautas locais, mas articula-se globalmente. Podemos observar um trecho da Carta de Caxias do Sul (2003)

“Em nossa América, a ALCA é o caminho escolhido para colocar nossos povos sob o domínio do império econômico e militar estadunidense. Sua implantação retirará de nossas mãos o poder de decidir sobre o nosso destino. Perderemos o poder de decidir sobre o melhor uso das riquezas existentes, como a água e a biodiversidade, bem como o de escolher a melhor maneira de reciclar os resíduos sólidos, reciclando, ao mesmo tempo, a nossa vida e a vida de toda a sociedade.” (trecho Carta de Caxias, 2003).

A articulação latino-americana fortalece os movimentos, além de compartilhar experiências. É uma luta de resistência dos trabalhadores inseridos em países dependentes que sofrem os mesmos problemas de dominação, exploração e desigualdades sociais. Trataremos a questão da dependência no próximo capítulo.

Nesse sentido João Pedro Stedile, dirigente da Via Campesina, maior movimento internacional de camponeses e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), maior movimento social brasileiro, no prefácio da versão brasileira do livro “A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato” (2013), de Anette Aurélie Desmarais, defendem a articulação dos trabalhadores também em escala internacional.

Esses congressos internacionais de Catadores/Recicladores proporcionaram a formação da “RED LACRE – Red Latino-americana y del Caribe de Recicladores”. Hoje participam desta rede 17 países<sup>40</sup>, e no dia Primeiro de Março se comemora o Dia Internacional dos Catadores/Recicladores.

Durante estes anos o MNCR se fortaleceu enquanto movimento nacional e internacional. Em outubro de 2017 a comissão Nacional do MNCR reuniu-se em Brasília e lançou no dia 13 de dezembro do mesmo ano a Segunda Carta de Brasília (MNCR, 2017)<sup>41</sup>, que reconhece as conquistas do movimento e reafirma a importância da continuidade da luta para a valorização do trabalho que desenvolvem. Ressaltam que continuam prestando serviços gratuitamente e reafirmam que “se antes lutávamos

---

<sup>40</sup> [Red Lacre \(redrecicladores.net\)](http://redrecicladores.net) acesso 05/02/2022

<sup>41</sup> <https://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/principios-e-objetivos/segunda-carta-de-brasilia> acesso em 03/02/2022

para ser reconhecidos hoje lutamos para ser valorizados” (Trecho da Segunda Carta de Brasília, 13 de dezembro 2017)<sup>42</sup>.

As Cartas e diretrizes destes Congressos estão publicadas na seção “princípio e objetivos” do site do MNCR. Entendemos que são documentos importantes que foram construídos a partir da base e ao longo da história, através dos encontros, dos Congressos, das Marchas o que dá substância no processo de luta, pois as pessoas se sentem parte do processo e sujeitos da história.

Podemos constatar nas narrativas nas lives que as lideranças do MNCR vieram da base. Muitos começaram na catação quando criança acompanhando os pais no lixão ou no carrinho. Relatam isso com muito orgulho. Portanto, conhecem bem os desafios que os Catadores enfrentam cotidianamente.

No mês de junho de 2021 o MNCR completou 20 anos de luta. Durante a semana de 07 a 11 deste mês houve várias comemorações. Devido a pandemia, o MNCR organizou vários encontros virtuais com documentários, depoimentos e relatos com os Catadores e apoiadores que participaram deste processo histórico de constituição do movimento. Muitos destes eventos virtuais pudemos assistir para conhecer melhor o movimento e ouvir estas pessoas que fizeram e fazem história. Várias lideranças que participaram das lives também estiveram presentes nestes encontros reforçando o mesmo discurso.

Os Catadores relataram a importância que o MNCR tem em suas vidas, e que a partir da participação da marcha que fizeram para Brasília, dos Congressos, da constituição do movimento (junho 2001), da organização em empreendimentos solidários, a catação deixou de ser só um meio de sobrevivência e passou a ter um sentido maior em suas vidas.

Este processo histórico do MNCR, podemos reviver nos depoimentos emocionados dos participantes das lives na semana de eventos em comemoração aos 20 anos do MNCR. Na abertura da semana, houve a participação de Claudete Costa, Catadora, do estado do Rio de Janeiro e Luiz Henrique da Silva, Catador do estado de Minas Gerais, ambas lideranças e articuladores do MNCR. A fala destas

---

<sup>42</sup> <https://www.mnrcr.org.br/sobre-o-mnrcr/principios-e-objetivos/segunda-carta-de-brasilia> acesso em 03/02/2022

peças revela o quanto o MNCR é importante para que as pessoas saiam da condição marginal e da invisibilidade e passam a ser sujeitos, a fazer parte da história<sup>43</sup>.

Luiz Henrique começa falando e lembra o tempo que trabalhava no lixão:

“Bom... é, bem eu sou dessa época em que eu costumo dizer que eu vivia no lixo, que morava no lixo, era tratado como lixo né. Aquela época também não tinha consciência de material reciclável, e eu acho que eu falava que eu vivia do lixo. Então era muito séria nossa situação nessa época. Em 1980... em 1989 começou um processo de repressão tão grande em BH (Belo Horizonte) né, e eu era Catador de rua né, eu morava na rua. E aí nós começamos um pouco a ser abordado pela Pastoral de Rua naquele início e, ela preocupada tentando trazer nós para um o processo organizativo e a gente numa resistência tão grande. Para gente todo mundo que se aproximava de nós Catadores era meramente para nos usar como objeto de pesquisa né, e não tinha nenhum resultado para nós, é de fato na nossa vida e naquela época a gente tinha uma resistência muito grande aí para o empreendimento, para ir para uma associação, para formar algum empreendimento. Aí eu lembro que nós fomos lá é... para São Paulo né, fomos visitar a COOPAMARE que era primeira cooperativa de catadores organizados do Brasil aí, e aí lá eu lembro até engraçado lá era cooperativa chamava COOPAMARE, nós falamos: *“não, nós vamos ser Associação, como é que vai ser o nome e tal”*, voltamos de lá empolgado tal, e aí criamos ASMARE, logo em seguida começamos uma discussão, uma conversa aí é em uma perspectiva de ter uma organização nacional para discutir um pouco sobre as nossas lutas, nossos anseios, as dificuldades todas que está vivendo aí com Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, e aí, conjuntamente com os Estados e Campinas aí, e começamos abordar outros estados outros companheiros e resolvemos com muita luta aí, é, a realizar o 1º Congresso do Movimento Nacional dos Catadores. E nesse primeiro congresso conseguimos tirar aí algumas diretrizes, uma comissão nacional e, de lá para cá, essa trajetória não foi fácil, principalmente, para esses companheiros que era que representava essa comissão nacional, que tinha que ter um processo de escuta né, e uma sensibilidade maior de percepção das demandas que vinham dos Estados, grito de socorro que ecoava de tudo quanto e lado, e a gente com muita luta começou a avançar no processo de mobilização da categoria a nível nacional é, e também, pensando um pouco, em

---

<sup>43</sup> [\(257\) Abertura do Café Compartilhado da Comissão Nacional do MNCR - 20 anos de luta - YouTube](#)

avançar um pouco essa questão do nosso protagonismo né. Na realidade a gente era um ser invisível né. E aí de lá para cá a gente conseguiu avançar bastante. (*incompreensível*)... protagonismo né. Ver esse um processo de organização avançar ao governo federal e ao governo do estado e dos Municípios. E aí essa semente foi se espalhando pelo país. E hoje... e se tornou um exemplo para América Latina onde foi fundada a Rede Latino-americana de Catadores. Então de maneira bem breve na linha do tempo falando um pouco disso, falando um pouco, então galera, na organização é, e muitos companheiros vão tá falando um pouco dessa trajetória, o que significou cada coisa que eu disse, de maneira bem breve e, é muita alegria que nós estamos nesse momento porque é atrás de tudo que a gente conquistou teve muita luta, mas teve muita conquista né, muitos companheiros se foram nesse decorrer do tempo né, tem muito que começaram essa luta aí que participaram dessa luta e não estão aqui. Mas é, eu acho que isso só foi possível pelo empenho da galera lá, lá na base né, porque o movimento não é eu, não é qualquer um outro aí da Comissão Nacional, o Movimento não é uma sigla! O Movimento é a militância que nós temos nos Estados né. Eu acho que esse diferencial fez com que a gente avançasse o tanto que a gente avançou até os dias de hoje.” (Luiz Henrique da Silva, MNCR, Live, 2021)<sup>44</sup>

Claudete, por sua vez, lembra das conquistas, da importância do trabalho dos Catadores.

“Porque uma boa luta só tem conquista quando tem muitas saudades né, que fala a mesma língua bonita em prol daquilo que a gente almeja conquistar. Durante esses anos todos eu me sinto privilegiada de fazer parte de toda conquista e luta que tivemos até aqui né, como a gente tem a nosso, o nosso reconhecimento por classe trabalhadora (*incompreensível*) pelo CBO, né. Na nossa história deu aquele grupo né, quando a gente teve um presidente, não falando de sigla de governo, mas a nossa vida, nossa realidade de militantes mesmo, um presidente que sentou conosco construiu políticas públicas voltado para nosso segmento, para nossa categoria. E que, foram que nos fortaleceu mais ainda, porque a gente já tinha potência e força de trabalho, mas a gente pode trazer para o mundo aqui fora realmente a qualificação e a qualidade de trabalhadores e trabalhadoras que somos enquanto trabalhamos com o resíduo, com matéria-prima, aquilo que a sociedade descarta é o que a gente vai lá e recupera, cuidando do meio ambiente, trazendo... gerando trabalho e renda para nossa base, para o nosso povo e ao mesmo tempo cuidando da saúde humana e do

---

<sup>44</sup> [\(257\) Abertura do Café Compartilhado da Comissão Nacional do MNCR - 20 anos de luta - YouTube](#)

nosso planeta né. Então assim, é muita coisa boa que a gente já vivenciou: muito choro, muitos abraços e muitos risos, não é. O movimento hoje ocupa não só o Brasil, enquanto militantes e guerreiros e guerreiras de luta, mas também, como nosso companheiro Luiz falou né, já chegamos na América Latina e, muitos de nós já foi para outros Estados, para fora do nosso país, também para conhecer experiências e passar a experiência para companheiros e companheiras no ramo da reciclagem. Então eu não vou me alongar muito, espero... acho que o meu companheiro também não vai se alongar muito, que a gente tem muitos companheiros e companheiras aqui para poder estar fazendo uma fala também. Lembrando que a gente vai ter uma semana inteira de homenagem, de comemoração, hoje é o primeiro dia de muitos no decorrer dessa semana né, a gente vai ter aí amanhã que é terça, vamos ter a quarta, vamos ter quinta e vamos ter sexta-feira agendas, não é, para comemorar esse momento tão importante para nós catadores e catadoras de materiais, né que é os 20 Anos do Movimento Nacional dos Catadores. Estamos vivendo um momento muito difícil por conta da pandemia, de 2019 para cá gente né, começou um pouco isso... em 2020 a pandemia vem com força total né, a gente tem que se adequar um novo normal que é isolamento social, tivemos que parar com a nossa base, graças a Deus, a gente conseguiu sobreviver com apoio de companheiros e companheiras, com vaquinhas de solidariedade aos catadores e catadoras né, reformando já nossas atividades dentro das nossas bases, catadores que estão em situação de rua ainda, os que estão em lixão, porque como diz uma de nossas músicas: *“com sol, com chuva, com vento, no tempo, não para o movimento”*, né. E, assim, é a nossa vida verdadeiramente no dia a dia, né, mas agente com muita dificuldade, nesse isolamento, a gente não podia deixar passar em branco essa data tão importante, como eu já falei, porque 20 anos não é 20 dias, nem 20 segundos, são 20 anos de luta, de perseverança e de conquista.” (Claudete Costa, MNCR, Live, 2021)<sup>45</sup>

A história do movimento, contada na voz do Catador Luiz e da Catadora Claudete, como acabamos de ler, e de vários outros Catadores que participaram das lives, todos protagonistas deste processo de luta, se torna mais viva.

Estes Catadores saíram da condição de invisibilidade, como Luiz se via como “lixo”, e passaram a se reconhecer como cidadãos, a ser sujeitos de uma luta coletiva por uma sociedade justa, igualitária e que respeite o meio ambiente e lutam também pela valorização do seu trabalho com a justa remuneração pelos importantes serviços

---

<sup>45</sup> [\(257\) Abertura do Café Compartilhado da Comissão Nacional do MNCR - 20 anos de luta - YouTube](#)

que realizam. Uma luta com solidariedade de classe, comprometimento e união em torno do processo de organização e luta do MNCR.

“[...] Porque a gente fala de luta, porque a gente conhece na pele, na ponta o que é verdadeiramente lutar para ocupar os seus espaços e garantir o seu direito de classe trabalhadora. [...]” (Claudete Costa, MNCR, Live, 2021)

## CAPÍTULO II

### POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DOS CATADORES NO BRASIL

*” (...) os catadores estão economizando milhões para os cofres públicos...queremos ser remunerados por serviços ambientais e pelos materiais desviados do aterro...”.*

*Dorival dos Santos (Live do dia 18/08/2020)*

#### **2.1. Processo de tramitação e implantação da lei 12.305/2010**

A Lei brasileira 12.305/2010<sup>46</sup> institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos traz as diretrizes relativas à gestão integrada para o gerenciamento de resíduos sólidos, às responsabilidades do poder público, dos geradores (Logística Reversa) e a inclusão socioprodutiva dos Catadores de materiais recicláveis. Um importante marco legal na área ambiental.

O processo de tramitação desta lei durou quase 20 anos. Começou no final de 1989, quando foi apresentado um Projeto de Lei do Senado Federal n. 354/89 que tratava do acondicionamento, a coleta, o tratamento, o transporte e a destinação final dos resíduos da saúde. Esta proposta tramitou quase 10 anos e foi para a Câmara dos Deputados e tornou projeto de lei n. 203/91. A proposta foi bastante debatida no âmbito nacional, mas não houve consenso entre os setores envolvidos, dificultando sua apreciação no Congresso Nacional.

Em 2007 o governo federal encaminhou ao Congresso Nacional uma proposta para instituir a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Projeto de Lei 1991/07 com 33 artigos, resultado de amplos debates. A ministra do Meio Ambiente, na época, Marina Silva, no ofício que apresentou as razões que sustentam a proposta desse Projeto de Lei, faz referências a vários eventos que trataram do tema. A carta começa citando a Conferência Mundial sobre Ambiente Humano, Estocolmo, 1972, que estabeleceu princípio para a preservação e conservação da natureza; a Conferência Rio 92, que consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável como uma diretriz

---

<sup>46</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm) Acesso 30/07/2022

para a mudança de rumo do desenvolvimento global; fala das primeiras iniciativas no Brasil no final da década de 1980 e o projeto de lei 203/91; das Conferências do Meio Ambiente, dos Fóruns, dos comitês que trataram da gestão dos resíduos sólidos e outros<sup>47</sup>. Assim, durante estes quase 20 anos, vários grupos e comissões foram formados para debater o tema. Em 1998, foi constituído um grupo de trabalho do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) com representantes das três esferas do governo e da sociedade civil. Em 2001, a Câmara dos Deputados criou a Comissão Especial da Política Nacional de Resíduos para apreciar os projetos do projeto de Lei 203/91 e elaborar uma proposta, mas foi extinta com as eleições. Na sociedade civil o tema foi debatido no Fórum Nacional do Lixo e no Fórum Social Mundial. Também foi tema da primeira e segunda Conferência Nacional do Meio Ambiente. Por fim, a questão da gestão de resíduos sólidos foi amplamente debatida em vários segmentos da sociedade civil e governamental.

Elisabeth Grimberg<sup>48</sup>, coordenadora da área de ambiente urbano do Instituto Polis e do Fórum do Lixo e Cidadania, no artigo publicado pela Polis no dia 22/10/2007<sup>49</sup>, cita os participantes que elaboraram o texto do projeto de lei (1991/07), bem como trata da participação do Movimento de Catadores de Materiais Recicláveis como um dos atores que participaram ativamente de elaboração de propostas.

“Participaram da construção desse texto um grupo interministerial formado pelos Ministérios do Meio Ambiente, das Cidades, da Saúde, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Fazenda e Casa Civil.

O Projeto de Lei levou em conta parte das propostas debatidas ao longo dos últimos sete anos em seminários regionais e nacionais com diversos segmentos da sociedade civil. Entre os atores que participaram ativamente do processo de elaboração e difusão de propostas voltadas para a gestão socioambiental compartilhada de resíduos sólidos destacam-se o Fórum Nacional Lixo e Cidadania, o Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo e o Movimento de Catadores de Materiais Recicláveis.” (GRIMBERG, 2007)<sup>50</sup>

---

<sup>47</sup> [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=node0135m9oablqihe45g84ux9s5y936926648.node0?codteor=501911&filename=PL+1991/2007](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0135m9oablqihe45g84ux9s5y936926648.node0?codteor=501911&filename=PL+1991/2007) - PROJETO DE LEI Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Acesso 10/02/2022

<sup>48</sup> Elisabeth também participou da live “Deus recicla, o diabo incinera” de 23/06/2020

<sup>49</sup> <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2014/08/571.pdf> acesso 10/02/2022

<sup>50</sup> <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2014/08/571.pdf> acesso 10/02/2022

Neste artigo, Grimberg (2007) também faz referência ao cenário dos resíduos sólidos no país e apresenta os gargalos (lacunas) do Projeto de Lei 1991/07, com destaque ao artigo que trata da logística reversa que subentende que é de responsabilidade do setor empresarial, mas não estabelece de quem é a obrigação da coleta e destinação dos resíduos. Outra preocupação apontada por Grimberg (2007), foi em relação a inclusão dos Catadores. A então proposta (hoje lei) indicava que o responsável pelos serviços de manejo de resíduos sólidos deveria priorizar a contratação de organizações produtivas de Catadores de materiais recicláveis, mas não criava nenhum mecanismo de obrigatoriedade, apenas incentivos financeiros.

Por fim, em agosto de 2010, foi sancionada a lei 12305/10 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos com 57 artigos, com alterações, mas mantendo a essência do projeto de lei 1991/07.

Para nosso estudo destacamos cinco artigos desta lei: o artigo 9º, o artigo 18º, o artigo 33, o artigo 36 e o artigo 42, que tratam da priorização das associações de Catadores no sistema de coleta seletiva.

O artigo 9º desta lei diz que a gestão de resíduos deve observar a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento de resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Portanto, só poderá ir para os aterros sanitários<sup>51</sup> resíduos que ainda não possuam tecnologias economicamente viáveis que possam ser reaproveitados. Apesar da “não geração” e “redução” virem em primeiro, pouco se fala e se faz neste sentido, já que o foco está voltado para a reciclagem e para encerramento dos lixões<sup>52</sup> que, segundo a lei,

---

<sup>51</sup>“Um aterro sanitário é definido pela norma ABNT NBR no. 8.419/96 como uma técnica de disposição de RS urbanos no solo, sem causar danos à saúde e à sua segurança, minimizando impactos ambientais, método este que utiliza princípios de engenharia para confinar os RS à menor área possível e reduzi-los ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho, ou a intervalos menores, se for necessário.” (BARROS, 2012, p.172)

<sup>52</sup> “O aterramento é tido como a técnica mais utilizada de destinação final para os RS, encontrada em quase todos os municípios brasileiros. Entretanto, na maioria dos casos o que se tinha na virada do século era verdadeiros **lixões** a céu aberto, em que simplesmente se descarregava o lixo, sem qualquer cuidado ou controle. Verifica-se que muitas prefeituras ainda optam por esta solução mais barata e simples, que é o mero lançamento do material em terrenos às vezes inaptos para recebê-los. Margens de corpos d’água (e mesmo dentro d’água), ravinas, voçorocas, beiras de estrada, terrenos baldios, depressões naturais e pirambeiras são algumas destas variações nos locais escolhidos para os botaforas. Entre os principais efeitos nocivos da má disposição de RS, podem ser citadas: a) a poluição das águas superficiais e subterrâneas...;b) a poluição dos solos, por acúmulo de materiais pesados...; c) poluição do ar... causados por poeira, fumaça, maus cheiros...;d) a obstrução de dispositivos componentes dos sistemas urbanos de drenagem de águas pluviais (bocas de lobo, canais, etc.)... dificuldades de funcionamento agravam, assim, alagamentos e inundações; e) poluição visual, com

deveriam ter sido proibidos desde agosto de 2014. Todavia, atendendo as reivindicações dos gestores municipais que alegaram falta de recursos técnicos e financeiros para o atendimento do dispositivo legal, esta data foi estendida entre 2018 e 2021, de acordo com o porte do município. Passado este período e ainda não cumprido pelos municípios, o prazo foi prorrogado mais uma vez e, conforme artigo 54 da lei 14.026/20<sup>53</sup>, para até o ano 2024, também dependendo do porte do município. Infelizmente ainda existe lixões em muitos municípios brasileiros.

O artigo 18 desta lei trata da elaboração do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, como condição para que os municípios tenham acesso aos recursos da União para a limpeza urbana e ao manejo destes resíduos. No inciso II deste artigo consta que, para este financiamento, terão prioridade os municípios que optarem por soluções consorciadas intermunicipais e implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

O artigo 33 desta lei trata da logística reversa. As indústrias são obrigadas a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos. E no parágrafo 3º, inciso III, diz que as indústrias devem “atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de Catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o parágrafo 1º “.

O artigo 36 diz que os municípios, responsáveis pela limpeza urbana, devem adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos e estabelecer o sistema de coleta seletiva e deverá priorizar a organização e funcionamento de cooperativas formadas por pessoas físicas de baixa renda, e a contratação é dispensada de licitação.

“Art. 36. No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:

---

impacto estético e emotivo)...;f) a existência de animais que podem causar risco à integridade física dos seres humanos; g) a existência de seres humanos vivendo e trabalhando em condições deploráveis e submetidos a muitos riscos. (BARROS, 2012, p. 167 e 168)

<sup>53</sup> [L.14026 \(planalto.gov.br\)](https://www.planalto.gov.br/l14026) Acesso 30/07/2022

I - adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

II - estabelecer sistema de coleta seletiva;

III - articular com os agentes econômicos e sociais medidas para viabilizar o retorno ao ciclo produtivo dos resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos;

IV - realizar as atividades definidas por acordo setorial ou termo de compromisso na forma do § 7º do art. 33, mediante a devida remuneração pelo setor empresarial;

V - implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido;

VI - dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

§ 1º Para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do **caput**, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

§ 2º A contratação prevista no § 1º é dispensável de licitação, nos termos do (inciso XXVII do art. 24 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.)

Por fim, o artigo 42 trata do financiamento. O poder público poderá criar linha de financiamento para atender, entre outras iniciativas, a implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis (Artigo 42, inciso III).

Esta lei foi regulamentada pelo decreto 7.404 de 23 de dezembro de 2010<sup>54</sup>, que estabeleceu normas para execução da Política Nacional de Resíduos Sólidos, criou o Comitê interministerial para apoiar a estruturação e implementação da PNRS e o comitê orientador para implementação de sistema de logística reversa. Tratou da coleta seletiva, da logística reversa, do acordo setorial e sua implementação, da participação e priorização das organizações de Catadores de materiais recicláveis na

---

<sup>54</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/D7404impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7404impresao.htm) . Acesso em 20/07/2022

coleta seletiva e na logística reversa, dos planos de resíduos e outras. Recentemente, em 12/01/2022, este decreto foi revogado pelo governo Jair Messias Bolsonaro através do decreto 10.936/22<sup>55</sup>. Esse novo decreto 10.936/22, alterou vários artigos e como se trata de uma mudança muito recente, os especialistas estão se familiarizando com esta nova normatização.

Apesar do decreto 7.404/10 ter sido revogado, achamos importante comentar o capítulo que tratava da participação do Catadores de materiais recicláveis e da logística reversa para ajudar na análise. Nos artigos 40 a 44 constava:

“Art. 40. O sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos e a logística reversa priorizarão a participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda.

Art. 41. Os planos municipais de gestão integrada de resíduos sólidos definirão programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Art. 42. As ações desenvolvidas pelas cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis no âmbito do gerenciamento de resíduos sólidos das atividades relacionadas no [art. 20 da Lei nº 12.305, de 2010](#), deverão estar descritas, quando couber, nos respectivos planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

Art. 43. A União deverá criar, por meio de regulamento específico, programa com a finalidade de melhorar as condições de trabalho e as oportunidades de inclusão social e econômica dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Art. 44. As políticas públicas voltadas aos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis deverão observar:

I - a possibilidade de dispensa de licitação, nos termos do [inciso XXVII do art. 24 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993](#), para a contratação de cooperativas ou associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II - o estímulo à capacitação, à incubação e ao fortalecimento institucional de cooperativas, bem como à pesquisa voltada para sua integração nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos; e

III - a melhoria das condições de trabalho dos catadores.

---

<sup>55</sup> [D10936 \(planalto.gov.br\)](#) Acesso em 22/07/2022

Parágrafo único. Para o atendimento do disposto nos incisos II e III **do caput**, poderão ser celebrados contratos, convênios ou outros instrumentos de colaboração com pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atuem na criação e no desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, observada a legislação vigente.” (Decreto 7.404/10)

Como podemos constatar, no artigo 40 há uma indicação de priorização da participação das organizações dos Catadores para o sistema de coleta seletiva e de logística reversa, sem qualquer obrigatoriedade. Esta situação impõe que estas organizações se adequem às exigências do mercado para garantir a contratação de seus serviços junto aos órgãos municipais, uma situação em condições de desigualdade com as empresas privadas<sup>56</sup>. Assim, os artigos seguintes, especificamente os artigos 43 e 44 e seus incisos, trataram da importância das políticas públicas para o estímulo e fortalecimento Catadores, através de programas de capacitação e de fomento para organização de cooperativas e associações visando melhorar as condições de trabalho e da capacidade produtiva, assim como trata da possibilidade da dispensa de licitação para a contratação.

O decreto 7.405/10, que também foi revogado pelo atual presidente Bolsonaro por meio do decreto 10.473/2020<sup>57</sup>, instituiu o Programa Pró-Catador e alterou o nome do CIISC que passou a chamar Comitê interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis, composto por 25 órgãos do governo federal. Necessário destacar a importância da nomenclatura, que pode refletir uma concepção do processo. O CIISC foi criado pelo governo Lula em 2003, como falamos no capítulo anterior. Observamos que, em 2003, o CIISC era denominado Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo. No Brasil, a partir da Lei 12.305/2010 o “lixo” passou a ser chamado de materiais recicláveis e os materiais que não têm viabilidade econômica de rejeitos. Também o comitê passou a denominar-se de Inclusão Social e Econômica. A questão dos Catadores ultrapassa a área social, ou melhor, da assistência social como muitos ainda os veem. Com a lei 12.305/10, passam a ser reconhecidos como um dos atores do processo econômico, da cadeia produtiva da reciclagem. Assim, o artigo 1º deste decreto (7.405/10) instituiu o Programa Pró-Catador que teve a finalidade de:

---

<sup>56</sup> Analisaremos esta situação no próximo capítulo parte dois.

<sup>57</sup> [Decreto nº 7405 \(planalto.gov.br\)](#) acesso 17/02/2022

“[...] integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento.”

Também nesse artigo 1º, no parágrafo único, os Catadores são assim caracterizados (as):

“[...] consideram-se catadores de matérias reutilizáveis e recicláveis as pessoas físicas de baixa renda que se dedicam às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis.”

Portanto, nos governos Lula e Dilma, houve, principalmente através do programa CATAFORTE I, II e III, (PEREIRA, GOES, 2016), como abordamos no capítulo anterior, um investimento importante para fomentar e fortalecer os Catadores enquanto empreendimento solidários, com capacitação e estruturação com equipamentos (maquinário, caminhões e espaço físico). Nisto, as organizações de Catadores poderiam atender as demandas da cadeia produtiva da reciclagem numa situação mais favorável. Muitos gestores municipais e empresas do setor privado alegam que as cooperativas de Catadores não têm estrutura para realizar os serviços, um motivo alegado para a não contratação. Mas, como sabemos, é um serviço que os Catadores realizam há mais de 50 anos, que, como eles próprios dizem nas lives, realizam o serviço com muito mais conhecimento e qualidade. Abordaremos esta questão no terceiro capítulo.

Como falamos, o decreto 10.936/22 revogou o decreto 7.404/10. Ambos tratam da regulamentação da PNRS (Lei 12.305/10) e possuem cerca de 90 artigos. No decreto 10.936/22<sup>58</sup>, alguns temas foram mantidos com o mesmo conteúdo do decreto anterior, como, por exemplo, o capítulo que trata sobre educação ambiental, apesar de ter sido alterado no formato da descrição dos artigos, mas o teor, a princípio, permaneceu o mesmo. Já no capítulo que trata da participação dos Catadores, tema do nosso estudo, houve alterações significativas.

---

<sup>58</sup> Não é nosso objeto de estudo analisar esse novo decreto, mas achamos importante fazer referência de pontos que tratam da participação dos Catadores nos sistemas de coleta seletiva e de logística reversa.

A Associação Brasileira de engenharia sanitária e ambiental - ABES tratou do novo decreto 10.936/22 que regulamenta a lei 12.305/10 na sua primeira “webinar” de 2022<sup>59</sup>, um encontro virtual. As representantes do comitê técnico de resíduos sólidos da ABES, Jussara Kalil Pires e Alice Libânia, que participaram como debatedoras desta “webinar”, apresentaram algumas preocupações. Falaram do poder dado ao Ministério do Meio Ambiente, que poderá regulamentar, conforme seus critérios, vários artigos do decreto através de “Atos” sem a participação de outros órgãos, comissões e do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Também demonstraram a preocupação com relação ao capítulo que trata da participação dos Catadores, capítulo IV. Fizeram menção aos artigos 40, 41, 42 e 43 deste capítulo e ao parágrafo 3º do artigo 14 do capítulo que fala da participação dos Catadores no sistema de logística reversa e as condições exigidas para essa inserção:

“Art. 14. Os fabricantes, os importadores, os distribuidores e os comerciantes dos produtos a que se referem os [incisos II, III, V e VI do caput do art. 33 da Lei nº 12.305, de 2010](#), e dos produtos e das embalagens de que tratam os incisos I e IV do **caput** e o § 1º do art. 33 da referida Lei deverão:

I - Estruturar, implementar e operar os sistemas de logística reversa, por meio do retorno dos produtos e das embalagens após o uso pelo consumidor; e

II - Assegurar a sustentabilidade econômico-financeira da logística reversa.

§ 1º Para fins do disposto no **caput**, os fabricantes, os importadores, os distribuidores e os comerciantes ficam responsáveis pela realização da logística reversa no limite da proporção dos produtos que colocarem no mercado interno, conforme metas progressivas, intermediárias e finais estabelecidas no instrumento que determina a implementação da logística reversa.

§ 2º Na implementação e na operacionalização do sistema de logística reversa, poderão ser:

I - adotados procedimentos de compra de produtos ou de embalagens usadas; e

II - instituídos postos de entrega de resíduos reutilizáveis e recicláveis.

---

<sup>59</sup> “Palestra – O Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 que Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Fabricio Soler - sócio da Felsberg Advogados. Debatedoras: Alice Libânia Santana- diretora da ABES MG, Jussara Kalil Pires - Vice-presidente da ABES-RS, Roseane Maria Garcia Lopes de Souza - coordenadora da Câmara Temática de Resíduos Sólidos Nacional e ABES-SP” . Disponível: [Decreto nº 10.936: Política Nacional de Resíduos Sólidos - YouTube](#) acesso 22/02/2022

§ 3º As cooperativas e as associações de catadores de materiais recicláveis poderão integrar o sistema de logística reversa de que trata o **caput**:

I - desde que sejam legalmente constituídas, cadastradas e habilitadas, nos termos do disposto nos art. 40 e art. 42; e

II - por meio de instrumento legal firmado entre a cooperativa ou a associação e as empresas ou entidades gestoras para prestação dos serviços, na forma prevista na legislação.”

Observa-se no parágrafo 3º, inciso I, do artigo 14, que as cooperativas e associações de Catadores poderão participar do sistema de logística reversa “desde que”, sejam legalmente constituídas e cadastrada e habilitadas conforme artigos 40 e 42 do mesmo decreto.

O artigo 40 institui o Programa Coleta Seletiva Cidadã<sup>60</sup> e conforme podemos constatar no parágrafo único deste artigo e seus incisos I, II e III e no artigo 42, que só poderão participar do programa as organizações de Catadores que estejam credenciadas por órgãos federais:

“Art. 40. Fica instituído o Programa Coleta Seletiva Cidadã, por meio do qual os órgãos e as entidades da administração pública federal, direta e indireta, deverão:

I - separar os resíduos reutilizáveis e recicláveis; e

II - destinar resíduos reutilizáveis e recicláveis, prioritariamente, às associações e às cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Parágrafo único. Estarão aptas a coletar os resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal, direta e indireta, as associações e as cooperativas de catadores de materiais recicláveis que:

I - sejam formalmente constituídas por catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;

II - possuam infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos recicláveis descartados;

III - apresentem o sistema de rateio entre os associados e os cooperados; e

IV - estejam regularmente cadastradas e habilitadas no Sinir.

Art. 41. Caberá aos órgãos e às entidades da administração pública federal, direta e indireta, realizar os procedimentos necessários para a seleção de associações e de cooperativas cadastradas no Sinir,

---

<sup>60</sup> Entendemos que este programa “Coleta Seletiva Cidadã” reformulou o programa criado no governo Lula em 2006 (decreto 5.940/06) de coleta seletiva solidária que também tinha como objetivo a destinação pelos órgãos e entidades da administração pública federal, dos materiais recicláveis para os Catadores, mas agora reeditado com novas condições e exigências.

observado o disposto na legislação, com vistas a firmar termo de compromisso.

Art. 42. As associações e as cooperativas de catadores de materiais recicláveis deverão realizar a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos não reaproveitados para reutilização ou reciclagem.

Parágrafo único. A inobservância ao disposto no **caput** poderá acarretar:

- I - a revogação da habilitação da associação e da cooperativa no Sinir;
- e
- II - a impossibilidade de participação no Programa Coleta Seletiva Cidadã, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação.”

Na leitura destes artigos vemos apenas exigências impostas para que os Catadores estejam estruturados e capacitados para serem contratados: devem estar formalmente constituídos, possuírem estrutura para efetuar a triagem do material e habilitados pelo SINIR - Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos<sup>61</sup>, que é um dos Instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Podemos observar esta preocupação na fala de Alice Libânia Santana Dias na webinar da ABES/2022<sup>62</sup>:

“[...] são dois grandes pontos muito sérios que a gente precisa de entender como aplicar e se de fato é adequada a forma como foi colocado. Primeiro a atuação dos catadores no sistema de logística reversa e na coleta seletiva. Eu acho que aí tem que ser feita uma reflexão das palavras que foram suprimidas em relação ao decreto anterior para esse decreto assim como alguns termos. A inclusão social com a emancipação econômica ela é uma diretriz, uma meta na lei,

---

<sup>61</sup> O Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR) é um dos Instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) instituída pela Lei n°. 12.305, de 2 de agosto de 2010 e regulamentada pelo Decreto n°. 7.404, de 23 de dezembro de 2010. A PNRS está basicamente ancorada neste Sistema de Informações e a evolução de sua concepção envolverá o Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (SINIMA) e o Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento Básico (SINISA), atual SNIS, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). O Art. 71. do Decreto nº 7.404/10 institui o Sistema Nacional de Informações Sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR), sob a coordenação e articulação do Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de, dentre outras:

*VIII - disponibilizar periodicamente à sociedade o diagnóstico da situação dos resíduos sólidos no País, por meio do Inventário Nacional de Resíduos Sólidos; e*

*IX - agregar as informações sob a esfera de competência da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.*

O SINIR é um dos principais instrumentos de avaliação e reformulação das ações de implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). [SINIR - Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos - Página Inicial](#) acesso 22/02/2022

<sup>62</sup> [Decreto nº 10.936: Política Nacional de Resíduos Sólidos - YouTube](#) acesso 22/02/2022

colocado em lei no plano nacional de resíduos e para os outros planos e na medida em que o decreto ele traz que as cooperativas poderão, esse verbo ‘poderão’, também já existia no decreto anterior, integra ao sistema de logística reversa, mas coloca aí condições “desde que”. Esse “desde que” é que realmente é, a gente tem que ver com muito detalhe. Talvez a intenção tenha sido interessante, tenha sido boa, mas pode trazer consequências muito complicadas. A logística reversa de embalagens quando ela é operacionalizada na forma como é no Brasil, através dos catadores, é necessário fortalecer essas organizações de catadores de materiais recicláveis com a inclusão social, buscando a emancipação econômica e não há que se falar em atender essas cooperativas que já estejam formalmente aí já constituídas, super cadastradas. Como então a gente vai inserir aquelas que não estão formalmente ainda, estão à margem da regulamentação, então, é, esse ponto ele é muito delicado, acho que merece uma reflexão de todos, né, e talvez o ministério tenha e esteja pensando de alguma forma para poder abordar aqueles que não estão formalmente constituídos. É porque é uma obrigação sim né, se aqueles que possuem a responsabilidade compartilhada para a implementação da logística reversa, estão delegando a um terceiro fazer isso em nome dele, que, no momento em que ele utiliza a cooperativa, a organização de catadores para fazer isso em seu nome, ele precisa fortalecer essas instituições. Então antes de elas estarem formalmente constituídas talvez seja necessário, como é em muitos casos, o fortalecimento em termos de infraestrutura, em termos formais mesmo. Eu acho que esse é um ponto muito relevante [...]” (Alice Libânia, Live, ABES, 2022).

Outra exigência, como podemos ver no artigo 42, uma situação difícil de ser cumprida pelas organizações de Catadores, é que elas são responsáveis pela destinação final ambientalmente adequada dos materiais não reaproveitáveis para a reciclagem e reutilização. A representante da ABES, Jussara Kalil Pires, considera uma condição inviável:

“[...] uma outra questão que tu também chegaste abordar em relação às associações de Catadores, essas exigências que são feitas tá, que possam entrar na coleta seletiva cidadã e nos sistemas de logística reversa. E uma coisa em especial ficou destacado para mim, a que é de a obrigatoriedade da associação de catadores da cooperativa assumir a destinação final adequada né, e isso é uma coisa absolutamente inviável, antes se tivesse condições de assumir isso, nós estaremos muito bem. A gente sabe então, assim, é muito fora da

nossa realidade o que está sendo previsto aí e outras, outra questão assim [...]” (Jussara, Live, ABES, 2022)

Este novo decreto não fala em políticas públicas para o fortalecimento dos Catadores e melhorias nas condições de trabalho que estava previsto nos artigos 40 a 44 do decreto 7.404/10 que foi revogado: estímulo à capacitação, incubação e ao fortalecimento institucional de cooperativas.

Entendemos que os Catadores necessitam das políticas públicas para se capacitarem e se estruturarem para atender as demandas do mercado da reciclagem, mas o cenário político e econômico está tornando a inclusão produtiva dos Catadores muito difícil. O processo de contratação dos Catadores que já era difícil, agora, com este novo decreto 10.936/22, piorou substancialmente. Mas como se trata de uma normatização nova, é preciso aguardar como vai repercutir nos setores envolvidos com a temática.

Retornando para as considerações a respeito do decreto 7.404/10 (o que foi revogado), como vimos, esta normatização, também tratou da logística reversa. O seu artigo 15 *“determina que os sistemas de logística reversa serão implementadas e operacionalizados por meio dos seguintes instrumentos: I- Acordos setoriais; II – regulamentos expedidos pelo Poder Público; ou III – termos de compromisso”*.

De acordo com este mesmo Decreto, o artigo 19 diz que *“os acordos setoriais são atos de natureza contratual, firmado entre o Poder Público e os fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, visando a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto” (decreto 7404/10 artigo 19)*<sup>63</sup>.

Em 2014, o governo federal fez consulta pública da proposta preliminar do Acordo Setorial para implantação do sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral. Existem outros acordos setoriais, de pilhas, lâmpadas, pneus, mas o acordo de embalagem trata de insumos relacionados com materiais comumente coletados pelos Catadores (papel, plástico, alumínio, aço, vidro e outros).

---

<sup>63</sup> O novo decreto 10.936/22, que revogou o decreto 7404/10, no artigo 21, mantém o mesmo conceito de Acordos Setoriais.

Percorrido os prazos de tramite do processo, o Acordo foi assinado em novembro/2015, ainda no governo da presidente Dilma Rousseff. O CEMPRE<sup>64</sup>, na edição do seu informativo “Cempre Informa” número 144/2015, traz uma matéria sobre este evento com o título “Um acordo muito esperado” como capa. Esta reportagem fala da importância do Acordo para as partes envolvidas e traz trechos de falas de representantes das partes envolvidas no “ciclo da reciclagem”. A Ministra do Meio Ambiente e o representante do movimento enfatizam, na época, que este Acordo proporcionará a inclusão dos Catadores e melhorar as condições de trabalho.

“O acordo setorial elaborado para aprimorar a reciclagem de embalagens pós-consumo no país foi assinado, no último dia 25 de novembro, pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, com a presença de representantes da Coalizão Embalagens, formada por empresas e associações do setor, e do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). O acordo propõe ações para expandir o sistema, seguindo os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) que prevê a integração entre os diversos stakeholders para o incremento dos índices de reciclagem.

Elaborada por 21 entidades do setor - produtores, importadores, usuários e comerciantes, com apoio do Cempre, da Confederação Nacional das Indústrias (CNI) e da Confederação Nacional do Comércio (CNC) - a proposta do documento foi entregue no final de 2012 para análise do governo e consulta pública. “O acordo vai trazer condições dignas de trabalho para os catadores que agora têm direitos e deveres dentro do processo”, declarou a ministra na cerimônia de assinatura. Segundo Roberto Laureano, do MNCR, “esse é o melhor caminho, o de incluir a base da pirâmide que são os catadores. O acordo é um instrumento necessário para a implantação da Política Nacional do setor. [...]”. (Cempre Informa” número 144/2015).

Na fala do representante do CEMPRE, fica subentendido o interesse mercadológico que está por detrás deste Acordo, quando faz referência à possibilidade de crescimento que tem os negócios destes setores e a importância dos atores envolvidos na cadeia produtiva deste processo.

---

<sup>64</sup> “O CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 1992, dedicada à promoção da reciclagem os resíduos sólidos no país, visando a redução de desperdícios e o aproveitamento adequado dos materiais”. [O CEMPRE – CEMPRE](#) Acesso 01/08/2022

“Para todas as categorias de insumos cobertos pelo acordo (papel e papelão, plástico, alumínio, aço, vidro e embalagem longa vida), os estudos apontam vantagens econômicas na produção a partir de material reciclado, em relação aos custos com energia e insumos. Essas vantagens se refletem na geração de renda ao longo da cadeia de coleta, triagem, transporte e reciclagem.

Para o presidente do Cempre, Victor Bicca, o acordo representa um marco fundamental. “Ele abrange todo o ciclo da reciclagem e aborda o desafio de formalizar o fluxo da coleta. Agora, teremos maior clareza do papel e da responsabilidade do setor empresarial e dos demais envolvidos no processo como a população, o governo e as cooperativas de catadores. Tenho certeza que escolhemos o melhor modelo para o país a partir de critérios de viabilidade técnica que levaram em conta nossa situação socioeconômica e geográfica. É um modelo que prioriza o apoio às cooperativas de catadores, a instalação dos Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) e o compromisso das empresas de comprar todo o material que for coletado pelo melhor preço de mercado”, explica Bicca. O acordo prevê aumento de 22% na reciclagem de embalagens pós-consumo nos próximos dois anos. Segundo o Cempre Review 2015, lançado durante o 11º Recicle Cempre, são muitas as oportunidades de expansão, visto que hoje apenas 13% da população brasileira é atendida pelo serviço de coleta seletiva.” (CEMPRE INFORMA, número 144 novembro/dezembro – 2015)<sup>65</sup>



Foto: Paulo de Araújo/MMA<sup>66</sup>

Na foto está presente Roberto Laureano da Rocha, liderança do MNCR, presidente da ANCAT, vestido de verde, uniforme do MNCR. Talvez a foto represente,

<sup>65</sup> <http://cempre.org.br/cempre-informa/id/57/um-acordo-muito-esperado>. Acesso em 02/05/2019). Está matéria consta também no site: [NATUREZA E PAZ: CEMPRE - UM ACORDO MUITO ESPERADO](#) (acesso em 25/06/2021)

<sup>66</sup> [NATUREZA E PAZ: CEMPRE - UM ACORDO MUITO ESPERADO](#) Último acesso em 01/08/2022

simbolicamente, a proporção da luta que os Catadores têm que enfrentar: o poder econômico.

O teor desta matéria e do próprio Acordo chama a atenção para algumas indagações. Este Acordo Setorial tem como atores principais a Colisão de associações de empresas do setor de embalagem e o Governo Federal. A Associação dos Catadores de Materiais Reciclagem (ANCAT) e o CEMPRE constam como interveniente anuente. Não estiveram presentes os representantes dos gestores municipais que são os legalmente responsáveis pela coleta dos resíduos urbanos. Chama atenção, no “Acordo Setorial, na implantação do sistema de Logística Reversa de Embalagens em Geral”, o fato dos gestores municipais não comporem o Acordo. A participação dos municípios se deu apenas por meio da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento que se manifestou no âmbito da consulta pública.

Outra questão importante, é que no acordo assinado falta nitidez sobre o pagamento dos serviços prestados pelos Catadores, aparecendo, apenas, ajuda financeira no quesito de capacitação e infraestrutura para as cooperativas. Besen e Jacobi (2016), pesquisadores da temática dos Catadores, no artigo: “Acordo Setorial de embalagens Pós-Consumo no Brasil: consulta Pública e remuneração e catadores de materiais recicláveis”, trataram do caminho percorrido pelas políticas públicas de resíduos sólidos no Brasil para viabilizar a remuneração dos Catadores na prestação de serviço da coleta seletiva aos municípios e da logística reversa ao setor privado. Na conclusão deste artigo, fazem uma análise deste Acordo Setorial quanto a inclusão socioprodutiva das organizações de Catadores enquanto prestadores de serviços de coleta seletiva ao setor público e privado no Brasil. Também destacam a importância deste Acordo para a articulação dos atores envolvidos e os modelos de contratação e de remuneração do trabalho dos catadores.

“[...] mesmo que tenha havido um conjunto de avanços legais e institucionais e de governança, ainda existem desafios para sua consolidação. Observa-se que nos dois comitês decisórios da PNRS não existe a participação de representantes de estados, municípios, entidades privadas e da sociedade civil, embora grande parte das atribuições previstas pela PNRS seja executada de forma descentralizada, principalmente quando se trata de resíduos sólidos urbanos.

Embora o modelo brasileiro seja considerado referência internacional, em inclusão socioprodutiva de catadores, sua consolidação está diretamente relacionada com a “arena pública” de negociações do acordo setorial de embalagens. Esse acordo é peça fundamental para definir como se dará a articulação entre a logística reversa, obrigatória para o setor privado, e a coleta seletiva, uma atribuição municipal, e o modelo, ou os modelos, de contratação e de remuneração dos catadores pelos serviços prestados.

Verifica-se que, em âmbito municipal, a remuneração das organizações de catadores pela coleta seletiva ainda é incipiente e a proposta de acordo setorial apresentada não contribui para seu avanço.

A análise das contribuições à consulta pública do acordo setorial mostrou que, além de excluir os municípios, o acordo privilegia o investimento de recursos financeiros de forma aleatória, em parcerias, e não privilegia o pagamento das organizações de catadores pelos serviços prestados na logística reversa de embalagens. Não seria essa uma forma de continuar explorando os catadores?” (BESEN, JACOBI e FREITAS, 2016 p.86-87).

Este cenário mostra que há um campo de conflitos de interesses dos atores envolvidos na gestão de resíduos sólidos e na cadeia produtiva da reciclagem que supõe a disputa de poderes e interesses entre: os Catadores (classe trabalhadora), os Gestores Públicos (Estado) e as Empresas Privadas (poder econômico).

Importante destacar aqui que os Catadores fazem parte da classe trabalhadora, vivem do seu trabalho. Antunes, no seu livro “Adeus ao Trabalho” (ANTUNES, 1999), aborda as metamorfoses do trabalho e suas diversas formas no mundo atual. Procura oferecer respostas ao significado da classe trabalhadora (classe que vive do seu trabalho) nos dias de hoje, sua inserção no mundo do trabalho e seus novos desafios no processo de luta. Segundo ele, o trabalho:

“Complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais a classe-que-vive-do-trabalho. Pode-se constatar, portanto, de um lado, um efetivo processo de intelectualização do trabalho manual. De outro, e em sentido radicalmente inverso, uma desqualificação e mesmo subproletarização intensificadas, presentes no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado etc. Se é possível dizer que a primeira tendência – a intelectualização do trabalho manual – é, em tese, mais coerente e compatível com o enorme avanço tecnológico, a segunda – a desqualificação – mostra-se também plenamente sintonizada com o modo de produção capitalista, em sua lógica

destrutiva e com sua taxa de uso decrescente de bens e serviços.” (Mészáros, 1989:17). (ANTUNES, 1999 p. 54).

Os Catadores desenvolvem o trabalho não só para sobrevivência como também têm um relevante papel na redução dos impactos ambientais provocadas pelo capitalismo. O grande desafio é a valorização deste trabalho que não é um problema só desta categoria profissional, como diz Antunes, mas também de toda a classe que vive do trabalho, pois a lógica do modo de produção capitalista é a gradativa destruição do trabalho. E esta situação se torna mais difícil quando não se tem o apoio de políticas públicas no processo de luta, ou seja do Estado.

Neste contexto, é importante ressaltar o depoimento do Promotor Público do Estado de São Paulo, Doutor José Eduardo Ismael Lutti, na 1ª Conferência Internacional de Resíduos Sólidos (CIRSOL, 2022)<sup>67</sup>, que fala da importância da desmistificação do trabalho do Catador. Inicialmente ele achava que a inclusão social do Catadores na lei 12.305/10 inviabilizava a implementação da PNRS e que, após contato com as lideranças MNCR, mudou sua visão. Hoje ele ressalta a importância do Catador no processo de logística reversa, mas deixa claro que não há interesse das indústrias, do setor privado, contratar os Catadores:

“[...] Eu trabalho, eu sempre trabalhei dentro de um gabinete, com ar-condicionado e me surgiu, caiu no colo, em 2011 a lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos. São Paulo já tinha a sua Política Estadual, anterior ..., três anos antes da Política Nacional de 2010. E eu via que nada estava acontecendo em São Paulo, então eu resolvi, como promotor de justiça, dar um pequeno impulso nisso e comecei a investigar as grandes corporações é, através de inquéritos civis que eu instalei, lá em São Paulo. E isso promoveu um verdadeiro rebuliço que deu os primeiros passos para onde nós estamos hoje. E quando eu falo em desmistificar ou mistificar para mim. Naquela época que trabalhava dentro de um gabinete, a inclusão na lei de Catadores, na minha visão, inviabilizava a lei. E eu tinha uma visão que a Logística Reversa ela só iria funcionar se fosse em escala industrial, e foi então que a partir dali, nos primeiros meses, primeiros anos, eu criticava muito negativamente a posição do Legislativo de colocar uma questão social, porque na época e hoje também não deve ser muito diferente que, que é uma

---

<sup>67</sup> 1ª Conferência Internacional de Resíduos Sólidos (CIRSOL), que ocorreu nos dias 16 a 18 de março de 2022, na cidade de Recife, Pernambuco, painel “Catadores - O Desafio da Inclusão Produtiva e Valorização do Trabalho”. [\(183\) Catadores - O Desafio da Inclusão Produtiva e Valorização do Trabalho - YouTube](#) 18/03/2022

questão social a inclusão de catadores. Foi então que eu comecei a ter contato com pessoas como vocês, como o Roberto da ANCAT e outros tantos que eu não me lembro o nome e acabei desmistificando a forma como eu enxergava a presença do catador. E hoje né, Graças a Deus, eu consegui entender a importância dos catadores no sistema de logística reversa e na implementação da PNRS. Primeiro porque são eles que realmente, como Tião citou, fazem a coleta que é de obrigação exclusiva da indústria. A lei fala claramente que a indústria, seja através do importador, do envasador, do comerciante, enfim, o setor privado deve fazer a coleta dessas embalagens, desses produtos pós-consumo para sua destinação adequada. E a grande, o grande problema que nós, que eu vejo hoje e já via lá de trás, é que esse setor da iniciativa privada não quer conversar de igual para igual com os catadores. Então de lá para cá eu comecei a perceber o quanto essa, e hoje não é muito diferente, o setor privado trata os catadores como um ser inferior, como ser que tem que ganhar menos, como um ser que chega às vias de trabalhar a uma situação análoga à de escravo. E é impressionante a discriminação que o setor privado tem de trabalhar com os catadores. Eles falavam claramente, olha nós fazemos qualquer negócio, damos até dinheiro para a prefeitura desde que a prefeitura contrate os catadores, mas eu não quero ter contato com esse, com esse pessoal. Falavam claramente sem rodeios dessa forma. E hoje nós estamos vendo que já tá mais do que demonstrado por pesquisas, como as de vocês, a importância da presença de catadores no sistema de logística reversa e mais né, a indústria continua nessa mesma toada de não valorizar o trabalho dos catadores. Então uma conferência como essa, Dione, Secretário, ela serve exatamente para, infelizmente nós, pelo menos das mesas que eu participei eu vi muito pouco da indústria, especialmente dos invasores né, as grandes, as grandes conglomerados de bebidas, seja bebida alcoólica, refrigerante né, laticínios, nenhum deles estão aqui e infelizmente é isso, eles não querem ouvir o que eles precisam fazer e que eles sabem que eles precisam fazer, mas, como o Dione colocou, isso aqui é um encontro, mais um encontro importante para conscientização da sociedade para implementação da política nacional.” (José Eduardo Ismael Lutti)<sup>68</sup>

De fato, como disse doutor Lutti, já está mais que provado que são os Catadores que realizam o trabalho que pela lei 12.305/10 é de responsabilidade das empresas (Logística Reversa). Assim sendo, ele diz que este setor deve pagar por esse trabalho. Sua fala reforça o conflito de interesses nesse processo da cadeia da reciclagem marcado por um modelo econômico capitalista que explora o trabalhador

---

<sup>68</sup> [\(183\) Catadores - O Desafio da Inclusão Produtiva e Valorização do Trabalho - YouTube](#) 18/03/2022

e que o poder econômico, representado pelas indústrias de embalagem, não vai pagar pelos serviços dos Catadores exceto por força de lei e essa só se efetivará com a luta intensiva do MNCR. Essa correlação de força pode ter apoio ou não do governo que estiver no poder através das políticas públicas. Pudemos ver que nos governos Lula e Dilma<sup>69</sup>, ambos dos Partidos dos Trabalhadores, representando um governo centro-esquerda, a luta do MNCR teve apoio, mas com limite, como disse Antunes, de “conciliação de classe” (trataremos no próximo item), pois a condição de um país dependente limita uma intervenção estrutural. Já no atual governo Bolsonaro os Catadores não estão tendo apoio; ao contrário, como vimos no segundo capítulo, houve um retrocesso na legislação e direitos trabalhistas. A pandemia associada ao retrocesso das políticas sociais e ambientais, dificultaram a luta desses trabalhadores e de toda classe trabalhadora.

Portanto, a organização dos Catadores, trabalhadores da reciclagem, é essencial na correlação de força neste processo, assim como as políticas públicas. Besen e Jacobi (2016) concluem o artigo questionando se este processo da Logística Reversa, através do Acordo Setorial, não é uma forma de continuar a exploração (e aqui também incluímos nesta questão as exigências impostas na nova normatização decretada pelo presidente Bolsonaro). Entendemos que é uma condição natural ao modelo de desenvolvimento capitalista: a exploração do trabalhador.

## **2.2. O Modelo de desenvolvimento socioeconômico e de luta dos trabalhadores da Reciclagem**

*“Não está ao meu alcance criar uma sociedade ideal. Contudo, está ao meu alcance descrever o que, na sociedade existente, não é ideal para nenhuma espécie de existência humana em sociedade”*

*Florestan Fernandes (1987, p.10)*

Como abordamos anteriormente, os governos do Partido dos Trabalhadores tiveram “vontade política”, deram visibilidade e apoio ao MNCR, proporcionaram para que muitas de suas reivindicações fossem transformadas em políticas públicas.

---

<sup>69</sup> A tese de doutorado defendida na UNICAMP em 2021 por FLÁVIA CRISTINA REGILIO ROSSI com o título “SUJEITOS DE SUA PRÓPRIA HISTÓRIA: a trajetória do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) no Brasil (2001-2016)” – Campinas, 2021, faz uma análise importante da relação MNCR com o período dos governos do PT (Lulismo) chama de “agenda combinada”, ver p. 33 – disponível: [Biblioteca \(mnecr.org.br\)](https://biblioteca.mnecr.org.br) acesso 01/08/2022.

Porém, é necessário fazer uma análise crítica para entender os limites dos governos chamados progressistas numa sociedade capitalista e dependente.

Podemos fazer este debate a partir da leitura dos livros “Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina” (2009) e “A Revolução Burguesa no Brasil” (1987), ambos de Florestan Fernandes, e, mais recente, no livro “O Privilégio da Servidão” (2018), de Ricardo Antunes.

Em 2016, na disciplina do professor Pablo Dalle<sup>70</sup>, pudemos estudar o pensamento de Florestan Fernandes um importante sociólogo brasileiro (1920-1995). Florestan ajuda a compreender os limites dos países dependentes. Apesar dos escritos seja da década de 1960 e 1970, as reflexões continuam atuais.

Ricardo Antunes, na reedição do livro de Florestan “Capitalismo Dependente” (2009), faz uma apresentação com o título “Um pensamento Insubmisso” em que trata o pensamento crítico no Brasil e nele a figura de Florestan Fernandes. Destaca, então, o ponto central dessa obra:

“[...] Esforço de síntese que agrupa três ensaios, escritos entre fins de 1969 e meados de 1971 (“Padrões de dominação externa na América Latina”; “Classes sociais na América Latina” e “Sociologia, modernização autônoma e revolução social”), tem como fio condutor o desvendamento da subordinação estrutural da América Latina ao imperialismo, os elementos causais de travagem da modernização burguesa, o papel das classes sociais nas possibilidades e alternativas vislumbradas, além de explorar o desafio da sociologia crítica.” (ANTUNES, IN FERNANDES, 2009 p.13)

Florestan, no ensaio “Padrões de dominação externa na América Latina”, diz que a América Latina se defronta com dois grandes problemas:

“O primeiro é a nova forma de imperialismo e a sua difusão sob a hegemonia de uma superpotência capitalista, os Estados Unidos. O outro consiste em como enfrentar o imperialismo, na época das grandes empresas corporativas e da dominação implacável por parte de uma nação americana, dada as debilidades econômicas, socioculturais e políticas predominantes, mesmo nos países mais avançados da região. Ambas as questões implicam uma discussão preliminar do assunto geral, já que a docilidade dos interesses privados

---

<sup>70</sup> Disciplina Estructura Social Argentina Y Latinoamericana da Maestria en Trabajo Social da Facultad de Trabajo Social da Universidade de La Plata, ministrada pelo profesor Dr, Pablo Dalle.

latino-americanos em relação ao controle externo não constitui tão somente um estratagema econômica. Trata-se de um componente dinâmico de uma tradição colonial de subserviência, baseada em fins econômicos, mas também na cegueira nacional, até certo ponto estimulada e controlada a partir de fora.” (FERNANDES, 2009 p.22)

Florestan descreve de forma objetiva os padrões da dominação externa, através de uma análise histórica, destacando suas fases e formas, desde o chamado “antigo sistema colonial” passando pelo “neocolonialismo”, pelo “imperialismo de capitalismo monopolista”, chamado “idade de ouro” do imperialismo europeu (FLORESTAN, 2009 p. 22-26). O quarto padrão de dominação externa surge em conjugação com a expansão das grandes empresas corporativas nos países latino-americanos, trazendo um novo estilo de organização, de produção e de marketing, com novos padrões de planejamento, propaganda de massa, concorrência e controle interno das economias dependentes pelos interesses externos, representando o capitalismo corporativo ou monopolista. Florestan chamou de imperialismo total. (FERNANDES, 2009 p.27).

Florestan mostra o nível de dependência que os países da América Latina se encontram e como são limitadas as condições de um crescimento econômico, social e cultural com bases autônomas.

A contextualização de Florestan nos ajuda a pensar os avanços e conquistas dos direitos sociais nas últimas décadas nos governos do Partido dos Trabalhadores. Antunes (2018) chama de “conciliação de classes” e faz uma avaliação crítica e contundente deste período.

“[...] Com essa programática, o governo Lula exercitou uma política de concertação social [...]. Seu segundo governo continuou beneficiando enormemente as diversas frações do grande capital, sobretudo o industrial e o financeiro (que, como sabemos, têm uma forte simbiose entre eles, ainda que com frequência disputem espaços na condução da política econômica), além do agronegócio.

No extremo oposto da pirâmide social, o governo procurou implementar uma política social mais abrangente, ainda que sempre assistencialista, buscando minimizar em alguma medida a brutal miséria brasileira. Mas é imperioso enfatizar que nenhum dos pilares estruturantes dessa miséria foi efetivamente enfrentado. Essa era uma imposição das classes dominantes para garantir seu apoio ao governo Lula e foi aceita servilmente.

Os grandes capitais lucraram como poucas vezes na história recente do país, sendo que parcelas da base mais empobrecida e pauperizada da pirâmide social brasileira puderam ascender pequenos degraus, que são por certo hiperdimensionados pelos seus apologistas e contestados pela direita com seu intrínseco e ineliminável traço social, herança, de seu passado colonial quase “prussiano”, muito escravista, fortemente senhorial e excludente.” [...]. (ANTUNES, 2018 p. 228 e 229).

Mas apesar das críticas de Antunes, os avanços das políticas públicas foi o limite possível em que os governos de Lula e Dilma puderam alcançar, e muitas destas políticas sociais implantadas foram direcionadas pelo Consenso de Washington em 1989. Sem dúvida, foram governos que deram visibilidade aos Catadores, criaram políticas públicas favorecendo a melhoria das condições de trabalho e competição das organizações de Catadores no mercado da reciclagem. Concordamos com Antunes que não houve um enfrentamento efetivo das demandas estruturantes, ações necessárias para efetiva valorização da classe trabalhadora e conseqüentemente do trabalho do Catador. Talvez esse seja o limite num capitalismo dependente: políticas sociais frágeis, não universais, hoje focais, sustentadas na “conciliação de classes”.

Antunes (IN FERNANDES, 2009 p.16) termina seu texto falando dos dilemas da América Latina.

“Na linhagem de Caio Prado Jr. e também de Mariategui, Florestan Fernandes nos ajuda a desvendar os dilemas de Nuestra América, que oscila entre a modernização e a barbárie, avançando e recuando, dando um passo à frente e outro para trás, avançando o atraso e retrocedendo o avanço.

Se atentarmos para o aumento da temperatura social e política da América Latina, neste tenso e turbulento início de século, fica difícil desconsiderar a obra vigorosa, densa, crítica e engajada de Florestan Fernandes. E este pequeno livro é uma bela síntese de que se passa na América Latina, dependente, mas rebelde; espoliada, mas insubmissa; destroçada, mas insurgente. E o pensamento vivo de Florestan Fernandes é parte desta América Latina.” (ANTUNES, IN FERNANDES, 2009 p.16).

Hoje vemos que a América Latina passou e está passando por um processo de retrocesso que podemos chamar de barbárie. Podemos citar, por exemplo, o que passou a Argentina, com o governo de Macri (2016-2019), com o desmonte das políticas públicas e o comprometimento com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e no Brasil com o governo Bolsonaro (2019-atual), como vimos anteriormente. Estamos

destroçados, mas acreditamos na resistência e insurgência (como diz Antunes) de nossa América. Podemos ver as eleições do Chile (2021), que assume um governo progressista e de esquerda, como resultado de uma grande mobilização social do povo chileno, como também a recente vitória histórica na Colômbia (2022), primeira vez que a esquerda assume o poder.

Apesar dessa virada não podemos desconsiderar a atual conjuntura geopolítica que pode interferir no contexto social e econômico da América Latina e conseqüentemente para os Catadores. Como vimos, o trabalho da “catação” é uma atividade exercida por pessoas em situação de pobreza e de extrema pobreza. Com a crise econômica mundial agravada, aumenta o número de pessoas nessa situação. Em junho/2022 a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), apresentou um informe especial: *“Repercusiones en América Latina y el Caribe de la guerra en Ucrania: ¿cómo enfrentar esta nueva crisis?”*<sup>71</sup>, que trata da expectativa do aumento da pobreza extrema em 2022 nos países da América Latina e Caribe:

“Este informe especial de la CEPAL examina el impacto económico y social de la guerra en Ucrania en la región y entrega recomendaciones a los países sobre cómo enfrentar sus efectos. El documento analiza las distintas variables económicas y sociales, así como los diferentes sectores de la economía regional que se han visto afectados por el conflicto bélico que comenzó en febrero de este año, y presenta propuestas de política para mitigar sus impactos en el proceso de recuperación poscrisis del COVID-19 que aún enfrenta la región. Incluye estimaciones actualizadas del aumento de la pobreza y la pobreza extrema en los países de América Latina y el Caribe en 2022.” (CEPAL, junho, 2022 p. 1)<sup>72</sup>.

José Luís Fiori, professor do Programa de pós-graduação em Economia Política Internacional da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), autor, entre outros livros, de “O Poder global e a nova geopolítica das nações” (Boitempo, 2007), nos ajuda a pensar a atual conjuntura geopolítica mundial num contexto de pandemia e de guerra na Ucrânia que, segundo a CEPAL, são os fatores desencadeante do

---

<sup>71</sup> [Repercusiones en América Latina y el Caribe de la guerra en Ucrania: ¿cómo enfrentar esta nueva crisis? \(cepal.org\)](https://repositorio.cepal.org/publicaciones/1/S2000179/pt)

<sup>72</sup> [Repercusiones en América Latina y el Caribe de la guerra en Ucrania: ¿cómo enfrentar esta nueva crisis? \(cepal.org\)](https://repositorio.cepal.org/publicaciones/1/S2000179/pt)

aumento da pobreza. Em entrevista por e-mail para o jornal “Tutaméia”, em abril de 2020, com o título “Prognóstico é ruim e vai piorar, diz Fiori”, ele fala que:

“[...] essa pandemia não produzirá nenhuma grande inflexão geopolítica dentro do sistema mundial. O que ela fará é acelerar a velocidade das transformações que já estavam em curso e que seguirão se aprofundando. Essa nova peste está apenas desvelando o que já existia, mas que ainda estava encoberto pelo que talvez se pudesse chamar de último véu de hipocrisia do que muitos analistas chamam de “ordem liberal”, ou de “hegemonia americana” do século 20”. (Fiori, 2020, Tutaméia)<sup>73</sup>

Nestes últimos anos observamos uma mudança importante na passagem do unilateralismo no plano geopolítico internacional. Após o fim da guerra fria e a preeminência dos Estados Unidos, surge uma nova fase com o empoderamento da China, do BRICS, o fortalecimento da Rússia após a queda da URSS e de outros países como a Índia, o que leva a considerar um mapa geopolítico multilateral que está em plena expansão e configuração. A pandemia COVID-19 e a Guerra de Rússia e Ucrânia, muda mais profundamente as alianças e o reposicionamento dos países, em que os pobres e a pobreza, como é o caso do Brasil e da maioria dos países de América Latina, ocupam um enorme espaço num contexto que seguramente afetará os Catadores.

Nesse sentido a resistência do MNCR, com um processo de mobilização autônoma e de base, a partir de lutas concretas do cotidiano dos Catadores para garantir seus direitos, mas com a consciência de que outro modelo societário é necessário (LÖWY, 2014; HARVEY, 2016; MESZARIOS, 2009; CHESNAIS, SERFATI, 2003), mostra um contrapoder em relação à classe burguesa dependente como diz Fernandes (2009). No capítulo seguinte podemos conhecer, através da fala dos próprios Catadores, os desafios que enfrentam nesse processo de luta.

---

<sup>73</sup> [PROGNÓSTICO É RUIM E VAI PIORAR, DIZ FIORI - TUTAMÉIA \(tutameia.jor.br\)](https://www.tutameia.jor.br/prognostico-e-ruim-e-vai-piorar-diz-fiori) acesso 31/07/2022

### CAPÍTULO III

#### “A VOZ DO CATADOR”: TEMÁTICAS E NARRATIVAS DAS LIDERANÇAS NO PERÍODO DA PANDEMIA CORONAVIRUS

*“(...) quando a pessoa tem perspectiva de futuro ela é mais feliz, tem mais saúde, sonha mais, investe, cria mais, investe mais no mundo. Todo mundo tem direito de sonhar(...)” (Gilberto Warley Chagas, MNCR/MG, live dia 27/04/2021)*

*“Catador não precisa de esmola. Não queremos cestas básicas, queremos o reconhecimento de nossa categoria. Companheiros, não parem de lutar, sem luta não há vitória.” Erik Soares<sup>74</sup> (MNCR, 2005)*

Como citamos na introdução, o MNCR realizou, no período de 12/05/2020 a 11/05/2021, trinta e sete lives (encontros virtuais). Contaram com a participação de 66 Catadores líderes do movimento representando as cinco regiões do país e de 20 técnicos e apoiadores. O MNCR também respeitou a paridade de gênero.

A escuta das lives nos proporcionou uma visão mais ampla e orgânica do pensamento das lideranças com relação aos desafios que os Catadores enfrentam com o trabalho da catação e os impactos da pandemia. As lideranças abordaram as lutas do cotidiano, as suas histórias de vida, a importância do MNCR e em todas esteve presente a preocupação com a justa remuneração pelos serviços que realizam, pois apenas a venda dos materiais que coletam não é suficiente para atender dignamente suas necessidades básicas e o custo dos seus empreendimentos. A pandemia ajudou a situação ficar mais difícil, além da constante ameaça da implantação de sistemas de incineração de resíduos que põe em risco a cadeia da reciclagem.

Duas lives foram centrais para nossa análise por abordar especificamente sobre o tema estudado: *“Pagamento por serviços e valorização do trabalho”* e *“Catadores e prestação de Serviço”*. As demais temáticas também contribuíram para o debate trazendo temas transversais importantes no processo de luta do MNCR pela valorização do trabalho do Catador.

---

<sup>74</sup> Erik Soares foi uma importante liderança do MNCR que se tornou uma referência para os Catadores. Faleceu em fevereiro/2004

Para facilitar a análise, dividimos este capítulo em duas partes: a primeira faz uma abordagem dos temas das lives mostrando a importância da transversalidade de outras bandeiras de lutas na valorização do trabalho; a segunda analisa as duas lives que abordaram especificamente sobre a prestação de serviços a partir das experiências de municípios que possuem contratos com as organizações de Catadores, destacando os desafios e oportunidades para a participação nos sistemas de coleta seletiva e da logística reversa, com a justa remuneração. Entendemos que a primeira parte traz, se assim podemos dizer, um aspecto mais político e de mobilização social e a segunda um aspecto mais técnico e profissional.

### **3.1 Temáticas abordadas nas lives**

Como falamos anteriormente, os temas das lives refletem a luta do cotidiano dos Catadores por condições dignas de vida como também pela luta de gênero, a luta antirracista, do movimento LGBTQI+, por habitação, saúde, educação, previdência social e, principalmente, pela valorização do trabalho que desenvolvem para a coleta seletiva e para a questão ambiental. Em todas as lives estiveram presentes a PNRS, os avanços e as ameaças, e os impactos da pandemia.

Concordamos com Erminia Maricato<sup>75</sup> (2013), que a valorização do trabalho também deve vir acompanhada por outras lutas. Ela refere a cidade como o local onde também se dá a reprodução da força de trabalho, chamando a atenção para o fato de que a melhoria das condições de vida não necessariamente é conquistada só com melhores salários e distribuição de renda. Esta depende, também, de como está organizada a cidade em que vivem estes trabalhadores. Ela diz:

“As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo a forma como se realizam fazem a diferença. Mas a cidade também não é apenas reprodução da força de trabalho. Ela é um produto ou, em muitas palavras, também um grande

---

<sup>75</sup> Erminia Maricato é arquiteta, urbanista, professora, pesquisadora e ativista brasileira. Conhecida por seu trabalho no campo do urbanismo e sua luta pela Reforma Urbana no Brasil.

negócio, especialmente para os capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas. Há uma disputa básica, como um pano de fundo, entre aqueles que querem dela condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos.” (Maricato, 2013 p. 19-20)

Mais uma vez aparece o conflito de interesses, entre os que fazem da cidade um negócio, um meio de lucro, de “extrair ganho”, como disse Maricato, e os que querem da cidade um espaço para ter uma vida digna. Podemos observar esta situação em muitos relatos dos Catadores, pois muitos são obrigados a viverem nas condições mais precárias da cidade, muitas vezes com infraestrutura inexistente (rede de água e esgoto, energia elétrica, transporte, serviços públicos) ou pelas ruas. São, em sua maioria, negros e mulheres.

As histórias dos Catadores se confundem com a população em situação de rua, porque muitas destas pessoas também realizam o trabalho de catação de materiais recicláveis nas ruas de forma autônoma para sobreviver.

Houve momentos nas lives em que os Catadores puderam socializar suas histórias e experiências, dar depoimentos, relatar e trocar experiências sobre suas organizações, enfim contar suas histórias de vida e a relação com o MNCR.

Muitos contaram que começaram na catação desde a infância acompanhando os pais no lixão ou com o “carrinho” pelas ruas e hoje estão como lideranças no movimento. Várias destas pessoas estão na catação há mais de 20 anos. Nas narrativas dos Catadores pudemos identificar o pensamento do movimento com relação as suas bandeiras de luta e como compreendem a valorização do trabalho.

Os comentários das temáticas a seguir não seguem uma ordem cronológica das lives, mas por assuntos abordados. Uma mesma temática pode ter sido tratada em mais de uma live e uma live conter várias temáticas. Também não foi possível apresentar todas as 117 falas, embora todas contenham um rico conteúdo para análise. Agrupamos os temas e as narrativas dos Catadores em cinco grandes grupos:

- Impactos da Pandemia, a solidariedade de classe e as lutas no território. (Lives 1, 2, 5, 9, 11, 17, 19, 21,29, 35).

- Direito das Mulheres, Luta LGBTQ+, Consciência Negra, cooperativismo e a importância da representatividade na política. (Lives: 4, 8, 18, 24,25, 27,28,33,37).
- A Saúde e a Previdência Especial para os Catadores. (Lives: 3, 22, 26,30,34, 36).
- 10 anos da PNRS, conquistas e desafios para a implementação, ameaças com retrocessos da lei e incineração. (Lives: 6, 12,13,14,15, 20, 23, 32).
- Fortalecimento do Movimento: novas estratégias de ação. (Lives 16,31).

Foram muitos assuntos abordados nestes encontros virtuais (uma riqueza de conteúdo imensa). Não é nosso objeto analisá-los em profundidade. Procuramos ressaltar os temas mais recorrentes e que contribuem com nosso estudo.

### **3.1.1. Impactos da Pandemia, a solidariedade e as lutas**

Tendo em vista o contexto pandêmico vivido durante o período da realização das lives, como já mencionamos, a maioria das falas tiveram como transversalidade a resistência frente a pandemia abordando o impacto vivido pelas cooperativas e pelos Catadores com a interrupção do trabalho de catação devido ao risco de contágio. Por viverem da venda de materiais, o impacto na vida deles foi muito duro.

A live do dia 26/05/2020 (2ª. Live), mediada por Alex Cardoso, tratou da “Solidariedade e resistência frente a pandemia”<sup>76</sup>. Roselaine Mendes Ferreira (Neginha), Catadora, membro da articulação nacional do MNCR, participou deste encontro. Relata que, no início da pandemia, teve um desespero com a interrupção do trabalho por se preocupar com a garantia da comida para as famílias, bem como foi um tempo para repensar o trabalho e de que forma os Catadores estão sendo contratados.

“[...] esse momento de pandemia como Irineide já falou, serviu para a gente também repensar o nosso trabalho né, de que forma que os Catadores estão sendo contratados, de que forma que essas coisas estão acontecendo nos municípios. Também houve um desespero no início né, imaginando que teria que se fechar as portas e de que forma os Catadores sobreviveriam, de que forma que muitas né, que são mães de família, que pagam aluguel, que cuidam dos seus filhos sozinhas ou as vós que estão cuidando dos netos, muitas vezes

---

<sup>76</sup> [\(277\) !\[\]\(3cce70ee5b36dcb3fd6bcc425659c103\_img.jpg\) LIVE: Solidariedade e resistência frente a Pandemia !\[\]\(7111f2db1dcc43d5255583694d45ae55\_img.jpg\) - YouTube](#)

acabam assumindo esse papel de mãe né, dos netos e que forma que a gente né, garantiria comida na mesa para essas mães, para essas famílias de catadores [...]” (Roselaine Mendes Ferreira, MNCR/ PR) <sup>77</sup> .

Nesta mesma live, Alex Cardoso fala da importância da reciclagem e diz que 90% dos materiais que alimenta a cadeia produtiva da reciclagem passa pelas mãos dos Catadores, mas que estes ficam apenas com 10% da renda produzida por este setor:

“Bom, olá companheirada, meu nome é Alex Cardoso, eu sou Catador de materiais recicláveis, faço parte da equipe da articulação do Movimento Nacional dos Catadores, sou daqui de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, faço parte da cooperativa dos Catadores de materiais recicláveis da Cavahada. Eu atuo no processo de reciclagem desde a minha infância, minha vó, minha mãe Catadora, tamos aí nesse processo dessa construção, dessa organização das catadoras e dos catadores que são de fato os principais protagonistas do processo da reciclagem. Como todas e todos sabem ou deveriam sim e tem que saber é que a reciclagem é um processo extremamente importante para defesa do meio ambiente, para defesa da natureza. **A nossa categoria faz 90 por cento do trabalho, mas fica com apenas 10 por cento da renda gerada a partir da reciclagem, então a gente tem uma luta que é protagonizada pelo Movimento Nacional dos Catadores e pelas suas instituições, tanto Associação Nacional dos Catadores como a UNICATADORES e também outros parceiros e outras parceiras [...].**” (Alex Cardoso do MNCR/RS, grifo nosso)<sup>78</sup>.

A pandemia trouxe um debate importante à sociedade: quais são as atividades e serviços que são considerados essenciais e que não podem ser interrompidos no período de isolamento social e de lockdown? O lockdown é uma ação mais restritiva de fechamento total das atividades determinada pelo Estado.

No Brasil, o governo Federal em nenhum momento considerou a pandemia uma situação grave. Portanto, não houve qualquer ação de iniciativa dessa esfera de governo para conter a pandemia. Ao contrário, o Presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, chamou a Covid-10 como uma gripezinha, confundiu a população com discursos e exemplos na contramão do que diz a Organização Mundial da Saúde (OMS):

---

<sup>77</sup> (277)  [LIVE: Solidariedade e resistência frente a Pandemia](#)  - YouTube

<sup>78</sup> (277)  [LIVE: Solidariedade e resistência frente a Pandemia](#)  - YouTube

isolamento social, higienização das mãos, uso de máscara e vacinação. Esse descaso com a pandemia levou o Senado Federal a instalar uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar se houve omissão do governo federal. Até meados de junho/2021 o Brasil teve cerca de 480 mil mortes por Covid-19<sup>79</sup>. A falta de uma coordenação nacional levou muitos governos estaduais e municipais a agirem. Desde o início da declaração da pandemia pela OMS, momento que não se conhecia a dimensão desta doença, a primeira atitude destes governos locais foi paralisar as atividades decretando o lockdown geral. Estabeleceram, então, aos poucos, critérios de fechamento e abertura.

Neste contexto, os Catadoras de materiais recicláveis, que atuam individualmente ou de forma coletiva (associações e/ou cooperativas), tiveram que interromper suas atividades. Frente a esta situação surgiram impactos na vida financeira destas pessoas e das cooperativas e associações, uma vez que a maioria não tem outra fonte de renda a não ser a venda dos materiais recicláveis adquiridos na coleta seletiva. Portanto, com a coleta paralisada, os Catadores não tiveram renda.

Esta situação mobilizou o MNCR a realizar, num primeiro momento, uma campanha a nível nacional de arrecadação de recursos. Para facilitar a logística de distribuição, optou-se por arrecadar recursos financeiros e depois distribuir em forma de um vale alimentação. Esta campanha foi organizada pela ANCAT – Associação Nacional de Catadores que faz parte do MNCR em parceria com várias instituições. O presidente da associação, o Catador Roberto Laureano da Rocha, participou da live do dia 26/05/20, “Solidariedade e resistência frente a pandemia”<sup>80</sup>. Explicou o funcionamento da campanha e a forma de repasse financeiro de R\$ 200,00 para os Catadores, através de um cartão alimentação. Nesta live foi apresentado um vídeo elaborado para a sensibilização da campanha. Roberto disse em sua fala que a “...*Campanha Nacional dá uma unidade nacional...*”. A meta é que os recursos arrecadados sejam distribuídos proporcionalmente pelo número de Catadores de cada região, priorizando os contextos mais difíceis. Nas lives seguintes o MNCR, visando a transparência do processo, prestou contas da distribuição dos recursos.

---

<sup>79</sup> Em agosto/2022, no Brasil foram mais de 680 mil mortes por Covid19.

<sup>80</sup> (277) [LIVE: Solidariedade e resistência frente a Pandemia - YouTube](#)

Muitos Catadores falaram da importância da ajuda, da solidariedade dos companheiros e que não era objetivo dos Catadores viverem de doações e ações assistencialistas, mas que se tratava de uma situação emergencial, pois afirmam que querem viver do fruto de seu trabalho, uma fala repetida por várias lideranças. Por isso reafirmam, constantemente, a importância de serem contratados e pagos como prestadores de serviços. Nas falas ressaltam que o contrato com a Prefeitura teria ajudado e amenizado as dificuldades financeiras no enfrentamento da pandemia. Como já foi dito, trataremos especificamente sobre as formas de pagamento pelos serviços que realizam na segunda parte deste capítulo.

A live do dia 14/07/2020, teve como temática “Catadores e a solidariedade de classe”<sup>81</sup>. A catadora Jeane Santos do MNCR/BA lembrou do Professor Paul Singer<sup>82</sup>, que ensinava nas capacitações a importância de trilhar o caminho da solidariedade de classe. Também na sua fala, lembrou que a vida financeira das cooperativas está parada e que antes já era difícil pagar os custos fixos (energia, impostos, manutenção dos equipamentos) só com a receita arrecadada com a venda dos materiais e com a pandemia, a situação se agravou:

“[...] porque o Catador ele não, jamais ele vai deixar de catar. Ele não vai deixar de catar porque é o sustento dele, o ganho de vida. Algumas cooperativas aqui (Bahia) o que é que tá fazendo, deixando o material na quarentena. O material chega vai para quarentena para depois ser separado, mas ainda assim a gente, como você falou Alex, nós não temos condições de fazer isolamento social e nem de fazer o isolamento total, porque a gente depende do material reciclado. Muitos compradores fechou as portas e baixou demais o material, então a situação está muito difícil para as cooperativas. Os Catadores ainda tá tendo os auxílios, assim, do governo federal, o auxílio da campanha solidária, da parte que já chegou para algumas cooperativas aqui no estado, mas a vida financeira nas cooperativas está parada, porque tem que pagar o IPTU<sup>83</sup>, pagar os motoristas, pagar o custo de escritório. Algumas cooperativas tem técnicos que tem que ser pago. Então, isso, não tá dando para pagar porque a receita que a cooperativa fazia antes da pandemia já não dava para pagar os custos

---

<sup>81</sup> [\(277\) LIVE: Catadores e a solidariedade de classe - YouTube](#)

<sup>82</sup> Professor e grande precursor (referência) da economia solidária no Brasil. Trabalhou no período dos governos Lula e Dilma coordenando a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Nesse período, as cooperativas e a economia solidária tiveram grandes incentivos do governo nacional tanto com relação a legislação como também com recursos financeiros para capacitação e estruturação.

<sup>83</sup> IPTU – Imposto de propriedade territorial urbano

fixo e distribuir, né, para os cooperados, que dirás agora com uma pandemia que abaixou muito preço de material. Muitas pessoas descartam material no lixo até querendo preservar o Catador né. Eu conheço uma senhora que diz: “ah minha filha, eu vou jogar no lixo, tá podendo contaminar o Catador”. Enfim a luta é muito grande, assim, eu lembro muito de todos seminários de economia solidária, do nosso grande e querido Paul Singer que nos ensinou um a um a trilhar o caminho da solidariedade de classe. Nós Catadores já fazemos ao longo de todos esses anos, agora a gente tem que aprender cada vez mais a ser solidário e com o mundo, como falou aí, não dá para você só lidar só com o Catador, porque aprendi, aqui no meu bairro também já morou o pai da gente e a gente tá junto com associação de moradores também aqui fazendo vários trabalhos de conscientização [...]” (Jeane Santos do MNCR/BA)<sup>84</sup>.

Eduardo Ferreira de Paula (Dudu), representante MNCR/SP, que também participou desta live, disse que Catador não para. Foi obrigado a parar por questão de saúde e que precisam se organizar e terem estratégia para voltar mais forte e com segurança. Precisam superar a visão de coitadinhos, valorizar a importância das políticas públicas e a garantia de direitos. Dudu é um dos fundadores da primeira cooperativa de Catadores do Brasil, CATAMARES/SP, que completou trinta anos de fundação. Destaca:

“[...] eu vi aqui que vocês estavam falando aí da questão que tá acontecendo nos estados, das ações. Eu tava pensando que desde a fundação do movimento até agora, né, como que a nossa luta não para, nossa luta ela é muito grande né. Quando nós começamos, lá no passado né, a gente tinha uma grande luta né, que era a luta, à luta contra o preconceito. Nós queremos ter uma profissão, e ganhamos uma profissão né, lutamos também né, e assim fomos lutando né. Aí pegamos uma grande, se for para lembrar, a questão da incineração, foi uma luta né, e várias lutas. A gente pensamos né, brigamos, estamos sempre lutando pela questão da prestação de serviço dos catadores né. Nós Catadores faz um grande serviço de grande utilidade pública nas cidades né, do Brasil né. Também lutamos, pela prestação..., e um monte de coisa a gente já fizemos né. E dentro disso mais uma luta e essa luta ela já incorporou todo mundo né, já pegou o mundo inteiro, é uma luta da questão da pandemia. Porque nós Catadores só paramos, alguns Catadores, eu acho que com certeza nem todos os Catadores, são muitos no Brasil que não conseguiram

---

<sup>84</sup> (277)  LIVE:   Catadores e a solidariedade de classe  - YouTube

parar, mas a maioria do Catadores parou, por questão de uma luta de questão da saúde, é que que essa questão da pandemia. Dentro disso nós paramos, nós fomos obrigados a parar né, e nós Catadores, que somos maiores prestador do meio ambiente, sofremos com essa questão da pandemia né, é muitos companheiros, companheirada aí, Catadores e Catadoras né. Mesmo com essa ajuda, né, de vários, vários parceiros conseguiram dar uma força. Mas muitos Catadores, na verdade, ainda não alcançaram essa ajuda. Porque nós estamos pensando numa categoria, não só na questão da categoria organizada e também aqueles que não são organizados, mas que fazem parte dessa cadeia que é uma categoria, né. Alguns Catadores conseguiram (muitos) ajuda, tão conseguindo né, principalmente nas cidades grandes, né. Nas grandes cidades né, estão conseguindo, e muitos Catadores que ainda não estão na grande cidade, ainda estão nessa questão, nessa questão, de ainda, da ajuda do Governo Federal, não chegou para todo mundo, nem para todos os Catadores né. Têm muitos Catadores ainda que não receberam essa ajuda do governo né, e se não fosse essa ajuda, da questão de ação de solidariedade dos Catadores e Catadoras né, junto com os parceiros né, acho que muitos Catadores ainda tava no sufoco né, como ainda tá. Tem muito Catadores tá no sufoco, né, que viu essa questão de ajuda no geral né, principalmente na cidade de São Paulo que recebeu muitas ajuda né, e muitos parceiros tá ajudando até hoje né, mas está chegando o final dessa ação né, o movimento também contribuiu no Brasil inteiro. A ANCAT né, na cidade de São Paulo fizemos duas entregas ao comitê da cidade né. Fizemos duas entregas de cesta básica. Fizemos entrega de máscara, álcool, gel né, foi tudo muito bonito essas nossas ações né, que contribuiu para, e que tá contribuindo para a categoria, né. Mais o que eu vejo dentro ainda dessa ação, que foi uma ação emergencial, essa foi uma ação da questão da pandemia e vamos pensar também daqui para frente, o que vamos fazer né, porque eu acho que a gente não temos que pensar só na questão da ação de solidariedade de classe, a gente tem que pensar na questão do trabalho né. Esta ação de solidariedade de classe ela vai acabar né, porque foi a questão da pandemia e nós precisamos trabalhar né, é tamos ajudando, estamos fazendo de tudo, né, fazendo essa ação né. Isso é o papel, isso é papel do movimento, isso é papel da nossa categoria né, porque nós somos né, nós somos uma categoria aqui um ajudando o outro né. Nós estamos no lema internacional, um lema da américa latina: “se tocar a um, tocará a todos”. E nessa mexeu com toda a emoção dos Catadores né, a gente tem que fazer uma ação e ajudar, ajudar esses companheiros aí, mas tem outros companheiros que ainda não estão nessa ação. As vezes tem companheiros que a gente conhece, tem

companheiros que a gente nem conhece, mais está passando necessidade, que a gente nem sabemos onde estão estes companheiros, né, alguns tão organizados, outros não estão organizados, outros tão na rua, outros estão no lixão né, estão aí espalhados pelo Brasil, né, que a nossa, a nossa categoria hoje no Brasil, são 800 a um milhão de Catadores, será que nós atingimos esses 1 milhão de Catadores a serem contemplados nessas ações? Não. Não é porque nós não quer, é porque nós não conseguimos alcançar, [...], mas nós fizemos algo, uma pequena parte que contemplou muitos Catadores, muitas Catadoras né. Graças a Deus né, que estão com essa ação de solidariedade de classe né, que nós aprendemos dentro de uma formação né, e que contribuiu muito com esse Brasil, com esse movimento né. Outros Catadores que não estão dentro do movimento, que também estão nessas ações, outros parceiros que estão fazendo essas ações com Catadores né, até uma parte do poder público né, é, do próprio poder público também que tá ajudando, entidades né, então eu acho que isto está se fortalecendo.” [...]. (Eduardo Ferreira de Paula, MNCR/SP)

Eduardo continua sua fala chamando a atenção dos Catadores para a questão do que fazer daqui para frente, como vai ser a retomada da coleta seletiva, da prestação de serviços. Afirma que em muitos municípios os gestores estão contratando as Concessionárias para executar este serviço. Disse, também, que os Catadores têm que tomar cuidado para não ficarem fora do mercado e que o movimento terá muita luta pela frente. Para isso, precisam se organizar e voltar mais forte.

“[...], mas o que eu quero dizer e deixar bem forte aqui é a questão daqui para frente. Porque daqui para frente tem que pensar na questão da saúde, na questão da sobrevivência. Vamos retomar e como vamos retomar a coleta seletiva né, a prestação de serviço, acho que ela tem que vir algo em massa, ao organizar a cooperativa, os Catadores entendeu? Nós temos então, tem muita coisa ainda para nós fazer dentro dessas ações e também tem que pensar na questão da prestação de serviço que ela se dá hoje. Em algumas cidades, principalmente a cidade de São Paulo, tem uma parte conveniada, outra parte né, não é conveniada né, e o poder público às vezes né, e isso acontece, só olha para aquela questão das cooperativas conveniada, as não conveniadas parece que não existe né. Então a gente tem muita luta pela frente e tomar muito cuidado, porque nós estamos parados né, a maior parte dos Catadores estamos parados né. E em algumas, algumas cidades tem a prefeitura fazendo acordo

com a concessionária, fazendo a coleta, mas não com Catadores. e nós temos que tomar cuidado de não perder a nossa coleta seletiva. Aí tem que botar na cabeça que a coleta seletiva ela é dos Catadores, que foi nós que criamos há mais de 50 anos né, e se não tomar cuidado a gente vai perder, fica fora do mercado. Então tem que tomar cuidado, se organizar, não na questão de assistencialismo, da questão de dar né, muita gente se aproveitando dessa pandemia, e dessa pandemia que tem que tomar cuidado. Se organizar, fazendo as nossas estratégias para que as nossas bases possam voltar muito mais organizada, mais forte né, pra que nós possamos estar prestando o melhor serviço ainda, de qualidade né, bem ambiental, com a saúde bem assegurada para os Catadores, para as Catadoras e também para a comunidade né. Porque eu acredito na força da comunidade, então a comunidade acredita na nossa, nosso trabalho, acredita na categoria dos Catadores. Então nós Catadores têm que fazer um grande serviço de utilidade né, de primeira, para a categoria né, para a sociedade, para que nós se valorizemos e dar valor e brigar politicamente. Não esquecer nunca da nossa vida política, nós temos que ficar sempre dentro das políticas, da política pública, nós não podemos esquecer nunca, Catadores e Catadoras, nós não podemos esquecer da questão da política pública. As políticas públicas que garante o nosso direito, então nós temos que lutar com solidariedade de classe, nós temos que lutar pelas políticas públicas, para que nós Catadores sejam envolvidos em todas as questões ambientais, né, de prestação de serviço e tirar da cabeça, Catadores e Catadoras que estão ouvindo aí essa live, tirar da cabeça que nós somos coitadinhos, que nós somos, nós já fomos os coitadinhos, hoje nós não somos coitadinho. Sabemos que estamos passando por uma dificuldade da questão de saúde, de uma crise mundial da pandemia né, mas a gente não podemos abaixar a nossa cabeça e só reclamar, questão que estão precisando, nós temos que lutar e a nossa luta nunca para a nossa luta ela é muito mais do que essa pandemia. Então, nós temos que lutar e avançar nas nossas políticas públicas, então, eu deixo isso daí. E as coisas está acontecendo a nível de Brasil, a nível de estado, a nível de município. Tem alguns municípios, que falamos no começo, que não tá acontecendo e hoje está acontecendo, mas nós somos e seremos sempre solidários com os companheiros e não vamos abandonar esses companheiros, vamos à luta.” (Eduardo Ferreira de Paula, MNCR/SP)<sup>85</sup>.

---

<sup>85</sup> [\(277\) LIVE: Catadores e a solidariedade de classe - YouTube](#)

Como vimos, Eduardo lembrou que o movimento está em constante luta por reconhecimento da profissão de Catador, por seus direitos, a luta contra a incineração. Falou sobre a importância dos serviços que realizam, a questão ambiental e da importância da solidariedade de classe neste momento difícil da pandemia em que muitos Catadores precisaram parar suas atividades e que necessitaram de ajuda. Destacou, também, que a campanha do movimento ajudou muito os Catadores, embora ela não tenha conseguido atingir a todos. Falou que a solidariedade não é só com os Catadores organizados e os que estão vinculados ao MNCR, mas considera companheiros todos os que desenvolvem serviço da catação, seja nas organizações, seja nas ruas ou seja ainda nos lixões. E que os Catadores precisam pensar na continuidade da luta, pois a luta não para e destacou a importância da organização e das políticas públicas que garantem os direitos dos Catadores. Por fim, Eduardo ressaltou, com ênfase, a preocupação dos Catadores perderem o trabalho da Catação para outras empresas, uma vez que muitos tiveram que parar de fazer a coleta devido a pandemia e que precisam voltar e prestar um serviço de qualidade para a comunidade.

O Catador José Iramar (MNCR/GO), na live do dia 08/09/2020, “Reciclagem Popular e conjuntura regional”, contou um pouco de sua história, do orgulho de ser Catador, que já possui casa própria, embora essa não seja a realidade da maioria dos Catadores. Também falou dos impactos da pandemia na sua cidade, Goiânia e região, que o governo determinou parar as atividades, fazer quarentena, e os Catadores necessitaram de auxílio pois não tinham outra renda. Destacou, ainda, a importância da lei 12305/10 e do trabalho que desenvolvem.

“Boa tarde, galera, meu nome é José Iramar, sou Catador de materiais recicláveis, é, eu trabalho lá na reciclagem há 20 anos. Comecei catando na rua pela necessidade de sustentar a família que precisava né, trabalhar para poder trazer alguns, alguns ganhos de alimentos para eles sobreviver. Daí a gente começou a trabalhar com a reciclagem né, puxando carrinho em Goiânia e aí a gente morava na favela. Na favela dos Trilhos aqui na Pedra da Pecuária e com o conhecimento que a gente teve e com o entrosamento com outras pessoas também, que era o compadre Rafael, a Dona Neuza que foi muito importante também para a gente aqui no desenvolvimento da nossa atividade né? Também foi assim que conheci o movimento nacional dos Catadores e daí em diante e eu passei a procurar

entender realmente como é que seria os Catadores e me identifiquei nessa categoria com a causa do movimento e desde então nunca mais parei de ser Catador, sou Catador até hoje. É, hoje a gente já tá na casa própria, a gente não paga mais aluguel, tem um galpão que já tá na finalização de construir, nisso, dentro de uma luta muito grande aí que a gente vem buscando né, com parcerias, com pessoal. E quem nos apoia também é a FAT, Federação Autônomos dos trabalhadores, aqui em Goiânia, e condições de onde vem desenvolvendo a nossas atividades. E a gente visita os municípios da região metropolitana de Goiânia hoje tem muita dificuldade (pandemia) mas a gente nunca deixa de apoiar os companheiros que estão né, por aí nos lixões né, nas dificuldades na região metropolitana de Goiânia. E, bom, então, estamos sempre na luta agora com essa dificuldade em ser, muito difícil o desenvolvimento da nossa atividade dos Catadores com relação, no começo foi muito, muito mais difícil, que fechou tudo né? Depois as atividades na cidade diminuíram o volume de material, as empresas não tava comprando todos os tipos materiais e aí a gente ficou meio sufocado com essa situação que começou a faltar as coisas dentro de casa né, e aí é muito fácil o Governador fazer um decreto de não funcionar, mas não dá um suporte financeiro para que a gente possa realmente está de quarentena dentro das nossas casas com segurança e com a barriga cheia né? Porque não adianta você ficar na sua casa com a barriga vazia. E daí a gente fez uma campanha aqui para a gente conseguir algumas cestas básicas para as cooperativas de Goiânia. Graças a Deus aí nós tivemos um grande apoio da população e de outras entidades, de ONG né, da Secretaria de Estado que também teve um apoio fundamental também que nos ajudou também a conseguir cestas básicas, é; um projeto da Universidade Federal também que conseguiu com a campanha várias cestas básicas. E quantas cestas básicas nós levamos, acho para mais de 30 municípios conseguiu alcançar então através dessa doação de cestas básicas. E além do mais traz dificuldade porque é, e apesar de nós ter uma lei né, que é a lei 12.305, seria uma, era uma lei federal que deveria nos respaldar com relação a estruturação das cooperativas, a implantação da coleta seletiva realmente de fato né? Mas a gente vê muito a omissão do prefeito que não querem assumir essa responsabilidade da coleta seletiva como todo e aí fica sempre na responsabilidade como sempre dos Catadores né, e sem apoio, sem estruturas vem sobrevivendo dentro dessa, desse leque de dificuldade que a gente se encontra em Goiânia, em Goiás e no Brasil, como todos que tem um contato de trocas de ideias de informações com outros Catadores né, e estamos aí sempre almejando o melhor para todo mundo né, tanto ambientalmente que nós contribuimos para

o meio ambiente, contribuimos economicamente para o município né, e contribuimos também na geração de trabalho e renda para as pessoas que estão sem trabalho para sustentar suas famílias.” (José Ribamar, MNCR/GO)<sup>86</sup>

E a luta pela valorização do trabalho dos Catadores não é só pela remuneração pelos serviços que realizam. Passa, também, pela luta para conquistar moradia digna, espaços de trabalho estruturado e que em muitas cidades não possuem apoio das autoridades locais. Ao contrário, necessitam fazer enfrentamentos por não terem, enquanto trabalhadores e cidadãos, seus direitos respeitados. Houve vários relatos dos Catadores que, mesmo no período de pandemia, sofreram ações de despejos e desocupação. A moradia é uma das condições vitais para que as pessoas tenham uma vida digna, sendo que essa luta está muito presente no cotidiano do Catadores. A maioria vive em condições precárias, em áreas ocupadas, sem infraestrutura e perto dos lixões. A live do dia 13/04/2021 teve como tema “Despejos e violação de direitos humanos na pandemia”<sup>87</sup>. Podemos ver o relato de Ivania, Catadora e moradora de uma área ocupada na cidade de Brasília/DF, no CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil)<sup>88</sup>, que sofreu despejo de uma forma violenta em pleno período da pandemia pela DF Legal<sup>89</sup>:

“[...] a gente tomou posse do CCBB é porque é uma área, e no ano passado né, 2020, de junho do ano passado teve duas ações violentas da DF Legal com a gente. Eles cercaram o terreno e deram até 5:00 da tarde para gente sair lá de dentro, então no caso só ficou eu e outra parceira minha, Cássia. Ficamos em 34 famílias, mas nesse momento todo mundo correu, só ficou eu e ela, digo, a Cássia. Nós só vamos sair quando de verdade nós formos tirados a força daqui de dentro, como de verdade eles vieram, a fiscalização, de manhã e deu até 5:00 da tarde para mim e Cassia para sair do CCBB. Então disse a Cassia não tem mais jeito agora, só nós duas também não vamos segurar esse terreno até da garantia da nossa casa. Querendo ou não nós fomos todos cadastrados, você tem uma ou outra habilitada e 27 cadastrados no CODHAB (Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF), aí nós pegamos e pulamos para o terreno na frente né, na DL4 e que foi

<sup>86</sup> (257)  LIVE:  Reciclagem Popular e conjuntura regional  - YouTube

<sup>87</sup> (277)  LIVE:  Despejos e violação de direitos humanos na pandemia  - YouTube

<sup>88</sup> <https://www.metropoles.com/distrito-federal/por-que-os-moradores-da-ocupacao-do-ccbb-resistem-a-ir-para-abrigo>

<sup>89</sup> A Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal – DF Legal, tem como finalidade básica implementar a Política de Fiscalização de Atividades Urbanas do Distrito Federal, em consonância com as políticas governamentais e em estrita obediência à legislação aplicável.

o despejo agora no dia 22 e 23 que foi violento também. No caso eles foram lá no primeiro dia derrubar os barracos, só ficou o meu, por quê? Porque tinha a liminar e aí derrubou a escolinha no segundo dia, que foi no dia 23, que foi essa ação violenta que eles fizeram com a gente, que eles jogaram spray de pimenta, ego gás, eles soltaram bombas, meu esposo foi atingido, meu filho atingido por bomba e uma moça que estava lá também do movimento também foi atingido também. E eles deixaram a gente lá no relento e minha liminar ainda continua de pé. Eu ainda continuo com meu barraco lá, mas durante essa semana toda a polícia está vistoriando, lá dentro, com as máquinas, fazendo arando os terrenos, derrubando as árvores, que eu não sei como é que eles acusam a gente de crime ambiental e um crime que eles vêm fazendo, ele é pior do que, onde ele diz que a ocupação é um crime e quer dizer que tirar as árvores, e fazer o que eles estão fazendo não é crime? Não é crime ambiental? para mim, ali o que eles estão fazendo é um crime pior do que o que nós fazemos de morar e ocupar. E onde é ocupação na lei é crime, eu acho que o meio ambiente eles estão cometendo mais crime. E aí ficou assim nós tivemos uma reunião com o CODHAB na sexta-feira aqui, falo na moradia dos habilitados, que tem muitos habilitados e um terreno dando acesso para gente ficar lá nesse terreno até a gente receber nosso apartamento. Como na verdade, hoje na segunda-feira de ontem, dez e meia teve a reunião com o presidente da CODHAB, Luiz né, e mais o deputado, como é o governador, e foi negado. Foi negado o terreno e eles falaram que os habilitados vão ganhar o apartamento, mas só quando eles colocaram água e luz, só que nós fomos lá nesse local onde eles disseram que ia dar o apartamento e lá já tem água e luz. Eles estão só enrolando a gente, cozinhando em banho-maria, então o negócio não tá bom para gente e nem para eles, porque nós estamos resistindo na terra, no terreno e nós não vamos sair de lá até nós não sabemos, de certeza, para onde é que eles querem levar a gente. Porque eles querem levar a gente para abrigo e ninguém não quer ir, não quer ir para abrigo. Como, como é que a gente vai para o abrigo que não dá acesso a todos os familiares da gente. Temos..., que tem 34 vagas e nós estamos em 79 pessoas incluindo crianças e adolescentes, idosos e deficientes e eles quer colocar a gente nesse local sem direito a levar os animais da gente e nem levar as criações e como é, como é que fica essa situação da gente nesse caso. Eles fazem descaso com a gente e acha que tá certo fazer o que eles estão fazendo com a gente e nós estamos sem água, nós estamos sem luz. Se não fosse o pessoal que está se mobilizando e vendo a situação que a gente tá vivendo até sede e nós estamos passar até fome dentro daquele local que já tem 3 semanas que nós não vamos trabalhar mais na reciclagem. Eles não estão deixando mais

carro entrar, eles cavaram as entradas, fizeram aquelas valetas para ninguém nem entrar nem sair da ocupação. Então a gente estamos passando por uma situação muito difícil e na verdade eu vou falar em rede nacional, porque eu falo, eu não escondo, nós estamos, nós vamos fazer um protesto na frente de lá do Buriti para ver o que é, que decisão que eles dão para gente, porque eles tem que ter uma posição para gente. E também eu peço também ao Doutor Cláudio dos Santos né, para nos apoiar nesta luta porque a luta é constante, não é fácil, várias famílias da Brigada, crianças recém-nascida, hoje eles colocaram fogo lá dentro da ocupação e aquela fumaça prejudicou tanto a gente, aquelas crianças e tá difícil porque nem as crianças está tendo aula, as aulas que tá tendo, ela tem três semanas que as crianças não tá tendo aula e aí começa, retornou hoje mas não foi fácil por tanta fumaça que tem então, a gente tá sofrendo demais além que tem pessoas que têm 30 anos do Cerrado, 28, meu esposo tá aqui desde 78, meu esposo ele tem 51 anos eu tô com 38 eu vim em 2010. E desde 2010 nessa luta constante e antigamente ainda era pior porque eles tomavam as crianças da gente, a gente vivia pelos matos com as crianças com medo de perder porque o Conselho Tutelar quando entrava lá dentro, leva as crianças da gente, não era fácil a situação da gente naquele tempo [...].” (Ivania Souza Santos, Catadora/DF)<sup>90</sup>

Jannefer, mediadora desta live, mostra a sua indignação com o descaso do poder público. Nesse sentido, relata:

“[...] é, eu fiquei, fiquei bem chocada, eu tive acesso alguns vídeos e num dos vídeos que eu vi, eu vi uma, uma gestante, estava entrelaçada né, é porque tava, tava acontecendo o despejo e uma madeira caiu sobre ela, ela ainda saiu.... E assim, quando o estado, o município, sei lá, enfim vai entender que a moradia ela é direito básico de todo ser humano, como ele (estado) parte para uma ação violenta dessa forma, como se, são coisas que não se faz nem com o animal, porque tem muita gente que fala assim com pessoas, tudo bem gente, isso não é coisa que se faça com ninguém, com ninguém, porque é, é ocupação, o terreno tava lá, vocês tomaram, entraram porque vocês não tinham direito, não tinha onde morar, não tinha onde trabalhar. Chega eles se acham no direito de chegar numa ação de violência desse porte e fazer toda essa situação como se você não representasse nada para a sociedade, você é a parte da sociedade que mais faz, você faz mais do que o Ministério do Meio Ambiente. E onde que fica tudo isso que vocês não têm direito, nem a moradia, mas assim, é muito chocar, muito chocante. A gente vai conversando no

---

<sup>90</sup> (277) [LIVE: 🇺🇵 Despejos e violação de direitos humanos na pandemia 🇺🇵 - YouTube](#)

decorrer dessa Live, mas assim, é, tá me faltando até palavras para poder dizer o quanto isso me machucou e tem me machucado porque é uma coisa que eu não consigo compreender. Mas vamos lá né? [...].” (Jennefer Thaís Fernandes, MNCR/MG)<sup>91</sup>

Ivania explica que uma professora gestante ajudava as crianças a fazerem as tarefas durante a pandemia, já que muitas delas não tinham condições de acompanhar as aulas online.

“[...] Além do mais, quando essa professora que a tábua caiu por cima dela, gestante, a Rafaela, é Rafaela Sereno, ela é de um projeto (incompreensível) ela faz parte com a Marie e com Piedro e Marie está aqui. A gente tá aqui, que eu tô na casa dela, que ela me trouxe para cá para participar da live e a Marie e a Rafaela elas entraram nesse projeto desde o ano de 2020 quando as crianças ficaram sem acesso à escola porque não tinha como ter aula online. As crianças não têm ensino médio, elas não têm como entrar naquele programa esse negócio de ter aula online sabe. Então essa professora, Rafaela Sereno, ela pega esse telefone 315 daqui do Sul e ela leva para as crianças lá no cerrado aí ela responde aquelas tarefas junto com as crianças, ensina as crianças e traz de novo para escola, e aí ela fazia isso tudo e a escolinha foi formada com o projeto né, do [...], as pessoas se comoveram, começaram a doar as madeiras, as coisas, aí foi quando levantou a escolinha. A primeira vez eles derrubaram, aí tornaram fazer de novo, tornaram a derrubar, então um projeto que já vai gastando mais de vinte mil reais e eles não tão nem aí, eles levam as cadeiras, eles levam as mesas. As crianças estão tendo aulas debaixo das árvores. Agora não tem nem mesmo uma carteira para ter aula e tá tão difícil a situação que só Deus na nossa causa viu, porque até a água que as crianças tá bebendo na escolinha é a professora que tá levando, a situação não tá fácil.” (Ivania Souza Santos, do MNCR/DF)<sup>92</sup>.

Egrinalda Santos (MNCR/PB), que também participou desta live, disse que no estado da Paraíba a agressão é silenciosa: “faz de conta [...], a gente chega na prefeitura, atende, dialoga, mas não fazem nada”.

Nesta live participou o defensor Público do GT (Grupo de Trabalho) Nacional de Catadores da DPU – Defensoria Pública da União -, Cláudio dos Santos, que falou da omissão do Estado neste momento da pandemia. Afirmou: [...] *processo triste de*

<sup>91</sup> (277)  LIVE:  Despejos e violação de direitos humanos na pandemia  - YouTube

<sup>92</sup> (277)  LIVE:  Despejos e violação de direitos humanos na pandemia  - YouTube

*violência, não basta a desigualdade, omissão do Estado e neste momento de pandemia muitas pessoas sofrendo despejos [...]. (Claudio dos Santos<sup>93</sup>).*

A live do dia 16/06/2020 também tratou sobre a luta nos territórios. Teve como tema a “Luta nos territórios e defesa dos direitos”<sup>94</sup>. Participaram desta live quatro Catadores representando as regiões Ceará, Alagoas, São Paulo. Maria Monica da Silva (MNCR/SP) contou sobre o encerramento do contrato da cooperativa do município de São Caetano do Sul e como o MNCR ajudou no enfrentamento. Ela relata:

“[...] São Caetano do Sul fica aqui na região do grande ABC<sup>95</sup>, é considerado um dos municípios mais ricos do ABC, e aonde sempre foi falado que não tinha Catador, que São Caetano do Sul não tinha Catador de material reciclável, que os Catadores de material reciclável eram de outros municípios e que vinham pegar material aqui, e aí a gente está aí pra provar que não é verdade, tem Catador e tem Catadora, e de luta! Por que de luta? Porque existe uma cooperativa aqui em São Caetano do Sul, e eles tinham contrato com a prefeitura aqui, onde eles recebiam pelo trabalho de... da triagem, porque tem uma empresa que faz a coleta, e eles fazem a triagem desse resíduo. É... esse contrato se encerrou o mês passado, em maio, e no dia 8 de junho veio um senhor da empresa chamada SAESA<sup>96</sup> trazer um ofício aqui para as Catadoras e Catadores dessa cooperativa, que eles tinham 30 dias para sair do espaço, para sair daqui porque eles teriam... é, eles iriam colocar uma outra cooperativa aqui nesse espaço, e que os Catadores deveriam fazer eram pegar suas roupas, seus documentos e tchau. Foi quando eles ligaram para nós do Movimento, para mim que estou na região do Grande ABC né, tô aqui em Diadema, tô em Diadema, estou próxima deles. A presidente da Cooperativa a Mel, me ligou no dia 08, porque eles ficaram desesperados, sem saber o que fazer, aí no dia 8 eles me ligaram a noite, quando foi no dia 09, as sete horas da manhã, eu vim para cá, né, para a cooperativa junto com a Guiomar, outra companheira do Movimento, o Sérgio também

<sup>93</sup> [\(277\) LIVE: 📢 Despejos e violação de direitos humanos na pandemia 🗑️ - YouTube](#)

<sup>94</sup> [\(277\) lives mnrc Luta nos territórios e defesa dos direitos - YouTube](#)

<sup>95</sup> “O Grande ABC está inserido a sudeste da Região Metropolitana de São Paulo e é composto por sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Mais de 2,7 milhões (IBGE/2015) de pessoas habitam a região em uma área territorial de 828 km<sup>2</sup> (IBGE/2015). A região é especialmente interligada, a ponto de ser difícil definir suas divisas terrestres, com muitas ruas e grandes vias de alta circulação. O Grande ABC ou ABC Paulista, como também é conhecido, está localizado em um ponto privilegiado, próximo ao Porto de Santos e à capital, além de possuir fácil acesso às rodovias Anchieta e Imigrantes, ao Rodoanel e à rede ferroviário.” [O ABC - Consórcio Intermunicipal Grande ABC \(consorcioabc.sp.gov.br\)](#) Acesso em 23/03/2022

<sup>96</sup> SAESA – Sistema de Água, Esgoto e Saneamento Ambiental

que é outro companheiro nosso aqui da região, e a gente veio em solidariedade aos Catadores que aqui estão. Quando a gente chegou aqui, e na minha cabeça eu achei que a gente vimha fazer uma reunião e depois ir embora, a gente viu a situação que a gente encontrou: 26 Catadores e Catadoras desesperados, sem saber o que fazer, como que ia sustentar sua família, como ia sobreviver no meio da Pandemia que tá rolando, e agora perdendo seus empregos automaticamente, e o coração falou mais alto e a gente ocupou a base. Então aqui em São Caetano do Sul o MNCR ocupou a base junto com os cooperados da Cooperativa para garantir os direitos deles, de continuarem aqui trabalhando e aí sim fazer uma renovação desse contrato que o mais que a gente espera, essa é a nossa luta em São Caetano agora, na região do Grande ABC. [...] Então Alex, eu acho que... eles não esperavam é que a cooperativa ia pedir socorro pro movimento, né, então eles achavam que ia chegar aqui, ia fazer o que queria, ia tirar os Catadores e ponto. Eles não esperavam que aqui no ABC tinha uma liderança, que tinha uma história, que já tinha lutado pelo incinerador, né. Lutar (*contra*) por um incinerador que é uma coisa muito grande e lutar pela permanência de uma cooperativa, lutar pela permanência de uma cooperativa, em um espaço não é tão difícil. Então, eles não esperavam que a gente ia fazer alguma coisa, eles esperavam que ia tirar e pronto. Mas a partir do momento que a gente entrou, a gente ocupou. A gente ocupou! Nós estamos aqui dentro dia e noite! Eu entrei aqui no dia 08, dia 09 e estou aqui até hoje, eu não sai nem na calçada, por aqui, a gente sofre pressão psicológica há todo momento... Eu não sofro pressão psicológica aqui não, porque eu sou meia marrenta, mas as Catadoras que estão aqui dentro estão comigo, estão segurando o BO e os Catadores, a gente sofre pressão psicológica diariamente. De vez em quando vem um atrevido aqui no portão e quer entrar na marra, junta os 26 catadores, nós vamos para portão e a gente peita, não entra, aqui entra quem a gente permite, porque estão, está ocupada pelo MNCR e pelos cooperados dessa cooperativa. Então, é diariamente a gente está passando por esse tipo de pressão. Nós estamos na esteira triando, desce todas as mulheradas, tudo da esteira para poder segurar o portão para não entrar. Aqui só está entrando material da coleta: olha munícipe de São Caetano, não se preocupem, a gente não parou com a coleta seletiva, a coleta seletiva tá chegando aqui. A gente está fazendo o trabalho da coleta seletiva, a gente está separando o material. Agora, SAESA não entra. SAESA que quer entrar para sentar e para querer ludibriar a gente, não entra. Aqui só entra quem é parceiro, quem tá a fim de ajudar essa cooperativa permanecer aqui trabalhando, senão não entra aqui. Então a gente teve que tomar essa postura, Alex, eu não sei se a gente tem algum histórico

dentro MNCR, de entrar pra dentro de uma base, fechar o portão e não deixar mais ninguém entrar, eu não lembro se a gente fez isso. Já deve ter feito sim, porque a gente faz qualquer coisa pra defender o direito do Catador, pra defender o direito da nossa categoria. A gente enfrenta... Nós que somos liderança e militante do MNCR, a gente faz qualquer coisa para defender o direito de nossas companheiras e nossos companheiros de trabalharem, sustentarem as nossas famílias. Então, é a agente tá aqui de verdade acampado, nós acampamos, tem vigília todas as noites, vem Catador pra cá ficar comigo e com outro companheiro que está aqui fazendo vigília, a gente fica a noite toda. Então, uma turma dorme, outra cuida e assim a gente está passando os dias. A gente almoça, a gente janta, toma café da manhã, toma banho tudo na base. Não saímos da base para garantir esse espaço, enquanto a prefeitura de São Caetano do Sul não se sentar com os Catadores... Amanhã a gente tem uma audiência pública, amanhã a gente vai estar na audiência com a Promotoria Pública, tá... Para vocês da população de São Caetano saber, a gente vai estar na audiência amanhã com a Promotoria Pública. Eles fizeram de tudo, o pessoal da Prefeitura e do SAESA, fizeram de tudo para negociar com a gente... antes era todo tipo de pressão para que não acontecesse o que vai acontecer amanhã. Só que eu sinto muito porque vai acontecer, mexeu com um Catador, você mexeu com todos, aqui é Movimento Nacional dos Catadores, aqui a gente não arrega, então assim, nós estamos nessa situação aqui, Alex.” (Maria Monica da Silva, do MNCR/SP)

Alex Cardoso, mediador dessa live, comenta:

“Monica, nossa, muito bom escutar e aí é importante (*inaudível*) até para que a companheirada de norte a sul do Brasil e também do mundo, que saibam que as Catadoras e os Catadores são de luta e tem direitos. A gente ocupa um espaço que é nosso, e ocupa para dar dignidade as famílias, pra gerar renda, para fazer a reciclagem, para fazer o processo produtivo acontecer. Então, a nossa ocupação é uma ocupação como todas as ocupações dos movimentos sociais fazem, é na lógica na linha dos direitos [...]” (Alex Cardoso, MNCR/RS).

Foram muitos os relatos de resistência contemplando as regiões do Norte ao Sul deste Brasil. Os desafios são muitos, mas os Catadores reafirmam sempre a importância da organização, união para a resistência permanente nos enfrentamentos contra a violações de seus direitos. Nestas lutas, destacam a importância das ONGs, das universidades e do apoio da Defensoria Pública, do Ministério Público, informando os aspectos legais, propondo ações para garantir o direito dos Catadores, dando suporte para a resistência, importantes parceiros nesse processo de luta.

Na live do dia 28/07/2020<sup>97</sup>, “Catadores e desenvolvimento no norte e nordeste”, Maria Trindade Santana (MNCR/PA) diz que [...] *nós queremos ser tratados como ser humano, nós limpamos a cidade. A nossa luta não vai ter fim, a gente morre e nossos filho continuam (...)*”.

### **3.1.2. Direito das Mulheres, Cooperativismo, Luta LGBTQI+, Consciência Negra e a importância da representatividade na política**

A luta por igualdade de gênero, por igualdade racial e por liberdade de escolha na orientação sexual, passou a fazer parte da sociedade contemporânea desde o início do século XX e se intensificou no século XXI. Começou com a luta das mulheres pelo direito ao voto, a luta pelos direitos reprodutivos, igualdade trabalhista, pela representatividade no parlamento, passando pela luta contra as diferentes formas de violência. Hoje as mulheres estão fortemente organizadas em movimentos que defendem seus interesses.

Essas lutas estão na pauta do MNCR pois os Catadores também são partes da sociedade que sofre com os preconceitos estruturais de uma cultura patriarcal, escravocrata, conservadora, marcada por discriminação e violência. Como vimos, a maioria absoluta das pessoas que fazem parte do movimento são mulheres e negras, portanto, conhecem e vivem a violência cotidiana da discriminação.

Nas organizações de Catadores há uma presença massiva de mulheres, elas também ocupam os espaços de gestão. Na live do dia 27/10/2020, “*Mulheres, reciclagem e cooperativismo*”, o conteúdo do briefing desta live diz:

*“Cerca de 70% da categoria de Catadores organizados em cooperativas e associações é composta de mulheres. Elas são a força motriz da reciclagem no Brasil e grandes dirigentes da base econômica e social do MNCR”.* (Live MNCR, 2020<sup>98</sup>).

Assim, esta live (27/10), a live do dia 09/06/20, “Mulheres na resistência construindo a economia solidária”<sup>99</sup>, e a live do dia 03/11/20 “Economia Solidária e Catadores”<sup>100</sup>, as mulheres mostram a importância do trabalho em cooperativas e debateram o impacto da pandemia nestes empreendimentos. Como vimos, as mulheres são a maioria nas cooperativas. Estas lives fazem referência à economia

<sup>97</sup> [\(277\) !\[\]\(52ebe86ee72488982746a734d0fe853a\_img.jpg\) LIVE: !\[\]\(d4f682ce4b78ad5445e212e5166a323f\_img.jpg\) Catadores e desenvolvimento no norte e nordeste !\[\]\(727aca6fbf47d9ae2c56492298cef506\_img.jpg\) - YouTube](#)

<sup>98</sup> [\(277\) lives mncr Mulheres, reciclagem e cooperativismo - YouTube](#)

<sup>99</sup> [\(277\) !\[\]\(c73458f7e27f2e5ac6820202dc265cb7\_img.jpg\) LIVE: Mulheres na resistência construindo a economia solidária !\[\]\(7d87e079e4f2d23da947d2dd59641b18\_img.jpg\) - YouTube](#)

<sup>100</sup> [\(277\) !\[\]\(f8b273387c249d595ed44650a17cfad4\_img.jpg\) LIVE: !\[\]\(2f8a0f12bb2263996355b76200332a98\_img.jpg\) Economia solidária e Catadores !\[\]\(58b24f2de09e58f3d9c5e57bc5ce726b\_img.jpg\) - YouTube](#)

solidária e ao cooperativismo. O briefing da live do dia 03/11/20, que teve como tema “Economia Solidária e Catadores”, define economia solidária como

“[...] conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição e consumo – organizadas em autogestão”. Compreende uma variedade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, grupos de consumo, etc.”  
(MNCR)

As Catadoras encontraram a força para resistir formando associações e cooperativas. Relatam, nas lives, que o trabalho avulso se torna muito vulnerável e que a união através das organizações solidárias fortalece a Catadora.

A Economia Solidária teve apoio dos governos Lula e Dilma. Em 2003, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) com objetivo de fomentar e apoiar as organizações dos trabalhadores em empreendimentos solidários.

O cooperativismo é um tema bastante polêmico e pode ter conotações ambíguas. Há uma corrente de intelectuais que faz um debate crítico sobre a economia solidária, ou seja, considera o cooperativismo uma forma de mão de obra barata e precarizada para o mercado capitalista (BARBOZA, 2007). Já SINGER (2013) e CORAGGIO (2015), mesmo com algumas diferenças, defendem a economia solidária como um movimento de fortalecimento dos trabalhadores visando outro modelo econômico e de sociedade em que não haja patrões, que seja autogestionáveis e que não haja exploração do trabalho dentro dos empreendimentos. Trigo<sup>101</sup>, assistente social, professor da Universidade de La República (UDELAR), faz uma importante consideração sobre a economia social:

“[...] se trataría de pensar como desde las formas cooperativas, asociativas, sindicales, sus organizaciones de base, federaciones y confederaciones se puede recrear una cultura de la horizontalidad estrechando vínculos con otras variadas experiencias de la fragmentada “clase que-vive-de-su-trabajo” en el decir de Antunes

---

<sup>101</sup> “Gerardo Sarachu (Trigo) es magíster en Servicio Social por la Universidad Federal do Rio de Janeiro, egresado de la Universidad de la República (Udelar) como asistente social y actualmente es el coordinador del Área Estudios Cooperativos y Economía Solidaria del Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio (SCEAM). El área se encarga de realizar proyectos de extensión vinculados a cooperativismo, asociativismo y economía social y solidaria. Asimismo realiza actividades de enseñanza, investigación e interactúa con actores sociales.” [“La extensión es un proceso de trabajo dialógico con las organizaciones sociales” – Comisión Sectorial de Extensión y Actividades en el Medio \(udelar.edu.uy\)](#) - Acceso 10/08/2022

(1995), y que tienen que ver con formas de hacer política, economía, cultura y sociedad constructoras de una verdadera sociabilidad alternativa que experimentando la autogestión generalizada evidencia a su vez la capacidad destructiva del capital a todos los niveles y la incapacidad del mismo en resolver los problemas que genera.” (TRIGO, 2009, p. 104)

Concordamos com Trigo e entendemos que a economia solidária, vinculada ao MNCR, proporciona um espaço importante para uma mudança de cultura visando uma sociedade alternativa. As mulheres são as principais protagonistas nesse processo.

Das 37 lives estudadas, apenas uma não teve a participação das mulheres: a que tratou sobre a saúde masculina. Portanto, as Catadoras do movimento tiveram uma presença significativa nos debates dos temas tratados. O site do MNCR, na página “Programa de luta”, faz referência para a importância do protagonismo das mulheres para o movimento e defende a formação específica para o seu desenvolvimento político.

“As mulheres Catadores também são prioridades tanto na base, onde são a maioria, quanto nas coordenações dos grupos, comitês regionais, coordenações estaduais e comissão nacional. Têm formações específicas para seu desenvolvimento político, assim como encontros regionais e nacionais de trocas de experiências, formação e definições sobre sua participação e luta no MNCR.” (MNCR, s.f.<sup>102</sup>).

Também o movimento se preocupa com a causa LGBTQI+. A live do dia 07/07/2020 teve como temática “Catadores e a luta LGBTQI+”<sup>103</sup>. Reafirma na briefing: “As organizações de Catadores em todo o Brasil são espaços de acolhimento e desenvolvimento que proporcionam segurança e oportunidade.” (MNCR). Na fala de Kátia Santos, catadora trans, moradora da cidade de Aparecida/SP, associada da cooperativa Anjos da Limpeza, podemos ver a importância da acolhida por parte do MNCR na vida dessas pessoas. Ela relata “... *na cooperativa eu encontrei o eu, o respeito na minha cidade. ...devido ao trabalho, ao reaproveitamento de materiais e o cuidado com meio ambiente, o cuidado com o rio, me sinto importante em ser Catadora*”. Viviane Conceição de Souza, diretora na cooperativa Cooperluz da cidade de São Bernardo do Campo e da Rede ABC, diz que “[...] *trabalho não depende de sexualidade* [...]”. Esta live mostrou que o MNCR busca romper as condições

<sup>102</sup> [Programa de luta \(mncr.org.br\)](https://mncr.org.br)

<sup>103</sup> [\(277\) LIVE: Catadores e a luta LGBTQI+ - YouTube](#)

estruturais das várias formas de preconceito com a preocupação de acolher as pessoas e respeitar suas diferenças, bem como proporcionar espaços de oportunidades, de desenvolvimento e de vida. Podemos observar também nas falas das Catadoras mulheres.

Muitas começaram com a catação no “lixão” e, em várias lives, contaram suas histórias de vida. Contam que começaram com a catação nos “lixões para garantir o sustento da família e dar de comer para os filhos. Muitas vezes levavam os filhos por não ter onde deixar. As histórias das mulheres líderes (principalmente as mais idosas), são muito parecidas como a da Madalena Duarte de Lima (MNCR/MG), da Egrinalda Souza (MNCR/PB), da Socorro Soares (MNCR/SE), da Maria Tugira Cardoso (MNCR/RS), Francisca Araújo (MNCR/SP) e muitas outras. Contam que as condições de vida foram melhorando com a saída dos lixões, com a fundação das cooperativas, dos encontros de formação e capacitações e a participação do MNCR.

Nesta live do dia 27/10/2020<sup>104</sup>, Socorro Soares (MNCR/SE) contou que também começou trabalhando no lixão e depois que o lixão fechou formou cooperativa com apoio do Ministério Público Estadual<sup>105</sup>. Afirma que tem orgulho de ser Catadora.

“[...] Meu nome é Socorro Soares dos Santos Alves né, e quando eu cheguei lá da Bahia, vim até Alagoas e Alagoas foi passageiro. Foi onde eu conheci aqui em Sergipe o que era um lixão né, eu nunca tinha trabalhado no lixão, aí trabalhei no lixão, é, achei estranho porque quem nunca tinha trabalhado no lixão né, que é estranho, mas fui me habituando por causa da necessidade de estar trabalhando naquele lugar, aí, veio as dificuldades. Como nosso lixão aqui é perto do aeroporto, aí as autoridades do Estado né, teve que tirar o lixão daqui de perto do aeroporto e quando fechou esse lixão os Catadores ficaram sem saber o que fazer para onde ir, as crianças levaram para (incompreensível) e quer dizer o PET que é um programa de erradicação do trabalho infantil e os adultos ficou sem saber o que fazer. Fizeram um projeto que as pessoas ficam trabalhando por um ano, depois ficou tudo sem saber o que fazer e nesse intervalo teve-se a ideia de formar uma cooperativa foi junto com o ministério público né, ministério público Estadual e a prefeitura, assim, a prefeitura por assim

---

<sup>104</sup> [\(277\) lives mncr Mulheres, reciclagem e cooperativismo - YouTube](#)

<sup>105</sup> Em muitos municípios o Ministério Público teve uma participação importante para o fechamento dos “lixões” e defenderam, juntos aos órgãos municipais, uma saída digna dos Catadores que lá trabalhavam. Uma categoria que, na maioria das vezes, se mostra um aliado importante na luta dos Catadores.

dizer, ela doava o caminhão para a cooperativa para a gente catar o material nas ruas, é isso que a prefeitura faz e fez até hoje né, e a gente continua nessa luta até hoje né? E assim eu me identifico muito como Catadora de verdade, porque foi na catação né, que eu me realizei como pessoa, é, e como assim companheira Socorro? Ou então que está nos ouvindo, do lixo, mais o lixo se souber tratar ele, ele deixa de ser lixo, lixo é luxo, né. Então, do lixo sim, tive minha casa, meu trabalho é, tive uma geladeira, um fogão, um teto para morar aqui. Eu nunca tive, vivia no quintal dos outros, então de aluguel e na catação aqui no estado de Sergipe eu me realizei como pessoa, espiritualmente também graças a Deus e até hoje eu estou bem aqui e é o que eu sei fazer, o que eu amo fazer e não deixei, que eu não quero deixar de fazer vou fazer isso até o fim da minha vida, até quando eu puder, até quando Deus quiser, mas a catação é assim, um ápice na minha vida né, que entrou para me realizar como Catadora de material reciclável, tenho muito orgulho disso.” (Socorro Soares MNCR/SE<sup>106</sup>).

Na live do dia 11/05/2021<sup>107</sup>, “Literatura com as Carolinas<sup>108</sup>”, três mulheres, Catadoras, Francisca Araújo, Maria da Penha Conceição e Viviane Souza, puderam também relatar suas histórias de vida. Francisca foi fundadora da cooperativa Reluz da cidade de São Bernardo do Campo/SP, região do ABC, e conta na live como foi sua vida como Catadora que no início buscava no “lixão” um meio de sobreviver e alimentar seus filhos.

“[...] eu sou catadora há 27 anos, eu trabalhei no antigo lixão do Alvarenga um dos maiores lixões da América Latina eu fiquei 20 ..., fiquei sete anos dentro do lixão e 20 anos dentro de uma associação que depois se transformou em uma cooperativa Reluz. Então o meu tempo de capacitação são 27 anos como Catadora de material reciclável e hoje atualmente eu, eu sou, estou liderança do movimento nacional dos Catadores. Eu não faço mais parte da cooperativa Reluz, estou só no movimento nacional dos Catadores de material reciclável como liderança e sou Catadora de material reciclável com muito orgulho. Essa é a minha vida dentro desse lixão, foi a melhor escola de vida que eu já tive, foi um grande aprendizado e quando eu entrei no lixão eu tava passando fome, passei fome é, e através dessa, desse trabalho dentro do lixão, trabalhei no sol, na chuva, não tinha aqui para mim segurança, era um trabalho muito informal e não era digno, era um

<sup>106</sup> [\(277\) lives mncr Mulheres, reciclagem e cooperativismo - YouTube.](#)

<sup>107</sup> [\(277\) LIVE: Literatura com As Carolinas - YouTube](#)

<sup>108</sup> “As Carolinas” é uma referência a escritora brasileira Carolina Maria de Jesus, uma mulher negra, que foi também Catadora. É conhecida por seu livro “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada,” publicado em 1960. É uma referência para a luta das mulheres pobres e negras.

trabalho cruel, um trabalho de escravo. E eu tinha dois filhos, e tinha dia que não tinha nem feijão e arroz para eles comer, eu tinha que sair 4 horas da manhã para ir para o lixão, outros dias tinha que ir à noite foi muito difícil. E eu gostaria de fazer assim uma reflexão dentro de tudo isso, que trabalhar dentro do lixão, eu achava que era um trabalho ruim e é ruim, é porque lá a gente não tinha segurança, trabalhava no sol, na chuva, corria risco de vida porque a gente era ... as vezes os tratores derrubavam até coisa em cima da gente, era cheio de caminhões e caminhões descarregando todo tipo de material, lá era jogado lixo industrial, lixo hospitalar, o lixo domiciliar e enfim é todo lixo do ABC e de mais outras cidades que vinha, até de outra cidade era jogado lá. E esse lixo, ele não vinha separado, era tudo misturado e lá eu trabalhava no lixão com o rastelo de ferro puxando o material e quase que não conseguia nada e eu sofri muito lá porque eu era muito mole, muito medrosa, né? Mas de aprendizado que eu trouxe desse lixão, talvez se eu tivesse feito 10 faculdade eu não saberia, não teria aprendido o que eu aprendi lá dentro do lixão é porque lá foi aonde eu entendi o que é passar fome. E lá eu entendi o que é dignidade, porque lá, as pessoas que trabalhava lá, a gente não era reconhecida como cidadã e nem era reconhecida nem como bichinho de estimação, a gente era muito discriminado ali dentro do lixão, as pessoas tinham nojo da gente, a gente ia dar a mão para eles, eles não pegavam na mão da gente com nojo. Bom, e isso fez eu me tornar uma mulher totalmente diferente porque antes eu só pensava em mim e eu estava ali e eu só queria para mim aquele trabalho não queria ajudar ninguém e através de capacitações do Movimento Nacional dos Catadores, do SEBRAE, da USP e de vários técnicos né da Unisol Brasil é, vários técnicos que vieram aí pelo Cataforte I, Cataforte II, as nossas formações do MNCR me fortaleceu muito, não só enquanto categoria, mas enquanto mulher enquanto o ser humano. Bom então, assim a forma de agir, o modo de pensar, hoje é totalmente diferente do que eu pensaria antes né, porque aí a gente aprendeu a ser solidário e ajudar o próximo, esse valor de se auto valorizar e aprender também valorizar o próximo porque muitas vezes a gente discriminavam muitas pessoas a gente não tinha esse conhecimento essa é uma história assim que hoje eu conto ela com tanto orgulho, [...] e é isso no lixão eu passei por tudo isso, passei fome, tinha dois filhos pequenos, tinha dia que eu não tinha o que comer né, nem feijão e arroz para colocar no fogo, eu só chorava, né, e com coragem, muita perseverança, por necessidade. Quando eu comecei não era, por, não era assim, por vantagem que eu ia trabalhar lá, era por necessidade mesmo, né, e assim e dentro da nossa luta, enquanto o movimento também eu queria contar um pouquinho porque é muito rico isso e quando a gente começou a fazer

parte, quando eu comecei a fazer parte do movimento, é, a gente viajava a gente dormia no chão e às vezes a gente não tinha também o que comer, às vezes comi um pão com banana, porque não tinha naquela época, não tinha a governo federal, não tinha outros apoio que dava assim dinheiro para gente se manter, a gente só tinha as coisas assim para comer direitinho quando era uma viagem organizada pela prefeitura ,enfim, isso no começo. E aí depois que a gente começou a entrar as verbas do governo federal foi que começou a melhorar as nossas condições né, enquanto categoria é, mas eu queria frisar isso porque para a gente conseguir chegar aonde nós estamos hoje, e, nós tivemos muita luta e essa luta valeu muito a pena eu tenho muito orgulho de falar isso porque a gente não tinha dinheiro para pagar, quando são muitas vezes a gente ia chegar lá os companheiros fazia vaquinha tanto para gente pagar a condução, quanto para comer, então a nossa vida foi muito difícil. Ah e hoje a gente tem projetos, foi uma grande luta do Movimento Nacional dos Catadores, então eu quero agradecer a Deus e aos parceiros né, principalmente ao nossos companheiros de luta que, porque sem luta nós não conseguiria, conseguir o que nós temos hoje, que hoje dá orgulho ainda da gente vê dentro das cooperativas que tem equipamentos, nós tivemos cooperativa, por exemplo, vou dar um exemplo de Ribeirão Pires, a prensa que Ribeirão Pires tinha era uma prensa de madeira e eles colocavam muita força para prensar um fardinho de material, hoje enquanto categoria nós já conquistamos muita coisa e com as conquistas do movimento, com a força de vontade de toda a companheirada. É porque os governos eles só conseguiram enxergar os Catadores depois que os Catadores saíram para rua e fez marcha e que fez reivindicação e mostrou a cara e lutou aí nós deixamos de ser invisíveis, né, porque nós somos invisíveis, a gente gritava, gritava, ninguém via a gente, isso foi um pouco até da história que a gente, nós colocamos no nosso livro e a gente era invisível, que a gente está brava e nem via né, nesses casos.” (Francisca Araújo, MNCR/SE).

Este contexto das mulheres Catadoras tem muito a ver com o que Bourdieu fala de força do *habitus*. Michael Burawoy<sup>109</sup> é autor do livro “O marxismo encontra

---

<sup>109</sup> Michael Burawoy é professor do Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia, em Berkeley. É autor, entre outros livros, de *Manufacturing Consent: Changes in the labor process under monopoly capitalism* (University of Chicago, 1979) e *The politic of production* (Verso, 1985).

Bourdieu” (2013)<sup>110</sup>. Burawoy diz que *habitus* é um termo usado no pensamento de Bourdieu<sup>111</sup>. Destaca:

“Com a noção de *habitus*, Bourdieu transcendeu o subjetivismo da perspectiva centrada no ator sem, contudo, cair no objetivismo do cientista vindo do nada, ao reconhecer a incorporação das estruturas sociais como conjunto de disposições, de inclinações duráveis, porém, criativas e mutantes – isso na forma de percepções e de apreciações do indivíduo. O *habitus* dá conta do senso prático: é a capacidade adquirida de inovar, de jogar o jogo, de perceber o sentido desse jogo – uma criatividade definida por disposições acumuladas e internalizadas a partir das estruturas sociais prévias; uma criatividade ao mesmo tempo canalizada e delimitada pela estrutura social realmente existente. Nós podemos imaginar o *habitus* como sendo composto por camadas, com as mais profundas delas sendo adquiridas logo cedo na infância. (BURAWOY, 2013 p. 52 e 53)

Neste livro, há um subcapítulo em que Burawoy trata “A dimensão produtiva do *habitus*” (BURAWOY, 2013, p. 100 a 101) e cita uma pesquisa que desenvolveu na década de 1990, entre as famílias da classe operária desempregas no norte da Rússia, em que houve desemprego. Mostra o *habitus* rígido dos homens e um *habitus* flexível das mulheres. As mulheres são mais criativas e proativas frente a situações das dificuldades econômicas. Entendemos que esta análise da pesquisa de Burawoy é muito similar com as histórias das mulheres do MNCR, pois mostra que as mulheres são mais resilientes na luta por sobrevivência da família e no processo de formação das cooperativas.

“[...] Dentro desse contexto, foram as mulheres que demonstraram a maior resiliência, organizando economias informais baseadas em círculos de amizade e parentesco, trabalhando não apenas em dois turnos, mas às vezes em três. Ao mesmo tempo, os homens tornaram-se com frequência mais os parasitas que os provedores dessa nova economia doméstica, manifestando isso em sua desmoralização, no crescimento do alcoolismo e na diminuição da longevidade.” (BURAWOY, 2013 p. 101)

---

<sup>110</sup> Este livro constou da relação bibliográfica da disciplina “...” ministrada pelo professor Dr. Rodolfo Elbert, no curso de maestria da Facultad de Trabajo Social de La Plata, Argentina, no qual pudemos cursar. Uma bibliografia importante para um debate crítico do pensamento marxista e o pensamento de Bourdieu.

<sup>111</sup> Pierre Bourdieu, importante sociólogo francês (1930-2002). Burawoy (2013), no prefácio do livro, diz que Bourdieu é o sociólogo mais representativo e influente do nosso tempo – influente tanto no âmbito das ciências sociais como no das humanidades; tanto no interior da academia como para além dela; e não apenas na França, mas também na Europa, no mundo oriental e, cada vez mais, no hemisfério sul.

Podemos ver nas narrativas das mulheres Catadoras, que a partir de uma situação de extrema pobreza, buscam formas alternativas para sobrevivência da família. Tereza manifesta a preocupação de dar de comer para os filhos, depois a saída dos lixões, e a organização das cooperativas e do movimento, dos espaços de formação. Todo esse processo, segundo ela, *“me fortaleceu muito não só enquanto categoria, mas enquanto mulher, enquanto ser humano”* (Tereza, MNCR).

O MNCR conta também com Catadoras jovens, muitas na terceira geração na catação, e que já fazem parte da Juventude do MNCR, como por exemplo, Jennifer Thais Fernandes (Juventude MNCR/MG), Lidiane Jaques (Juventude MNCR/RS), Daiane Cristina (Juventude MNCR/MG) e muitas outras. Constatamos que Jennifer coordenou 08 dos 37 encontros virtuais analisados. Isto mostra a força das mulheres e a importância da relação intergeracional nos espaços de liderança para a continuidade da luta e do MNCR. A nova geração vem de um contexto mais tecnológico e com mais familiaridade em manusear computadores, celulares, redes sociais: Facebook, Whatsapp, Instagram e outros. Estes recursos são fundamentais para a comunicação social e foram amplamente incorporados durante a pandemia. As mais jovens também já trazem uma experiência acumulada das mais velhas e do processo histórico do MNCR. A fala de Madalena, na live que tratou do projeto “Cata Saúde Viraliza”, no dia 26/01/2021<sup>112</sup>, fala da importância da tecnologia e das lives para os Catadores quando faz referência aos cuidados que os Catadores têm que ter na pandemia.

“[...] E aí então Jennifer quando a gente fala desse cuidado, né, que nós tivemos e eu tava falando de quanto que a tecnologia foi importante para nós nesse momento, foi importantíssimo para todos nós Catadores até mesmo para nossa família dentro de casa, porque igual, às vezes a gente faz as lives, aqui tem sempre alguém que tá dentro da casa da gente e não aparece, mais tá aqui do lado prestando atenção no que que a gente tá falando, do que a gente tá discutindo e assim então essa foi uma forma muito importante para nós enquanto Catador porque você sabe que nós tinha a forma de reunir presencial de ter os encontros e nós não tinha tanto acesso à tecnologia igual quando nós estamos tendo hoje, essa capacidade de você aprender, de você conseguir através da internet, da nova tecnologia, você levar os cuidados aos outros companheiros, as outras famílias [...].” (Madalena Duarte Lima do MNCR/MG).

---

<sup>112</sup> (277)  LIVE:  Projeto Cata Saúde Viraliza  - YouTube

Portanto, há uma preocupação do MNCR com as questões de gênero, com a organização e formação das mulheres, através de comitês específicos, e da participação e representação nos diversos movimentos de mulheres.

Madalena Duarte Lima (MNCR/MG) participou de várias lives e em todas que participa ressalta que faz parte do comitê de mulheres e destaca a importância de envolver os homens nessa luta de gênero. Podemos ver na fala da live do dia 26/01/2021:

“[...] faço parte também do comitê das mulheres, do grupo gestor, né, da..., das bonitas que vem discutindo aí gênero, a importância da mulher né, organizada, a mulher empoderada, a mulher que preocupa com a outra mulher e gênero, trazendo também, né, a gente faz parte, de fazendo também o compromisso o de discutir nesse, dentro desse contexto de gênero o homem também, né, não é só mulher, o homem [...]” (Madalena, MNCR/MG)<sup>113</sup>

Na live do dia 09/06/2020<sup>114</sup>, com o tema “Mulheres na resistência construindo a economia solidária”, Claudete Costa (MNCR/RJ) destacou o momento difícil que estão passando com a pandemia, a importância do trabalho da mulher, do processo de luta das mulheres para garantir seu espaço.

“[...] a gente vê que as mulheres neste momento que estamos passando a dificuldade por conta de uma enfermidade, trouxe ao mesmo tempo a multiplicação da violência doméstica né, dentro dos lares porque tem tido várias pesquisas que tem multiplicado, avançado muito a questão das mulheres né, por conta deste momento na pandemia está dentro das suas casas, tá sendo muito mais agredida, violentada né, e aí a gente está abordando um tema que mesmo que está falando de economia né, desta questão toda, a gente tá falando de mulheres, a gente tá falando de resistência né, de afirmamento de um posicionamento de mulheres que sabe o que quer, que faz parte deste país, que contribui muito com a economia deste país através de nosso trabalho braçal. Também né, porque nós mulheres tem um envolvimento, uma responsabilidade mais árdua né, mais comprometida né, não desqualificando os homens, não falando mal de homens, mas a gente está aqui tentando garantir e mostrar para uma sociedade que existe o feminino e este setor feminino se faz presente para garantir seus espaços e que nesse momento tão fragilizado, de forma, que essa enfermidade assolou muito não só o Brasil, mas o mundo inteiro. Tem mulheres aqui com pensamentos de igualdade,

<sup>113</sup> [\(277\) LIVE: Projeto Cata Saúde Viraliza - YouTube](#)

<sup>114</sup> [\(277\) LIVE: Mulheres na resistência construindo a economia solidária - YouTube](#)

pensando na sua próxima, no seu próximo, enquanto companheira de luta, companheira de atividade né, e a gente está aqui para incentivar muitas destas mulheres que não tem voz e muita das vezes para poder está construindo algo, como nós estamos aqui construindo, e a mostrar que mesmo nas horas difíceis, de dificuldade, as mulheres unidas se faz presente aonde a gente quer, porque o nosso direito, o nosso lugar é onde a gente quer. Nós mulheres aqui, a gente está falando aqui da diversidade aqui dessa live, que tem mulheres negras, tem mulheres brancas, mulheres indígenas, que estão aqui com a mesma forma, mesma fala, levantando a mesma pauta, então isto é muito forte, é muito positivo para nós mulheres, a gente mostra que a gente está unida, independente de nossa classe social, da nossa cultura, a gente tem um foco de unidade, esse foco de unidade é que nos une, sabe e nos unindo nos faz estar presente nestes espaços de decisões uma para com a outra então eu vejo esse espaço aqui um momento muito, muito, muito bom dessa tarde [...].” (Claudete Costa, do MNCR/RJ).<sup>115</sup>

O MNCR mostrou que tem a preocupação com a organização das mulheres Catadoras e com assuntos relacionados com gênero. Busca a igualdade de gênero dentro da organização do movimento a partir da igualdade de representatividade, como também garantindo espaços para o fortalecimento das mulheres.

Outro tema importante para o movimento é com relação a luta por igualdade racial. No mês de novembro, mês da Consciência Negra, houve duas lives para debater a discriminação racial: dia 17/11 – “Catadores e Consciência Negra”; e no dia 24/11/2020 – “Conjuntura política e Consciência Negra”. No Brasil, foi estabelecido o mês de novembro para dar destaque e debater esta temática, e no dia 20 deste mês se comemora o Dia da Consciência Negra. Em muitos municípios brasileiros é decretado feriado municipal, um importante conquista no processo de luta. O briefing da live do dia 17/11/20, destaca o significado do Dia da Consciência Negra:

“O Dia da Consciência Negra, dia 20 de novembro, faz referência a morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, situado entre os estados nordestinos de Alagoas e Pernambuco. Considerado símbolo de luta pela liberdade e valorização do povo negro. Zumbi foi morto em 1695, na referida data, por bandeirantes. A maioria absoluta da categoria de Catadores é negra e enfrenta dia a dia reflexos de séculos de escravidão e racismo.” (MNCR, live do dia 17/11/2020<sup>116</sup>).

<sup>115</sup> [\(277\) !\[\]\(ea020ff0bb99f64c54b6a1a6bb134e0f\_img.jpg\) LIVE: Mulheres na resistência construindo a economia solidária !\[\]\(ae151f253d3e74ce341dec60d68e7cbe\_img.jpg\) - YouTube](#)

<sup>116</sup> [\(277\) !\[\]\(14a86c603ffe90b8e4f2544c9cd4d61f\_img.jpg\) \\*LIVE: !\[\]\(a710a0600523cfe0076c14e07711dcdf\_img.jpg\) Catadores e Consciência Negra\\* !\[\]\(bd2646d024de1e2225c3694e7c4b451d\_img.jpg\) - YouTube](#)

As Catadoras negras sofrem discriminação: por serem mulheres, por serem negras e por serem catadoras. Claudete Costa, Catadora, militante MNCR/RJ, participou também desta live e disse que o racismo no Brasil é escancarado.

“Bom falar um pouco dessa pauta né, da Consciência Negra né, no mês de novembro, vinte de novembro, é, a minha neta faz aniversário no dia da Consciência Negra, então eu sou uma avó muito feliz, por ter esse símbolo de resistência né, vindo da minha neta, nessa data tão importante e ser, é, uma mulher negra né, dentro do nosso país, dentro do Brasil, não é para qualquer um, realmente carregar o tom da pele negro na pele né, a gente passa por diversas dificuldades, preconceito, racismo, machismo, por muita das vezes ter a pele negra. Muito antes de qualquer uma de nós aqui nascer, esse preconceito já existia né, e o que não dá para entender porque que a gente ainda vive tamanho preconceito e racismo dentro do Brasil né, a gente tem também em outros países, mas o Brasil é escancarado é uma coisa assim surreal né, o que a gente passa dentro do Brasil por ser homem ou uma mulher negra principalmente quando é pobre, periférico, Catador de material reciclável, morador de rua né, você passa um preconceito dobrado [...]” (Claudete Costa, MNCR/RJ).

Nesta live, Jennefer, representante da juventude do MNCR/MG, também falou dos preconceitos que sofre a mulher, bem como a importância dos espaços de debate para o fortalecimento de suas pautas.

“Como muitos de vocês sabem eu sou do município de Itabirito, Minas Gerais, trabalho, nasci, faço parte do Movimento Nacional de Catadores e estou atualmente como representante da Juventude dentro do segmento da Unicatadores, além de algumas discussões de gêneros e projetos de gêneros que a gente aqui em Minas vem se fortalecendo. E a gente enquanto, enquanto mulher, enquanto catadora, a gente já, já vem de uma, de um longo, de uma longa caminhada de preconceitos né, e só de ser mulher é motivo para ter preconceito dentro da sociedade e a gente ainda junta o fator que somos Catadoras e quando a gente fala ainda que é Catador e Catadora, é, parece que escancara mais ainda né, porque a maioria de nós, dentro do segmento, somos negros e como nos posicionar dentro do segmento de onde que eles já não vê tanta firmeza em nosso trabalho enquanto Catador, não aceita a gente como parte da sociedade e quando chega em algumas empresas ou em algumas espaços além de ser mulher, ser Catadora e ainda é negro. Então assim, é esse momento de bate-papo que a gente tá tendo aqui para mim é super importante até para a gente poder ter forças, para a gente

continuar caminhando e empoderar também outras mulheres negras e homens também negros, dando o seguimento nessa, nessa luta que a gente vem caminhando é de muitos anos desde que a gente se diz é a libertação dos escravos onde a gente, nós fomos libertos, a gente ainda continua sendo abusados de imensas formas, mas nós vamos seguindo [...]” (Jennefer Thais Fernandes, Juventude MNCR/MG).

Jennefer fala também da importância destes espaços, como as lives, para o fortalecimento da luta, para continuar caminhando e lutando junto com mulheres e homens negros para romper todas as formas de preconceito.

A live do dia 24/11/20<sup>117</sup>, abordou a questão da Consciência Negra e a conjuntura política aproveitando o contexto das eleições que ocorreram aqui no Brasil, normalmente realizadas no mês de outubro, a cada dois anos. Em 2020, ocorreram as eleições municipais. Os Catadores aproveitaram o debate sobre a “Consciência Negra” e falaram da importância de elegerem representantes nos parlamentos.

Vania Flor de Lis Gomes, Catadora, representante do MNCR em Alagoas disse: “[...] *quem está no poder não representa a periferia, a juventude, os negros. Não se preocupa com a classe trabalhadora [...] a gente não tem opção de voto, o poder econômico é mais forte [...]*”<sup>118</sup>.

Roselaine (Neguinha), Catadora e representante do MNCR/PR, conta que (...) “*nas eleições da cidade de Curitiba/PR ganhou a primeira mulher negra pelo partido dos trabalhadores (...) as políticas públicas não chegam na periferia (...) quem tem dinheiro para campanha ganha (...) tem que ter Catador na Câmara de Vereadores, Congresso, prefeitura (...)*”.

Luiz Henrique da Silva, Catador e membro da equipe da articulação Nacional do MNCR/MG, faz uma reflexão importante para os Catadores e pergunta porque a classe trabalhadora é a maioria da população, mas são eleitas pessoas que são contrárias aos interesses da maioria. Chama a atenção para a importância de voltar a fazer política na base, afirmando que falta politização da classe trabalhadora.

“Bom, na realidade é, eu acho que primeiramente nunca se tornou tão necessário a gente voltar a fazer política realmente. Porque em tempos de negação da política, né, a política nunca teve tão necessária da

---

<sup>117</sup> (277)  LIVE: [▶ Conjuntura política e Consciência Negra !\[\]\(46d71657ab7d451e0028a903b2f637f7\_img.jpg\) - YouTube](#)

<sup>118</sup> (277)  LIVE: [▶ Conjuntura política e Consciência Negra !\[\]\(eab26c272edb9e50be46161c2a99891a\_img.jpg\) - YouTube](#)

gente estar tentando animar as pessoas. As pessoas estão muito desanimadas com o processo, né, mas a gente tem que fazer um pouco algumas autocríticas, algumas análises, porque se somos a maioria, né, por que estas pessoas que é tão contra o povo são sempre eleitos, é só poder econômico que prevalece, né, tem muitas outras coisas além do poder econômico, né principalmente a falta de politização da nossa classe, da classe trabalhadora do Brasil, né, que é levada assim com o vento, de um lado para o outro conforme vê uma matéria de jornal, uma matéria de TV, né, um tapinha nas costas, uma cesta básica ou alguma outra coisa, então é ... a classe trabalhadora do Brasil ela é a maioria, né, mas a gente continua ainda, uma parte da classe trabalhadora, costuma, ainda continua contribuindo para eleger as pessoas que não são preocupadas com interesses do povo. [...]" (Luiz Henrique da Silva, MNCR/MG).

Luiz chama a atenção, também, sobre a competitividade que existe na sociedade motivada pelos valores capitalistas, a intolerância que assola a sociedade e diz que os Catadores estão na base da pirâmide que sustenta o capitalismo. Ressalta que lutam não para viver, para sobreviver, que a sociedade precisa ficar mais indignada com os preconceitos e as desigualdades que existem no Brasil. É preciso unir-se para mudar essa situação.

"[...] na realidade nós temos uma dificuldade enorme de ser uma sociedade colaborativa, né, nós estamos sendo estimulados aí pelos mecanismos internacionais, o capitalismo, enfim toda essa armadilha para a gente cada vez mais ser competitivo, né, [...] nós somos extremamente competitivo, né, nós temos que ser um pouco mais colaborativo né, e ter de fato essa união entre nós e essa união se traduzir na hora da gente ir decidir pela, para quem vai comandar nosso país, nossos municípios, né, porque eu, em muitos momentos aí eu sinto que a nossa própria democracia é racista, preconceituosa, desigual com a gente, entendeu, é uma..., as vezes eu tenho a sensação de uma falsa democracia, né, e se eu que sou um pouco mais politizado, preciso ser muito mais, [...]. Então o desafio é aí a gente pegar e despertar né, todo mundo para ver se o poder que temos na mão de fato, né, a sociedade tem esse poder, mais de fato, mas ela não usa né, pelo contrário, ela acaba dando um cheque em branco né. [...]. Nós estamos num momento que nossa meta é a igualdade, mais nosso trabalho todo tem sido e vai continuar sendo ainda para diminuir as desigualdades né. No futuro nós, eu sonho, e não deve ser utopia não, eu sonho em ter igualdade de fato, mais a gente ainda trabalha para diminuir a desigualdade. Olha para você ver como é a coisa, a desigualdade no Brasil é muito grande, tem que tentar diminuir essa

desigualdade né, é social, é econômica, é tudo, entendeu, a desigualdade que impera é muito grande, entendeu, é, são muito pouco as pessoas aí que detêm a maior parte da questão do dinheiro, da economia do nosso país e do mundo também. Então, a gente não pode se deixar levar pelo dinheiro né, é a gente tá vendo aí que as pessoas estão deixando um pouco de fazer essas discussões mais política, de tentar construir essas bases de união em si dos povos e pensando mais na questão da competição né, é por que hoje muitos, a maioria dos ser humano está preocupada mais em ter do que ser, né. E isso tem feito todo mundo ficar igual louco, né, e aí a gente cada vez mais com dificuldade de ter e aí a gente, a gente não faz o suficiente para viver né, a gente faz o suficiente para sobreviver e é não morrer mesmo, então nós somos um povo útil, estamos na base da pirâmide aí que temos que sustentar essa merda desse capitalismo todo nas costas e aí esse tanto de desigualdade, ela todo dia nos assola, toda hora né, e não é diferente a questão do preconceito que ele está aí né, em todo momento, você vira para o lado e você vê o preconceito de uma forma ou de outra, né, e aí é, nós precisamos um pouco tentar ver qual é o desafio, o desafio nosso é grande que é de unir esses povos, [...]. Nós se tornamos um povo dividido né, é na realidade, muitas das vezes a cultura da intolerância é muito grande né, intolerância em todos os sentidos, né, e a gente pegou e tá levado por essa questão da intolerância e um pouco da, da cultura religiosa que entrou muito para dentro da política né, então isto tem dificultado muito o dialogo né, para conversar sobre política e aí nós não podemos mais ser usados como massa de manobras, né, nós precisamos realmente de fato é ter clareza do poder que nós temos né, enquanto cidadãos, né, a sociedade em si tem que ter clareza disso e acreditar que não tem outro caminho a não ser via o voto. Não tem, não tem como negar a política, não tem como negar porque o caminho é esse ou não é, [...] nós temos que voltar a acreditar no poder da sociedade, em nosso poder e caminhar, porque, é, nós não vamos conseguir mudar essa realidade de preconceito e de morte, né, de pobreza, de miséria, né, essa desigualdade toda é que tem no nosso país só com os nossos gritos, [...] mas a nossa capacidade de se indignar tem que ser um pouco maior, e a gente usar essa indignação para fazer com que a gente faça várias reflexões, seja no campo do trabalho, na cooperativa, na associação, em casa, aonde moramos, para que a gente consiga avançar um pouco mais naquilo que a gente consiga construir na unidade, porque sem isso a gente vai continuar sendo a minoria, em

número somos maioria mais em votos vamos continuar sendo a minoria. (Luiz Henrique da Silva, MNCR/MG<sup>119</sup>).”

Observamos na fala de Luiz, de Madalena, de Tereza e dos demais Catadores, lideranças do MNCR, um nível de conscientização e politização que com certeza fortalece o movimento. Isso seguramente é importante para o debate político nesse processo de luta. E como disse Madalena, a luta não é só das mulheres: os homens também fazem parte.

### 3.1.3. A Saúde e a Previdência Especial para os Catadores

Outro tema importante para o MNCR é a saúde. Foram cinco lives que tiveram no título a palavra saúde ou vacinação. Com a pandemia, este tema passou a ter maior visibilidade para os Catadores. As lives debateram a saúde do trabalhador Catador destacando a questão da pandemia, a vacinação e uso de EPIs – Equipamento de Proteção Individual, como também assuntos relacionados mais especificamente à saúde da mulher e à saúde do homem.

Duas lives deram destaque para as campanhas internacionais de prevenção a Saúde: no mês de outubro, “mês rosa” – prevenção do câncer de mama e o câncer de colo de útero – saúde da mulher<sup>120</sup>; e no mês de novembro, “mês azul” – saúde masculina<sup>121</sup>. Com a tecnologia social do MNCR “Catador fala para Catador”, os próprios Catadores deram testemunho e falam da importância do cuidado com a saúde. Chamou a atenção especificamente a live que tratou da saúde masculina, que é um “tabu” entre os homens. Nela os próprios Catadores falaram para os companheiros sobre a importância dos cuidados com a saúde e dos exames preventivos.

A live do dia 30/03/2020<sup>122</sup> tratou sobre a importância da vacinação contra a Covid-19. Os Catadores consideram o trabalho que desenvolvem essenciais e reivindicaram serem incluídos na relação de categorias prioritárias à vacinação. No início desta imunização, os governos priorizaram categorias de trabalhadores visando não parar os serviços essenciais. Assim, os Catadores defenderam que eles compusessem o grupo de trabalhadores priorizados na vacinação contra a Covid-19,

<sup>119</sup> (277)  LIVE: [▶ Conjuntura política e Consciência Negra !\[\]\(4f064460d1f692dfa4c74bb74559609b\_img.jpg\) - YouTube](#)

<sup>120</sup> (277)  LIVE: [👩 Saúde das mulheres Catadoras !\[\]\(d1567079a1e4d362437fc2c42fa3ef93\_img.jpg\) - YouTube](#)

<sup>121</sup> (277)  LIVE: [👨 Saúde masculina e Catadores !\[\]\(75b420a8db7b19e95528c01354d4c0c4\_img.jpg\) - YouTube](#)

<sup>122</sup> (277) LIVE MNCR - Essencialidade e vacinação dos Catadores   - YouTube

por desenvolverem um serviço essencial: o da coleta seletiva. Parar a coleta traz impactos para a gestão dos resíduos na cidade e para os Catadores, ou seja, onde vão parar os materiais recicláveis produzidos durante a pandemia? Nos aterros? Serão enterrados? Ao mesmo tempo os Catadores, sem a coleta seletiva, ficam sem renda por não poder coletar os materiais para poder vender, dependendo de ações assistenciais e de solidariedade para sobreviverem. Portanto, a vacinação proporcionaria o retorno dos Catadores ao trabalho, com a garantia de reduzir os riscos de contágios com o Covid-19.

Outro tema importante que está relacionado com a saúde, é a Previdência Social. O MNCR defende o projeto de lei que prevê Previdência Social Especial para os Catadores, por trabalharem em condições de risco e em situações precárias. A live do dia 27/04/2021<sup>123</sup> tratou deste tema e teve a participação da deputada federal do Partido dos Trabalhadores (PT) Erika Kokai, autora do Projeto de Emenda Constitucional - PEC 309/2013, parlamentar que contribuiu para elucidar dúvidas sobre projeto. A previdência não envolve só a aposentadoria, mas também o auxílio financeiro por afastamento do trabalho, por questão de saúde e afastamento maternidade. Hoje, para trabalhadores autônomos terem direito à previdência social, é essencial contribuir com o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), pagando mensalmente um valor mínimo de 20% do salário-mínimo, valor que impacta na renda dos Catadores. A proposta da PEC é reduzir o percentual para 2%. Desde 2013, a PEC está aguardando agenda para ser votada. O tema não é uma prioridade na agenda política. A Briefing da live diz:

“O MNCR vem lutando há muitos anos para que as catadoras e catadores de todo o Brasil tenham acesso a previdência social e possam se aposentar, no entanto, a legislação ainda não permite essa inclusão efetiva, pois as cooperativas e associações precisam pagar 20% da renda dos associados para o INSS, inviabilizando esse acesso quando o serviço não é pago pelo município e a renda é baixa.” (MNCR<sup>124</sup>).

A conquista pela Previdência Especial é importante para os Catadores. Apesar de estar em instância diferente da luta pelo pagamento pelos serviços prestados,

---

<sup>123</sup> [\(277\) lives mncr Previdência Especial para Catadores - YouTube](#)

<sup>124</sup> [\(277\) lives mncr Previdência Especial para Catadores - YouTube](#)

ambas caminham na direção para a valorização do trabalho e garantia de direitos. Gilberto Warley Chagas, liderança do MNCR no estado de Minas Gerais, participou desta live e disse que:

“[...] hoje estamos vivendo uma situação de calamidade pública por falta de políticas governamentais [...] estamos vivendo um governo negacionista. A renda caiu bastante [...] só com a venda dos materiais não paga a estrutura das cooperativas [...] tem muito catador que está trabalhando o mês todo e está tirando 200 reais e o trabalhador autônomo tem que pagar 200 reais de INSS, sem condições [...] ninguém quer nada de graça [...] falta política pública, planejamento. Ignoram a política de resíduos sólidos [...] grupos empresariais estão de olho neste nicho, [...] quando a pessoa tem perspectiva de futuro ela é mais feliz, tem mais saúde, sonha mais, investe, cria mais, investe mais no mundo. Todo mundo tem direito de sonhar [...].” (Gilberto Warley Chagas, MNCR/MG).

Mais uma vez os Catadores demonstram não desejarem “nada de graça”, como pudemos ver na fala de Gilberto, mas as condições de trabalho, a renda obtida com a coleta seletiva, não permite acessar os direitos tão necessários para um trabalhador ter vida digna. Entre os direitos negados, encontra-se o de contribuir com a previdência social para que o Catador possa ter uma renda caso tenha que ficar afastado do trabalho por motivos de doença, por motivo de maternidade ou mesmo para ter perspectiva de uma aposentadoria.

Outro tema relacionado à saúde e que a pandemia trouxe para o debate, é a segurança no ambiente de trabalho, os riscos de contaminação com a coleta de materiais e a importância de os Catadores utilizarem os equipamentos de proteção individual (EPI).

Com relação ao uso e EPIs, na primeira live do ano de 2021, ocorrida no dia 26/01/2021<sup>125</sup>, coordenada pela Jennefer Thaís Fernandes (Juventude do MNCR/MG), o MNCR apresentou o projeto “Cata Saúde Viraliza”, em parceria com a WIEGO<sup>126</sup>, que teve como um dos objetivos capacitar os Catadores para a segurança do trabalho nos tempos de pandemia. Sonia Dias, representante da WIEGO, participou da live e falou sobre o projeto.

---

<sup>125</sup> [\(277\) LIVE: Projeto Cata Saúde Viraliza - YouTube](#)

<sup>126</sup> WIEGO busca elevar la voz, la visibilidad y la validez de los trabajadores pobres, especialmente las mujeres. <https://www.wiego.org/es/que-hacemos> acesso 15/02/2022

[...] “Cata Saúde Viraliza” que é o nome fantasia de um projeto que se chama “Catadores e Catadoras enfrentando o covid-19 desafios trabalho decente e resiliência”, mas o que que é esse Cata Saúde Viraliza? Ele é um programa de capacitação online dos Catadores, tanto organizados quanto autônomos no Brasil, durante esse período, dessa crise, dessa pandemia é que se organiza em torno de conseguir informações para melhorar as condições de trabalho, reduzir risco e ao mesmo tempo, ao fazer isso, fortalecer laços de interação, de integração, de relacionamento e troca de experiências com Catadores né, entre si, os organizados e autônomos do Brasil, mas também com Catadores da América Latina. Como surgiu esse Cata Saúde? Né, “Cata Saúde Viraliza” surgiu a partir de uma linha de trabalho que a organização, que eu pertencço, que alguns chamam de Wiego. [...] e a gente então tem como objetivo isso: criar um espaço de capacitação em temas de saúde, não é só covid, tá gente, saúde, essa ideia de que a saúde é um bem, é fundamental que o trabalhador né, e aí nesse processo de capacitação propiciar a troca de saberes né, com outros Catadores, ampliar as discussões né, para gente fortalecer, é aprender e fortalecer diversas experiências de enfrentamento a pandemia aos riscos que os Catadores sofrem [...].” (Sonia Dias<sup>127</sup>).

O projeto “Cata Saúde Viraliza” não teve só o objetivo de capacitar e propiciar troca de experiências com assuntos relacionadas à Covid-19, mas também de trocar experiências visando o fortalecimento do MNCR, tanto a nível nacional como internacional, assim como a integração dos Catadores organizados e informais<sup>128</sup>. Sonia ressaltou que o Brasil é referência em organizações de cooperativas e que sua instituição, WIEGO, e outros países, têm interesse em conhecer essas experiências. Acreditamos que seja um importante recurso, mas o MNCR precisa se preocupar em não perder seus princípios, de “Catador fala para Catador”, da participação popular e da luta por um outro modelo de desenvolvimento econômico.

Como pudemos constatar, a valorização do trabalho passa também por garantia da saúde, da segurança no trabalho e da previdência social. Para isto, é importante que as políticas públicas atendam às necessidades dos Catadores, bem como garanta remuneração justa para poderem ter condições dignas de trabalho e vida.

---

<sup>127</sup> [\(277\) LIVE: Projeto Cata Saúde Viraliza - YouTube](#)

<sup>128</sup> O projeto foi financiado pela Open Society Foundation e pela WIEGO. [Conectando os catadores de resíduos durante a pandemia | WIEGO](#) acesso 15/02/2022

### 3.1.4. 10 anos da PNRS: conquistas e desafios para a implementação, fechamento dos lixões e as ameaças com retrocessos da lei e a incineração.

Outro ponto que observamos nas lives é que muitas falas fazem referência à Lei 12.305/2010. Como vimos no capítulo II, a lei trata da gestão integrada dos resíduos sólidos, da responsabilidade compartilhada pelos ciclos de vida do produto, do encerramento dos lixões, dos sistemas de logística reversa e da coleta seletiva com a inclusão socioprodutiva dos Catadores e outros temas. Os Catadores se orgulham e dizem sempre que tiveram um papel importante para aprovação dessa lei.

Em agosto de 2020 a lei completou 10 anos. Durante aquele mês, o MNCR organizou as lives visando a comemoração e avaliação deste período. Foram 04 encontros com as seguintes temáticas: “10 anos da PNRS: catadores e fechamento de lixões”<sup>129</sup>; “10 anos da PNRS e inclusão produtiva”<sup>130</sup>; “10 anos da PNRS: conjuntura de norte a sul BR”<sup>131</sup>; “10 anos da PNRS: ambientalismo e gestão de resíduos”<sup>132</sup>. Participaram destas lives lideranças do MNCR, ambientalistas, representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública, considerados importantes parceiros históricos no processo de luta dos Catadores, na fiscalização e implementação desta lei. Nessas lives, estes convidados puderam falar sobre os avanços e desafios da implementação da PNRS durante estes dez anos.

Na primeira live desta série, dia 04/08/2020<sup>133</sup>, o briefing dizia:

“Neste Mês de agosto vão fazer 10 anos da aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS lei 12.305) que se tornou um marco para as políticas públicas ambientais e é referência mundial no tema de gestão de resíduos e inclusão social, servindo de inspiração para a legislação em diversos países. No entanto, passados tantos anos muita coisa ainda precisa ser feita para que a lei funcione verdadeiramente beneficiando os aspectos sociais e ambientais.” (MNCR, live 04/08/2020).

Essa live tratou do fechamento dos lixões. Como vimos, a lei 12.305/10 prevê a erradicação dos lixões, que também faz parte da pauta de luta do MNCR. Maria

<sup>129</sup> [\(277\) !\[\]\(3468d87bcb814ba12788b648a89ab66a\_img.jpg\) LIVE: 10 anos da PNRS: Catadores e fechamento de lixões !\[\]\(a576cd371a1f3e74e2d4cd0584884b18\_img.jpg\) - YouTube](#)

<sup>130</sup> [\(277\) !\[\]\(d6e4e928d1d2fa4106b1cc052f8f98d4\_img.jpg\) LIVE: 10 anos da PNRS: Legislação e inclusão produtiva !\[\]\(74cdbb301e0c6b84788621736953e259\_img.jpg\) - YouTube](#)

<sup>131</sup> [\(277\) !\[\]\(5be97fb053e9619db12d82618eb53bdf\_img.jpg\) LIVE: 10 anos da PNRS: conjuntura de norte a sul BR - YouTube](#)

<sup>132</sup> [\(277\) !\[\]\(29b9d643577cb02c04bf57af2d383658\_img.jpg\) lives mnrcr 10 anos da PNRS: ambientalismo e gestão de resíduos - YouTube](#)

<sup>133</sup> [\(277\) !\[\]\(f77e8f36838bc2c65248727360c507db\_img.jpg\) LIVE: 10 anos da PNRS: Catadores e fechamento de lixões !\[\]\(9102d6cde0617da437c3d489ddea1f1f\_img.jpg\) - YouTube](#)

Tugira Cardoso, Catadora, importante liderança do MNCR no estado do Rio Grande do Sul, participou desta live. Ela contou sua experiência da saída do lixão, lugar onde trabalhava para não deixar seus filhos passarem fome, sobre a formação da cooperativa e a participação no movimento. Também disse que está no MNCR desde a sua fundação, e fala da importância da lei 12305/10 e do trabalho dos Catadores reduzindo os resíduos urbanos que vão para os “lixões”. Considera essa atividade um importante trabalho de saúde pública e ambiental que não é reconhecido.

“[...] eu trabalhei muitos anos aqui no lixão de Uruguaiana e juntamente com os companheiros a gente ganhou uma luta pela coleta seletiva solidária aqui na cidade é pela reinserção dos Catadores e das Catadoras na Associação de Catadores de Lixo Amigos da Natureza. E depois de muitos anos que a gente sofreu a degradação no lixão aqui em Uruguaiana a gente conseguiu enfim um contrato, um convênio com a prefeitura da cidade. [...] é, eu comecei no trabalho do lixão quando meus filhos eram todos pequenos. Trabalhar de doméstica não dava porque o que eu ganhava, era, a gente come uma semana e o resto do mês passava fome. Bom, então fomos para lixão onde a gente descobriu uma fonte imensa de alimentação, aonde a gente podia subsidiar as necessidades do nosso corpo e também para os meus filhos poder estar se alimentando diariamente. A gente sabia que aquilo era um, não era má, era um, não era uma vida né digna de ser viver, mas ali era a fonte segura do alimento, era uma segurança que a gente tinha para a gente sobreviver. É juntamente com algumas pessoas que nos ajudavam que nos apoiavam, a gente foi conhecendo os caminhos do movimento. Lá em 1999, 2000, a gente começou ajudar a construir o movimento e através daí com esses companheiros, essas Catadoras e que se engajou nessa luta que estamos até hoje, que é a luta pelo direito, direito de classe, relação de solidariedade, do direito do Catador. E o que eu entendo é que nós Catadores sabemos mesmo é coletar, pensava que era só isso, saber coletar, pensava que só isso, saber coletar lixo e sobreviver do lixo e sobrevivemos até hoje. E sabemos que hoje a gente tem que ter mais conhecimento, tem que avançar mais, que é para gente não ser pisoteado por esse sistema que está implantado hoje no nosso país, que é afundar com os pobres é a terminar com os nossos direitos, rasgar a constituinte e a gente precisa seguir nessa luta e é assim que eu quero seguir e é aí o que eu entendo. [...] o nosso trabalho ele contribui imensamente com a preservação ambiental e também ao trabalho de saúde pública é um trabalho que contribuiu muito para a saúde pública, porque só as toneladas de lixo que nós tiramos, toneladas de recicláveis que nós tiramos do lixo, praticamente de graça para o governo. Imagina se

tivesse que ir parar em cima de um aterro sanitário, em cima de um lixão. Em Uruguaiana mesmo, teve um lixão num local por 20 anos e se não tivesse todos esses Catadores para tirar toneladas e toneladas de reciclado que a gente tirava de lá ele não teria todos esses anos de vivência não. E a PNRS foi para mim, foi um marco histórico porque nos ajudou também a lutar para que fechasse o lixão aqui na cidade, para que nós saísse do lixão e pudesse estar preiteando um contrato, um convênio com a prefeitura através dessa lei da lei 12.305 e aí, saber que os resíduos são conhecidos como bem econômico e de valor social e o que a gente quer hoje, eu quero, que eu espero para minha companheirada, é que todos têm garra e força para seguir nessa luta e permanecer é, sempre engajado em defesa dos seus direitos, direito de cidadania, direito a segurança, direito à moradia, direito à educação, educação com qualidade, que nossos filhos possam entrar numa universidade, que os nossos filhos possam ter aquele, aquele direito que nos foi negado no passado e isso eu posso continuar falando porque quando eu começo a falar e não quero parar eu passo para minha companheira [...].” (Maria Tugira Cardoso, MNCR/RS<sup>134</sup>).

Maria Tugina, neste trecho de sua fala, conseguiu sistematizar a importância do MNCR e da Lei para os Catadores. A lei prevê o fechamento dos lixões, que a princípio, foi, e ainda é em muitas cidades, fonte de trabalho e sobrevivência para muitas pessoas, mas em condições muito precárias. A lei trouxe a perspectiva para os Catadores deixarem estes espaços e formarem cooperativas em condições muito melhores de trabalho, em condições de firmar contratos com a prefeitura para realizar a coleta seletiva. Turgira fala da importância que teve e tem esse trabalho, mesmo em condições indignas. Os Catadores retiram do “lixão” toneladas e toneladas de materiais para a indústria da reciclagem, o que diminui o gasto público com o aterro e reduz impactos ambientais e de saúde. Ressaltou a importância do MNCR nesse processo, como organização e formação dos Catadores para a luta em defesa de seus direitos, não só para ter um trabalho digno, mas também para o direito à cidadania, a moradia digna, segurança, saúde e educação de qualidade. Também para proporcionar uma perspectiva de um futuro melhor para os filhos.

Na segunda live da série “10 anos da PNRS”, o MNCR tratou sobre a PNRS e a inclusão produtiva<sup>135</sup> e teve como convidados representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública, importantes parceiros no processo de luta. Dra. Margaret

---

<sup>134</sup> [\(277\) LIVE: 10 anos da PNRS: Catadores e fechamento de lixões - YouTube](#)

<sup>135</sup> [\(277\) LIVE: 10 anos da PNRS: Legislação e inclusão produtiva - YouTube](#)

Matos de Carvalho, procuradora Chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT) no Paraná, participou da live e falou da importância da lei, das modificações desta lei durante estes 10 anos. Ela entende que a parte mais prejudicada na implementação da lei seja a inclusão socioprodutiva dos Catadores. As modificações indicam pontos positivos relacionados à ampliação do conceito de limpeza pública que possibilita novas frentes de trabalho para os Catadores. Como ponto negativo, destaca a preocupação com a possibilidade de criminalizar as organizações de Catadores por correr o risco, mesmo sem intenção, de armazenar materiais perigosos – o que é proibido –, uma vez que nas sacolas coletadas podem conter esses materiais. Dra. Margaret também chamou a atenção para a consulta pública que estava acontecendo para a revisão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PLANARES), a preocupação com a questão da incineração, com a questão dos consórcios dos municípios para a limpeza pública que estão se tornando um grande negócio, o que pode acabar excluindo os Catadores. Ela também trouxe a preocupação com os trabalhadores avulsos que não estão nas organizações e que são a maioria. Por fim, destaca a importância da educação ambiental nesse processo.

“[...] O Brasil nunca tinha tido, até então, uma política voltada para esse tema, e talvez até em razão disso que a nossa realidade seja tão ruim, longe, inclusive de dizer que a Política Nacional de Resíduos Sólidos ela está realmente implementada no Brasil. Não só não está implementada, como já foi modificada. Teve uma modificação recente pela lei 14.026 de 2020, e o que traz de interessante, ganho, gostaria rapidamente de falar a respeito dessas modificações. Eu trago aqui uma modificação que me pareceu interessante, que consta do artigo terceiro, da alínea C dessa Lei que amplia o conceito que nós tínhamos de coleta, né. Então, na limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos inclui as atividades de coleta, de varrição, seja ela manual, seja ela mecanizada, de asseio e conservação urbana, de transporte, transbordo, tratamento e destinação final, ambientalmente adequada dos resíduos sólidos domiciliares e dos resíduos de limpeza urbana. Penso que essa alteração ela traz uma oportunidade única de ampliação também dos contratos que os municípios mantêm com cooperativas e associações de Catadores e Catadoras, para incluir esses serviços, que hoje não são serviços incluídos a essas organizações.[...] Penso que ainda falta uma fiscalização constante da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, mas não de parte dessa política, porque o que a gente vê que é uma preocupação constante, principalmente do Ministério Público, e eu falo também do

MP Estadual, MP Federal, MP do Trabalho. de implementação dessa política, né, mas ela vai sendo implementada em parte, e talvez a parte mais prejudicada seja sempre a inclusão socioprodutiva dos Catadores de material reciclável que a lei também prevê. Nós temos agora um problema talvez muito sério que devemos pensar em uma estratégia de atuação. Quem está trabalhando ao lado dos Catadores, as entidades, a gente sabe aí que tem uma rede, uma grande rede de apoio, embora seja muito difícil a realidade de você conseguir implantar a Política Nacional como ela está desenhada, mas nós temos em consulta pública até 30 setembro desse ano o Plano Nacional de Resíduo Sólidos, então vejam que a Lei 12.305 foi alterada pela Lei 14.026. Na Lei 14.026 não fala absolutamente nada de incineração, nem de coprocessamento, mas o Plano Nacional Resíduos Sólidos fala. [...] Um outro ponto de alteração, das alterações que são prejudiciais: ampliação dos consórcios, e a possibilidade de ampliação dos consórcios, o que eu tenho sido bastante resistente a esses consórcios. Eles foram vendidos assim que a Política Nacional de Resíduos Sólidos, ela apareceu como sendo a grande novidade, o que realmente iria propiciar aos municípios construir e manter os seus aterros sanitários consorciados, mas na prática, o que a gente tem visto é que eles se transformaram em um negócio, em um grande negócio, e quando se transformam em grandes negócios, os Catadores são aliados dos processos e também é prejuízo para sociedade que tem aí os custos aumentados de serviços que nem sempre são serviços de primeira qualidade ou de qualidade, como eles alegam sempre quando querem comparar aquilo que os Catadores fazem. Também considero de bastante preocupação... como uma preocupação muito grande o fato de que até hoje nós não avançamos na organização dos Catadores avulsos. Ainda continuam sendo, talvez... os mesmos, pelo menos aqui no Paraná, os mesmos que estão organizados, com um aumento obviamente de Associações e Cooperativas, mas ainda se comparados ao número de Catadores avulsos, a gente vai ver aí uma deficiência, um número muito grande de trabalhadores avulsos a serem incorporados nas associações e cooperativas, ou criar novas associações e cooperativas o que parece ser para mim um desafio muito grande para todo mundo, né. Também ainda vejo que a coleta seletiva, ela continua sendo um grande problema, nem todos os municípios implementaram. Os municípios que implementaram, implementaram de uma forma bastante deficiente, sem a participação dos Catadores e acho que a gente tem que pôr metas nessa coleta seletiva. [...] e acho que talvez seja o momento de tentar entender o porquê que a coleta seletiva não está funcionando, se deveríamos ter insistido na educação ambiental. Eu acredito que a educação ambiental

é a resposta, mas sem ficar falando em tantas cores de saco de lixo, né, talvez três tipos de saco de lixo ficaria mais fácil para população entender, que um é para recicláveis, um é para resíduos orgânicos e um outro é para rejeitos né, e avançar também na coleta separada, seletiva, né, coleta seletiva de recicláveis, coleta seletiva de orgânicos e coleta dos rejeitos né. Os orgânicos devem ser bem destacados em razão do valor agregado desse material. É... já estou chegando aqui no final da minha fala, mas só para concluir, ainda o pagamento dos serviços prestados pelas associações e cooperativas de Catadores de recicláveis continua sendo grande desafio, quando existe o contrato administrativo que não remunera de forma compatível, de forma a garantir o mínimo de distribuição entre os associados e cooperados, e aí a gente já tem planilhas elaboradas em relação aos valores que devem ser pagos, mas tem sido uma grande batalha, né, conseguir um pagamento justo por esse trabalho. [...] e me causou bastante preocupação o artigo 56 que foi incluído na Lei 12.305 falando da criminalização de quem faz a... eu vou até procurar... não sei se dá tempo aqui, queria... deixa eu ver... eu vou ler para vocês entenderem o meu ponto de vista, esse artigo 56 ele foi incorporado agora, é recente, não é de 2010, foi incluído lá um inciso segundo nesse artigo 56. É artigo 56, parágrafo primeiro, inciso segundo: “quem manipular, acondicionar, armazenar, coletar, transportar, reutilizar, reciclar ou dar destinação final a resíduos perigosos de forma diversa da lei estabelecida, do que estabelecido em lei e regulamento, pode responder por crime ambiental, que está previsto aí no artigo 56. Porque eu coloco essa minha preocupação, os resíduos perigosos eles chegam todos os dias nas associações e cooperativas sem que os Catadores queiram, porque a coleta seletiva que é levada lá pelo município é perigoso, a população não separa corretamente e coloca na sacola material perigoso e isso pode servir de incentivo a perseguições de algumas associações e cooperativas por parte, seja do poder público, ou de concorrentes, porque a gente sabe que as associações e cooperativas tem muitos concorrentes, e aí trazer uma criminalização, ou seja, a prática de crime ambiental, não sei como eles vão fazer (*incompreensível*) todos os cooperados, quem vai responder...mas enfim, tenho realmente uma preocupação em relação a esse artigo, colocado ali... ao invés de ter uma função pedagógica, que em princípio toda a capitulação legal tem, ele pode servir para um outro propósito.” (Dra. Margaret Matos de Carvalho<sup>136</sup>).

---

<sup>136</sup> (277)  LIVE:  anos da PNRS: Legislação e inclusão produtiva  - YouTube

Após a fala da promotora, Claudete Costa (MNCR/RJ), mediadora da live, afirmou:

“Dra. Margaret abriu o leque aí, que eu tô aqui né, balançando a cabeça que sim, que não, que sim, que não, realmente pelo nosso direito, e quantas leis, e parágrafos daqui e dali que eles vão criando e que se a gente não tiver realmente atualizados e informados, nós enquanto Catadores e Catadoras a gente passa né, e não percebe que os caras estão muito mais organizados do que a gente possa estar imaginando, então, a gente tem que estar cada vez mais alimentado dos nossos direitos, conhecedores das nossas... da causa mesmo, das nossas causas, para poder buscar parceiros como estes para poder continuar de pé aí na luta [...]” (Claudete Costa, MNCR/RJ<sup>137</sup>).

A normatização é um instrumento importante no processo de luta. O Brasil tem importantes leis, que institui políticas públicas, mas muitas ainda não foram implementadas. São conquistas, como já vimos anteriormente, fruto de luta, e que neste atual governo, o de Jair Bolsonaro, muitas leis estão sendo alteradas e revogadas por meio de decretos, principalmente na área ambiental e trabalhista. É muito importante para o MNCR ter como parceiros membros do Ministério Público e da Defensoria Pública que ajude na interpretação destas normatizações como também na defesa dos direitos do Catadores.

A Lei 12305/10, no capítulo segundo, trata do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PLANARES) e diz que deve haver o controle social (participação da sociedade civil organizada) na sua formulação, implementação e operacionalização. No ano 2020 estava previsto a revisão do plano e este foi um motivo de preocupação por estar acontecendo num governo que não valoriza a participação popular. O PLANARES tem vigência por prazo indeterminado, mas deve ser revisado a quatro anos. Neste sentido, o MNCR organizou uma live no dia 29/09/2020 que debateu esse tema: “Participação Popular e o Planares”<sup>138</sup>.

Como mencionado na fala de doutora Margaret, a proposta de revisão deste Plano Nacional tem itens que não estão em consonância com a lei 12305/10, e, portanto, requer muita mobilização para que não haja retrocessos. O MNCR trouxe para a live esse debate. Os participantes falam sobre a falta de participação da

---

<sup>137</sup> [\(277\) LIVE: 10 anos da PNRS: Legislação e inclusão produtiva - YouTube](#)

<sup>138</sup> [\(277\) LIVE: Participação popular e o Planares - YouTube](#)

sociedade civil no processo da revisão do Plano durante o governo Bolsonaro, destacando que os riscos de retrocessos são grandes, um processo diferente do que ocorreu nos anos anteriores em que houve uma ampla participação popular. Nesta live o briefing dizia:

“O Ministério do Meio Ambiente colocou em consulta pública pela internet a reformulação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos previsto na lei 12.305/2010. No entanto, o Governo Federal não tem cumprido a lei em relação a participação da sociedade na formulação do Plano em diversas etapas, como conselhos, audiência públicas, entre outros mecanismos de controle social.” (MNCR).

Fagner Jandrey, Catador e representante MNCR/RS, participou desta live e relembrou o processo de construção coletiva e democrático do plano anterior. Lamentou que no atual governo, o processo ocorre de cima para baixo e sem o envolvimento da sociedade civil para o debate. Jandrey ressalta que a participação popular, além da construção coletiva, colabora no processo de formação dos envolvidos e a troca de conhecimento com os vários setores da sociedade, e que este legado, de exercício de cidadania, permanece para a vida toda. Destaca:

“[...] a gente viu toda companheirada do Brasil todo se envolvendo na discussão, fazendo a discussão nas associações, nas cooperativas, e aí depois indo para as audiências públicas nas suas regiões, nos seus estados e depois na audiência pública Nacional também né, e a gente discutindo. E o legal de quando tem esse processo de participação é que a gente sempre cresce, aprende e vivencia uma coisa que vai te servir para vida toda, que é exercitar né, esse jeito de fazer, de construir as coisas que é fazer no coletivo, na discussão, na diversidade, né, aprender a lidar com tudo isso e esse indivíduo se sentir bem nesse espaço e foi muito legal. Porque, eu me recordo que a gente discutiu como nesses momentos a gente se encontrava com outros setores da sociedade, não era só a gente os Catadores e Catadoras, a gente se encontrava com o pessoal que trabalhava na questão do mar, da poluição do mar, a questão do pessoal que trabalhava na questão das matas, indígenas, quilombolas. [...]. Uma democracia que seja de fato, a democracia onde as pessoas participam e decidem sobre os rumos da sociedade é diferente do que tá acontecendo agora nesse momento, nesse plano nacional de resíduos deste governo. Então acho que quem participou, quem viveu esses momentos, sair da construção desse outro plano, da 4ª conferência nacional do meio ambiente, mas recordar né, dentro da aqueles momentos que foi, foram fundamentais para fortalecer uma visão aí de acordo com que a sociedade acha, o

melhor modelo de gestão. E aí fica, e é isso que a gente defende, nada menos do que isso né, a gente poder participar, dizer o que a gente pensa, o que que a gente quer e como que a gente acha que deve ser, dialogar e construir com todo mundo né. É ninguém vai ficar de braço cruzado e engolindo tudo o que esse governo quer enfiar goela baixo da gente, a gente não pode deixar acontecer. Foi um pouco isso o processo. [...]” (Fagner Jandrey, MNCR/RS).

A fala do Jandrey mostra como a participação popular no processo de construção coletiva das políticas públicas empodera as pessoas. A Constituição Federal de 1988 garante o direito da participação da sociedade civil organizada na elaboração e fiscalização das políticas públicas, através das consultas públicas, das conferências, dos conselhos de direitos. Mas, como vemos, o atual governo está passando como um “rolo compressor” e decidindo as políticas conforme interesses políticos e econômicos. Mesmo sem uma participação efetiva da sociedade civil, a revisão do PLANARES foi aprovada pelo Decreto 11.043 dia 13 de abril de 2022.

Na live dia 18/08/2020<sup>139</sup>, terceira da série, o MNCR convidou três lideranças para falar da luta para implementação da PNRS nos estados. Nesta live, participaram Dorival dos Santos, Catador e representante do MNCR no estado de Santa Catarina, Maria José Castro, Catadora e representante do MNCR no estado do Maranhão, e Valquíria Barros, Catadora e representante do MNCR no estado do Mato Grosso. Cada liderança falou um pouco da história do movimento dentro do seu estado, os desafios para o fechamento dos lixões, o enfrentamento com os projetos de incineração dos resíduos urbanos, bem como destacaram como estão se organizando para enfrentar o Covid-19. Estas lideranças foram e são protagonistas nesse processo da implantação da Política Nacional, mostraram conhecer a legislação e conhecem na prática as dificuldades para a sua implementação. Destacamos a fala de Dorival, de Santa Catarina – um dos poucos estados que erradicou os lixões – liderança que, com emoção, defendeu a lei 12305/10, conquistada com muita luta pelo MNCR. Segundo ele, ninguém vai tirar dos Catadores esse direito. Ressaltou o trabalho que realizam e que contribui com os municípios para “economizar milhões para os cofres públicos”, da responsabilidade compartilhada, e propõe uma emenda na lei 12.395/10 para responsabilizar as empresas que não fazem a logística reversa.

---

<sup>139</sup> [\(277\) !\[\]\(d64ade869456bc79feeaf83e80000110\_img.jpg\) LIVE: 10 anos da PNRS: conjuntura de norte a sul BR - YouTube](#)

“[...] a PNRS, a 12305, ela veio desencadear né, um grande sistema para nós, ou seja, um grande avanço para nós, essa é uma conquista do MNCR, a nível de Brasil, a nível do país, né, aonde nós viemos a contribuir junto, nós somos protagonistas desta lei. E hoje a gente a tem como base né, para projetos, para fomentação né, de novas associações, novas cooperativa, novos formatos de grupos de Catadores. [...] e a lei, ela veio desencadear isso, mas em muitos municípios, chegamos na secretaria, alguns ministério público e falamos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o número da lei, os artigos que fala, né, do 19 ao 36 e muito mais. Muitas é, muitas passagens, muitos pontos que nos contempla, que fala sobre nós, do direito que nós temos hoje, né, a 12305, mais infelizmente muitos municípios não acataram isso né, e eu faço uma fala dizendo o seguinte: o nosso governante hoje eles não têm essa, eles parecem ... fazem a lei, mas não tem obrigação de cumprir a lei, a lei não foi cumprida dentro do nosso país. Mas é nossa essa lei, ela vai ter que continuar sendo a nossa lei, porque contempla nós enquanto Catador, né, contempla nós como protagonista da lei e mais, nós queremos continuar com a nossa lei dentro dessa medida. Através da lei foi fechado aqui em Santa Catarina né, os lixões né, hoje só tem aterro sanitário, organizado, né, controlado né, dentro do estado de Santa Catarina, mas nós temos o plano estadual, que todos os estados, né, é, tinha que participar. E muitos lugares que fizeram eles não queriam chamar o Catador, mais o Movimento Nacional, com o conhecimento que teve e tem, nós fomos aonde tinha, a todas as reuniões e todos os encontros, né, que falava da inclusão social dos Catadores. E a gente colocou as cooperativas, associações, os grupos né. E uma das coisas que nós temos falando há muitos anos enquanto MNCR, enquanto entidade, enquanto associações, enquanto cooperativas, enquanto Catador de material reciclado de rua, nós temos economizando milhões para os cofres públicos e eles não estão dando valor para o que nós criamos, que nós somos protagonistas da coleta seletiva em todos municípios, em todos os estados, em todos os municípios. Foi o Catador, foi o Catador que fundou a coleta seletiva, foi o Catador que foi mexer na lixeira, não foi empresário, não foi ninguém. E hoje, através disto, eu sei que o alinhamento da 12305 é, mais vem de cima para baixo, os planos estaduais, os planos municipais tem que ter a participação do Catador sim, porque está na lei, e muitos municípios não chamaram os Catadores para discutir, muitos municípios não fomentaram para fazer associações ou cooperativas, né, eles preferem pegar empresário, contratar, misturar tudo e jogar no aterro. Isto também não foi fiscalizado e a lei diz e deixa claro que os artigos onde diz, dos 19 ao 36, fala que não poderiam ..., que não poderia ir nada

para o aterro, ir nada para o lixo de material reciclável, porque hoje nós estamos falando em compartilhação. A sociedade tem sim a obrigação de separar o seu lixo seco reciclável, ou seja, nosso material reciclável, né. A sociedade hoje é compartilhada, hoje a obrigação não é só da prefeitura é obrigação de toda a comunidade. Então tem que deixar claro isto, que tem que separar, não pode deixar nada ir para o aterro. E eu acho que essa lei ela tinha que ter uma emenda para responsabilizar as empresas que não estão ainda na coalizão, as empresas que não tem logística reversa, né, porque fazem as embalagens, jogam de qualquer forma e aí sobra para quem? Para as cooperativas, associações e Catadores e Catadores de materiais recicláveis. Temos grandes problemas nos municípios por causa da logística do vidro, temos muito sofridos com isto, né, mas queremos a contratação pelas prefeituras, por toneladas remunerada desviada do aterro. Eles pagam para a empresa levar para o aterro tudo misturado porque que eles não pagam para nós? É bandeira do Movimento Nacional dos Catadores, nós queremos ser remunerados pelos serviços prestados ambiental e por serviços prestado por toneladas desviados do aterro. Então são, esse é um pouco da contribuição que eu tenho para dar sobre a Política Nacional de Resíduos sólidos, a lei 12305. Porque é importantíssimo, o que nós conquistamos nós não vamos perder, nós não vamos perder porque nós temos uma ferramenta chamada ação direta, que teve muito trabalho e muita luta do MNCR para as nossas conquistas e hoje nós não vamos deixar o ministro derrubar o que nós tivemos tanta luta e eu peço a comunidade brasileira, ao povo brasileiro, que não aceite, que não aceite tirar essa lei que nós lutamos tantos anos para conquistar. Tramitou 20 anos, mas nos últimos 10 anos foi o MNCR que lutou, que batalhou, que colocamos, que sofremos. Companheiro chegou ser oprimido para que nós não fosse lutar por nosso direito e nós fomos lutar por nosso direito é, nós fomos lutar por nosso direito. O nosso direito conquistado ninguém vai tirar de nós, ninguém vai tirar o pão de cada dia, de cada Catador que existe nesse país. Que hoje nós somos cerca de 800 mil a um milhão de Catador. Ninguém vai tirar renda das pessoas que foram “ponhá” a mão na lixeira do rico, foi nós, não foi empresário, foi nós que fomos lá. Essa a bandeira é nossa, essa conquista é nossa. Hoje aumentou um pouquinho por causa da pandemia, aumentou Catadores na rua, aumento muito mais, mas nós sabemos da onde nós saímos e da onde nós estamos, nos conhecemos e sabemos o que queremos e sabemos que temos companheirinhos dentro das comunidades, companheiros Catadores, companheiras Catadoras do nosso país todo. Estão lá oprimidos e muitas vezes explorados pela própria prefeitura que não dá condições sabendo que tem milhões e

milhões que foi destinado para montar galpão, para montar estrutura para Catador trabalhar, nós queremos nossos direitos. É direito nosso, nós não estamos pedindo, nós temos a lei 12305 que nos dá esse direito que é trabalhar e lutar pelas famílias carentes deste país. Nós sabemos onde está as pessoas sofridos, oprimidos, nós queremos nosso direito e isso ninguém vai tirar de nós, foi nós que conquistamos, foi o povo brasileiro chamado de Catadores de material reciclado desse país e nós queremos continuar com nossos direitos dentro de nosso país [...]” (Dorival dos Santos - MNCR/SC<sup>140</sup>).

Na última live da série dia 25/08/2020<sup>141</sup>, o MNCR convidou parceiros ambientalistas históricos, profissionais da área ambiental, para tratarem da importância da gestão dos resíduos para o meio ambiente. Eles também fizeram um balanço destes 10 anos da Política Nacional<sup>142</sup>. Participaram Leila Regina da Silva, cientista social, consultora do Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável (INSEA), Bertrand Sampaio Alencar, engenheiro e ativista da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN), e Virgílio Alcides de Farias, advogado e ativista do Movimento de defesa da Vida do ABC Paulista (MDV). São profissionais de três áreas com enfoques diferentes que se complementam. Esta live foi mediada pela Catadora e representante do MNCR do estado Paraná, Roselaine Mendes Ferreira (Neguinha).

Leila fala da complexibilidade e dos limites da lei, sobre a falta de fiscalização e de apoio financeiro. A lei 12305/10 não trata só da questão ambiental, mas também da questão de saúde, social e econômica.

“[...] é uma lei que ela tem uma abordagem bastante ecossistêmica, traz bastante elementos para gente pensar ações encadeadas para construir uma gestão adequada de resíduos, mas ela traz também alguns limites, ela traz alguns... algumas dificuldades é... para que isso possa ser concretizado, ela traz o elemento da responsabilidade compartilhada convocando cada um, né, seja do ponto de vista da sociedade enquanto sujeito, uma vez que nós produzimos o resíduo, mas também das políticas para destinação e tratamento destes resíduos, assim como convoca também as indústrias a pensar no seu processo produtivo, isso é muito importante, né, dentro da política. Mas

<sup>140</sup> [\(277\) LIVE: 10 anos da PNRS: conjuntura de norte a sul BR - YouTube](#)

<sup>141</sup> [\(277\) lives mncr 10 anos da PNRS: ambientalismo e gestão de resíduos - YouTube](#)

<sup>142</sup> Nesta live, era para estar presente o jornalista e ambientalista Washigton Novaes, que faleceu no dia anterior (24/08/2020). Neste dia foi feita uma breve homenagem, por se tratar de uma importante referência nas causas ambientais e indígenas e parceiro do MNCR.

os entraves, especialmente com relação a apoios financeiros, a fiscalização, a incentivos e valorização do próprio trabalho dos Catadores, a... isso são elementos que trazem bastante dificuldade para efetivação da política. Então nesses dez anos, embora a gente tenha uma política bastante avançada, com bastante elementos pra que a gente pudesse avançar nesse processo da gestão e tratamento dos resíduos, a gente tem muito o que fazer, existe um longo caminho, e claro que a gente não pode deixar de fazer essa análise, nos últimos anos a gente teve um desmonte das políticas sejam sociais ou ambientais, e a Política Nacional de Resíduos não se isenta desse cenário, ao contrário, sofre ataques, né. Importante a gente dizer que nesse momento a Política Nacional ela precisa ser assumida, especialmente, nos municípios, se a gente traz o processo de extinção dos lixões, né, que deveria acontecer até 2014 e não aconteceu, você tem um processo de adiamento disso, a política de saneamento vai colocar para 2021 a 2024, de acordo com o porte de cada município a possibilidade de extinção desses lixões, mas a condições para que isso aconteça são ainda precárias, não só do ponto de vista financeiro, mas do ponto de vista da vontade política mesmo. A gente lida com um desinteresse com relação a efetivação da Política Nacional, aja visto que os próprios planos é... municipais ainda são questões que não estão resolvidas na maioria dos nossos municípios. [...] a leitura que eu tenho da Política nesses 10 anos é que nós precisamos avançar, que a gente precisa efetivamente fazer valer as metas, as ações de diretrizes que a Política traz, a gente foi muito tímido nisso, não conseguimos efetivar muito essas diretrizes e metas, e a gente precisa pensar para próxima década, como nós podemos agir de forma estratégica para efetivamente aumentar o volume de destinação correta dos resíduos, realmente reduzir a presença, a existência de lixões, a gente tem mais de três mil municípios ainda no Brasil com a presença de lixões a céu aberto, [...].” (Leila Regina da Silva <sup>143</sup>).

Virgílio fala que a Política Nacional de resíduos sólidos integra a lei Nacional do Meio Ambiente como consta no artigo 5º da lei 12305/10. Ressalta que os Catadores são os verdadeiros ambientalistas e destaca o importante serviço de educação ambiental que realizam. Aborda os princípios de que trata a lei no artigo 6º. Inciso II, do “poluidor-pagador” e do “protetor-recebedor”, ou seja, afirmando que quem produz resíduos deve pagar e quem protege o ambiente, como é o caso dos Catadores, deveriam receber pelo serviço de proteção ambiental.

---

<sup>143</sup> [\(277\) lives mnrcr 10 anos da PNRS: ambientalismo e gestão de resíduos - YouTube](#)

“[...] a Política Nacional de Resíduos Sólidos ela integra a Política Nacional de Meio Ambiente, isso está previsto no Art. 5º. da Lei Nacional de Resíduos Sólidos. Quer dizer: além de estar inserida na Lei Nacional de Meio Ambiente, ela também conversa com a Política Nacional de Educação Ambiental, que é fundamental nesse processo, também conversa com a Política Nacional de Saneamento Básico e a Política de Consórcio, significa dizer, uma vez que a Política Nacional de Resíduos Sólidos ela integra a Política Nacional do Meio Ambiente, ela traz com ela também alguns princípios que são da Política Ambiental, um deles é o princípio da prevenção. E esse princípio da prevenção ele está assentado bem claro no artigo 225 da Constituição Federal, aonde determina que todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente bem equilibrado, quando diz todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente bem equilibrado, nós estamos falando de uma túnica que não tem dono em particular que possa fazer dela o que bem entende, é uma política de cunho coletivo, meta individual, é uma política que cabe a todos realizar, e por quê? Lá no artigo 225 determina mais isso: todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente bem equilibrado, por ser um bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida. Ou seja, quando a gente fala essencial a sadia qualidade e que a gente vê aí os resíduos transformados em lixo, jogados nos rios, nas águas, nas represas e indo para os rios, nós estamos fazendo com que isso seja uma afronta ao artigo 225 da CF que determina esse meio ambiente ecologicamente equilibrado com essencial a sadia qualidade de vida. E mais, impõe ao Poder Público e a coletividade o dever de garantir esse meio ambiente qualificado e ecologicamente equilibrado para esta e futuras gerações, [...]. Então estou colocando isso, para colocar a importância que tem a Política Nacional de Resíduos que compõe, repito, a Política Nacional de Meio Ambiente, e que esse princípio da prevenção é o princípio da responsabilidade com as atuais e futuras gerações, e coloca como coletivo, poder público e coletividade, os Catadores, inclusive reconhece essa profissão maravilhosa, efetivamente, sabe, sustentável, que os Catadores fazem em buscar os resíduos de casa em casa, né, a coleta seletiva de casa em casa, de porta em porta, fazendo a educação ambiental, como pede a Política de Educação Ambiental, e também discutindo a importância com a comunidade que esses resíduos devem ser separados os secos e os molhados, né, de forma separada para que os Catadores vá nessas residências recolha esses resíduos e façam que eles voltem para cadeia produtiva. Repito, os Catadores são elementos [...] são os efetivos ambientalistas porque eles só não fazem, mas eles realizam aquilo que é importante para minimizar a busca de recursos naturais

na natureza, quando eles buscam os resíduos e colocam esses resíduos de volta na cadeia produtiva. Também traz outro princípio que é também do Direito Ambiental, que é o princípio do poluidor pagador. E quem é o poluidor pagador? É aquele que produz o resíduo, é aquele que gera o resíduo. Então ele deve pagar para não poluir, ele deve pagar para que se adote medidas, e aí os Catadores entram, que esses Catadores sejam contratados, que as cooperativas sejam organizadas, estruturadas e contratadas para fazer esse trabalho essencial que é a coleta seletiva, né, e evitar que esses resíduos continuem sendo lixo. E, também, o princípio do protetor recebedor que são os Catadores; os Catadores protegem o meio ambiente fazendo a coleta seletiva, e eles precisam receber para que eles continuem fazendo esse trabalho e sobrevivendo com suas famílias. Então, esse é a relação que eu entendo importante da Política Nacional de Resíduos Sólidos com a Política Nacional do Meio Ambiente.” (Virgílio Alcides de Farias <sup>144</sup>).

Como destacou Virgílio, além do trabalho essencial de coleta seletiva de materiais recicláveis, os Catadores desenvolvem um trabalho importante e pouco reconhecido: o da educação ambiental. A live 20/10/2020<sup>145</sup> tratou da educação ambiental e os Catadores reafirmam sua fala. Nesta live, houve o relato Leandro Trindade, Catador, ator, palhaço e artista plástico e de Madalena Duarte, Catadora, representante do MNCR no estado de Minas Gerais. Ambos contaram a experiência da cidade de Itabuna/MG. Lá realizam a coleta de porta a porta desde 2001 e usam a arte como ferramenta de educação ambiental. Leandro e Madalena também destacaram a importância da educação ambiental para a coleta seletiva, trabalho que também não é reconhecido e remunerado. Essa experiência foi apresentada no documentário “Catadores de Histórias”<sup>146</sup>. Destaque para Leandro que, com suas habilidades artísticas, faz a diferença na educação ambiental da cidade de Itabuna/MG sem receber por seu trabalho.

“[...] esse vídeo, esse pequeno trecho que você passou aí dos “Catadores de História”, é... já foi um, é um outro nível, a gente já tinha um aprendizado maior na época que foi gravado esse vídeo, o que acontece? Desde do iníciozinho a gente, na COOPERT também, ela vai completar, ela tem 22 anos, 23 anos completou agora né Madalena, e desde o início a gente trabalha com essa questão da Educação Ambiental. Começou um pouco tímido, no porta a porta mesmo, que é

<sup>144</sup> [\(277\) lives mncr 10 anos da PNRS: ambientalismo e gestão de resíduos - YouTube](#)

<sup>145</sup> [\(277\) LIVE: Educação ambiental e Catadores - YouTube](#)

<sup>146</sup> [\(308\) Catadores de História, filme de Tânia Quaresma - YouTube](#)

muito eficaz, né, a gente conversar com os moradores e sensibilizar, mobilizar e sensibilizar para nossa causa, e aí eu tive a oportunidade de conhecer a linguagem do teatro, e depois que eu conheci a linguagem do teatro e tive um curso, que foi promovido pelos parceiros nosso do Movimento aqui de Itaúna, Belo Horizonte, a REDE CATAUNIDOS, através desse curso aí que deu impulso para as novas metodologias mais efetivas, pra gente trabalhar através arte essa questão da educação ambiental. Aí, eu comecei ir para as escolas, fortalecendo ainda mais a “porta a porta” [...]” (Leandro Trindade, MNCR/MG<sup>147</sup>).

Também participou da live a Catadora Helena Francisco Silva, representante da coordenação Estadual do MNCR/SP. Ela relatou a experiência da cidade de Araraquara/SP. Nesta cidade, a coleta seletiva começou em 2003, é realizada de “porta a porta” e hoje tem 100% de cobertura. Contou algumas curiosidades: que em alguns bairros as crianças começaram a brincar de carregar o saco imitando o trabalho das Catadoras que passam pelas ruas para fazer a coleta e avisam os moradores de sua chegada com a frase “Coleta, coleta”. Este contato de “porta a porta” que realizam as Catadoras é diferenciado, pois cria um vínculo com o morador. Elas explicam como fazer a separação correta do material e da importância para o meio ambiente, o que também ajuda a desmistificar o mito do “homem do saco” que, por anos, alimentou diversos preconceitos. Os pais, há muito anos, para colocarem medo nas crianças e evitarem que saíssem pelas ruas, contavam a falsa história de que se saírem o “homem do saco” pode pegá-las e levá-las embora, introduzindo preconceitos nas crianças com relação aos Catadores. Helena diz, também, que ajuda a explicar que, sem a coleta seletiva, o poder público paga mais para enterrar o “lixo” do que para reciclar.

“[...] hoje nós estamos colhendo frutos que nós plantamos lá atrás, né, e estamos plantando, porque fruto você tem que plantar todo o dia, né, você tem que plantar todo dia senão você não vai colher, né. Os frutos são a Educação Ambiental, se você todo o dia não falar para a população: “você não pode jogar o material reciclável dentro do lixo comum”, a gente fala o “lixo comum” aqui em Araraquara, senão não vai acontecer, vai para o aterro, vai ser enterrado, vai ter um monte de terra. Paga-se muito mais para enterrar o material, do que para gente separar e reciclar, né, isso está mais certo do que dois e dois são quatro, que se paga muito mais para enterrar [...] a gente poderia

---

<sup>147</sup> [\(277\) LIVE: Educação ambiental e Catadores - YouTube](#)

investir muito mais em educação ambiental se a gente tivesse um respaldo, né, dos municípios que pagasse por esse serviço. Porque nós vamos nas faculdades, nós vamos nas escolas, nós vamos nas empresas, nós vamos em vários lugares falar da importância desse trabalho, e isso tem um custo, e esse custo não é repassado, remunerado para às Cooperativas, não estou falando de Araraquara, estou falando para as cooperativas do Brasil, eu falo hoje mais em nível de Brasil do que Araraquara, porque a gente conhece muitas realidades. Então, na cabeça de algumas pessoas infelizmente, eles acham que os Catadores não fazem educação ambiental, não tem capacidade para isso. Muito pelo contrário, é a gente que coloca a mão na massa, é a gente que está no dia a dia, nós não estamos atrás de uma mesa falando de educação ambiental, a gente está no dia a dia recolhendo o material de toda a população. (Helena Francisca Silva, MNCR/SP <sup>148</sup>).

A Brienfing dessa live afirma:

“A educação ambiental é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e parte importante dos serviços realizados pelas cooperativas e associações em todo o Brasil. No entanto, é mais um trabalho pouco valorizado e não pago aos catadores e catadoras de materiais recicláveis. (MNCR).”

Importante salientar que este trabalho de “porta a porta”, que os Catadores realizam para a Coleta Seletiva, é diferente da coleta realizada por uma empresa privada, pois é muito mais humanizada e efetiva. Os Catadores, como disse Helena, têm muito mais preparo para conversar com o morador e orientar como selecionar o material.

Voltando para live do dia 25/08/2020, Bertrand, na sua fala, diz que muitos juristas chamam a lei 12.305/10 de “Estatuto do Catador”, por ela conter muita coisa a favor dos Catadores, fruto de luta e de um período (anos 2000 a 2010) favorável politicamente para os movimentos sociais. Todavia, também afirma que ainda é preciso avançar, porque cerca de 3.000 entre 5.000 municípios brasileiros tem lixões com pessoas trabalhando de forma indigna. Destaca, também, que a revisão do Plano (PLANARES) reforça a ameaça da incineração, um processo que está fora do discurso ambientalista.

---

<sup>148</sup> (277)  LIVE:  Educação ambiental e Catadores  - YouTube

“[...] é uma legislação que envolve muitos interesse, né, e em função disso é que questões como a responsabilidade estendida do produtor, né, ela acabou sendo meio relativizada, [...], assim, a oportunidade de acompanhar em parte, todo esse movimento para essa organização que não se dá somente do ponto de vista da organização política de um Movimento, né, a organização política do Movimento foi fundamental [...] o Movimento dos Catadores precisava se organizar, do ponto de vista político, para posteriormente fazer, ampliar toda sua organização social e produtiva, e isso foi o que aconteceu. E, esse trabalho que se deu, lá atrás em Santos 1992, depois em 1999 lá em Minas Gerais e a consolidação desse evento de formação do Movimento Nacional em Brasília, em 2001, foi fundamental para criar na sociedade não só sentimentos, tá certo, da necessidade de reciclar, de reutilizar, de refazer, ou seja, esse discurso, ele entrou muito forte no debate da política, né, dez anos... quase dez anos depois, sobretudo em função de um ambiente político bastante favorável, né, nesse período, entre 2000 a 2010, que permitiu dar certo o avanço dos Movimentos Populares e da participação popular e com isso houve uma influência, eu diria assim, positiva no sentido da política. [...] de lá pra cá, é que nós conseguimos avançar em algumas áreas, como já foi dito, né, principalmente na questão específica da coleta, a gente observa que a coleta do lixo, ela hoje está presente em 92% dos lares brasileiros, das residências, mas como eu falei ainda tem um passivo muito grande de lixões, né, que é um problema. Mas é, eu... além de falar da Política, eu destacaria esse processo que foi pensado para 20 anos, a partir da elaboração do Plano, o Plano Nacional que foi elaborado em 2011 nunca foi inclusive consolidado, e agora, nesse momento, e é importante que a sociedade brasileira esteja atenta a isso, né, está em consulta pública o Plano, até o dia 30 de setembro de 2020, agora desse ano, e esse Plano traz ameaças muito graves, muito sérias, que a sociedade brasileira precisa estar atenta e olhar para o que está acontecendo, quer dizer, o estímulo que está se dando a este Plano, para questões como o retorno do discurso da incineração, né, eu adoro essa frase dos Catadores: “Deus recicla e o Diabo é que incinera”; mesmo sendo um ateu praticante mas eu adoro essa frase, eu acho que ela é perfeita; e a gente precisa realmente lutar muito, nós temos uma luta imensa daqui pra frente, porque essa questão ela não pode ser colocada da forma que está sendo colocada, e aí, é importante que os Catadores estejam atentos, tenho certeza de que eles estão, mas que a gente chame a atenção da sociedade brasileira, para lutar contra essa absurdo [...]” (Bertrand Sampaio de Alencar<sup>149</sup>).

---

<sup>149</sup> [\(277\) lives mnrcr 10 anos da PNRS: ambientalismo e gestão de resíduos - YouTube](#)

A incineração dos resíduos durante a pandemia, defendida por municípios, gerou grande preocupação. Esse procedimento pode servir como argumento para os gestores aderirem ao processo de incineração. A live do dia 23/06/2020 tratou sobre esse assunto com um título muito interessante: “Deus recicla, o diabo incinera”<sup>150</sup>.

Elisabeth Grimbergh, socióloga do Instituto Polis e copromotora da Aliança Resíduo Zero Brasil, participou desta live. Ressaltou que a proposta de incineração dos resíduos reduz postos de trabalho e coloca em risco o meio ambiente e a saúde das pessoas. Ela defende a “economia circular”<sup>151</sup> e popular.

“[...] nós estamos nessa luta há 30 anos pode-se dizer, e agora, né? Nós podíamos estar comemorando avanços da Política Nacional de Resíduos que tem como ordem de prioridades não gerar, reduzir, reutilizar, reciclar, né? E a reciclagem evidentemente contemplando o que eu acho que a gente poderia chamar então de economia é, economia circular e popular né? Acho que talvez a gente pudesse pensar em acrescentar a esse conceito de economia circular, o popular, porque seria o momento de estarmos bastante avançados, 10 anos de política nacional de resíduos com 12 normas jurídicas né, promovendo a integração e incentivando a integração dos Catadores, que deveria ser um momento de valorização desse profissional, dessa prestação de serviço. [...] a gente tem trabalhado nessa perspectiva de não a incineração, não a destruição de materiais e sim na valorização do trabalho dessa categoria e a remuneração desse trabalhador né [...], mas todos os impactos da incineração [...] impactos em termos de clima, de emissão de gases de efeito estufa, nós temos impactos em termos de saúde humana, [...]. Nós temos um impacto na preservação do meio ambiente [...] é bom que os prefeitos saibam, são dívidas e que vão ser contraídas por 20 a 40 anos, e para queima de 3 mil toneladas/dia de resíduos, nós precisamos de um equipamento que custa aproximadamente 20 bilhões de euros né, [...]. Então, por todos os lados né, se vê que há interesses econômicos por trás disso, quem vai pagar a conta somos nós cidadãos, porque é do orçamento público que vai sair esse dinheiro e ao invés de tá se investindo esse recurso público dos municípios na recuperação dos materiais orgânicos, da matéria orgânica para compostagem e para estruturação do trabalho dos Catadores e a criação de unidades de trabalho em boas

---

<sup>150</sup> (250)  LIVE:  Deus recicla, o diabo incinera  - YouTube

<sup>151</sup> “O atual modelo linear de produção – extração, transformação, consumo e descarte – não leva em conta que os recursos naturais e energéticos são finitos. A economia circular, propõem o equilíbrio entre o sistema econômico, a sociedade e o meio ambiente, no qual, todos os materiais são devolvidos ao ciclo produtivo através da reutilização, redução e reciclagem.” Disponível: [EconomiaCircularAlternativa.pdf \(ufs.br\)](#) Acesso 07/08/2022

condições, compras de equipamentos, cessão de área etc., quer dizer vai se investir em destruir o material e provocar todo esse impacto no meio ambiente [...]” (Elizabeth Grimberg<sup>152</sup>).

Ronei Alves, Catador e líder do MNCR/DF, formando em Direito, complementa:

“[...] O perigo da incineração não é um perigo só para nós Catadores, ele é um perigo para a humanidade como um todo, tendo em vista que tudo aquilo que o ser humano produz como resíduo. A pretensão é que se queime nesses incineradores. Hoje existe o nome muito bonito que se usa que é do CDR, que é pegar o lixo prensar nos tijolinhos para queimar na cogeração. Então, a gente não vê isso com bons olhos, nós precisamos fazer um processo de mobilização nacional de toda a sociedade, porque o que vem acontecendo ao longo dos anos com essa campanha lobística, com a quantidade de lobistas que estão na câmara e no senado lutando para mudar a Política Nacional de Resíduos, para que a política nacional de resíduos seja uma política nacional de queima, ela é muito grande. Então, toda a sociedade civil, as entidades, os Catadores, todos nós temos que lutar para mudar essa realidade, porque os grandes interesses de poucos, para que se queime o resíduo do país é muito grande. E eles têm poder, eles têm lobby, eles têm dinheiro para isso. Por isso que é tão importante a união de todos nós para mudar isso. Eu vejo a incineração e aí terminando o curso de direito agora, depois de tantos anos, porque para fazer direito a gente geralmente precisa ou ter uma alta capacidade para passar e aí ter bolsa de estudo, que não foi o meu caso, e tem que ter muito tempo para estudar. Então, passei muitos anos, termino esse ano o curso de direito, com fé em Deus, e agradecendo aqui a todos os companheiros. Eu acho que eu devo muito, muito, muito, muito da possibilidade de me formar também a meus companheiros de luta. Ao longo desses anos e observando bem a legislação eu vejo o quanto a incineração ela é ilegal nesse país. O quanto que ela vai contra tudo aquilo que se lutou, todas as conquistas que nós tivemos ambientais. A incineração e a cogeração existem diferença, na incineração se queima, se taca o resíduo no forno para produção de energia elétrica ou simplesmente para se diminuir o volume do resíduo, produzindo um resíduo muito mais perigoso, que é um resíduo que é proveniente depois da queima e a cogeração quer é fazer o CDR é colocar nos fornos de cimento. [...] a produção de dioxina, furano e particulados do que esses incineradores vêm trazer eles são de extremo, é extremamente problemático para a questão da saúde humana. É, mas vamos supor que não existisse dioxina, furano e particulado, vamos

---

<sup>152</sup> (250)  LIVE:  Deus recicla, o diabo incinera  - YouTube

supor que não existe nada disso, mesmo assim era péssimo. É péssimo porque aquele plástico que foi produzido, que voltaria para reciclagem, que seria, que serviria lá na frente como outro bem de consumo, esse plástico não vai ser mais usado, ele vai ser queimado e nós vamos precisar tirar mais da natureza para produzir o plástico. Aquele papel que voltaria para reciclagem, que se tornaria o outro bem de consumo, não, ele vai ser queimado e aí nós vamos ter que tirar mais da natureza. Existe um estudo da ONU que disse que países como Brasil, China e Índia se adotarem esse modelo econômico europeu, americano nós vamos precisar de pelo menos cinco planetas terra para dar conta do consumo. Infelizmente nós não temos cinco planetas terra. [...] não dá para fazer sem Catador, coleta seletiva sem o Catador é lixo, a coleta seletiva sem Catador é lixo. Essa ideia que tão querendo trazer agora e muito me preocupa agora com a mazela que vai ser criado amanhã, que a privatização do sistema. Existe uma PL (projeto de lei) tramitando na câmara e no senado que é novo, eles chamam de novo marco legal de saneamento. É, eu vejo com muita preocupação, porque esse novo marco do saneamento é o marco da privatização e com a privatização ela vem junto com a incineração. [...] então, nós precisamos unir forças, nós Catadores e a sociedade civil, as entidades, para tentar barrar o que tá acontecendo. Há bem pouco tempo atrás a gente viu um chefe, um ministro falar que precisa “passar a boiada”, “aproveitar a pandemia para passar a boiada”, e infelizmente é isso que tá acontecendo. E eu acho que que Deus me perdoe, eu espero estar errado, mas eu vejo que existe uma grande felicidade em tudo que tá acontecendo para que, para se passar de boiada, para se passar baciada. A primeira coisa que foi feita esse ano foi acabar com um conselho que era tão importante para o país, que era o conselho nacional do meio ambiente e que discutia políticas públicas ambientais, diretrizes e que simplesmente encerraram, não tem importância, vamos fazer agora a toque de caixa, nós vamos passar agora de baciada, foi essa mensagem que foi feita e a impressão que dá, que agora vai se utilizar a pandemia para se passar a boiada, para se passar a baciada e aí com isso nós vamos ter a privatização da água, nós vamos ter a privatização dos esgotos e a privatização dos resíduos. e com a privatização dos resíduos, a queima que vai vir muito fortemente e todos nós, todos nós seremos vítimas do que está por vir aí para frente, era isso.” (Ronei Alves, MNCR/DF<sup>153</sup>).

Importante destacar o nível conscientização do Catador Ronei, a importância da formação e a preocupação não só com o trabalho do Catador, mas também com

---

<sup>153</sup> [\(250\) LIVE: Deus recicla, o diabo incinera - YouTube](#)

meio ambiente e com a humanidade. Elisabeth tem razão quando falou que talvez não precisasse de sua presença na live, já que os Catadores que participaram falaram sobre o tema com bastante conhecimento: (...) *escutando vocês né, e eu diria que o Ronei e o Gilberto têm uma propriedade muito grande, assim, talvez nem precisasse a gente estar aqui hoje, mas estamos somando né?* (Elisabeth Grinbergh)<sup>154</sup>.

Outras lives trataram da ameaça da incineração. Podemos destacar a do dia 23/02/2021, com o tema “Resíduo Zero e Geração de trabalho Pós-Pandemia”<sup>155</sup>, momento em que os participantes falaram do risco da incineração e sobre novas oportunidades de trabalho para as cooperativas, como por exemplo, a recuperação de móveis descartados, a possibilidade de trabalhar com o lixo orgânico, o que exigiria mais estrutura operacional para as organizações de Catadores. Participou desta live, além das representantes do MNCR do estado de Mato Grosso e de São Paulo, um pesquisador da USP representante do GAIA, que trouxe dados do estudo sobre a geração de trabalho com a recuperação dos materiais recicláveis. O briefing desta live dizia:

“[...] se a cidade de São Paulo recuperasse 80% do material reciclável e orgânico ao invés de aterrjá-lo, seria possível criar mais de 36.700 novos empregos. Essa é a conclusão do novo estudo da GAIA (Aliança por Alternativas à Incineração), que analisou a geração de resíduos em diversas capitais do mundo.” (MNCR).

As lives deixam claro que recuperar os materiais recicláveis, ao invés de aterrjá-los ou queimá-los, além de preservar o meio ambiente, gera postos de trabalho. Assim, a ameaça da incineração e da mudança da legislação é uma preocupação constante dos Catadores, do MNCR, dos ambientalistas, como destacaram, coloca em risco a vida, seja das pessoas ou do meio ambiente. Portanto, a recuperação dos materiais é uma questão vital para o meio ambiente. Considerar que postos de trabalho poderão ser criados com a reciclagem, num momento de altos índices de desemprego, é um fator que não pode ser desprezado.

### 3.1.5. Fortalecimento do Movimento: novas estratégias de ação

<sup>154</sup> [\(250\) !\[\]\(20e46b68e06dd3708220961bf829993b\_img.jpg\) LIVE: !\[\]\(1efe390e6153a1914cece533bb7d3be5\_img.jpg\) Deus recicla, o diabo incinera !\[\]\(eb54a34033cc0516107cd5524b704dd2\_img.jpg\) - YouTube](#)

<sup>155</sup> [\(257\) !\[\]\(a43204bce361665bb55fb953a4e4dbc9\_img.jpg\) Live: !\[\]\(444e040636f8f064f26363eacd0ff1af\_img.jpg\) Resíduo Zero e Geração de Trabalho Pós-Pandemia !\[\]\(8e26b4d4ad480e0296105e0bc35107d2\_img.jpg\) - YouTube](#)

A live do dia 09/02/21, “Fortalecendo o Movimento” <sup>156</sup>, coordenada pelo David Amorin (MNCR/SP), tratou das novas estratégias de ação do movimento e da parceria do MNCR e da ANCAT com a WIEGO (Mulheres no Trabalho Informal Globalizando e Organizando), visando construir iniciativas de inovação. Lembramos que a WIEGO fez parceria no projeto “Cata Saúde Viraliza”, que abordamos no item que tratou sobre a saúde.

Nesta live, Alex Cardoso diz que foi nomeado pelo MNCR para coordenar o projeto “Fortalecimento do MNCR” pela ANCAT. Falou, ainda, sobre a parceria com WIEGO. Destacou que fazia 4 anos que o movimento não tinha um projeto de formação. Lembrou a importância do projeto ser coordenado por um Catador com a lógica do protagonismo, bem como ressaltou a necessidade de potencializar as ações do MNCR. Neste dia, participou também Lucia Fernandes, consultora da WIEGO da área de Catadores, que contou sua experiência e a importância do projeto. O briefing do dia 09/02 dizia:

“Em meio a uma crise política e sanitária, a mobilização dos movimentos sociais no Brasil tem sido essencial para atenuar seus efeitos sobre a parcela da população mais pobre. A pressão popular é motor de avanço mesmo em momento de autoritarismo como o que vivemos [...]” (MNCR)

Neste texto, o MNCR faz referência sobre a importância da mobilização dos movimentos sociais para enfrentar duas crises: os impactos da pandemia e a forma de fazer política do atual governo Bolsonaro, autoritária e excludente, como já mencionamos anteriormente.

Nesta live, Alex apresentou os 5 eixos do projeto “Fortalecendo o Movimento”:

1. Melhorar o nível de comunicação e organizar o site do MNCR. Dinâmica de comunicar a luta;
2. Desenvolver sistema de tecnologia para melhorar a execução do trabalho. Alex comentou, também, que para o reconhecimento do trabalho é importante ter planilhas que calcula o custo, sistematiza os dados, analisa a capacidade para executar o trabalho que são importantes para a negociação dos contratos de prestação de serviços;

---

<sup>156</sup> [\(277\) LIVE: 🔄 Fortalecendo o Movimento 🇺🇵 - YouTube](#)

3. Implantar um sistema de sociedade 4.0<sup>157</sup>. Iniciar um sistema e-commerce para venda de camisetas, canecas, bandeiras com o logo do Movimento;
4. Anuário da reciclagem 2020. Alex diz que, até o momento, os dados sobre a gestão de resíduos sólidos eram levantados pelos empresários. Destacou a importância de os Catadores terem os seus próprios dados. Apresentou nesta live o primeiro Anuário publicado pelo MNCR em parceria Pragma Soluções Sustentáveis;
5. Destacou a importância de o Projeto ter o protagonismo do Catador. O projeto contará com seis mobilizadores, 03 catadoras (Madalena/MG, Aline/DF e Claudete/RJ) e 03 catadores homens (Carlos/SP, Fagner/RS e Gilberto/MG), Catadores que vão mobilizar e informar as bases e acompanhar o andamento do projeto que tem o apoio da WIEGO.

Podemos constatar, na fala de Alex, a estratégia de luta do MNCR frente aos novos desafios:

“[...] é um avanço ter um Catador à frente na coordenação dos projetos, acho que a gente precisa avançar até para ter esta consciência, até para gente fazer com que as nossas lutas né, quando chegar a conquista a gente também consiga fazer o processo de administração da conquista para poder também fortalecer e aprender cada vez mais, acho que a lógica do protagonismo [...] então, acho que uma questão super importante que vale muito mais do que, do que dinheiro, é a questão da lógica dos protagonismo e ao espaço da super aprendizagem, não tem como nos excluir quando a gente avança na lógica do conhecimento. Eu acho que tido este destaque, é falar que esse projeto ele é super importante para o movimento num contexto de que a gente tá aí no longo desses últimos quatro, quatro anos sem projeto nenhum de fortalecimento do movimento, a gente com muita dificuldade para manter nossa própria Secretaria Nacional em São Paulo [...]. O primeiro deles é o nível de comunicação, ampliar e melhorar o processo de comunicação do Movimento Nacional dos Catadores e Catadoras, organizar melhor o site fazer com que o site seja dinâmico e tem enfim e que tenha interface junto às outras redes sociais Facebook, Instagram, Twitter a gente consiga ter muito mais dinâmica no processo de comunicar as lutas e as conquistas que as companheiras e os companheiros tem é na sua cidade nas várias regiões do Brasil. E também tem um processo em que a gente consiga

---

<sup>157</sup> A indústria 4.0 é um conceito que representa a automação industrial e a integração de diferentes tecnologias como inteligência artificial, robótica, internet das coisas e computação em nuvem, com o objetivo de promover a digitalização das atividades industriais melhorando os processos e aumentando a produtividade.

é compartilhar né, até ter as informações na palma da mão lá pelo nosso próprio celular, né. Uma outra parte é a criação de sistemas que avança nos processos de tecnologia para execução do trabalho e a gente está se propondo a criar um aplicativo que seja, que é muito diferente do que que é o Uber e o Uber visa o processo da exploração do trabalhador além de facilitar a vida dos usuários vai fazer exploração do trabalhador que vai estar ali servindo como trampolim para execução do trabalho. No nosso caso nós vamos criar um aplicativo e que tenha o reconhecimento e a valorização do trabalho da catadora do catador e que o demandante do serviço, gerador de resíduos, no momento em que ele faça a demanda do trabalho ele já consiga até o acesso ao custo, a quanto vale a execução daquele trabalho [...]. Então essa ferramenta ela é também um convite para que a gente consiga com outras instituições e com a, com as organizações da sociedade discutir sobre a importância que tem a tecnologia a serviço das trabalhadoras e trabalhadores para emancipar trabalhador e a trabalhadora. A ideia não é gerar mais trabalho porque já temos muitos; a ideia é que gere a valorização pelo trabalho que a gente já faça e que facilite essas conexões [...]. Uma outra parte que tem neste projeto, da gente criar um sistema que é esse sistema que entra nessa, nesse, na chamada sociedade 4.0 que as pessoas têm acesso ao sistema de comércio e que consiga a ter acesso a uma camiseta, uma bandeira, um boné, uma xícara, ou chinelo, enfim, qualquer outro tipo de produto que tenha a identidade a marca das Catadoras e dos Catadores. São uma das partes. Esse projeto é iniciar o processo de construir um sistema e-commerce onde a pessoa acessa pelo celular e ela consegue num balcão digital comprar uma camiseta do movimento, comprar uma camiseta com a frase das Catadores e Catadores, com as nossas imagens, com a nossa simbologia, consiga ter acesso às bandeiras, comprar um boné. E aí este sistema ele pode ser como um processo de interligação entre o movimento e as bases desde várias distâncias onde estejam [...]. A outra questão é o Anuário da Reciclagem, [...] que é a confecção dos dados de quase 500 cooperativas no Brasil e que mostra a capacidade que nós temos de executar o trabalho, a prestação do serviço de coleta a organização interna da cooperativa, o processo administrativo de compra e venda, e articulação tem para fazer com que transforma de lixo de resíduo de rejeito a um material que tenha valor e que proteja a natureza e gere trabalho [...]. A ideia é que as informações os dados e as características da reciclagem tenham a cara das Catadoras e dos Catadores então é super importante que a gente consiga também ter acesso a ele e que principalmente as Catadoras e os Catadores consigam ter, por fim, eu tenho a parte que eu acho que é a que a maior de todas que é

justamente é ter projetos que tenha o protagonismo dos Catadores e Catadoras [...]. A equipe de Catadores e Catadoras tem a tarefa de mobilizar e informar o movimento informando nossas bases de norte a sul do Brasil como também acompanhar a todos os desdobramentos de como que vai estar andando a criação do aplicativo, a criação do site do sistema e-commerce e conseguir fazer com que tenha uma cara uma característica de Catadores e Catadoras [...] é primeira vez que a gente vai tocar um projeto junto entre essas entidades, movimentos entre a ANCAT, WIEGO e Lúcia como essa, como essa pessoa referência, que é uma mobilizadora internacional, que aporta hoje fortalecimento aos movimentos nacionais e continentais de Catadores, tá aí fazendo, é só essa força criando essa ponte entre quem tem recursos e quem não tem para fazer com que o recurso chegue para nós no projeto, que o investimento é pouco se for contar. Outros tantos projetos que estão aí e que não estão na mão das Catadoras e dos Catadores, mas aí, sabe muito bem que recurso na mão das Catadoras e dos Catadores, o objeto em si tem uma capacidade de transformação que pode triplicar, quadruplicar, e que não se mede em dinheiro, se mede sim vantagem para aquilo que a gente já almeja há muito tempo. Eu tenho maior orgulho e tá aí compartilhando esse projeto essas informações que tá conseguindo também conduzir coordenar sempre da forma mais democrática, da forma mais humilde, sempre me colocando aí como um processo da gente conseguir participar e tá sempre com os dois ouvidos mais atentos para escutar, para que o projeto seja bem executado e que no final a gente tenha aí grandes lições de vida para deixar para as próximas, como diz Claudete aí nas suas palavras de abertura dessa nossa Live.” (ALEX CARDOSO, MNCR/RS<sup>158</sup>).

Nesta fala, além de tratar com mais detalhe sobre o projeto “Fortalecendo o Movimento”, Alex também apresentou o “Anuário da Reciclagem 2020” e ressaltou a importância de esta pesquisa ser realizada com a participação dos Catadores. Este estudo foi realizado através da ANCAT, em parceria com a Pragma Soluções Sustentáveis, com patrocínio de diversas empresas privadas. No próximo subcapítulo abordaremos sobre essa pesquisa.

Outro fator que entendemos ser importante nesse processo de fortalecimento do Movimento, é a preocupação com a formação profissional dos Catadores. A live do dia 01/09/2020<sup>159</sup>, “Catadores e seus conhecimentos – da catação a graduação”,

---

<sup>158</sup> (277)  LIVE:  Fortalecendo o Movimento  - YouTube

<sup>159</sup> (277)  LIVE:  Catadores e seus conhecimentos - da catação à graduação  - YouTube

tratou da importância de o Catador ter uma formação de nível universitário e que isso faz a diferença na hora de sentar-se na mesa para negociação com os gestores públicos e privados.

Roberto Laureano da Rocha, Catador, Presidente da ANCAT e membro do MNCR/SP, coordenou a live e começou sua fala citando Paulo Freire “...*educação não muda o mundo, muda as pessoas e as pessoas muda o mundo [...]*”. Roberto está estudando Administração de Empresas.

A live teve depoimentos de Catadores jovens e Catadores que voltaram a estudar na fase adulta e que hoje já estão graduados em universidades ou ensino técnico, contribuindo com seu conhecimento com o MNCR e com as cooperativas. Falam das dificuldades de o Catador conquistar o nível universitário, mas se orgulham de que muitos estão conseguindo chegar à universidade e cursarem a pós-graduação. Suellen Ramos, Catadora, formada em Gestão Ambiental (MNCR/AM), participou da live mostrou a preocupação de estudar para ajudar as organizações. Afirma: “[...] *não penso em parar de estudar quero fazer pós-graduação [...], estudar ajuda os companheiros da base [...]*”. (Suellen Ramos, MNCR/AM).

Carlos Alencastro Cavalcante (MNCR/PR) disse que o que o motivou a se graduar foi a: “[...] *dinâmica da própria vida, ampliar conhecimento e pela causa da categoria, crescimento pessoal e profissional dentro de nosso empreendimento*”.

Alex Cardoso<sup>160</sup> (MNCR/RS), na data, estava cursando o 5º. semestre da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Diz que voltou a estudar aos 20 anos para “[...] *compreender que somos frutos de uma herança histórica de exclusão [...]*” (Alex Cardoso).

No briefing da live o MNCR ressalta:

---

<sup>160</sup> Alex Cardoso, Catador, importante liderança do MNCR, concluiu em 2021 o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 2022 foi aprovado para o curso de mestrado em Antropologia também da UFRGS. Orgulho para os Catadores, bem como todos os Catadores que se graduaram. Nas suas redes sociais Alex publicou “uma alegria implacável invadindo meu coração. Sonhei, planejei e lutei muito por isso, enfim terminei meu TCC e logo serei o primeiro de muitos, catador antropólogo” Alex Cardoso (Instagram, 2022). Em 2021 lançou um livro de sua autoria: “Do Lixo a Bixo”, em que conta a sua história. No dia 01/03/2022, pudemos assistir a defesa do TCC de Alex Cardoso no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A defesa ocorreu no galpão da cooperativa da qual ele faz parte. Pode-se acessar a defesa pelo site: <https://www.youtube.com/watch?v=VpPx2RnOHH0>

“Na luta pela emancipação da categoria e autogestão de seus empreendimentos, os militantes do MNCR têm se deparado com os desafios de transferir os conhecimentos da vida para a linguagem técnica e aprofundar o conhecimento em diversas áreas que abrangem o universo da catação. As catadoras e catadores têm ocupado os espaços na universidade e estão provando que não há limite para quem sonha.” (MNCR<sup>161</sup>, Live do dia 01/09/202)

Por fim, pudemos observar que o MNCR não desistiu da luta devido às adversidades (pandemia, conjuntura política e econômica), ao contrário, teve uma reação proativa, propôs ações para o fortalecimento do movimento e mobilização social ressaltando o protagonismo do Catador, com apoio de parceiros solidários e usando da tecnologia digital como uma ferramenta. Reinventou-se para dar continuidade a luta pela valorização do seu trabalho.

### **3.2. Trabalho dos Catadores, pagamento pelos seus serviços novas exigências do mercado da reciclagem**

*“A nossa categoria faz 90 por cento do trabalho, mas fica com apenas 10 por cento da renda gerada a partir da reciclagem, então a gente tem uma luta que é protagonizada pelo Movimento Nacional dos Catadores e pelas suas instituições [...]” Alex Cardoso (MNCR/RS, live do dia 26/05/2020)*

Como vimos a pandemia veio reafirmar a necessidade de as organizações de Catadores terem contratos de prestação de serviços com as prefeituras e com as indústrias de embalagens com base no Acordo Setorial (logística reversa), garantindo, de ambos, o pagamento pelos serviços que realizam.

Roberto Laureano da Rocha, presidente da ANCAT, diz que o Acordo de 2015 não foi o que desejavam, mas foi o que foi possível conquistar naquele momento e é esse Acordo que, neste momento de pandemia, tem ajudado os Catadores em um cenário de corte de verbas públicas do governo federal.

“[...] Verdade, Anderson, verdade! Você me fez lembrar um pouco das chicotadas aí (risadas). Fui um dos responsáveis em levar chicotadas,

---

<sup>161</sup> [\(277\) LIVE: Catadores e seus conhecimentos - da catação à graduação - YouTube](#)

mas hoje os efeitos das chicotadas, graças a Deus, é, está ajudando muito os Catadores. A gente sabe que o Acordo Setorial não é um dos melhores do mundo né, mas hoje na conjuntura que nós estamos vivendo de um governo federal que infelizmente não tem nenhum aporte financeiro mais para os Catadores, os aportes financeiros que nós tínhamos para os Catadores foram interrompidos né, e hoje os Catadores, o apoio que a gente fala que os Catadores tem [...] e ainda a partir desse acordo setorial que eu gosto de deixar publicamente sempre muito claro [...]” (Roberto Laureano da Rocha<sup>162</sup>).

Para ter a dimensão da contribuição das organizações (cooperativas e associações) de Catadores para a cadeia da reciclagem, a ANCAT, em parceria com a Pragma Soluções Sustentáveis, com apoio de várias empresas privadas e ONGs,<sup>163</sup> realizou uma pesquisa, de âmbito nacional, que dá a visibilidade desse trabalho: “Anuário da Reciclagem 2020”, divulgado pelo Alex Cardoso na live “Fortalecendo o Movimento”.

O site da ANCAT, na página onde há a divulgação do Anuário, faz destaque para a importância da pesquisa:

“[...] o Anuário surge como um documento destinado a analisar e consolidar informações sobre a cadeia da reciclagem no Brasil [...]. O Anuário apresenta dados importantes como o quantitativo de organizações de catadores no país, o volume e os tipos de materiais recicláveis recuperados por estas, a renda média de seus associados, o faturamento anual das organizações, entre outros dados, que estão divididos e detalhados por regiões, cidades e estados.” (ANCAT<sup>164</sup>).

Na apresentação do documento, o presidente da ANCAT, Roberto Laureano Rocha disse:

“O Anuário 2020 traz uma análise dos 10 anos da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, faz uma radiografia dos volumes de materiais recuperados pelas organizações de catadores, em todo o Brasil, e apresenta a dimensão econômica da atuação dessas organizações [...] Trata-se do maior mapeamento de organizações de catadores já realizado no Brasil. Do universo de 1829 organizações

---

<sup>162</sup> (277)  LIVE:  Catadores e prestação de serviços  - YouTube

<sup>163</sup> “Entre os parceiros que contribuíram para que o Anuário da Reciclagem 2020 fosse produzido, estão: a Coca-Cola, AmBev, Klabin, ABPO, Danone, Plataforma Reciclar pelo Brasil, Programa Dê a Mão para o Futuro, Programa Recupera, WIEGO, Coalizão de Empresas, AVINA/Iniciativa Regional, ABIHPEC, ABIMAPI, ABIPLA, ABRALATAS, ABIVIDRO, ORIS, UNICATADORES e UNICOPAS.” [ANCAT Site Oficial](#) acesso 05/07/2022.

<sup>164</sup> [ANCAT Site Oficial](#)

mapeadas, foi possível levantar dados de 607 organizações [...].” (Anuário da Reciclagem 2020, p. 6<sup>165</sup>).

Também no site da ANCAT, Roberto reafirma: “[...] *vem para fortalecer e dar maior visibilidade aos catadores do Brasil*”.

Ressaltamos que estes dados foram construídos a partir das organizações de Catadores, e que existe um contingente de trabalhadores autônomos que não estão nesta pesquisa. Estima-se que são um milhão de Catadores no Brasil (entre organizados e autônomos) e atuando através de cooperativas e associações, encontram-se cerca de 46 mil. Portanto, a pesquisa é uma amostra da importância deste trabalho.

“Considerando a amostragem utilizada para a pesquisa que, a depender do item analisado, variou de 15% a 34% do universo das 1.829 organizações que compõem o banco de dados do Anuário [...] podemos estimar que 1 milhão e 57 mil toneladas de resíduos sólidos foram recuperadas, no ano de 2019 [...] o que representou para estas um faturamento de 547,2 milhões de reais com a venda dos materiais, recursos revertidos em renda para os catadores. Para além da dimensão econômica, as atividades das organizações de catadores, conforme demonstrado por este Anuário, são indispensáveis para a recuperação e destinação dos resíduos sólidos à reciclagem. São estes homens e mulheres que coletam, triam, enfardam e manipulam de outras formas os materiais, garantindo assim a matéria-prima necessária ao funcionamento da cadeia da reciclagem.” (Anuário da Reciclagem 2020 p. 49)

Os números citados nos levaram a fazer alguns cálculos:

- cada Catador das organizações coleta em média 1,81 toneladas de resíduos sólidos por mês<sup>166</sup>;
- as organizações são formadas, em média, por 25 Catadores<sup>167</sup>;
- as organizações arrecadam R\$ 24.931,65 mil por mês<sup>168</sup> ;

<sup>165</sup> <https://www.ancat.org.br/blog/anuario-da-reciclagem-2020> Acesso 03/02/2022.

<sup>166</sup> 1.000.057.000 toneladas de resíduos coletados/ano 2019 dividido por 46.000 catadores das cooperativas e associações, depois dividido por 12 meses ano 2019 = 1,81 toneladas/mês/catador.

<sup>167</sup> 46 mil catadores dividido por 1829 organizações = 25,15 catadores por organização.

<sup>168</sup> Faturamento anual com as vendas dos materiais R\$ 547.200.000,00 dividido pelas 1829 organizações de catadores = R\$ 299.179,87 anual, dividido por 12 meses = R\$ 24.931,65 mês por organização.

- cada Catador tem uma renda mensal de R\$ 997,66 por mês<sup>169</sup>, ou seja, um valor muito próximo ao salário-mínimo no Brasil que no ano da pesquisa era de R\$ 998,00.

É importante saber que neste valor do faturamento das organizações, não estão descontados os custos de manutenção do prédio, dos equipamentos, dos caminhões, da manutenção, dos impostos e outros. Apesar de serem cooperativas e associações, possuem obrigações legais como uma empresa padrão. Portanto, este valor apresentado não é uma receita líquida, mas bruta.

A pesquisa mostrou que este cálculo não é tão simples, pois existem diferenças entre as regiões do país. Sendo assim, o cálculo pela média nem sempre representa a realidade de uma localidade. O Brasil é um país continental, possui uma população estimada de 213 milhões de habitantes. As regiões sul e sudeste são mais desenvolvidas e populosas. O custo operacional, o valor pago pelo material, pode variar por região. As organizações das regiões do norte e nordeste têm um faturamento menor do que as organizações da região sul e sudeste. Pelo que constatamos, a pesquisa levou em consideração essas diferenças. Importante observar que dados de pesquisa são facilmente manipuláveis, sendo que ter o controle desses dados é importante para ter o domínio do conhecimento na mesa de negociação. Portanto, ter informações e conhecer os dados são ferramentas necessárias no processo de luta e negociações. Talvez não seja a pesquisa mais completa, mas é uma importante referência que serve de base comparativa com outras pesquisas realizadas na área, como o “Panorama de Resíduos Sólidos no Brasil”, elaborados anualmente pela ABELPRE-Associação brasileira de empresas de limpeza pública e resíduos especiais<sup>170</sup>, as pesquisas realizadas pelo CEMPRE, a Ciclossoft<sup>171</sup>, os estudos e pesquisas realizadas pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada<sup>172</sup>, os dados informados pelos SNIS – Sistema Nacional de

---

<sup>169</sup> Dividindo o faturamento mensal de R\$ 24.931,25 por mês por média de 25 catadores por organização = R\$ 997,26

<sup>170</sup> <https://abrelpe.org.br/> Acesso 12/02/2022. A ABELPRE – Associação brasileira de empresas de limpeza pública e resíduos especiais, realiza uma pesquisa anual sobre a gestão de resíduos sólidos como título “Panorama dos resíduos sólidos no Brasil”. Portanto trata-se de uma pesquisa realizada pelas empresas do setor.

<sup>171</sup> [Ciclossoft – CEMPRE](#) acesso 05/07/2020.

<sup>172</sup> O IPEA é um órgão vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Fez vários estudos e pesquisas sobre os Catadores e, em 2013, publicou a pesquisa “Situação das Catadoras e dos Catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis no Brasil e outros estudos acadêmicos” (IPEA, 2013)

Informações sobre Saneamento, entre outros. Todas estas pesquisas demonstram a importância que os Catadores têm para a cadeia da reciclagem, o volume de material reciclável que coletam e, com base nisto, pode calcular o valor deste trabalho.

Apesar da lei 12305/10 priorizar a inclusão dos Catadores no sistema de coleta seletiva, a concorrência com as empresas privadas leva as associações de Catadores a necessidade de se adequarem e se profissionalizarem para atender as exigências do mercado da reciclagem. Com a pandemia, essa situação foi acelerada. São duas lives que tratam especificamente sobre a valorização com o justo pagamento da prestação de serviços realizada pelos Catadores, cada live com uma abordagem diferente, mas que se complementam. A primeira com enfoque na prestação de serviços para o município e a segunda na prestação de serviços para a logística reversa.

Na live do dia 30/06/2020, temos uma visão mais feminina. Participaram duas mulheres líderes do MNCR que possuem experiências de contratos de coleta seletiva com os municípios. Elas abordaram os tipos de contrato, a importância do planejamento para atender a demanda e ressaltaram que o contrato global com o município é o que mais atende aos anseios dos Catadores, já que prevê todos os serviços: de coleta, de triagem, de educação ambiental e de infraestrutura. Neste processo, foi destacada a importância de o grupo estar fortalecido na sua base e do papel do MNCR na formação e na capacitação destas organizações. Também falaram sobre a diferença do serviço realizado pela empresa privada e por uma organização de Catadores. Ressaltaram que as organizações de Catadores geram muitos empregos e, em alguns municípios, elas chegam a ser as instituições que mais empregam. Toda a receita que entra nas cooperativas permanece no município, pois ajuda dinamizar a economia local, diferente da empresa privada em que os recursos podem ir para fora do estado, além do custo de contratação ser maior. Afirmam que os municípios economizariam bastante contratando os Catadores. Apesar de ser uma empresa cooperativa, ela tem as mesmas obrigações legais de uma empresa comum. Sendo assim, é difícil distribuir uma renda digna para seus cooperados só com a venda do material triado. Reivindicam, por isso, a contratação pelo município. Lembrando que as organizações de Catadores são dispensadas de licitação conforme lei 11445/07, e as organizações que tiveram contrato com o município dobraram a renda dos trabalhadores. Por fim, falaram da importância da Lei 12305/10 neste

processo no qual os Catadores ajudaram a “desengavetar”, mas que, infelizmente, muitos gestores, prefeitos, ainda desconhecem esta lei ou não têm vontade política para cumprir.

Na segunda live, realizada no dia 21/07/2020, pudemos conhecer a visão e experiência de três lideranças do MNCR, que trataram com mais ênfase da logística reversa e trouxeram experiências de contratos com empresas que são alternativas para completar a renda das organizações de Catadores. Reafirmaram a importância do pagamento pela prestação de serviços do Catador, pois só com a venda dos materiais a conta da cooperativa não “fecha”. Foi apresentado um cálculo que ajuda a entender o que os Catadores reivindicam é um custo muito baixo para os municípios. Foi citado o exemplo de cálculo de custo da cidade de Orlandia/SP, em que chegaram a um resultado cujo valor per capita é de R\$ 9,00/ano (ano base 2020) para contratar as cooperativas. Disseram que as cooperativas enfrentam um problema com relação a muitos materiais que não são recicláveis, como também a diferença de valores para a venda. Por exemplo, o da garrafa PET, que são confeccionadas por vários tipos de plásticos, de várias cores. Cada um tem um valor comercial que pode variar de R\$ 0,50 centavos a R\$2,20 o quilo, uma diferença quatro vezes maior de um material para outro e que exige o mesmo trabalho: de coleta, de triagem e de transporte. Enfim, reafirmam que os Catadores buscam se profissionalizar para enfrentar o mercado e romper com a lógica do assistencialismo.

Roberto Laureano Rocha (MNCR/SP), presidente da ANCAT e membro da UNICATADORES, mediador da live, ressalta que as associações de Catadores precisam “virar a chave”, quis dizer, que precisam se inovar e buscar outras fontes alternativas de trabalho além do contrato com as prefeituras, como coleta em shoppings, grandes empresas geradoras, condomínios e isto ele chamou de “CASES”<sup>173</sup>.

---

<sup>173</sup> Na tradução “case”, significa caso. É a história de um acontecimento empresarial, pode ser a criação uma empresa, produto ou serviço, ou outros acontecimentos relacionados ao ambiente corporativo, que pode servir como aprendizagem para outros profissionais. Os cases são frequentemente utilizados em escolas de negócios. <https://b2midia.com.br/significado-case-no-ambiente-corporativo/> Acesso 20/08/2022.

Estas lives ajudam a compreender a complexidade que envolve a coleta seletiva e os desafios que enfrentam as organizações de Catadores para serem remunerados e conquistarem a autonomia financeira.

### **3.2.1. Live: “Pagamento por serviços e valorização do trabalho”<sup>174</sup> - dia 30/06/2020**

A chamada para esta live (briefing) diz:

“A Lei 12.305/10 permite a contratação das organizações de Catadores para realizar os serviços de coleta seletiva nos municípios e a Lei 11.445/07 desburocratiza o processo dispensando as prefeituras do processo licitatório. Contudo são poucos os municípios que contratam e pagam com justiça o trabalho essencial das cooperativas e associações de Catadores.” (MNCR)

O briefing faz menção a duas importantes leis brasileiras: a 12.305/10 que, como já vimos no segundo capítulo, trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos que prevê a inclusão sócio produtiva dos Catadores no sistema de coleta seletiva e de logística reversa; e a Lei 11.445/07 que institui a Política Nacional de Saneamento Básico (também abordada anteriormente), que prevê a contratação das cooperativas para realização dos serviços de coleta seletiva e de limpeza pública sem o processo de licitação, ou seja, de forma direta. Mesmo com as leis favorecendo a contratação das organizações de Catadores, isto ainda não é uma realidade na maioria dos municípios brasileiros.

Esta live contou com a participação da Catadora Claudia Silva, fundadora da cooperativa Recicla Ourinhos/SP e representante da coordenação estadual do MNCR no Estado de São Paulo. Sua região, Oeste Paulista, possui cerca de 20 contratos de coleta seletiva com os municípios. Também contou com a participação da Catadora Madalena Duarte Lima, fundadora da cooperativa COOPERT (Cooperativa de Reciclagem e Trabalho Ltda), da cidade de Itaúna/MG. Ela é diretora financeira da rede CATAUNIDOS, que é a Rede de Associações de Cooperativas da região metropolitana de Belo Horizonte. Compõe o Comitê Gestor das Mulheres na Rede Latino-americana de Catadores e Catadoras e da Secretaria Nacional das Mulheres

---

<sup>174</sup> [\(250\) !\[\]\(99cb2b27bbb995beccdf006ca387427c\_img.jpg\) LIVE: !\[\]\(df0f7b08e38a37015db280acb3c522f6\_img.jpg\) Pagamento por serviços e valorização do trabalho !\[\]\(427bf9659b3b749ff7ebcaf9777b979d\_img.jpg\) - YouTube](#)

na União Nacional das Cooperativas Solidárias e de Catador (UNICATADOR). É representante do MNCR no Estado de Minas Gerais.

A participação de Claudia e de Madalena enriqueceu o debate sobre o contrato de prestação de serviços como forma de valorização do trabalho do Catador e, a partir de suas experiências, responderam a três questões apresentadas por Alex Cardoso (MNCR/SP), mediador da live:

- 1) Qual a importância dos contratos na valorização do trabalho dos Catadores?
- 2) Qual a diferença da prestação de serviço de coleta seletiva realizada por uma cooperativa e uma empresa privada?
- 3) Qual a importância da lei 12.305/10 que instituí a Política Nacional de Resíduos Sólidos e quais os desafios para sua implantação? Quais seriam as orientações para os Catadores e Catadoras que estão lutando pelos seus contratos e para a prefeitura, para que elas pudessem contratar as cooperativas e associações de catadores?

Além destas questões, também responderam a uma questão apresentada através do “chat”: durante a pandemia: a prefeitura deixou de pagar os contratos?

Alex Cardoso, iniciou a live dizendo:

“[...] a gente precisa debater para que a gente consiga fortalecer essa política e ao mesmo tempo implantar ela, e uma parte da lei Política Nacional de Resíduos Sólidos é justamente a contratação pela prestação de serviço através de contrato com as associações e cooperativas de Catadores, lembrando que, a Lei nº 11.445 de 2007, é a Lei da Política Nacional de Saneamento Ambiental, Saneamento Básico, e ela coloca que as cooperativas e associações de Catadores, podem ser contratada de forma direta sem licitação para exercer o serviço de coleta seletiva e limpeza das cidades. [...] e já queria de imediato, que tu pudesses aí nos brindar com essas palavras referente a questão da valorização do contrato da prestação de serviço: afinal, o contrato é importante para os Catadores ou não é importante? Qual a importância do contrato para valorização das Catadoras e Catadores?” (Alex)

Claudia fala da responsabilidade que o contrato traz para associação e que a valorização começa na mesa de negociação do contrato, uma relação de mercado (capitalista), de concorrência. Neste momento, é importante o Catador valorizar seu trabalho e estar preparado para negociação. Para isso, a importância do fortalecimento da base. Comenta que em muitos municípios os Catadores são

tratados pela secretaria de serviços sociais e não pela secretaria de economia, o que tem diferença. Entende que a primeira trata o Catador como indivíduo e a outra pode preparar o grupo para o contrato. Também comentou a conquista da lei 12305/10 pelo MNCR, mas que falta fiscalização e que é difícil mantê-la.

“[...] 10 anos de Política Nacional, 10 anos de contrato da Recicla Ourinhos, a gente até pensou que era um sonho, né, a gente conquistou a coleta seletiva e agora, né, porque a coleta seletiva ela traz uma responsabilidade que é uma organização muito maior do que a gente imagina, né. Então assim a valorização, ela começa a partir do momento que você senta para negociar a questão do contrato. Assim sendo o MNCR desde sua fundação, desde nosso trabalho, a gente sempre lutou, né, pra que todos os Catadores e Catadoras do Brasil inteiro tivesse e valorizassem seu trabalho. A grande valorização que hoje eu vejo nessa questão da contratação é a diferença que hoje os Catadores têm essa possibilidade de contratação, a diferença como a gente mudou desde 2002 (*incompreensível*) para o contrato. Então essa valorização hoje é nosso trabalho, né, a negociação do contrato você aprende na prática, mas assim é o nosso trabalho, né, trabalhar todos nessa questão da contratação. A gente vê que a valorização do indivíduo, né, porque aqui em Ourinhos, trabalham 100 cooperados, entre mulheres e homens, então assim, a gente vê a valorização deles e qual a importância, né, que hoje eles têm na cooperativa. Então, assim, primeiro a valorização, a gente trabalha sempre que é os cooperados da nossa base né, e cooperados do nosso movimento. Então, assim, a gente valorizar e dá valor na pessoa do seu lado, você vai unir força para enfrentar qualquer contrato. A gente sabe que é em tempos difíceis esses valores se perderam, e a gente está retrocedendo um pouquinho essa questão da Política Nacional, mesmo ainda conquistado o direito, direito ele é nosso, porém, a fiscalização e a manutenção para ter esses direitos é um ponto que a gente tá vivendo aí na pele, e que não é tão fácil. Então, assim, é essa ideia de valorização ela começa a partir dos Catadores olhar seu trabalho né, e falar eu sou capaz, então assim você fortalecer sua base e preparar ela para o contrato, é muito importante ao nosso ver. A valorização que a gente teve aqui, principalmente aqui, com tanta dificuldade no nosso município e trabalhando com políticas públicas, você pensar o que é política públicas voltadas para catador. Você está trabalhando com contratualismo, uma questão de valores, com a questão do mercado, que ele vem, ele trabalha com todos os segmentos. Então assim, a gente pensa também nessa questão da coleta seletiva da valorização e ainda, você concorrer com várias outras empresas é muito complicado, né. Então, através dessa lei da Política Nacional de

Resíduos que trouxe essa porta para gente ser contratado por prestação de serviço isso foi muito importante, porém se o grupo, se ele não está fortalecido na sua base, no seu grupo, no seu movimento, o sonho de contratação...ele demora um pouco a vir. Então, assim, a gente tem que valorizar as pequenas conquistas desde a hora que você levanta, desde a hora que você vai fazer a coleta, porque você fortalecendo o grupo você está fortalecendo sua base, então, é, e a gente sabe que em tempos de tanta dificuldade essa questão dos direitos, nós como catadores de materiais recicláveis, a gente vê aí companheiros, que estão aí nos assistindo, de várias cidades, de vários Estados é muito difícil, porque a gente está trabalhando com a questão de pagamento, né. Hoje em dia o grupo ele tem essa vontade de ter um contrato, porém **a prefeitura de seu município, ele vê ainda os catadores como uma parte do Serviços Sociais, então assim, eles ainda, tem grupo que ainda estão trabalhando a valorização do indivíduo não dentro da Secretaria de Economia, mas dentro da Secretaria de Serviços Sociais, onde que ainda infelizmente a gente vai trabalhar só com o indivíduo, a gente não vai preparar o grupo para fazer um contrato.** Então hoje, para gente da reciclaria a valorização começa dentro da minha base, né. Hoje a gente tem 20 contratos, e que a gente ajudou aí em torno do oeste paulista e sempre a gente fala que com a luta a gente consegue. A primeira luta que a gente começa é dentro da nossa base, então a valorização que a gente almeja e que futuramente a gente tá aí buscando, era muito mais difícil, porque a gente está falando de uma, de um..., **a gente está entrando em um meio onde é muito complicado. É o capitalismo, ele tem várias formas, então assim é também a gente falar de valorização no meio do capitalismo, no meio de tudo que tá acontecendo, a gente tem que estar muito forte porque se conseguir o contrato eu vou dar conta? meu grupo tá preparado?** Então assim, lógico toda cooperativa que ela tem um contrato hoje, ela consegue se estabelecer, né, então assim, a valorização pra gente hoje é a nossa base, a nossa cooperativa e a gente vai ainda continuar lutando pela valorização e buscar nossos direitos. **Direitos a gente tem, a gente tem que está buscando é que se cumpra esses direitos, porque tem tantas leis né, a lei de coleta seletiva, dez anos aí, quantas cooperativas de fato foram contratadas, quanto companheiros nossos ainda vão para no lixão, tá catando na rua, tem essa dificuldade, ainda né, de até ter um espaço, né.** Então um ponto nosso importante é a gente se unir e buscar esse retorno da valorização dentro do nosso município, dentro do nosso movimento para a gente estar fortalecido e falando uma linguagem só.” (Claudia, grifo nosso).

Madalena conta a experiência que teve com o contrato com a COOPERT em Itaúna – MG e ressalta que concorrer com a empresa privada é difícil e que não é o só a conquista do contrato. Fala, também, da forma de organização solidária, de autogestão, a proposta de um novo modelo de economia. Na cooperativa não existe funcionários, mas cooperados, cada um com a sua responsabilidade, e existe o respeito um para com o outro. Disse que as cooperativas sempre foram geridas por Catadores, e que têm parceiros que dão apoio técnico. Fala também da importância da união em rede com outros municípios que ajuda nas conquistas e destaca também, como disse Claudia, a importância do MNCR e da formação na base.

“[...] eu era uma Catadora de lixão, e vários outros companheiros e companheiras também, e aí nós conseguimos organizar uma cooperativa de Catadores e desempregados aqui no município de Itaúna. Foram vários e longos anos de lutas e de muito trabalho, de muitos desafios. Mas a gente conseguiu, em 2012 né, assumir o contrato da prestação de serviço no nosso município de Itaúna. Foi assim, hoje nós somos 74 Catadores internos dentro do galpão e a gente tem um ecoponto no centro da cidade onde nós apoiamos também os Catadores avulsos que são 28 Catadores de material reciclável que catam nas ruas com os carrinhos e você sabe, né Alex, **disputar um contrato com empresa privada nunca foi fácil**, [...]. Então esse contrato nosso é desde 2012, há uma diferença muito grande quando você só cata o material e tria e quando você tá no espaço que você recebe a coleta seletiva, você fica só com o trabalho da triagem. Mas hoje o município de Itaúna é uma referência sim, pelo avanço do trabalho, da organização, da autogestão desses Catadores. A COOPERT tem 22 anos, ela nunca teve um gestor técnico dentro dela, tivemos nossas parcerias e temos parcerias técnicas que nos apoia, que nos incentiva, mas a gestão, em si sempre foram feitos por Catadores. Hoje, até os contratos hoje, quem tá sentado na mesa são os Catadores. Então, assim, no início a gente pensou que nós nunca íamos sair do lixão, né, conseguimos formar a cooperativa, depois veio o contrato, a gente viu que tudo é possível e, não é só o contrato, a importância desse modelo de economia, né Alex, a coleta seletiva solidária popular e cooperativas sociais prestando serviço aos seus municípios. Então assim, **há uma diferença muito grande nesse modelo de trabalho, porque lá dentro da cooperativa não tem CLT, não existe nenhum funcionário, todo mundo são cooperados, cada um conhecendo a sua responsabilidade desde a coleta até a triagem, organização do grupo interno, o respeito que devemos ter um para com o outro, isso é muito importante, é a união né, e só**

da gente da COOPERT fazer parte de uma rede, tá em união com mais 31 municípios é um avanço é uma demonstração de muita união, de muita conquista para todos nós. E, assim, hoje a cooperativa tem uma excelente renda para os cooperados, têm várias conquistas né, de apoio do movimento e tamos aí né, somando nessa luta e, querendo avançar [...] é um trabalho Alex que a gente vem fazendo e apoiando outros municípios. Igual... através... hoje em Belo Horizonte tem seis cooperativas né, também contratadas pela SLU (Superintendência de Limpeza Urbana de Belo Horizonte), seguindo os modelos de Ourinhos, de Natal, de Itaúna pegando um pouquinho de cada experiência e tamos trazendo aí para outras regiões né, para somar força e avançar na categoria da catação, dos Catadores.” (Madalena, grifo nosso)

Claudia complementa destacando a dificuldade de as prefeituras entenderem que só com a venda do material não paga os serviços realizados pelos Catadores. Ademais, afirma que se o município contrata as cooperativas, melhora as condições de trabalho, aumenta a renda e gera mais empregos, criando oportunidades para as pessoas que vivem em situação de rua ou que trabalham em lixões.

“Uma coisa importante que a Mada citou foi essa questão de ser prestador de serviço, né, eu acho que hoje a gente *está falando* desse assunto que é tão importante, e que ainda é tão distante, até por conta da questão é... dos municípios, das prefeituras entenderem que o nosso serviço *“além de eu dar o material para você né”*, que eles acham que eles dão para gente né, *“eu vou ter que pagar né”*, é que eu acho que é a importância deles verem que o nosso serviço é um serviço como ele deveriam pagar para outras pessoas, só que dentro de uma cooperativa, a valorização... a gente vai ser muito melhor e muito mais aproveitado com a questão do contrato. Todas as cooperativas que tem a prestação de serviço do contrato de coleta seletiva, você pegou tamo junto da eficiência da coleta seletiva hoje feito pelos Catadores e é muito mais do que pelas empresas, então, assim é um ponto positivo eu acho que, todas as prefeituras, se tiver a prefeitura ouvindo a gente aí, seria interessante, **investir dentro das cooperativas que estão no município, né, porque vai estar gerando renda no município, vai estar dando destinação correta, e ainda você vai dar a possibilidade de conseguir colocar mais companheiros dentro da cooperativa, né, porque hoje o grande problema é a estrutura, a renda. Então a gente sendo contratado pelo nosso trabalho a gente consegue aumentar, né, e trazer mais companheiros que estão na rua e/ou companheiros que estão no lixão para uma organização que é a cooperativa, [...].**” (Claudia, grifo nosso)

Madalena complementa a fala da Claudia e diz que, depois do contrato com o município, o número de cooperados aumentou. Portanto, um número maior de famílias está sendo beneficiada, além de fomentar a economia local, uma vez que os Catadores vão consumir mercadorias no próprio município. Já as empresas, na maioria das vezes, são de outros municípios ou Estados devido ao processo de licitação, sendo que a renda não permanece no município. Madalena fala, também, do bom exemplo do município de Itaúna por ter 100% de cobertura de coleta seletiva e pela qualidade do aterro sanitário.

“É... depois do nosso contrato, Cláudia, nós conseguimos inserir dentro da cooperativa como cooperada mais de 40 famílias né, que se você pega aí 74 cooperados, multiplica aí por cada família, quatro ou cinco, é uma economia que está gerando muito no nosso município e igual, você disse aí, **todo o custo dessa coleta seletiva ela fica aqui dentro de Itaúna, ela gera outros postos de trabalho fora da cooperativa né, porque quando o Catador consumir no supermercado, numa loja... vai numa loja comprar um eletrodoméstico, então ele também está contribuindo para gerar outros postos de trabalho e, assim, é muito gratificante a gente saber que o recurso daqui hoje não vai para outros Estados.** Porque as empresas que chegam e pega os contratos não são do Estado da gente, não são da cidade, são empresas que vêm de fora, que pega os contratos e começa levar o dinheiro para fora do nosso município. Então assim, isso hoje, quando contabiliza anualmente o que a cooperativa gerou dentro do município é um recurso muito bom para o município, que deu o resultado, sabe, para toda a sociedade de Itaúna. A qualidade dos resíduos, a condição hoje do tratamento do nosso aterro sanitário, é muito bem cuidado. Essa questão do aterro sanitário, que antes a gente estava no lixão, hoje não, Itaúna tem o aterro já tratado com qualidades de tratamento, tem uma coleta seletiva 100% seletiva que é de ponta a ponta da cidade, são na cidade inteira, são 91 mil habitantes e a coleta seletiva é implantada em toda a cidade e também na área rural aonde que todo esse resíduo chega na COOPERT da coleta seletiva, [...].” (Madalena, grifo nosso)

Claudia fala também da importância da formação, porque não é só conseguir o contrato, mas o serviço prestado a população deve ser profissional e de boa qualidade. Também destaca o trabalho de orientação à população que muitas vezes desconhece o trabalho da coleta seletiva. Todo esse trabalho, de forma organizada,

vinculado à cooperativa, muda o olhar que a sociedade tem para com o Catador. Antes os viam como “mendigos”<sup>175</sup>.

“Uma parte importante que eu queria citar, né, que a gente teve bons professores né, aí a nossa companheira Matilde que tá ouvindo a gente, o Claudinei, ele sempre mostrou que não é só, que não é só a questão do contrato, né, porque hoje as prefeituras ela contrata o nosso serviço para a população, ela espera um trabalho de qualidade, às vezes é até mesmo eles confundem nosso trabalho, né, quando você vai na casa de alguém e bate e ela tem um determinado produto que ela não vai... ela quer descartar mas que não é a coleta, e ela olha para você e, *“tá, se você não levar esse produto, você não vai levar esse”*, então assim, a gente também tem que lidar, né, com a população, né, com as suas carências e **você tratar isso como um profissional, como um contrato, né, é importante, não... é porque assim, as pessoas hoje veem você como um Catador de materiais reciclados hoje vinculado a uma cooperativa, mas antigamente muitos viam como mendigo, como morador de rua, ou até mesmo, quando você batia se (já) organizado para pegar esse produto dentro da casa do morador, ele olhava para você e fazia você limpar o quintal dele inteiro.** Então, se a importância da profissionalização também, os companheiros que estão ouvindo né, que eu vi que tem vários companheiros que estão aí tentando fazer esse contrato, a profissionalização e **você mostrar para a prefeitura que o seu trabalho hoje, trabalho de um Catador realizado, ele vai trazer muito mais benefícios para o município**, eu acho, de extrema importância.” (Cláudia, grifo nosso)

E Madalena completa dizendo que o Catador, além da coleta e triagem, se torna um educador ambiental, um trabalho que faz a diferença na qualidade da coleta, que ajuda no processo de triagem dentro do galpão diminuindo os rejeitos. Ressalta, todavia, que é um trabalho que tem que ser contínuo.

“É verdade Cláudia que você tá dizendo, porque além da coleta e da triagem, nós também temos, se tornamos educadores ambientais, porque quem faz toda a campanha da coleta, educação hoje aqui no município de Itaúna é a cooperativa, são os cooperados. Então assim, é como você diz, se a gente não conscientizar quando vai bater naquela porta o que deve ir para a cooperativa, eles acham mesmo que tudo que tem dentro da casa deles, tudo que é rejeito tem que ir dentro do caminhão de coleta seletiva, mas é um trabalho que tem

---

<sup>175</sup> A palavra “mendigo” refere-se a pessoa que vive pelas ruas e que depende da ajuda de outras pessoas. Tem um sentido pejorativo.

que ser feito contínuo né, todo dia você tem que te (ir) educando, todo dia você tem que tá falando, todos os dias você tem que estar mostrando para a cidade que você tá ali prestando um serviço, mas que você também quer qualidade na coleta, não é simplesmente juntar tudo e pôr no saco, tem que estar tudo separadinho, com qualidade para chegar no galpão, porque, hoje nenhum galpão de coleta seletiva pode estar sujeito a recolher rejeito, então, quando você tem uma coleta bem selecionada você tem um trabalho de qualidade também dentro do galpão, você consegue se organizar mais a área de produção, a área de triagem, porque o rejeito é menos.” (Madalena)

Claudia, respondendo à questão de como ficaram os contratos na pandemia, fala que na cidade de Ourinhos não pararam a coleta. O trabalho foi considerado essencial, uma vez que a cidade tinha um limite no transbordo (estações de transferências)<sup>176</sup>. Disse, também, que o contrato foi renovado durante a pandemia e explica que tiveram que se adequar a essa nova situação (pandemia), destaque para ação fiscalizadora do MP e da parceria do município.

**“[...] através do contrato de coleta seletiva, o nosso serviço, nosso trabalho ele acabou sendo de fruto (considerado) como essencial né, então assim, Ourinhos é uma cidade que hoje ela tá fazendo transbordo, então assim, você pensa durante essa quarentena 30 dias, 15 dias, 20 dias, um mês dois meses, Ourinhos não ia suportar esse transbordo. Então se hoje dentro da, dessa pandemia que tá acontecendo né, o nosso serviço ele se tornou, não são nós como de todas as cooperativas, se tornou uma peça fundamental para os municípios, principalmente, aqui município de Ourinhos né, a gente renovou o nosso contrato por um ano né, então, assim, eu acho que a importância de você ter um período maior né, é nesse momento é uma garantia maior também de você estar prestando esse serviço, né, isso é importante, a gente não ficou sem receber, até porque o nosso contrato é por tonelada coletada, a gente conseguiu, consegue em média 340 a 380 toneladas/mês de coleta seletiva. Então assim, aqui o Ministério Público enviou um questionário para todas as prefeituras né, porque eles alegaram seguinte, se a cooperativa não fosse, porque a gente tem um contrato, o contrato ele tem cláusula, então se a gente**

---

<sup>176</sup> “Com a crescente urbanização das sociedades modernas, agudiza-se a necessidade de instalação de novos locais para tratamento e disposição final dos RS, locais estes que estão cada vez mais afastados dos centros de massa da produção de RS. A partir de uma determinada distância, começa a ser antieconômico o deslocamento dos caminhões convencionais de coleta, com capacidade de carga de 7 a 10t ou 15 a 20 m<sup>3</sup>, até os locais de tratamento e de disposição. Uma alternativa é a transferência dos RS dos caminhões ou de outros veículos de coleta para caminhões maiores, ou vagões ferroviários ou barcaças. Isto libera os caminhões de coleta para a tarefa única de coletar [...]” (BARROS, 2012, p.149).

não realizasse essa coleta, a prefeitura eles teriam que estar pagando o nosso trabalho, então, para eles não seria interessante a gente não realizar. Então assim, é... a importância dessa questão da pandemia, eu vejo que infelizmente a população, ela ainda acha como eu acabei de comentar, que a cooperativa leva tudo, então da importância da gente fortalecer a educação ambiental seja com panfletinho ou na rádio explicando, e as pessoas hoje com essa questão do vírus aí, elas tem medo do contato né, e a gente sabe que na coleta seletiva a gente tem que fazer várias mudanças para manter esse contato com a população, já que a população é tão carente dessa questão do contato na coleta seletiva. Então assim, a gente renovou o nosso contrato no meio a pandemia, não ficamos sem receber né, porém, como todas as cooperativas a gente teve dificuldade sim né, não só da questão, mas a questão da quantidade de material né, no começo diminuiu né. Se você prestar atenção os materiais diminuíram bastante, porque refrigerante, várias embalagens que você usa mais no verão a gente sabe que no inverno não vem, no inverno é mais caixinha de leite, papéis e saquinhos, então, assim, essa questão também desse período que você pegar um período de inverno, também, a quantidade acaba sendo a mesma, só que os materiais que vem para as cooperativas hoje, não é quanto de grande valor, mas a questão do pagamento que a gente conseguiu né. A gente fez uma reunião com todos os cooperados, para explicar esse momento de pandemia, e uma das perguntas deles também foi essa, a questão dos contratos, se a prefeitura ia pagar, se a prefeitura não ia pagar, porém, a prefeitura, que a gente tem um contrato e até pela atitude deles, o nosso trabalho era essencial né, então, eles estavam preocupados se a gente ia parar o nosso trabalho, pela situação que Ourinhos vive hoje nessa questão do transbordo, então a gente tem uma boa parceria hoje com a gestão e a gente consegue, conseguiu renovar o contrato em meio a Pandemia, não só o nosso, como a gente conseguiu alguns outros. Um deles foi de Piraju, foram cinco anos tentando, tentando, em meio a pandemia também, para ajudar as cooperativas, a prefeitura contratou duas, é, uma cooperativa e uma associação, a prefeitura contratou as duas, então acho que nesse período de pandemia, eu acho que é uma vitória.” (Claudia, grifo nosso).

Alex Cardoso, por sua vez, destaca a importância que tem o contrato na vida da cooperativa e dos Catadores, bem como o salto de qualidade que significa sair do lixão e ir para uma instituição que gera trabalho e renda para as pessoas.

**“[...] a gente vê a questão da importância que tem na vida da cooperativa a questão do contrato. A cooperativa, os Catadores né, dá um salto da qual pode sair do lixo e ir direto para ser uma das instituições que mais gera trabalho e renda na cidade.** Eu não sei se na cidade de vocês, qual que é a maior empresa que tem na cidade onde vocês estão, mas provavelmente uma das que mais gera trabalho é a cooperativa das Catadoras e dos Catadores. Isso ocorre em muitos lugares do Brasil, principalmente, naquelas cidades que são mais afastadas dos grandes centros urbanos. Aqui em Porto Alegre, por exemplo, nós somos em 600 Catadores que estão nesse processo... que são Catadores contratados, então aqui, a gente é um dos grandes geradores de trabalho, de renda para as pessoas. Então, além dessas questões que vocês colocaram tem esse viés que é extremamente importante. E daí nessa questão da sustentabilidade da vida da cooperativa, eu pergunto para a Mada, se a gente conseguiria né, qual é a diferença na prestação do serviço em relação a uma cooperativa prestar serviço e uma empresa privada prestar serviço de coleta? Há uma diferença quando um serviço prestado pela empresa privada em relação de quando é com uma cooperativa? Quais são as diferenças nessas modalidades de prestação do serviço?” (Alex Cardoso, grifo nosso).

Madalena reforça o que já havia dito: que é grande a diferença do serviço realizado por uma empresa privada e por uma cooperativa de Catadores, além de se tratar de um empreendimento solidário.

**“[...] a grande diferença por ser... por não ser uma empresa privada, por ser uma cooperativa de Catadores, uma cooperativa solidária, outra que todo o investimento dessa coleta, desse serviço ele fica dentro do município gerando sustentabilidade dentro da própria cidade, e a outra a diferença é que somos todos os cooperados e não tem nenhuma pessoa de CLT<sup>177</sup>, não somos empregados, não temos funcionários e também não somos patrão, somos donos do nosso próprio negócio e nós ali, juntos, fazemos a diferença, mostrando para toda a sociedade um modelo diferente de economia, né, aonde trás esse diferencial [...].** Sobre a pandemia, pandemia e se os contratos nossos foram... Todo mês tá sendo pago direitinho sem ausência de um centavo do contrato e o que eu achei importante é porque assim quando surgiu... falou que ia entrar de quarentena, foi uma equipe da prefeitura na COOPERT e só pediu que a gente tomasse providência com os que tinham problema

---

<sup>177</sup> CLT – Consolidação da Leis do Trabalho. São as leis brasileiras que regulam as relações de trabalho.

de risco na saúde, que são pessoas e tivesse algum problema de saúde e os acima de 60 anos, então a gente [...] o contrato nosso não foi suspenso, foi pago e nós fizemos coleta todos os dias, de segunda a sábado, inclusive os feriados, e não prejudicou a gente em nada, só que nós tomamos toda a nossa precaução, prevenção, cuidado com álcool gel, máscara, os motoristas e os coletores máscara de 3 em 3 horas, e vigilantes no lavar as mãos, sempre cuidar né, e até agora graças a Deus não aconteceu nada, e a gente tá aí avançando. Então, a importância, Alex, se cada prefeitura pegasse os grupos que estão organizado e pagasse em contrato para elas, serviria (*seria*) de muita vantagem tanto para o município, tanto também para os Catadores, porque hoje todo o custo da cooperativa quando você tem um contrato você consegue assumir a manutenção do caminhão, a manutenção do galpão, consegue gerar uma boa renda. Quando você tem um contrato, o contrato te ajuda no monte de coisa, você tem a triagem, para você distribuir renda para os Catadores, né. Então assim, **é muito importante que isso venha acontecer para o mundo né, não só para o Brasil como a gente já tem grandes laços aí com aliança global, com a América Latina, com a Rede Latino-americana.** Então, se todos os Catadores, seja aqui no Brasil, fora do Brasil tivesse esses contratos com os gestores públicos a gente seria diferente, as cooperativas teriam avançando muito mais. Eu fiquei muito triste da SLU não tá pagando os contratos em Belo Horizonte. As seis cooperativas que estão todos de quarentena, dentro de casa, não podem trabalhar porque a SLU suspendeu a coleta seletiva deles, e eles estão lá, sem ganhar nada, pensando o quê que vão fazer da vida, e a coleta com certeza tá indo para o aterro né, é porque dentro de casa já não vai ficar tanto tempo assim.” (Madalena, grifo nosso)

O Alex reforça a ideia de que nas cidades, onde não existe a participação dos Catadores, o processo não é eficiente. Mostra, então, a diferença.

“[...] Quanto né, quando as, os **contratados para a execução do serviço são as Catadoras, os Catadores, principalmente, porque consegue mobilizar muito mais gente, consegue mobilizar a sociedade em torno da educação ambiental, consegue articular e criar novos modelos, novas rotas, novas tecnologias, para fazer uma gestão que tenha mais eficiência né, que tenha muito mais vantagens, tanto na quantidade, quanto na qualidade dos resíduos, acaba tendo esse processo de diálogo contínuo, aberto e fraterno com as pessoas.** Cada pessoa que doa o material, que destina o material para os Catadores, as Catadoras, é uma pessoa que se compromete com a natureza, que se compromete com o meio ambiente, e aí a gente vê claramente, a mudança na vida das

Catadores, dos Catadores. Quando não é contratado, em geral, ganha menos de um salário, sobrevivem em condições de alta precariedade, sobrevive no bairro, numa vila em que, as vezes, não tem nem água, nem luz e, sobrevive com o mínimo que a vida requer para conseguir sobreviver, muito diferente quanto os Catadores, as Catadoras entram para um nível de contrato, além da própria organização interna, na questão da gestão da cooperativa que muda, a cooperativa assume um papel na sociedade como se fosse uma empresa, só que uma empresa cooperativada. Ela tem que cumprir as mesmas regras que uma empresa vai cumprir, toda a parte da documentação, toda parte do licenciamento, toda a parte de organização de equipe, da formação, toda a parte da organização, da logística: roteiro; horário; todo um processo de estudo da viabilidade do contrato; quantidade de pessoas que vão trabalhar. Enfim, uma grande carga e faz com que a cooperativa dos Catadores acabem também se organizando para conseguir prestar conta, para conseguir prestar o serviço e, para conseguir partilhar os recursos disso, e aí os catadores passam de menos de um salário para começar a receber dois salário mínimo por mês, a condição de vida dos catadores muda, a saúde vigora na vida dos catadores, provavelmente, as filhas e os filhos dos catadores começam já aí para o rumo de estudar mais, de se dedicar aos estudos, as filha e os nossos filhos daqui a pouco rumam para a universidade, começa a romper a lógica da miséria que gera exclusão, que gera cada vez mais miséria e, começa a gerar um processo novo na cidade, e esse processo todo mundo ganha: ganha prefeitura porque o contrato com a cooperativa é mais barato, mas baixo; ganha a cidade porque aumenta o nível de reciclar; aumenta a geração de renda, de trabalho na cidade; ganha natureza porque a gente consegue dar conta muito mais do que uma empresa privada; não importa qual é a tecnologia que a empresa privada coloca, as associações e cooperativas de catadores ganham a léguas na frente, porque tem um objetivo que é o material reciclável. Não é contrato só pelo contrato, mas, a reciclagem, os materiais recicláveis é o meio de sobrevivência das catadores e catadoras, e é por isso que a gente ganha e tem uma larga vantagem sobre as empresas privadas [...].” (Alex, grifo nosso)

Claudia conta a experiência da região de Ourinhos, recomenda a padronização dos contratos desde uma orientação “global”. Trata, também, de assuntos ligados a eles como a capacitação das cooperativas.

[...] Então assim, alguns contratos a gente teve iniciativa direta, direta que eu digo: a gente foi lá, sentou, negociou. Outros contratos, a gente teve o que, a participação dos demais companheiros, então assim, aonde algum grupo ia falar sobre a questão do contrato, sempre a gente ia em dois, três municípios com a cópia do contrato que já existe né, então assim, aí ficou muito mais fácil que, a gente hoje tem uma padronização de um contrato né, porque o de Ourinhos é por tonelada coletada, hoje eu vi uma companheira aí perguntado quanto ai o valor, hoje é R\$ 436 reais (por tonelada), mas, a gente tem contratos que é global. O que é um global? **Um contrato global, aquele que paga sobre todos os serviços, independente se você coletar ou não, que a gente fala que é melhor contrato.** Hoje Presidente Prudente tem um contrato que ele é um dos maiores, são chamados global né, então assim, dentro desses contratos não tem só questão do contrato, tem a questão da infraestrutura. [...] A dificuldade né, foi que os municípios, eles não tinham esse entendimento. Eles acham que de novo, para a cooperativa só o material é importante né, *“ah, além de dar o material eu vou pagar”*, né? Foi o município de Irapuru perguntou para mim, sentei na mesa para o contrato e ele falou: *“me dá três benefícios que eu vou ganhar com a questão da cooperativa de Irapuru”*, que é uma cidadezinha de 3 mil e pouquinhos habitantes. Eu falei **primeiro, né, a valorização dos catadores, né, você não tem outra maneira de buscar a matéria prima sem os catadores e já tem os catadores no nosso município; segundo; você vai estar contratando eles para gerar renda para o município; e terceiro, e você tá com os problemas (incompreensível), e então assim, toda parte social, econômica e a parte ambiental, então... assim eu acho que hoje a maior dificuldade dentro desses contratos, muita das vezes, é fazer a prefeitura enxergar o nosso trabalho, como qualquer outra empresa né.** Então, a gente sabe que tá vindo uma onda aí de licitação né, eles não estão respeitando a questão da política nacional, eles estão fazendo com que cooperativas percam os contratos né principalmente, aqui no nosso Estado [...] **e uma questão importante é a formação permanente na parte do contrato**, porque cada ano é uma história: *“ah porque eu preciso fazer uma planilha nova...”*. Então a gente tem que estar sempre atento, o que a Mada falou, a gente tem que estar sempre atento ao custo, quanto é o custo, né, desse contrato, quanto que você vai apresentar para prefeitura e, na hora de apresentar, você tem que sempre colocar que vocês são trabalhadores e que vocês prestam serviço e, isso é muito importante, porque, nós, o nosso serviço hoje é um serviço essencial né. Então, hoje dentro desses 20 contratos, os últimos que a gente conseguiu né, foi o de Cândido Mota que a gente, as companheiras lá conseguiram, correram

atrás, porque não tem só a questão do só o nosso, a gente fortalece os companheiros, a gente dá formação para que eles caminhem e consiga manter o contrato. O primeiro é fácil, os demais é: *“ah, mas porque o município vai reduzir 25%, ah porquê...”*. Então, tem que ter bons argumento para sentar numa negociação e falar: *“prefeitura eu quero contratar você, coleta seletiva”*, né, aí ele vai falar: *“mas o que que eu vou ganhar com isso”*. Então, a questão social, que é a questão dos catadores hoje, 100 pessoas trabalha na Recicla Ourinhos, hoje em média a gente tem mais de 1.500 cooperados dentro dessas 20 cooperativas, então, é são 1.500 e mais as famílias. Então, assim, a gente chega hoje a beneficiar com os contratos de coleta seletiva em torno de quatro mil pessoas, o retorno desses 20 municípios, então hoje, qual que é a empresa, como você disse, que mais presta serviço né. Então a gente, na nossa região, a gente teve essa bandeira de luta, não é fácil, falar para você que é fácil, não é fácil, porque que a gente vive no reduto muito difícil né. A gente sabe que o Estado de São Paulo aí ainda não tem uma política voltada para os catadores, então assim, só que a gente faz valer a lei né, a lei, porque a lei da política nacional que existe é a Lei 12.305/10. Então assim, a partir do momento que as cooperativas elas são contratadas, você tem que olhar com outro olhar. Qual é esse outro olhar? **Você tem que olhar como fazer para manter o próximo contrato, então hoje, a gente tem uma padronização de contratos, a maioria da nossa região a gente optou por um contrato global, e não por coleta seletiva ou por comercialização, porque você acaba precarizando o contrato também, isso acaba precarizando o serviço das cooperativas então você sempre tem que estar atento na hora de negociar** né, [...]. Então a maior dificuldade eu acho que você encontra é, se você foi contratado é você manter esse contrato, porque sempre eles vem, *“ah porque vai reduzir isso, porque o município está sem dinheiro”* e, ele sempre quer cortar aonde eles acham que não é essencial, e pelo contrário, nossos contratos ele é tão essencial, principalmente nesse tempo de pandemia, que assim é como que você vai sobreviver hoje, a maioria das doenças hoje ocasionado é por conta da questão da saúde e, coleta seletiva envolve a questão da saúde também, você fazer a educação ambiental de qualidade, você vai estar orientando esse morador, né. Então assim, nosso trabalho não é só a questão de você simplesmente lá e contratar uma cooperativa e sim, a gente dá qualidade de vida até para os moradores hoje onde a gente presta esse serviço. Então assim, companheiros aí que estão aí começando essa questão do contrato, e ficar atento e com uma boa proposta. O que é uma boa proposta né? Você pensar hoje quanto diário eu consigo abranger, quanto diário eu consigo dar conta do contrato. **O contrato**

**não é só você coletar, você tem que ter a noção que esse material ele vai para cooperativa, ele não pode virar lixo, rejeito né, então ele vai ser separado, ele vai ser comercializado, e a gente sabe que hoje a maior dificuldade são as embalagens que não tem retorno né, então assim, também a gente acaba sendo contratado e temos essa responsabilidade [...].” (Claudia, grifo nosso).**

Alex reforça a importância do planejamento e da formação para que as cooperativas consigam dar conta do contrato e executar um serviço com qualidade. Com isso, conquistar o reconhecimento da comunidade. Lembra que, no site do MNCR, existe um link com modelos de contratos<sup>178</sup>.

**“[...] complementando um pouquinho, ali né, você tem todas a quantidade de cidades e contratos em várias cidades, mas vocês tiveram um início também né, e aí lá no início foram começando a planejar, a fazer dar certo, depois foram ampliando até para fazer o sucesso, digamos assim, de poder prestar serviço e poder organizar e ampliar cada vez mais o processo da reciclagem na região de vocês aí, [...] eu acho que é super importante que a gente tenha né, que as companheiras que estão acompanhando essa live, que tenha isso em mente que, **o processo do planejamento, do plano, da formação, é extremamente importante para que a gente consiga avançar na parte da gestão dos resíduos, porque pode correr o risco daqui a pouco da gente assumir um contrato e não conseguir dar conta, isso seria o problema no caso para gente, [...] os contratos eles não caem do céu, não são uma maravilha que já vem pronto, precisa de ter um processo de articulação, de mobilização, de formação, de preparação da base da cooperativa e da associação, para poder executar um serviço com qualidade, com eficiência, principalmente, porque enquanto empresa privada, se fosse uma empresa privada fazendo, e a gente vê muito erro das empresas privadas, fazendo mal serviço uma quantidade exorbitante de rejeito, com contrato que é muitas vezes, são contratos muito caro, que recebem muito dinheiro e o nível de reciclagem nas cidades, às vezes não bate os três por cento, né. Então e se a gente fosse fazer a mesma coisa, a sociedade iria nos apontar, por aqui a cooperativa é diferente da empresa, a cooperativa é da cidade, os catadores são trabalhadores da cidade, a gente se encontra o tempo todo e diferente da empresa a cooperativa tá o tempo todo na câmara dos vereadores, na rádio, na tv, nos eventos do município, o tempo todo dialogando com a cidade, a gente busca****

---

<sup>178</sup> Modelos de contratos já firmados com os municípios: [Contratos de Prestação de Serviços para Coleta Seletiva \(mncr.org.br\)](http://mncr.org.br) acesso 08/07/2022.

**isso justamente porque isso é uma das partes que garante o sucesso da coleta seletiva e solidária.** O sucesso da participação das catadores e catadoras, é nada mais nada menos, do que as pessoas conseguirem separar o resíduo em casa, a cooperativa ter o contrato e poder passar na frente das casas, nas ruas fazemos e levando isso para os galpões onde o conjunto de catadores e catadoras possam fazer a triagem e garantir renda e, para todas as cooperadas e de todos os cooperados, que sintetizando seria isso. [...]” (Alex, grifo nosso)

Madalena comenta que a Política Nacional de Resíduos Sólidos foi uma grande conquista dos Catadores, mas para se efetivar enquanto política pública depende muito dos gestores públicos.

“[...] há mais de 20 anos, você mesmo sabe disso que, essa política estava engavetada lá em Brasília e por uma ação do movimento junto ao ex-presidente Lula né, a gente conseguiu até participar da assinatura dessa Lei da Política Nacional. Lembro que, Severino, eu e mais outros companheiros esteve presente nesse dia lá em Brasília, foi através dessa Política Nacional que os catadores conseguiram se fortalecer mais, avançar mais. [...]. Então assim, **são políticas que nós ajudamos a construir, políticas públicas né, públicas, que era para dar direito aos trabalhadores, os catadores e a gente vêm sentindo muita fragilidade interna nos governos, tanto o governo federal, governo do estado, o município, porque quando os grupos de catadores têm um bom diálogo com o gestor público, tem uma boa relação com as prefeituras, a gente consegue avançar em muitos segmentos dos catadores.** Mas hoje a gente tem uma grande dificuldade aqui, pelo menos para Minas Gerais, a gente tem tido muita dificuldade no entendimento dos gestores públicos, têm muitos que nem conhece as políticas que têm para os catadores, tem muitos, às vezes, nem sabe quais são as verdadeiras leis. O que você sabe que Minas Gerais é um Estado muito grande, são municípios muito grandes, outros pequenininhos, e a maioria dos gestores que ganha às vezes para um prefeito ou o vereador, talvez assim, é até chato a gente falar, mas não tem uma formação você entendeu, nem formação de base, você quer saber, não digo uma formação, faculdade, tecnológica isso não, porque muitos catadores hoje põem muitos políticos no bolso, de entendimento, de compreensão, de avanço. Então assim, é o que eu queria deixar aqui hoje para os prefeitos a nível nacional, que eu sei que essa live, ela vai tá chegando em muitos lugares, é que cada prefeito, cada secretário, cada vereador da sua cidade, que é começasse a valorizar a categoria do catador,

começasse a rever os conceitos deles, porque **quando um prefeito faz, cria uma política dessa no seu município, contrata uma cooperativa, ele não só ganha prestígio, ele ganha também é o valor da sociedade do município dele [...]**. A gente vem fazendo muitos estudos e avaliações aqui Itaúna, cada ano, porque a gente assina o contrato, o ganho financeiro, porque quando a gente começou o nosso contrato em 2012, Alex e Cláudia, quem tá ouvindo, o primeiro mês que a cooperativa trabalhou o município ganhou 61 mil reais no cofre dele, hoje com o contrato nosso, hoje a prefeitura tá lucrando, deu lucro para ela, para os cofres públicos mais de 200 mil reais. Quer dizer, o nosso contrato ele não é de milhões, e ele é um contrato de reais né, que vocês sabe o que é, e ele trouxe valorização para cooperativa, para os catadores, para o município, e ganho para o cofre público, que aquilo... que tem muitos contratos de empresa privada que são de milhões, e o catador hoje o município de 30 mil, 25 mil habitantes, se um prefeito hoje chegar e falar assim olha cooperativa a gente vai te pagar aqui R\$ 30 mil reais pelo serviço que você tá prestando, já vai beneficiar esses trabalhadores.[...]. Então assim, se o prefeito quer sentar naquela cadeira dele lá representando o povo de sua cidade, ele tem que [...] ele poderia hoje espelhar nesses modelos de poucos contratos que tem no Brasil, porque o Brasil é grande e, **começar a valorizar essa categoria, que o município vai ganhar, a cidade vai ganhar e toda a população ganha com essa qualidade de trabalho. Porque quando o catador sai no caminhão, ele tem uma responsabilidade muito grande com que ele está fazendo, eu tô falando por exemplo do nosso trabalho aqui em Itaúna.** A responsabilidade das meninas com equipe da rota, a responsabilidade dos motoristas na rua, os coletores cooperados, então assim, todo mundo... e assim, a simpatia que eles têm, que a população tem com a cooperativa aqui em Itaúna, então é assim, se cada prefeito, é um recado que eu deixo, olhasse para dentro da Lei da Política Nacional e das Políticas Públicas que já foi construída com muita luta e valorizar aquilo que os governantes que estava antes deles, e, antes dos prefeitos que entrou agora, para dar segmento nesse, nessa política, e qualquer presidente da república que entrar lá ocupando aquela cadeira que tá nos representando, procura tudo que o [...] a gente tem que falar hoje do presidente Lula porque, não foi outro, foi ele, se fosse outro você seria outro mas... **valorizar tudo o que o presidente Lula fez para nossa categoria, as cooperativas se fortaleceram,** Minas Gerais avançou muito com a Rede um monte de galpão recebeu equipamentos, caminhões e o puderam avançar. Hoje a gente tem que ir largar os governantes, tem que esquecer partido, e na prática da ação, do social, do trabalho, da igualdade, do valor, da categoria. **Se**

**todos seguissem o que o outro deixou ali, nós teríamos políticas públicas saudáveis, teria um país com menos desigualdade, nós íamos ter uma sociedade mais amável, porque hoje o nosso país ele tá cheio de ódio e ira, e a gente não vai avançar se nós não esquecer esse negócio de partidário e ir para a prática da convivência, do bom relacionamento, do bom diálogo desde o município até o federal. Então assim, é o que eu deixo e cada prefeito que voltar a consciência e valorizar os contratos que já tem, espelhar os que ainda não contratou, a cidade vai avançar, o trabalho vai avançar e os catadores vão sair do assistencialismo e viver do seu próprio trabalho.** Porque a COOPERT foi uma que já saiu fora da ajuda dos 300 reais, porque ela tem resultado de trabalho, e é trabalho com muita luta, trabalho com muito esforço e um trabalho que nós damos valor, muito valor, em tudo que fiz, que fazemos aqui em Itaúna, e valorizamos os companheiros também. [...] mas a gente está aqui com essa bandeira de pé, buscando é essa luta de igualdade, **nós queremos que todos os empreendimentos de catadores chega no nível que nós estamos e, queremos que cada catador que tá na rua, nos lixões tenha consciência de querer se organizar porque não adianta só a nossa luta, eles também tem que querer sair da onde eles estão, porque se eles não quiserem nós também não podemos fazer nada, só avança aquele que quer e só chega onde quer com união e respeito um para com o outro,** muito obrigado amei a live, e tão feliz Claudinha de ter visto sua fala hoje, e do Alex, do Davi, que a gente ainda vai se encontrar.” (Madalena, grifo nosso).

Claudia continua e fala sobre a militância de base e sobre a importância de lutar por aquilo que se acredita.

“[...] a partir do momento que você conscientiza um grupo, qual é a missão dele, é ajudar os que não tem ainda o contrato, não está organizado. Então assim, a gente dava missão para cada cooperativa que tem o contrato, para cada grupo que se forme, olhar para seu vizinho né, olhar para os catadores que estão no seu lado e fazer aquilo que, um dia vocês, o Movimento Nacional dos Catadores, em particular, eu tenho de agradecer muito ao Movimento, cresci junto com ele né, gente né, **eu falo que militante de luta é um militante de base e a gente é militante para vida né. [...] eu acho que a gente não pode perder a esperança, já que a gente vive em um país que só tá perdendo as políticas públicas, né, mas uma coisa que a gente tem é a luta né, eu acho que a luta a gente não pode perder né, quem luta é... sempre vence,** e eu acho que isso pode entrar prefeito, pode entrar qualquer um, a gente fala isso aqui em Ourinhos, que a gente sempre vai estar lutando por aquilo que a gente acredita, então

assim, eu sempre gosto de uma frase que a Roseli Nunes fala né, ela sempre fala para gente, quantas formações a gente não fez né, *“prefiro morrer lutando, do que morrer de fome”*, [...].” (Cláudia, grifo nosso).

Alex ressalta que pobreza não é sinal de incompetência e que o movimento é formado por um conjunto de ações, de ideias e de pessoas que se conectam para fazer a diferença na sociedade. O contrato é uma conquista.

“[...] a gente só consegue avançar porque a companheirada está na ponta, abrindo a sacolinha, fazendo a coleta, fazendo a gestão da cooperativa, enfim, tá lá fazendo as tarefas também do dia a dia que são tão importantes quanto as tarefas da articulação, né, **a gente é um conjunto de ações, de ideias, de pessoas que consegue se conectar e se mobilizar mesmo diante da pandemia, essa que tá aí levando a vida de muita gente, infelizmente, e a gente tá aqui tocando o trabalho, garantindo que a natureza continue sendo preservada pelas nossas mãos, fazer esses serviços que é gestão dos resíduos, a coleta, a reciclagem e, principalmente, e dando aí mais uma lição de vida né de, que a gente é capaz, de que pobreza não é sinal de burrice, ao contrário, a gente é muito esperto, tá aí se mobilizando da forma que dá né.** Quem olha para os catadores e as catadoras há 20 anos atrás, não conseguiria dizer que a gente estaria no nível igual a gente está hoje né, disputando de igual para igual com as empresas, ganhando das empresas, fazendo contrato isso com prefeitura de direita, de esquerda, fazendo contratado por condomínio, de gerador, fazendo todo esse processo que tem ainda, a gente tá ainda fazendo articulação desde o município, o estado, Brasil, América Latina, o mundo né, **nós tamos aí realmente fazendo aquilo que a gente veio fazer, que é fazer a diferença nesse mundo.** Claro que não tão perfeito, estamos longe de atingir a perfeição, e para ser perfeito mesmo, a gente precisa de ter a companheirada, as catadoras e os catadores, todo mundo organizado que eu acho que o nosso coração né, além de ser nossa própria ideia é a companheirada fazendo o movimento acontecer e, o contrato é uma das conquistas que a gente tem né, [...].” (Alex, grifo nosso).

Madalena e Claudia, deixam uma mensagem final de coragem, de união, de solidariedade, destacando que jamais os Catadores vão desistir de sua bandeira de luta. Que enfrentarão a pandemia e o “bicho papão” da incineração com muita força.

“[...] um abraço forte para todos os Catadores do mundo e, dizer que juntos somos mais fortes e jamais vamos desistir dessa causa, dessa luta, e dessa bandeira, enquanto vivermos seremos guerreiros né, para

poder nós ajudar os outros que ainda precisa de organizar, e vamos pegar essa bandeira nossa e nunca esquecer do nosso compromisso, que o nosso compromisso é organizar, organizar e solidarizar [...]” (Madalena).

“[...] essa questão da pandemia ela é bem complexa, porque através disso a gente corre o risco, como a companheira Penha, deixou um comentário sobre a questão da incineração, então a gente tem que estar sempre atento né, as informações, compartilhem o que vocês puderam, ao máximo que vocês puderem e, vamos estar sempre para fortalecer [...] a gente nunca pode perder a esperança, porque eu acho que é Catador, brasileiro, mulher Catadora brasileira, ela tem uma força né, então sempre a gente tem que estar mostrando que nós somos iguais né, perante a sociedade né, então a gente sabe do nosso valor, eu valorizo cada pessoa que está aqui ouvindo, valorizo os companheiros e, fazer um alerta: a gente tem que estar sempre um segurando no braço do outro, para quando essa questão da incineração chegar a gente está fortalecido, porque o bicho papão ele é muito maior do que a gente pensa [...] isso vai passar e eu creio a gente não pode perder a esperança.” (Claudia).

Nas falas destas Catadoras, lideranças do MNCR, pudemos sentir o quanto o movimento está ciente da importância do seu papel, não só na articulação política e social, mas também no trabalho de base ajudando na formação e capacitação destes trabalhadores. Ficou explícita a importância da coleta seletiva ser realizada por uma organização de Catadores, dela ser contratada por todos os serviços que realizam, condição que melhora a qualidade de vida destes trabalhadores, e que existe uma diferença do serviço realizado por ela e por uma empresa privada. Além de gerar emprego, de dinamizar a economia local e de proporcionar economia para os cofres públicos, existe um trabalho solidário, humanizado, educativo e que dialoga com o município. Reafirmaram que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) foi um marco histórico para a conquista dos direitos destes trabalhadores, e que a efetivação das políticas públicas, previstas em lei, depende de muita luta já que os gestores públicos não têm vontade política de efetivar ou desconhecem a lei. Observamos, por meio das falas, que as políticas públicas voltadas para o (a) Catador (a), é o grande diferencial para a garantia dos direitos sociais e, conseqüentemente, a melhoria das condições de trabalho e vida. Neste sentido, o MNCR reafirmou a importância do governo Lula neste processo.

Acreditamos que as políticas públicas ajudam a garantir direitos, mas entendemos que existe um limite estrutural, que nos referimos no segundo capítulo, que expressa um conflito de interesses intrínseco ao capitalismo.

### **3.2.2. Live: “Catadores e prestação de serviços”<sup>179</sup> - dia 21/07/2020**

A chamada (briefing) diz:

“O MNCR tem o compromisso com o avanço produtivo e formação profissional de suas bases, garantindo autonomia verdadeira, emancipação econômica das catadoras e catadores de materiais recicláveis, orientação que busca superar a lógica do assistencialismo. Nesse sentido a próxima live do MNCR na terça-feira debaterá as oportunidades de prestação de serviços e o pagamento justo como forma de reconhecimento profissional.” (MNCR)

O briefing chama a atenção para o compromisso do MNCR com a emancipação econômica dos Catadores, da formação profissional visando a superação da lógica do assistencialismo. Mais uma vez, vemos que os Catadores não querem ser vistos como “coitadinhos”, que necessitam de ações assistencialistas, reivindicam o pagamento justo pelo trabalho que desenvolvem e buscam se aperfeiçoar profissionalmente.

Participaram desta live a Catadora Tereza Montenegro, presidente da Cooper /Viva-bem/SP e membro do Comitê da cidade de São Paulo, formada em Matemática; o Catador Anderson Nassif, técnico da ANCAT, sócio fundador da COOPERLOL (Cooperativa de Trabalho dos Recicladores de Orlandia), situada no interior do estado de São Paulo, diretor da rede Anastácia e membro da comissão Nacional do MNCR; e o Catador Luciano Menezes, Catador, cooperado da ASCAT (Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis da Cavalhada), da cidade de Porto Alegre, técnico de logística solidária e membro da Coordenação Estadual do MNCR do Rio Grande do Sul. Tereza, Anderson e Luciano, a partir das suas experiências locais, chamaram a atenção para a necessidade de profissionalizar as organizações dos Catadores para poder atender as exigências do mercado da reciclagem e da gestão pública municipal.

As questões apresentadas, por Roberto, nesta live:

1) Comentar sobre o momento atual e a importância de os Catadores serem remunerados e vistos como profissional de fato;

---

<sup>179</sup> [\(277\) !\[\]\(49ada9609df2fe45353d24ae32e45957\_img.jpg\) LIVE: !\[\]\(5b12ea5e79d21f4f4bbda3f5be166a15\_img.jpg\) Catadores e prestação de serviços !\[\]\(a3043fbf337f76ef18236af5103cfc90\_img.jpg\) - YouTube](#)

- 2) Qual o entendimento sobre o ponto de vista do pagamento da logística reversa para os Catadores e como têm lidado com os materiais que não têm reciclabilidade;
- 3) Como vocês veem as experiências de rede e dos “cases”. Os Cases são experiências que contribuem para a prestação de serviço e na remuneração do trabalho dos Catadores. Quais são os desafios e quais são os avanços e novos cases inovadores?
- 4) Como agregar os Catadores individuais no processo de organização do movimento e como vocês enxergam os catadores daqui a 50 anos, como vai estar a categoria de Catadores de materiais recicláveis;

Roberto Rocha iniciou o encontro reafirmando a importância e a urgência da sociedade reconhecer que o (a) Catador (a) precisa ser remunerado pelos serviços que realizam.

“[...] estamos tendo o privilégio de poder coordenar essa maravilhosa live que vamos tocar hoje, uns momentos falando da **Prestação de serviços do MNCR, um tema muito importante, emergencial, que nós precisamos difundir e colocar na cabeça das pessoas que o catador precisa receber pelos serviços prestados.** Hoje temos especialistas que conhece demais esta área, coisa muito legal, muito bacana que vai estar dialogando, socializando com a gente um pouco de suas experiências.” (Roberto, grifo nosso).

Tereza ressalta que se as cooperativas estivessem recebendo pelos serviços que realizam – da forma como são pagos os serviços realizados pelas empresas privadas –, as cooperativas não estariam em situação tão difícil por conta da pandemia.

“Tem muitos municípios que já consegue remunerar pelos serviços prestados, então a realidade deles é outra. E hoje **se a gente estivesse recebendo como prestação de serviços, nós não estaríamos tão quebrados, como nós estamos agora aí, por conta da pandemia.** Nós teríamos um valor, uma importância para poder estar dividindo entre os cooperados, ter um dinheiro que cabe para cada um de nós como Catadores. Nós prestamos serviços como também as grandes empresas, como aqui em São Paulo temos a LOCAT<sup>180</sup> a

---

<sup>180</sup> Consórcio LOCAT - Constituído pelas empresas [A. Tonanni Construções e Serviços Ltda](#) e [Locar Saneamento Ambiental Ltda](#), o **Consórcio Locat SP** foi criado para o atendimento dos Serviços Indivisíveis de Limpeza Urbana, Contrato nº 08 da AMLURB – [Autoridade Municipal de Limpeza Urbana](#). [Home - LOCAT SP](#) acesso 06/07/2010

ECOURBES<sup>181</sup>, **temos empresas que prestam serviços e tem também empresas que prestam serviços para empresas privadas, e elas ganham por isso, por levar o reciclável, levar o material orgânico, elas ganham e não ganham pouco. E nós fazemos isso e hoje nós fazemos de graça.** Nós temos nossos caminhões para coletar, temos nosso pessoal para triar e, todo mundo sabe, quem trabalha com isto sabe: que a conta não fecha, né, então a gente teria que ter um aporte, um aporte não, teríamos que ser remunerados pelo governo ou municipal, ou estadual ou federal conforme a autarquia de cada um dos municípios. Então, desta forma, a gente sabe que tem uma lei aí, e, não sabemos qual é o entendimento da nossa prefeitura aqui em São Paulo. Mas assim, você vê pequenas prefeitura como Santana de Parnaíba, nós temos outro bem próximo que agora me fugiu o nome agora, que já estão recebendo e, São Paulo que era para ditar a regras, estamos nesta dificuldade que não é pequena.” (Tereza, grifo nosso).

Luciano relata a experiência da cooperativa da qual faz parte a ASCAT, localizada na cidade de Porto Alegre - RS, que não tem contrato com a prefeitura. Para sobreviver, a cooperativa teve que buscar as grandes empresas geradores de resíduos como oportunidades de trabalho e renda.

“A minha história na luta começou junto com a cooperativa que eu faço parte. Eu com 15 anos comecei a trabalhar aqui na cooperativa ASCAT, trabalhava meio turno e dívida com meu irmão. Eu trabalhava meio turno ele trabalhava meio turno, depois quando eu completei 18 anos comecei trabalhar definitivamente na cooperativa, e desde o início tinha a vontade de estar na linha de frente, tanto que, em 2001 a gente esteve junto na construção deste grande Movimento, que eu tenho muito amor, dos Catadores do Brasil. A prestação de serviços é fundamental para vida das cooperativas dos Catadores do Brasil inteiro. Porque se nós formos, se a gente fosse viver somente do nosso trabalho, a gente mal consegue se alimentar. Então **a prestação de serviço, sem o pagamento pela prestação de serviço a cooperativa não sobreviveria, o pagamento pela prestação de serviços, é o que vai garantir o funcionamento da cooperativa.** A cooperativa, a associação, a agrupação têm muita diferença administrativa e isto que vai pesar muito. O exemplo que gosto de citar muito é o que a gente, na nossa cooperativa, nós temos um gasto mensal na casa de uns 7 ou 8 mil reais, por baixo, sem contar a questão do pagamento pelo

---

<sup>181</sup> Ecourbes ambiental – é a concessionária responsável pela coleta, transporte e destinação ambientalmente adequada pelos resíduos domiciliares de 19 das 32 regiões da cidade de São Paulo - [Ecourbis](#) acesso 06/07/2020

INSS. E isto tudo se ele não tem algum tipo de apoio de governo e nem isenção de imposto. Tudo da cooperativa é pago. Este custo tem que ser pago de algum jeito. **Como os governos não nos pagam por isto, então o jeito é a Prestação e Serviço, e para nós a Prestação de Serviço a gente optou por um segundo lado, como a gente viu que pela Prefeitura a gente não conseguiu, a gente foi pela segunda opção da Prestação, fomos com os grandes geradores da cooperativa no entorno das cidades, foi aí que conseguimos desenvolver a cooperativa.** Temos 20 catadores trabalhando, temos um caminhãozinho de capacidade (*incompreensível*) toneladas, temos uma produção média bem razoável para uma cooperativa, somos considerados cooperativas de pequeno porte, nós estamos caminhando bem.” (Luciano, grifo nosso)

Roberto comenta sobre as obrigações legais que as organizações precisam cumprir. Sendo assim, ressalta, que é importante pensar de forma conjunta: o (a) Catador (a) e a organização.

“[...] uma chave que deve ser virada é entender que nós Catadores de material reciclável, as nossas organizações, **seja nós catadores organizados em cooperativas, seja associações, e até os catadores autônomos que tem suas obrigações, todos nós temos nossas obrigações legais e isso precisa ser levado em consideração, quando você monta uma estrutura, essa estrutura tem um CNPJ, tem um processo organizacional, [...].** É fundamental, na realidade, a gente pensar esse conjunto, e esse conjunto na realidade, só esse material reciclável, pós consumo, não paga essa conta.” (Roberto, grifo nosso)

Anderson destaca que, após o fechamento do lixão em Orlandia/SP, ajudou a fundar a cooperativa COOPERLOL e a Rede Anastácia. A COOPERLOL possui contrato com o poder público desde 2009 e seu sucesso, segundo ele, deve-se ao profissionalismo da cooperativa na execução dos serviços.

“[...] eu **não consigo imaginar qualquer empresa que seja no seu formato, prestar um serviço público de maneira gratuita, né. Obviamente que todo o serviço deve ser remunerado.** [...] a COOPERLOL aqui já é contratada há 11 anos, desde de 2009 que COOPERLOL é contratada pelo poder público, já entrou, já saiu prefeito e a cooperativa continua firme e forte no seu **propósito, que é o seu propósito principal que é mostrar a capacidade, do seu profissionalismo na execução do seu serviço público aí de coleta seletiva.** [...] a gente fez uma baita reflexão aqui, do que hoje custaria

o serviço público de coleta seletiva aqui no município de Orlândia, chegamos ao valor, [...] de R\$ 0,72 centavos por cidadão, para que a cooperativa consiga quatro vezes no mês passar na porta de cada cidadão, de cada residência de Orlândia e coletar o material reciclável. Isso significa que no ano, cada cidadão atendido pela coleta, ele colocaria a mão no bolso para pagar menos de R\$ 9,00 no ano. [...] Então, num primeiro momento a gente precisa trazer isso dentro... e se for o caso sim discutir com a sociedade [...].” (Anderson, grifo nosso)

Roberto, por sua vez, reforçou a importância dos Catadores conhecerem os números e aproveitou para falar da questão da essencialidade do trabalho dos Catadores. Pergunta se a coleta convencional é essencial, indagando o porquê a coleta seletiva não é essencial. Ademais, o quanto os aterros sanitários aumentaram seu volume de resíduos nas cidades que pararam com a coleta seletiva no período da pandemia. Diz, ainda, que é preciso denunciar esta situação. Lembrou também que o governo Lula deu apoio aos (as) Catadores (as) com financiamento para capacitação e estruturação das cooperativas (galpão, máquinas, caminhão, manutenção e outros)<sup>182</sup>. Roberto pediu para os participantes comentarem sobre o pagamento que deveria ser feito pelas empresas privadas, pelo serviço de Logística Reversa que realizam e sobre o problema da reciclabilidade dos materiais. Muitos materiais são coletados, mas não são recicláveis, cita, como exemplo, a embalagem do leite Shefa. Quem paga esse custo operacional?

Sobre a reciclabilidade, Luciano comenta que a região de Porto Alegre tem problemas com três tipos de materiais: a rafia, as bandejas de marmitex e os pacotinhos da Elma Chips, que não são recicláveis. Outro material é o vidro, já que o custo de comercialização é muito baixo, não paga o custo operacional. Ele diz: “[...] *tem muito trabalho que a gente faz por um material que não tem muita resposta*”. (Luciano).

Tereza comenta sobre a reciclabilidade e dá exemplo da garrafa PET, que são produzidas a partir de vários materiais plásticos, cada um com um valor diferente de comercialização, mas todas requer o mesmo trabalho.

**[...] dentro da Logística Reversa a gente vai atrás da reciclabilidade do material. Porque todo o material que passa na esteira, ele tem um custo!** Eu peguei o caminhão, sai da cooperativa,

---

<sup>182</sup> No primeiro capítulo pudemos fazer um histórico das conquistas e programas de apoio aos Catadores durante o governo Lula.

fui lá buscar, trouxe, tudo isso sai do bolso do cooperado. E quando eu trago para cooperativa, **eles inventaram agora um monte de pet aí. É pet laranja, é pet new haver, é pet cereja, esse monte de pet colorida. Nós temos a pet cristal, a azul e a verde que são as tradicionais, hoje se vende por R\$2,20 essas outras pets coloridas aí, se você conseguir vender, você vai vender por R\$ 0,50, 0,60 centavos. E dá o mesmo trabalho que a outra que custa R\$ 2,20.** Ninguém me paga pela diferença, e se eu consegui vender, se eu não conseguir vender, fica lá, só ocupando lugar da cooperativa. Dentre esses tem inúmeros outros materiais. A logística reversa só me paga, pelo material que eu vendi mediante nota fiscal e arquivo XML<sup>183</sup>. Agora os outros materiais ficam lá parados.” (Tereza, grifo nosso)

Anderson comenta que, a partir da Política Nacional de Resíduos, com a logística reversa, os (as) Catadores (as) passaram a fazer parte de “um mundo de negócios” que chamou de perverso.

“[...] esse novo momento que a gente tá vivendo, principalmente, **após a promulgação da Política Nacional de Resíduos, a gente está dentro de um mundo de negócio, é lógico que o nosso negócio tem um cunho social, solidário, mas a gente está percebendo cada dia mais, tanto (estando) aqui para o mundo real, saindo um pouco do romantismo, a gente está dentro de uma cadeia de negócios, uma cadeia de negócio cada vez mais perversa, né, a gente precisa se profissionalizar, precisa se atualizar, porque a cadeia está vindo igual um rolo mesmo pra cima da gente, né, e aí eu trago tudo isso como uma oportunidade de negócio.** A logística reversa é mais um fator de fazer a conta fechar, a gente tem que sair daquele pragmatismo, estaria bom se o empreendimento conseguisse remunerar cada Catador com um salário mínimo, que é o que fala a Lei nº12.690<sup>184</sup>. [...] **a gente tem condições de primeiro, prestar o serviço público de coleta via município, segundo a gente tem que provar que dentro da cadeia de resíduo os catadores são atores essenciais para movimentar essa cadeia, e terceiro, a gente tem que provar e mostrar nossa capacidade, que no âmbito da logística reversa, estruturou o empreendimento, a cooperativa tem lá todas as ferramentas para prestar o serviço, tem equipamentos, tem caminhões.** Ora, é inevitável a gente começar a discutir o pagamento sobre isso, são muitos e muitos aí, colocando embalagens

<sup>183</sup> XLM é o formato padrão de notas fiscais eletrônicas.

<sup>184</sup> Lei 12690/2012- Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; institui o Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho - PRONACOOOP; e revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

que não tem reciclabilidade. Eu trago aqui a questão do produto, quando a gente fala da empresa Shefa né, mas a gente tem um baita gargalho que também envolve a questão do isopor, envolve outros tipos de plástico aí né, que há... eu fico Roberto, eu fico meio confuso porque há uma insistência de alguns em exercer uma grande cobrança em megas e grande empresas que são evidentes no mercado, mas aí o pessoal esquece, Roberto, que são várias outras empresas, milhares outras empresas que não colocam um centavo se quer na logística reversa, entopem as cooperativas com embalagens aí, e como a Tereza disse, né, e acaba virando uma baita gargalo dentro da cooperativa, e nos catadores temos a missão de começar a dialogar, começar a entender melhor nosso papel nessa cadeia da logística reversa e nada mais justo que discutir sim a remuneração por esse serviço que a gente vem prestando, e olha que a gente vem prestando há muito tempo, hem [...].Então eu acho essencial a gente discutir o macro das situação dos Catadores, por isso eu digo, precisa urgentemente um reposicionamento da nossa categoria, para a gente definitivamente saber que a gente é essencial nesse mercado, é essencial na prestação desse tipo de serviço, até porque somos especialistas nesse tipo de serviço, que a gente presta via município, via empresas, então eu acho que o momento de grande reposicionamento da nossa categoria e fazer valer sim todos esse esforço que a gente já vem fazendo a anos, né, Roberto.” (Anderson, grifo nosso)

Lembramos que, antes da Lei 12.305/10, não havia a obrigação das empresas serem responsáveis pelo ciclo do produto. A partir desta lei, passam a ter que fazer a logística reversa, mas quem tem feito esse serviço gratuitamente são os Catadores. Luciano diz que na cooperativa onde trabalha atualmente, cerca 50% do material que chega para a triagem não tem comercialização, são rejeitos. Eles dão trabalho aos Catadores para serem triados, mas não têm retorno financeiro. Luciano acreditava que a logística reversa (Acordo Setorial) resolveria esta questão, ressaltando que não era o que gostariam que fosse, embora, no momento, é o que tem ajudado as cooperativas.

“[...] a gente trabalha com 30% de resíduos que não tem retorno para a cooperativa, no mínimo 30% né, hoje por exemplo, a nossa coleta seletiva que a gente recebe da prefeitura, **a gente trabalha ali em uma média de 40 a 50% do material que a gente comercializa, os outros 60%, 50% do material são rejeitos, esse é um outro viés.** Esse rejeito tem ali a bandejinha de carne, de isopor, tem um custo muito baixo também, as sacolas coloridas, que agora inventaram também,

agora inventaram muitas sacolinhas coloridas, os pets coloridos que a Tereza citou anteriormente, tem esses materiais que eles dão trabalho para a cooperativa, dão trabalho para os Catadores, mas eles não têm nenhum retorno para os Catadores, nem para a cooperativa. Então, esses são os maiores problemas, e **a logística reversa era para sanar essa dificuldade. Como você mesmo comentou, Roberto, ela não veio do jeito que a gente sonhava, que a gente planejava que ia acontecer, mas veio, então é alguma coisa que pelo menos está chegando nas cooperativas, graças a Deus que é uma coisa que está chegando [...].**” (Luciano, grifo nosso)

Roberto comenta as falas dizendo que os Catadores têm idoneidade ambiental, por isso, os materiais que chegam nas associações e não têm reciclabilidade, não são enviados para os aterros sanitários, são guardados nas cooperativas.

“[...] acho que é isso mesmo, é um momento difícil, eu acho que a gente precisa aprofundar na verdade o tema, principalmente, de materiais que não tem reciclabilidade. Como a empresa, inclusive ela não nos paga para deixar esse material armazenado nas nossas cooperativas, nem o tempo de armazenamento, além da produção dela, nós o guardamos para os fabricantes. Se tiver fabricante aí assistindo nossa live, [...], **nós Catadores, temos na verdade uma coisa muito especial que está dentro da gente que é a nossa idoneidade ambiental, isso é importante [...]. A gente não deixa esse material ir para o aterro sanitário, vai pra o aterro sanitário, vai pra lá, vai pra cá, porque a gente sabe na realidade da importância do risco para o meio ambiente.** [...] nós somos Catadores de material reciclados conscientes, queremos que reuse, que reutilize, que recicle, que tenha todas as tecnologias ambientais necessária. Para nós na realidade, não queremos um planeta poluído, então isso é importante [...].” (Roberto, grifo nosso)

Anderson destaca a importância da organização das associações de Catadores em Rede como uma oportunidade para ampliar a prestação de serviços e enfrentar os consórcios dos municípios.

“[...] ressalto aqui, Roberto e aos demais, a importância que as redes terão nesses cenários pós pandemia, porque quando a gente está falando de prestação de serviço, tem também um diálogo muito forte, que isso já vem sendo comentado a bom tempo, que são as ações consorciadas entre os municípios, né, ou seja, os municípios pretendem se unir cada vez mais, principalmente, para cuidar da gestão de resíduos sólidos em grandes regiões metropolitanas ou não. E eu acho que nesse momento o papel da rede é **fundamental para**

**entender todo esse contexto e se fortalecer enquanto empreendimentos, aí, que se unem em prol, principalmente, dessa oportunidade, dessa oportunidade também de prestação de serviço via rede, que ela teria um alcance maior.** Porque enquanto o município trata de ação consorciada entre eles, obviamente, por outro lado a gente tem que se organizar ainda mais, no sentido de nos unirmos aí e mostrar toda essa capacidade que a gente tem, não só individualmente de prestar serviço via município ou alguma empresa, mas também dessa amplitude aí, no tocante a se organizar enquanto rede. [...] a gente consegue tocar uma campanha de amplitude nacional que tem um alcance, uma visão de alcançar aqueles companheiros, até então invisíveis. Isso tá mais que demonstrada a nossa capacidade enquanto catador de material reciclável. Porque a ANCAT é dirigida e presidida por catadores de materiais recicláveis, precisa ficar bem claro na mente, porque algumas pessoas não entendem isso... Isso é gerido pelos Catadores, então está mais do que clara a nossa capacidade profissional de pegar uma coisa na mão e fazer isso acontecer [...]. (Anderson, grifo nosso)

Em seguida, Luciano fala da experiência da Rede Catapôa da cidade de Porto Alegre. Cita exemplos de contratos de prestação de serviços e orienta as organizações de Catadores a procurarem os grandes geradores e oferecerem o serviço de gestão de resíduos.

“[...] Então, a Rede Catapôa, não é Catapoá, é Catapôa ela é uma rede que, ela nasceu em 2014 como uma demanda pra Copa do Mundo realmente, que foi a prestação de serviço dos jogos aqui em Porto Alegre e o legado que a gente teve foi a continuação do serviço no Estádio posterior a Copa do Mundo [...]. Outro que a gente vinha fazendo também até o início dessa pandemia era a projeção e a contratação através dos condomínios que tem no entorno de Porto Alegre. Então a gente viu que tem uma demanda muito grande, qualquer terreninho que tem no entorno da cooperativa, em qualquer cidadezinha grande aí, capital, metrópole, os grandes empreiteiros estão pegando os terreninhos, construindo um prédio, vendendo e aí tem que fazer a gestão de resíduos desse prédio. Então nós, nossa cooperativa ela começou aí a ver um grande negócio para fazer, para auxiliar esses empreendimentos na gestão dos resíduos deles. A gente vai lá no condomínio oferece nosso serviço de coleta do resíduo e oferece também o serviço de planejamento do gerenciamento, com apoio técnico, até com o apoio do técnico da ANCAT. [...] um outro acesso que foi através da MRV Construtora que a gente trabalhava nos canteiros de obra fazendo a coleta dos resíduos. A própria MRV tem uma política de separar os resíduos por tipos, em baias, em locais

apropriados para a coleta, e nosso trabalho era unicamente ir lá e fazer a coleta, todos esses serviços têm que ser remunerados né. Movimentar um caminhão da zona sul de Porto Alegre até a zona norte, ou que seja a 5 ou 6 km da cooperativa o caminhão ele tem um custo, até parado ele tem um custo, esse custo a gente repassa para os condomínios. [...] então são esses caminhos que a gente tem chegado em Porto Alegre, e esses caminhos que a gente coloca para o pessoal se apropriar né. **Procurar empresas, procurar condomínios, todos os grandes geradores, pequeno, médios e grandes geradores e tentar fazer a contratação, oferecer o serviço da gestão de resíduos que a gente faz nas nossas cooperativas, que a gente faz nas nossas cooperativas a gestão dos resíduos, separação e triagem, e a gente pode oferecer esse serviço para os outros.** [...]. O nosso maior problema agora e que desde março, a gente teve, foi a paralisação de todos os nossos serviços. A gente não consegue fazer a coleta porque aqui em Porto Alegre a gente tá com um nível de 90% das UTIs lotadas, né, então a gente está com o índice chamado bandeira vermelha, então a gente não está conseguindo fazer a coleta dos resíduos. A gente faz a coleta somente em um espaço que é um espaço que eles armazenam resíduos por bastante tempo, então é só o que a gente está fazendo, mas tem uma projeção aí de que quando acabar essa Pandemia, que acabe logo, a gente volte a fazer os nossos serviços. Esses que são os nossos serviços aí!” (Luciano, grifo nosso)

Roberto reforça a fala de Luciano e afirma:

“Boa, muito bacana a experiência de vocês aí, e demonstra que na verdade, a prestação de serviços é a real... Existem ramos da prestação de serviço, na verdade, do nosso trabalho. Isso é legal a gente entender. **Nós catadores e nossas organizações precisamos entender que existem outros, que existem várias possibilidades de prestação de serviço.** [...]” (Roberto, grifos nossos)

Na resposta à pergunta sobre os Cases, Tereza reforça as falas anteriores de que os Catadores têm que se reinventar para poderem se manter.

“[...] como você falou **a gente tem que estar se reinventando, ficar aí só esperando aí para receber pela logística reversa, um dia há de vir, legal! Mas enquanto não vem... a gente tem que ter criatividade, e o brasileiro né, é criativo por natureza!** Vocês também sabem que eu tenho uma unidade dentro do Shopping Eldorado, e essas parcerias que eu tenho criado, são muitos legais. Porque no Shopping Eldorado você tem toda uma demanda de material que você pega dentro dos shoppings, um material bom, um material que tem, assim, um material que agrega muito financeiramente, porque vem muito alumínio, então tudo isso ajuda muito, dá um *up* na

cooperativa financeiramente para os cooperados e também para os cooperados que estão lá dentro do shopping. E dentro das Casas Bahias a gente tem uma experiência totalmente diferente né. O pessoal do GIRAL<sup>185</sup> ali teve que abrir praticamente um chamamento. Várias cooperativas participaram e a COOPERBEM conseguiu se sobressair, e nós estamos ali dentro. Nós pagamos aluguel pelo espaço que a gente utiliza, eles montaram uma cooperativa com todo maquinário de ponta lá dentro e eles doam todo o material para nós. Todo o material das Casas Bahias que é segundo maior CD<sup>186</sup> do mundo manda todo o material, tudo que é reciclável para a cooperativa. Ali a gente tria, vende e com isso a gente paga todos os custos que a gente tem, que seria o aluguel, o comodato, por conta da utilização do espaço, é como se fosse um condomínio e também do maquinário deles, a depreciação dos maquinários, a gente consegue pagar tudo isso.” (Tereza, grifo nosso)

Roberto chamou estas experiências (*cases*) de empreendedorismo social (segundo ele, que reparte tudo) e que precisam se replicar. Diz que os Catadores têm seus princípios éticos e solidários, têm os documentos do MNCR, mas precisam ser mais audaciosos.

“Ótimo. Muito legal. Legal mesmo Tereza um baita de um case aí né, que a gente deve replicar, outros Catadores devem conhecer, conhecer o trabalho da Tereza, por isso que nós trouxemos ela para falar, pra **estimular outros Catadores e Catadoras aí, essa cabeça do empreendedorismo social. A gente tem um empreendedorismo, que a gente não quer um empreendedorismo que só a gente fique com o lucro, a gente reparte tudo, esse é o grande desafio do nosso trabalho, é o paradigma, mais uma virada de chave que a gente tem que resolver, é avançar nos nossos negócios, é fazermos coisas diferentes, que muitos estão fazendo.** Tem muitos no privado fazendo coisas diferentes e ganhando um bom dinheiro, que deveriam ser os Catadores que deveriam estar fazendo isso. Só que com essa lógica que nós temos de verdade que, de incluir mais Catadores, de discutir de forma coletiva, de repartir e discutir, na verdade se tem lucro ou se tem tristeza, e isso com os cooperados, essa é a essência, tendo a essência, o resto é... não podemos ter medo, *“não é coisa para os Catadores”, “ai eu vou ter medo de prestar serviço lá para os condomínios porque, os condomínios não é o meu serviço, porque a prefeitura tem que me contratar”.* Nós temos que sair

---

<sup>185</sup> GIRAL é uma instituição que presta serviços de suporte para projeto inovadores. [Sobre – Giral – Desenvolvimento de Projetos](#) – acesso 08/07/2010

<sup>186</sup> CD – Centro de Distribuição

disso, nós temos, na verdade, nós Catadores temos a nossa verdade, nossa ética né Luciano, Anderson, ética que veio lá do MNCR, a partir dos nossos documentos, **o MNCR tem lá seus documentos, tem ética, tem princípios, etc., etc., E nós conduzindo esses princípios, a forma de fazer a prestação de serviço, a forma de como atuar eu acho que a gente precisa ser cada vez mais audaciosos, Catadores e Catadoras temos que ser mais audaciosos nesse processo, e não ter medo de negociar, nos catadores temos muito medo de negociar, temos que sair dessa história de ter medo de negociar [...].** Nós Catadores e Catadoras precisamos colocar esses compradores de material reciclável no seu lugar, tem muito comprador de material reciclável que está achando que ele é dono de cooperativa, que ele é dono de rede, que ele é dono dos materiais recicláveis, e não é isso não, sem querer a gente fizemos uma greve nacional, a partir do coronavírus que parou todas as cooperativas aí, e essa greve que os Catadores fizeram, por conta do coronavírus, a indústria do reciclável ficou sem material, isso, consta que 90% do material reciclável saem das mãos nossas, da mão dos Catadores de reciclável. Então a cadeia da reciclável tem que aprender a nos respeitar melhor. [...] Nos que carregamos, que alimentamos toda essa indústria e no final das contas precisamos fazer campanha para a cesta básica, porque o resto da cadeia, ninguém precisou fazer campanha para cesta básica, porque já tinham seu dinheiro guardado, seus investimentos, e, fizeram suas quarentenas na verdade com a geladeira cheia. E os Catadores fizeram suas quarentenas na verdade com a geladeira vazia. [...].” (Roberto, grifo nosso)

Para finalizar a live, Roberto faz duas questões:

“Como vocês veem o nosso processo como Catadores de material reciclado organizado e tudo mais, para agregar os Catadores de material reciclável que ainda estão em processo de organização, ou os Catadores que estão aí, é, individuais. Como vocês estão enxergando isso, como vocês estão vendo, qual seria a política de agregar mais Catadores nesse processo de ajudar a organizar. A segunda pergunta para vocês, eu gostaria de perguntar: é, o como vocês enxergam os Catadores daqui a 50 anos, como, qual é a visão de vocês, que vocês têm aí, daqui 50 anos como vai estar essa categoria de materiais reciclável?” (Roberto)

Luciano, o primeiro a responder, fala que as cooperativas estão de portas abertas para os trabalhadores individuais, mas ressalta a importância de a cooperativa crescer gradativamente para garantir um salário digno para os cooperados. Disse,

também, que o futuro vai depender da política e das eleições, e que é importante eleger pessoas que dialogam com os Catadores.

“[...] para agregar eles (os individuais) **as nossas cooperativas a gente sempre mantém as portas abertas, na medida de como as nossas cooperativas vão evoluindo e crescendo.** Por exemplo, hoje nós trabalhamos com 20 pessoas, nós já chegamos a trabalhar aqui com 50. Como a coleta seletiva aqui em Porto Alegre decaiu muito, ela baixou quase 50% a gente teve que dispensar pessoas da cooperativa para manter a cooperativa funcionando. Então esses são os problemas que a gente tem. Como não tem o pagamento da Prefeitura, e o pagamento que a gente consegue através das prestações de serviço, ele não é suficiente para manter a cooperativa e manter um número de cooperados grande na cooperativa com salário digno, então, é melhor a gente dispensar e tentar conseguir crescer gradativamente, conforme vai surgindo a demanda dentro da cooperativa, então, essas é uma das metas. Eu vejo, Roberto, **que daqui 50 anos, sinceramente, tem dois cenários que a gente pode pensar. Por exemplo, o cenário hoje, se a continuidade hoje, que a gente tá vivendo com essa extrema direita no poder, que massacra os negros, que massacra os pobres e que não tem um pingão de consideração pela humanidade das pessoas, daqui a 50 anos nós não vamos existir, o ser humano não vai existir na minha visão. Mas, por outro lado se nós conseguirmos tirar essa direita do Governo, se conseguir melhorar a situação dos governos, conseguir esquerda ou centro esquerda, alguém que consiga ter o diálogo com os Catadores, que tem um pouco mais de visão do serviço dos Catadores a gente vai conseguir evoluir bastante, a gente vai conseguir ter cooperativas grandes, conseguir a prestação de serviço, mas isso vai depender muito não só de nós Catadores, vai depender muito da sociedade em geral, não vai precisar única e exclusivamente de nós, e aí, como exemplo, você citou no começo da Live, é muito difícil de conseguir sentar e conversar com o governo federal. O Anderson deu um exemplo ali de conseguir um projeto no Ministério do Meio Ambiente, mas olha, dá para contar pelo menos um cinco ou seis anos que não se tem recurso do Governo Federal para os Catadores direto. É um avanço que o Anderson conseguiu, mas também é uma das únicas, um dos únicos avanços que teve no Brasil inteiro, uns poucos que teve no Brasil inteiro. Então **a gente tem que se apegar muito a isso, temos que pensar muito bem, em quem vai governar o nosso país e quem vai governar nossas cidades e nosso estado, para nós não termos esse problema que a gente tem hoje, a nossa vida passa muito pela política, se a política não for favorável a nós, nós vamos ser massacrados, como nós estamos sendo nesses****

**últimos cinco anos. Então o nosso futuro daqui a 50, daqui a 10, daqui a 30, daqui a 100 anos, ele vai depender muito do que a gente vai trabalhar na questão das próximas eleições aí.** As futuras eleições que há de vir aí. Acho que é isso, Roberto.” (Luciano, grifo nosso)

Tereza responde ao grupo dizendo que os Catadores têm que se unir, devem se profissionalizar e que a cooperativa é também uma empresa e que precisa se desenvolver.

“[...]. Então eu acredito que nós somos um povo brasileiro, somos criativos, mesmo quando você tem as situações mais adversas, a gente se sobressai. Em 2008 nós tivemos aí a situação financeira do país, em 2008 todo mundo achou que a gente ia quebrar, nós continuamos aí em pé, então eu acho que independente de governo entrando ou saindo, nós vamos estar aí o tempo todo, podemos até ser um pouco mais enfraquecidos. [...] então é isso como o Roberto falou, **nós temos que nos profissionalizar, nós temos que nos unir, unidos nós somos muitos mais fortes. Independente do governo federal, municipal ou estadual, você vê que as empresas continuam, independente de qualquer coisa, elas continuam, porque que é que também nós não podemos continuar, porque a gente tem que acabar com essa mentalidade de que nós precisamos sempre da ajuda [...]. Então, eu vejo que se a gente pegar, começar a pôr na cabeça dos cooperados que a cooperativa nada mais é do que também uma empresa, aonde ele tem que estudar, que ele tem que crescer, ele tem que se desenvolver, a gente começar a ver e pegar recursos lá de fora, não tem que pensar só no Brasil, tem muita gente com dinheiro lá fora que pode investir aqui,** e para isso tudo a gente tem que ter cooperados advogados dentro da cooperativa, nós temos que ter mecânicos dentro da cooperativa, nós temos que ter vários ramos para a gente poder ir atrás, porque se a gente tiver que pagar, a gente também não vai conseguir ir em lugar nenhum. Então pra isso, se a gente pensar em todo mundo profissionalizado [...]. E, daqui a 50 anos, se a gente pensar direitinho, com certeza... a gente hoje, nós temos essas mega, esses megagrupos aí fechando aqui, fechando ali, você vê que eles tem agora os, aquelas máquinas lá que parecem que eles tiram lá o (incompreensível) pegam tudo e qualquer material em não sei quantos minutos, teria não sei quantas toneladas de material, a gente tem que passar pra isso também, a gente tem os cooperados e o maquinário, não é, então é isso que a gente tem que vê. Eu acho que tudo depende da gente.” (Tereza, grifo nosso)

Anderson propõe pensar em uma forma de integrar os trabalhos das associações, das cooperativas e dos Catadores informais. Para o futuro, espera que Catador seja uma profissão respeitada, porque ela envolve o social, o político e o econômico.

“Beleza. Então Roberto, primeiro, a questão que você colocou dos Catadores informais que são... costume dizer que a briga nossa não é entre nós Catadores, eu acho até **que deveria se pensar num arranjo de integração entre cooperativas, associações, catadores informais. [...] E como incluí-los, quem sabe futuramente, uma vez que a cooperativa é uma prestadora de serviços e recebe por esse serviço, o porque não de integrar esses Catadores informais e aí buscar uma forma também de remunerá-los aí, através desse recurso de prestação de serviço, uma vez que os contratos, alguns são remunerados por tonelada** né, e obviamente o Catador que tá lá recolhendo o material também, eu entendo que caberia muito bem aí, uma discussão de como a gente conseguiria integrar isso, porque fortaleceria o processo da cooperativa, e pra ele também. [...] No tocante a questão de pensar daqui a 50 anos, né Roberto, **eu acredito que a nossa profissão é a profissão do futuro, isso depende muito de nós, dessa questão de profissionalizar, dessa cadeia de negócios aí que a gente se envolve. [...] os políticos estão aí de passagem, o que fica de legado são as instituições e o que elas oferecem aí para a sociedade.** E no tocante, a nossa profissão, o que eu imagino daqui a 50 anos já de bengala, bem velhinho, é que eu escute aí **que nossa profissão é a profissão, uma das mais reconhecidas e respeitadas do planeta, até porque é isso mesmo que a gente representa, e muitas vezes a gente não consegue perceber a dimensão da importância desse nosso trabalho.** Então eu acho que esse momento aqui é de muita conscientização da nossa parte, principalmente no quesito da política, que é muito sensível né, mas assim, eu acho que a gente faz parte aí de uma profissão do futuro, e por ser uma profissão do futuro se a gente se engajar e se atentar da nossa capacidade, eu tenho certeza que daqui 50 anos aí, no tocante a profissão que envolve o social, econômico e ambiental, eu acho que não tem para ninguém. O Catador daqui até 50 anos aí, com certeza estarei de bengala, ouvindo que a nossa profissão é uma profissão de respeito e muito reconhecida.” (Anderson, grifo nosso)

Por fim, Roberto conclui a live dizendo que também espera que o trabalho do Catador tenha investimentos públicos e privados, que seja de fato uma profissão, e

que seja proibido por lei falar em incineração, para garantir uma sociedade e um meio ambiente saudável para as futuras gerações.

“[...] falamos da essencialidade dos Catadores, falamos de futuro, [...]. O Futuro que a gente tenhamos aí... os nossos filhos operando esse nosso trabalho, que esse trabalho seja um trabalho de fato, uma profissão futura, que a gente tenha... e que a gente tenha investimento, tanto do governo federal como da iniciativa privada pelo trabalho que nós estamos fazendo, pelo serviço que nós estamos fazendo, e que a gente não tenhamos mais nessa... no vocabulário incineração. Nesse processo, né, que nós possamos aí, não ter mais daqui 50 anos, não falar mais... quem falar de incineração vai preso... (risadas). Esperamos que daqui 50 anos a gente diga, que o não a incineração se torne de fato política pública, que isso sai, que a gente vire a página e que isso não exista de forma alguma, e nem o risco de acontecer incineração no nosso país, porque nós Catadores queremos ver as gerações futuras e a sociedade como um todo saudável e nosso meio ambiente também saudável [...]. (Roberto)

Em síntese, as duas lives, a partir das experiências das organizações que já possuem contratos com os municípios e empresas, ajudaram a pensar vários fatores importantes no processo de contratação. Segundo o MNCR, é uma condição essencial para a valorização dos Catadores.

Uma primeira questão que fazemos, apesar da lei 12305/10 ser considerada avançada na área ambiental e prever a inclusão socioprodutiva dos Catadores nos sistemas de coleta seletiva e de logística reversa, ela não obriga a contratação ela indica a priorização. Entendemos que é uma lacuna deixada na lei, pois joga para uma negociação futura (campo de conflito de interesses) e os Catadores, através do MNCR, mesmo com a previsão na lei, precisam lutar para conquistar o direito de ser contratado no sistema de coleta seletiva e de logística reversa, que é a forma de garantir o pagamento pelos serviços realizam.

Um segundo ponto é com relação ao tipo de contrato. Apesar do MNCR defender o “contrato global”, que abrange todos os serviços – o de coleta, triagem e de educação ambiental e que também prevê o financiamento da infraestrutura –, os poucos contratos existentes, na maioria são firmados por toneladas de materiais coletados, o que deixa as organizações vulneráveis, pois os Catadores afirmam, de forma contundente, que só com a venda dos materiais triados não é suficiente para

cobrir os gastos com a estrutura operacional e remunerar dignamente os Catadores. Precisam receber por todos os serviços que realizam. Apesar de serem empreendimentos solidários, o custo (despesas) é o mesmo do que uma empresa privada.

Neste ponto destacamos a experiência exitosa da cidade de Itaúna do estado de Minas Gerais que foi citada na live, onde as organizações de Catadores foram contratadas para realizar a coleta seletiva com cobertura de 100% do município. Possuem contrato que prevê os serviços de coleta, triagem e que não foram interrompidos na pandemia. O município não possui “lixão” e o aterro sanitário é de boa qualidade. Além de promover geração de trabalho, melhora as condições de vida destes trabalhadores e de suas famílias. É uma experiência considerada pelo MNCR, uma referência importante de inclusão dos Catadores no sistema de coleta seletiva. A ABES – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental publicou no seu site contando um pouco desta experiência em Itaúna com o título “Catadores em Itaúna faturam salário mensal de R\$ 3.200,00”<sup>187</sup>.

“A coleta seletiva já era feita em Itaúna por uma empresa terceirizada há dez anos, e os catadores apenas recebiam o material para separar e vender como ocorre na capital e na maioria das cidades. Mas, desde janeiro de 2013, a Cooperativa de Reciclagem e Trabalho (COOPERT), formada por cerca de 80 itaunenses, passou a recolher diariamente o que eles chamam de lixo “seco” (reciclável) em todo o município. A partir de então, aumentaram o aproveitamento do lixo e a participação dos 90,7 mil habitantes, o que representa para os cofres públicos economia mensal de R\$ 130 mil.” (ABES)

Outros municípios citados nas lives também são referências importantes, como a cidade de Araraquara/SP, Ourinhos/SP, Orlandia/SP e outras. Com estas experiências pudemos constatar a diferença que existe da coleta seletiva ser realizada por uma empresa privada e a realizada pelas organizações de Catadores que fazem o serviço de “porta a porta”, que orientam as pessoas como devem separar o material, ou seja, um trabalho educativo e humanizado, que qualifica a coleta, além de ser mais barata para o município, desenvolve a economia local e gera emprego para muitas famílias que vivem em situação de pobreza. Em algumas situações, a coleta realizada pela empresa privada, o percentual dos rejeitos pode variar de 30 a 50% dos materiais

---

<sup>187</sup> [Catadores em Itaúna faturam salário mensal de R\\$ 3.200 \(abes-mg.org.br\)](https://www.abes-mg.org.br/) Acesso em 23/08/2022

que chegam ao galpão para triagem. Essa situação dificulta a organização do trabalho, além das cooperativas se tornarem responsáveis pela destinação destes resíduos.

Outro aspecto que foi bastante debatido nestas duas lives, foi a importância do planejamento. O Catador precisa estar preparado para o contrato, precisa ter conhecimento dos números na hora da negociação para valorizar seu trabalho e dimensionar sua capacidade técnica para executar o serviço. Portanto, afirmam que estes contratos vão exigir das organizações de Catadores um processo de planejamento e profissionalismo para poder gerenciar o seu negócio e comprovar que desenvolvem um trabalho de qualidade que atende à demanda contratada que são quesitos importantes para melhoria, a renovação e manutenção dos contratos.

Também foi falado que as organizações de Catadores não devem depender apenas do contrato com as prefeituras; precisam buscar outras alternativas de trabalho para melhorar a renda. Chamam a atenção dos Catadores para serem mais audaciosos e não terem medo de buscar oportunidades de contratos diretos com empresas geradoras de resíduos, pois possuem conhecimento e capacidade para desenvolverem estes serviços e que para isto contam com o apoio técnico do MNCR.

Outros pontos abordados e que são importantes: a questão das políticas públicas no processo de fortalecimento das lutas e para a garantia de direitos sociais. Também mostraram a preocupação da organização dos trabalhadores individuais que são a maioria e do Acordo Setorial assinado em 2015 que não foi o que desejavam, mas foi o possível no processo de negociação. Mesmo assim, disseram que o pouco recurso ajudou no período de pandemia. Por fim, falaram sobre a expectativa para o futuro da profissão de Catador ser uma profissão reconhecida e que não se fale mais em incineração.

Estas falas nos mostraram que, apesar da proposta da organização de Catadores ser de autogestão, solidária, onde não existe patrão e nem empregados – como disseram – e que tudo é discutido e dividido de forma horizontal, a relação de mercado capitalista os obriga a se capacitarem para enfrentar esse “mundo de negócios”, como disse Anderson. Entendemos que o MNCR espera que esse trabalho essencial que os Catadores desenvolvem para a sociedade e para o meio ambiente – muito bem demonstrado nestas lives –, seja reconhecido e pago assim como são

pagos os serviços realizados pelas empresas capitalistas. Os estudos científicos já provaram que a reciclagem é um processo essencial para a sustentabilidade do meio ambiente e que também gera muitos empregos que são importantes para o enfrentamento da pobreza.

Por fim, entendemos que está mais que elucidado que o pagamento pelos serviços que os Catadores realizam, é uma questão de justiça pois, como insiste Alex Cardoso (MNCR/RS), “(...) *a nossa categoria faz 90% do trabalho, mas fica com apenas 10% da renda gerada a partir da reciclagem (...)*”. E perguntamos: é possível esperar que o sistema capitalista (o modelo de sociedade capitalista) resolva esta questão?

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos constatar as lives refletem a luta resistente do MNCR pela valorização do trabalho através do pagamento pelos serviços que realizam. O impacto da pandemia ressaltou essa questão. Os Catadores desenvolvem importantes serviços ambientais (um trabalho de educação ambiental de “porta a porta”), de limpeza urbana e de triagem de materiais para a indústria da reciclagem, mas não são remunerados por isso. Realizam um serviço gratuito, com algumas exceções. Vivem com a renda obtida da venda do material que coletam e com a pandemia muitos Catadores tiveram que parar suas atividades e, portanto, neste período, não tiveram ganhos. Precisaram ser socorridos por campanhas e ajudas solidárias para sobreviverem. Em muitas falas os Catadores afirmam que não querem viver de ações assistencialistas, desejam viver do fruto de seu trabalho, que necessitam ter contratos de prestação de serviços com os órgãos públicos e empresas privadas, porque só com a venda do material não é possível arcar com os custos dos empreendimentos e ter uma renda digna para suprir suas necessidades básicas.

A valorização do trabalho também passa pela luta de gênero, a luta por igualdade racial, pela luta do movimento LGBTQ+, e que 70% das pessoas do MNCR são mulheres e a maioria absoluta são negros. Essas pessoas sofrem no cotidiano preconceitos e discriminação de uma sociedade conservadora, patriarcal (machista), e com ranços escravocratas, onde a discriminação e o preconceito prevalecem. Portanto, as condições de trabalho se tornam mais difíceis por se tratar de trabalhadora mulher, negra e pobre. Por isso, reafirmam a importância da formação e da organização no sentido de fortalecer estas lutas dentro do movimento e da participação em outras segmentos e organizações por não ser uma reivindicação exclusiva dos Catadores. Também defendem um maior engajamento político para garantir a representatividade da categoria e da classe trabalhadora nos espaços de poder, para que efetivamente tenham a garantia de seus direitos. Para isso, propõem a volta do trabalho de formação política de base.

Como disse Maricato (2013), não é só a luta por melhores salários que garante melhores condições de vida. Ela tem que vir acompanhada da luta por melhores condições de habitação, de saúde, de educação, de previdência social, transporte e outros. Houve vários relatos de situações em que seus direitos foram desrespeitados,

como os despejos ocorrido no período da pandemia. Os Catadores vivem em espaços urbanos em situação precária, sem infraestrutura básica, água, saneamento e energia elétrica, muitas vezes longe de equipamentos sociais como postos de saúde, escolas e áreas de lazer.

Outro ponto importante abordado nas lives foi sobre a lei 12.305/10 que instituiu a PNRS, que é um marco legal importante na área ambiental e respalda a inclusão socioprodutiva dos Catadores, mas a sua implementação caminha a passos lentos. No ano de 2020, a lei fez dez anos e o MNCR debateu junto com especialistas e autoridades da área (importantes parceiros na luta para implementação e fiscalização da lei), os desafios e avanços durante este período. Estes especialistas apresentaram preocupações com o retrocesso da lei, com a lentidão para o fechamento dos lixões que ainda não foram erradicados na maioria dos municípios brasileiros. Portanto, ainda existem muitos Catadores que trabalham nesses espaços em situação muito precária. Nos municípios onde foi fechado os lixões e o poder público proporcionou uma saída digna, através do fomento para formação e estruturação de cooperativas, os Catadores estão em condições de trabalho muito melhores. Mas nos lugares que ainda existem lixões, o MNCR, os procuradores e defensores públicos parceiros, defendem que têm que ser fechados, mas com a devida inclusão dos Catadores e com seus direitos dignamente garantidos. Infelizmente, conforme relatos, existem municípios que encerraram os lixões e trataram os Catadores como criminosos, uma preocupação abordada pelos representantes do Ministério Público e defensoria pública, nas lives. Também mostraram a preocupação com a proposta de incineração que representa uma ameaça para o meio ambiente, para a saúde pública e para a cadeia produtiva da reciclagem. O movimento ambientalista e o MNCR lutam contra a incineração.

No ano de 2020, ocorreu a revisão do PLANARES (prevista em lei a cada 4 anos), mas sem a participação da sociedade civil organizada, sendo que este foi um motivo de preocupação. Ao comentar este contexto, as lideranças do MNCR lembraram o processo de construção do primeiro plano que foi democrático, com ampla participação da sociedade civil e que proporcionou, além da construção de um documento que de fato representasse os interesses da sociedade, também contribuiu para um processo de formação e de troca de conhecimento entre os participantes.

No contexto atual o Movimento é desafiado a resistir frente aos assuntos imposto pela pandemia, mas também pela conjuntura política e econômica, de desmonte dos direitos sociais e ambientais. Essa não é uma luta exclusiva dos trabalhadores da catação, mas, como disse Antunes (1999), de toda “classe que vive do trabalho” e que sofre a exploração do modelo de sociedade capitalista. O MNCR defende e luta por uma nova ordem social, mas como toda categoria profissional, tem suas lutas específicas. O movimento precisa se reinventar para garantir sua sobrevivência. Frente a estes desafios, em janeiro de 2021, o MNCR apresentou o projeto “Fortalecimento do Movimento”, com apoio de recursos internacionais, especificamente da Inglaterra, através da WIEGO e outros apoiadores (ORIS, UFMG). Com o protagonismo dos Catadores, propõe ferramentas com recursos da tecnologia 4.0: melhoria do site, sistema informatizado que facilita o trabalho dos Catadores e otimiza recursos, bem como a construção de uma base de dados (Anuário da Reciclagem) para auxiliar na tomada de decisão.

Observamos, nos relatos das lideranças do MNCR, que hoje a catação é muito mais que um meio de sobrevivência para os Catadores: ela resgata a cidadania, dá um sentido à vida destas pessoas, proporciona a esses trabalhadores serem sujeitos da história, agentes ambientais que fazem a diferença na luta por uma sociedade mais justa e ambientalmente sustentável.

O MNCR não tem só um discurso e documentos bem elaborados. Na realização dos encontros virtuais observamos o processo democrático de representação e participação. Houve e há, também, por parte da coordenação, uma preocupação com o processo de informação e formação da militância visando a união a partir de um discurso único (frente a bandeira de luta) e com a tecnologia social, que costumam chamar “De Catador para Catador” (formação de Catadores pelos próprios Catadores), que entendemos ser uma ferramenta efetiva no processo de conscientização e mobilização e garante o protagonismo dos Catadores na luta pelos seus direitos e pela autonomia do MNCR. O processo histórico do MNCR é uma referência.

Assim, entendemos que o MNCR se mostrou um movimento forte, com bandeiras de lutas nítidas, visando uma sociedade mais justa, mas também preocupados em resolver as causas concretas do cotidiano dos Catadores como

moradia, saúde, educação, previdência social, desigualdade racial, de gênero além da luta pelo pagamento justo pelos serviços de educação ambiental, de limpeza pública e de coleta e triagem de materiais recicláveis para a cadeia produtiva da reciclagem.

O MNCR defende a “Reciclagem Popular” que é muito diferente do modo empresarial capitalista, que explora a mão de obra para extrair lucros. A “Reciclagem Popular” prevê um projeto produtivo e de emancipação que visa a distribuição da riqueza, do poder e dos conhecimentos gerados a partir dos resíduos. Talvez esse seja o embrião da nova ordem, uma sociedade cujo modelo não passe pela exploração do trabalho.

As duas lives analisadas no item 3.2 mostraram que para enfrentar o mercado é necessário que as organizações de Catadores se profissionalizem, tanto para a prestação de serviços públicos como para a logística reversa. Mas para se tornarem competitivos na cadeia da reciclagem, precisam compreender e conhecer as “regras desse mercado”, a sua capacidade operativa: saber planejar e gerir seus negócios e outras coisas mais. Portanto, após a lei 12305/10, o MNCR precisou pensar também como uma empresa, como podemos observar na fala de Anderson.

“[...] esse novo momento que a gente tá vivendo, principalmente, após a promulgação da Política Nacional de Resíduos, a gente está dentro de um mundo de negócio, é lógico que o nosso negócio tem um cunho social, solidário, mas a gente está percebendo cada dia mais, tanto aqui para o mundo real, saindo um pouco do romantismo, a gente está dentro de uma cadeia de negócios, uma cadeia de negócio cada vez mais perversa, né, a gente precisa se profissionalizar, precisa se atualizar, porque a cadeia está vindo igual um rolo mesmo pra cima da gente, né, e aí eu trago tudo isso como uma oportunidade de negócio [...]” (Anderson Nassif MNCR/SP, live dia 21/07/2020)

O que vimos até o presente, nestes 10 anos da lei, que pouca coisa avançou se considerarmos os municípios que têm contrato com as associações de Catadores e o Acordo Setorial assinado em 2015.

O MNCR reconhece que precisa fazer dois movimentos contínuos e concomitantes: um é de mobilização social e política visando uma nova ordem social, com organização e conscientização de suas bases e articulado com outros movimentos sociais; e outro se preparar para enfrentar esse mercado competitivo.

O MNCR defende os empreendimentos solidários e, para isto, reconhecem a necessidade das políticas públicas para o seu fortalecimento e que estas dependem da concepção ideológica de cada governo. Como vimos, houve uma diferença do período de governo dos presidentes Lula e Dilma (que viabilizou políticas públicas de apoio aos Catadores) e do presidente Bolsonaro (que retirou direitos).

Por fim, queremos dizer que não foi nosso objeto de pesquisa analisar o papel do Serviço Social, mas entendemos que este estudo traz contribuições importantes para a profissão. Os Catadores são um público que são atendidos constantemente pelas políticas sociais (Assistência Social, Saúde, Educação, habitação e outras), espaço em que o assistente social normalmente desenvolve suas atividades. Neste caso, o profissional do Serviço Social poderá contribuir para a luta destes trabalhadores e para a questão ambiental. Observamos que são poucos os estudos realizados pelo Serviço Social nesta área, bem como que há um desconhecimento sobre estas questões que envolve os Catadores e sobre os movimentos sociais no Brasil<sup>188</sup>. Portanto, esperamos contribuir para despertar esta temática também no âmbito do Serviço Social, e que outros estudos possam ser realizados nesta direção.

---

<sup>188</sup> Durigueto (2014) diz que: “De acordo com lamamoto (2008, p461), “a área temática de menor investimento na pesquisa refere-se aos ‘conflitos e movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular’, o que é motivo de preocupações”. Marques (2010) constata que entre os 162 trabalhos publicados nos Anais dos CBAS e do ENPESS, realizados entre 1995 e 2008, somente 3% tematizam os movimentos sociais. Nesse conjunto, já exíguo, somente 6% expõem experiências de intervenção profissional junto aos movimentos sociais.” (DURIGUETO, 2014, p. 185)

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDELKADER B., KONDO, E. K., HEDLER, H. C. KENJI, E., BATISTA, A. L. A. (2011). Reciclagem como fator de inclusão socioeconômica dos catadores de lixo no Distrito Federal do Brasil. *Revista Capital Científico*: Guarapuava, (9), 2, 57-70. Recuperado em 21 de setembro de 2016. <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/1528/1639>

ABRAMIDES, Maria Beatriz, DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Movimentos Sociais e Serviço Social - uma relação necessária*. São Paulo: Cortez Editora.

Associação Nacional de Catadores (ANCAT), PRAGMA Soluções Sustentáveis (2020). *Anuário da Reciclagem*. Brasília. Recuperado em 30 de novembro de 2020, de [Anuário da Reciclagem 2020 \(mncr.org.br\)](http://Anuário da Reciclagem 2020 (mncr.org.br))

ANTUNES, Ricardo (1999). *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. (5ª. ed.). São Paulo: Cortez.

ANTUNES, Ricardo (2018). *O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo.

BARBOSA, Rosângela N. C. (2007). *A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. São Paulo: Cortez.

BARROS, Raphael Tobias de Vasconcelos (2012). *Elementos de gestão de resíduos sólidos*. Belo Horizonte: Tessitura.

BESEN, G. R., Freitas, L., Jacobi, P. R. (Eds.) (2017). *Política nacional de resíduos sólidos: implementação e monitoramento de resíduos urbanos* – São Paulo: IEE/USP-OPNRS. [Política Nacional de Resíduos Sólidos \(bvrio.org\)](http://Política Nacional de Resíduos Sólidos (bvrio.org))

BRASIL (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Recuperado em 30 de novembro de 2021, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)

BRASIL (2007). *PROJETO DE LEI Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências*. Recuperado em 10 de junho de 2021, de [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=node0135m9oablqihe45g84ux9s5y936926648.node0?codteor=501911&filename=PL+1991/2007](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node0135m9oablqihe45g84ux9s5y936926648.node0?codteor=501911&filename=PL+1991/2007)

BRASIL (2007). *Política Nacional de Saneamento Básico. Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007*. Recuperado em 15 de janeiro de 2022, de [Lei nº 11.445 \(planalto.gov.br\)](http://Lei nº 11.445 (planalto.gov.br))

BRASIL (2010). *Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Recuperado em 26 de março de 2022, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm)

BRASIL (2015). *Acordo Setorial de Embalagens em Geral*. Recuperado em 04 de abril de 2022, de [Acordo embalagens \(sinir.gov.br\)](http://sinir.gov.br)

BURAWOY, Michael (2010). *O marxismo encontra Bourdieu*. Campinas: Editora da Unicamp.

CEPAL (2022). *Repercusiones en América Latina y el Caribe de la guerra en Ucrania: ¿cómo enfrentar esta nueva crisis?* Naciones Unidas. Recuperado em 07 de agosto 2020, de [Repercusiones en América Latina y el Caribe de la guerra en Ucrania: ¿cómo enfrentar esta nueva crisis? \(cepal.org\)](http://cepal.org)

CHESNAIS, F., SERFATI, C (2003). "Ecologia" e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. *Crítica Marxista*. Campinas: Unicamp (16), (1-40). Recuperado em 15 de maio de 2018, de [https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos\\_biblioteca/artigo9539\\_merged.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo9539_merged.pdf)

CORAGGIO, J. L. (2014). *La Presencia de la Economía Social y Solidaria y su Institucionalización en América Latina. Documento Ocasional 7 Potencial y Límites de la Economía Social y Solidaria*. Recuperada em 07 de junho de 2015, de <https://cdn.unrisd.org/assets/legacy-files/301-info-files/6C316ABB64A13A7CC1257B720034103A/JL%20Coraggio.pdf>

CORAGGIO, J. L. (2011). *Principios, instituciones y prácticas de la economía social y solidaria en Economía social y solidaria*. EL trabajo antes que el capital. Alberto Acosta y Esperanza Martínez (Editores), Abya Yala: Quito. Recuperado em 07 de junho de 2015, de [http://www.coraggioeconomia.org/jlc\\_publicaciones\\_ep.htm](http://www.coraggioeconomia.org/jlc_publicaciones_ep.htm)

DEMAJOROVIC, Jacques, LIMA, Márcia (2013). *Cadeia de reciclagem – um olhar para os catadores*. São Paulo: Editora SENAC SP; São Paulo: Edições SESC.

DESMARAIS, Annette Aurélie (2013). *A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato*. São Paulo: Expressão Popular.

DURIGUETTO, Maria Lúcia (2014). Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. En Maria Beatriz Abramides, Maria Lúcia Duriguetto. *Movimentos Sociais e Serviço Social - uma relação necessária*. (pp. 119-135). São Paulo: Cortez Editora.

FERNANDES, Florestan (2009). *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. (4ª. ed.). São Paulo: Global.

FERNANDES, Florestan (1987). *A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica*. (3ª ed.). Rio de Janeiro: Guanabara.

FIORI, José Luís (2007). *O Poder Global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo Editorial.

FIORI, José Luís (2020). Estado e Desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro. [Revista de Economia Contemporânea](http://revista.deconomiacontemporanea.org). Rio de Janeiro: Instituto de Economia

da UFRJ, (24), (1-23). Recuperado em 10 de agosto de 2022, de <https://www.scielo.br/j/rec/a/Ty77GqqpXdskFgPHN3kvCvz/?format=pdf&lang=pt>

GOHN, Maria da Glória (2002). *Teoria dos movimentos sociais - paradigmas clássicos e contemporâneos*. (3ª. ed.). São Paulo: Edições Loyola.

GRINBERG, Elisabeth (2007). *Política Nacional de Resíduos Sólidos: o desafio continua*. São Paulo: Polis. Recuperado em 10 de fevereiro de 2022, de <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2014/08/571.pdf>

HARVEY, David (2016). *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2013). *Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável*. Brasília: IPEA. Recuperado em 11 de maio de 2021, de [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9979/1/situacao\\_social\\_mat\\_reciclavél\\_brasil.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9979/1/situacao_social_mat_reciclavél_brasil.pdf)

IAMAMOTO, Marilda Villela, CARVALHO, Raul de (1985). *Relações sociais e serviço social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. (3ª. ed.). São Paulo: Cortez.

IAMAMOTO, Marilda Villela (2007). *Serviço social em tempo de capital fetiche – capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez.

LÖWY, Michel (2014). *O que é ecossocialismo?* (2ª. ed.). São Paulo: Cortez Editora. (Série Questões da nossa Época, volume 54)

LÖWY, Michel (2012). Razões e estratégias do Ecossocialismo. *Seminário Abong 20 anos, 30-10-2012 (palestra)*. Recuperado em 06 de março de 2013, de <http://www.outraspalavras.net/2012/10/30/razoes-e-estrategias-do-ecossocialismo/>

LÖWY, Michel (2010). *Ecossocialismo rumo a uma nova civilização*. Recuperado em 01 de maio de 2013, de <https://acervo.racismoambiental.net.br/2013/01/28/ecossocialismo-rumo-a-uma-nova-civilizacao-por-michael-lowy/>

LÖWY, Michel (2010). Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista ecossocialista. *Revista Eletrônica Ecodebate*. Rio de Janeiro: Ecodebate. Recuperado em 25 de maio de 2015, de <https://www.ecodebate.com.br/2010/05/26/crise-ecologica-capitalismo-altermundialismo-um-ponto-de-vista-ecossocialista-artigo-de-michael-lowy/>

MARICATO, E. (et al) (2013). É a questão urbana, estúpido! En Maricato, E. (et al). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior.

MARTINELLI FREITAS, R. C., NÉLSIS, C. M., NUNES, L. S (2012). A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. *Rev. Katálysis*, (15-1), 41-51. Recuperado em 16 de maio de 2017, de [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802012000100004&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802012000100004&script=sci_arttext).

MARX, Karl. ENGELS F (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial.

MESZÁROS, István (2009). *A Crise Estrutural do Capital*. São Paulo: Boitempo.

MESZÁROS, István (2001). *O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva*. Recuperado em 23 de agosto de 2015, de [https://resistir.info/mreview/desenvolvimento\\_sustentavel.html](https://resistir.info/mreview/desenvolvimento_sustentavel.html)

MMA (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE). *Catadores de Materiais Recicláveis - O papel dos catadores de materiais reciclável*. Brasil: MMA. Recuperado em 10 de agosto de 2015, de <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis>

Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) (s.f.). *História do MNCR* - Recuperado em 20 de maio de 2022, de <http://www.mnrc.org.br/sobre-o-mnrc/sua-historia>

Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) (s.f.). *Programa de Luta*. Recuperado em 20 de maio de 2022, de [Programa de luta \(mnrc.org.br\)](http://www.mnrc.org.br/programa-de-luta)

Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) (2008). *O que é Movimento?* - Recuperado em 20 de maio de 2022, de [O que é movimento ? \(mnrc.org.br\)](http://www.mnrc.org.br/o-que-e-movimento)

Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) (2003). *Carta de Caxias do Sul* - Recuperado em 20 de maio de 2022, de [CARTA DE CAXIAS DO SUL \(mnrc.org.br\)](http://www.mnrc.org.br/carta-de-caxias-do-sul)

Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) (2001). *Carta de Brasília* - Recuperado em 20 de maio de 2022, de [CARTA DE BRASÍLIA \(mnrc.org.br\)](http://www.mnrc.org.br/carta-de-brasilia)

Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) (2011). *Memória dos 8 anos de natal dos catadores com o Presidente* - Recuperado em 20 de maio de 2022, de [Memória dos 8 anos de natal dos catadores com o Presidente \(mnrc.org.br\)](http://www.mnrc.org.br/memoria-dos-8-anos-de-natal-dos-catadores-com-o-presidente)

Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) (2022). *Lula participa do Natal dos Catadores e recebe selo Amigo do Catador*- Recuperado em 20 de maio de 2022, de [Lula participa do Natal dos Catadores e recebe selo Amigo do Catador \(mnrc.org.br\)](http://www.mnrc.org.br/lula-participa-do-natal-dos-catadores-e-recebe-selo-amigo-do-catador)

Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) (2017). *Segunda Carta de Brasília* - Recuperado em 20 de maio de 2022, de [Segunda Carta de Brasília \(mnrc.org.br\)](http://www.mnrc.org.br/segunda-carta-de-brasilia)

Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) (2005). *Cartilha de Formação*. Recuperado em 02 de agosto de 2022, de [Cartilha de Formação Nacional do MNCR - 2005](#)

PEREIRA, Bruna C. J.; GOES, Fernanda L. (Eds.) (2016). *Catadores de Materiais Recicláveis - um encontro nacional*. Rio de Janeiro: IPEA.

PEREIRA, Tatiana Dahmer (2014). Movimentos urbanos: lutas e desafios contemporâneos. En Maria Beatriz Abramides, Maria Lúcia Duriguetto. *Movimentos Sociais e Serviço Social - uma relação necessária*. (pp. 119-135). São Paulo: Cortez Editora.

RIBEIRO, Sâmbara Paula Francelino (2014). Lutas sociais contemporâneas: entre os desígnios pós-modernos e os imperativos da classe trabalhadora. En Maria Beatriz Abramides, Maria Lúcia Duriguetto. *Movimentos Sociais e Serviço Social - uma relação necessária*. (pp. 102-118). São Paulo: Cortez Editora.

ROSSI, F. (2021). *Sujeitos de sua própria história: a trajetória do Movimento do Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) no Brasil (201-2016)*. Dissertação doutorado não publicada, Universidade de Campinas, Campinas, Brasil.

SADER, Eder (1995). *Quando novos personagens entram em cena: experiência, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. (3ª. ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SANT'ANA, Diogo de, METELLO, Daniela (2016). Reciclagem e Inclusão Social no Brasil: Balanço e Desafios. En Bruna C.J. Pereira, Fernanda L. Góes. *Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro nacional*. (pp. 21-44). Brasília: IPEA.

SEN, A, KLIKSBERG, B (2009). *As Pessoas em Primeiro Lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Companhia das Letras.

SENADO FEDERAL (2012). Desenvolvimento Sustentável ainda é desafio. *Revista Em discussão*. (11). Recuperado em 19 de agosto de 2018, de [http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/upload/201202%20-%20maio/pdf/em%20discuss%C3%A3o!\\_maio\\_2012\\_internet.pdf](http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/upload/201202%20-%20maio/pdf/em%20discuss%C3%A3o!_maio_2012_internet.pdf)

SILVA, José Fernando S. da (2013). *Serviço Social: resistência e emancipação?* São Paulo: Cortez Editora.

SINGER, Paul (2013). *Introdução à economia solidária*. (5ª. ed.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

SOUZA, Maria Garcia L. de. (Ed.) (2018). *Saneamento Ambiental e Saúde do Catador de Material Reciclável*. São Paulo: Limiar-Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental". Recuperado em 30 de abril de 2019, de [http://www.abes-sp.org.br/arquivos/livro\\_saneamento-e-saude-catador-material-reciclavel\\_versao\\_final\\_bx.pdf](http://www.abes-sp.org.br/arquivos/livro_saneamento-e-saude-catador-material-reciclavel_versao_final_bx.pdf)

TRIGO, G. S. (2009). Límites y posibilidades de la economía social y solidaria: la recuperación del sentido del trabajo en movimiento. *Revista Académica PROCOAS-AUGM*. (1), 98-105. Recuperado em 13 de outubro de 2016, de [Boletim ...pub \(grupomontevideo.org\)](#)

ZACARIAS, Rachel (2014). *Mudanças climáticas e movimentos sociais ambientais: posicionamentos, contradições, embates*. En Carlos Montaña (ed.). *O Canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”*. (pp. 385-423). São Paulo: Cortez.

### **Lives – Encontros, conferencias e palestras**

Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (2021). *Abertura do Café Compartilhado da Comissão Nacional do MNCR - 20 anos de luta*. Recuperado em 12/12/2021 de [\(819\) Abertura do Café Compartilhado da Comissão Nacional do MNCR - 20 anos de luta - YouTube](#)

Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES (2022). *O Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 que Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos*. Recuperado em 22/02/2022 de [\(819\) Decreto nº 10.936: Política Nacional de Resíduos Sólidos - YouTube](#)

1ª Conferência Internacional de Resíduos Sólidos (CIRSOL) (2022). *Catadores - O Desafio da Inclusão Produtiva e Valorização do Trabalho*. Recuperado em 18/03/2022 de [\(183\) Catadores - O Desafio da Inclusão Produtiva e Valorização do Trabalho - YouTube](#)

As Livres realizadas pelo MNCR e utilizadas como fonte principal de pesquisa desta dissertação, estão detalhadamente citadas e descritas em um quadro exposto no apêndice.

### **Filmes -**

National Geographic (2007). *“As Marcas da Humanidade”* Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte: Net Geo. Disponível em: [\(676\) As Marcas da Humanidade - YouTube](#)

QUARESMA, Tania (2016). *Catadores de Histórias*. Brasil: Caminho do Meio Criações Audiovisuais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-GFgVpDs8oo>

## **Apêndice – Relação das 37 lives realizadas pelo MNCR no período de 26/05/2020 a 11/05/2021**

### **Relação das LIVES do MNCR (Canais YOUTUBE E FACEBOOK)**

Período analisado - de 26/05/2020 a 11/05/2021 = TOTAL 37 Lives

Foram 116 falas realizadas por 66 catadores (38 mulheres e 25 homens) e 20 parceiros\* + coordenadores – Total de horas: 62 horas e 39 minutos

Organização técnica: Davi Amorim - Setor de comunicação do MNCR/ Realização MNCR

**Profissionais e ONGs que apoiam MNCR      Levantamento realizado entre os dias 17 e 24/05/2021**

	Data -Tema Visualização Youtube+ Facebook – Duração/Coordenação/Site	Participantes	Foto	Briefing da lives (chamada para as lives)
1	12/05 – Catadores Organizados 513 visualizações (43 min) Coordenada: Davi Amorim – MNCR/SP (13) Facebook (transmissão só pelo facebook)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Roberto Rocha – ANCAT</li> <li>- Valquíria Candido – Comitê/SP</li> <li>- Maria – Comitê/SP</li> <li>- Nelton Cesar – Comitê/SP</li> <li>- Cleiton – Comitê/SP</li> </ul>		Representantes do comitê da cidade de São Paulo. Discutir o papel dos comitês na cidade de São Paulo. Qual a importância do comitê.
2	26/05 – Solidariedade e resistência frente a Pandemia 172 + 2500 = 2672 visualizações (1:52) Coordenada: Alex Cardoso MNCR/RS (277) <a href="#">LIVE: Solidariedade e resistência frente a Pandemia</a> - YouTube	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Roselaine Neguinha, da coordenação do MNCR no Paraná e</li> <li>- Irineide Lima, da coordenação do MNCR no Amazonas, além de</li> <li>- Roberto Laureano da Rocha, presidente da ANCAT.</li> </ul>		Catadoras e Catadores ligados ao MNCR compartilham suas experiências de ações de solidariedade e defesa dos direitos da categoria atingida pela pandemia do coronavírus.
3	02/06 - Saúde do Catador(a) e direito ao trabalho - 193 + 1,5 mil = 1693 visualizações (1:34) Coordenada: Alex Cardoso MNCR/RS. (257) <a href="#">LIVE: Saúde do Catador(a) e direito ao trabalho</a> - YouTube	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Verônica Souza, da coordenação do MNCR no Paraná</li> <li>- professor Francisco de Paula Antunes Lima - Doutorado em Ergonomia e Especialista em Segurança do trabalho pela UFMG e da coordenação do Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária (ORIS).</li> </ul>		MNCR debaterá a segurança e cuidados com a saúde das catadoras e catadores diante da pandemia de coronavírus, além da luta pela manutenção do trabalho e conquista de direitos presentes na legislação frente aos riscos de avanço em projetos de destruição dos materiais recicláveis.

4	<p>09/06 - Mulheres na resistência construindo a economia solidária – 171 +1,3 mil = 1493 visualizações (1:48)          Coordenada: Claudete Costa – MNCR/RJ.  <a href="#">(277) LIVE: Mulheres na resistência construindo a economia solidária - YouTube</a></p>	<p>- Atiliana Vicente Brunetto, Setor de gênero do MST.          - Fátima Torres, Presidente da Unicafes - Rio Grande do Norte.          - Anne Sena, Presidente da Unisol no Estado da Bahia.          - Aline Sousa da Silva, representante do MNCR no Distrito Federal e Secretaria Geral da Unicopas.</p>		<p>Mulheres das centrais ligadas a UNICOPAS, debaterão na terça-feira os desafios das trabalhadoras da economia solidária frente a pandemia e suas estratégias de desenvolvimento econômico e organização dos empreendimentos.</p>
5	<p>16/06 - Luta nos territórios e defesa dos direitos – 116 + 1,3 mil = 1416 visualizações (1:55)          Coordenada: Alex Cardoso MNCR/RS.  <a href="#">(277) lives_mncr_Luta nos territórios e defesa dos direitos - YouTube</a></p>	<p>- Cicero Souza, catador e representante do MNCR no Estado do Ceará.          - Vânia Gomes, catadora e representante do MNCR no Estado de Alagoas.          - Maria Mônica da Silva, catadora e representante Estadual do MNCR em São Paulo.          - Talita Calistrato Moreno, catadora e representante da Coopresc de S. Caetano do Sul.</p>		<p>MNCR compartilha em sua Live semanal diferentes experiências de luta territorial no Brasil e os desafios de para manter a categoria organizada em momentos de crise.</p>
6	<p><b>23/06 - Deus recicla, o diabo incinera</b>          204 + 2 mil = 2204 visualizações (1:50)          Coordenada: Roselaine Mendes Ferreira (Neginha).  <a href="#">(277) LIVE: Deus recicla, o diabo incinera - YouTube</a></p>	<p>- Gilberto Chagas Warley, catador e representante do MNCR no Estado de Minas Gerais.          - Ronei Alves, catador e ex-conselheiro do CONAMA, do MNCR no Distrito Federal.          - Elizabeth Grimberg, socióloga do Instituto Polis e copromotora da Aliança Resíduo Zero Brasil.</p>		<p>Diante do avanço da destruição do meio ambiente como política institucionalizada, o MNCR debate em sua Live semanal sua perspectiva de luta contra a incineração de lixo e mobilização da sociedade para essa problemática que ameaça da cadeia produtiva da reciclagem e a inclusão sociais da categoria.</p>

7	<p>30/06 - Pagamento por serviços e valorização do trabalho 103 + 1 mil = 1103 visualizações (1:27) Coordenada: Alex Cardoso MNCR/RS. <a href="#">(250) LIVE: Pagamento por serviços e valorização do trabalho</a> - YouTube</p>	<p>- Cláudia Silva, catadora e da Coordenação Estadual do MNCR no Estado de São Paulo. - Madalena Duarte Lima, catadora e representante do MNCR no Estado de Minas Gerais.</p>		<p>A Lei 12.305/10 permite a contratação das organizações de Catadores para realizar os serviços de coleta seletiva nos municípios e a Lei 11.445/07 desburocratiza o processo, dispensando as prefeituras de processo licitatório. Contudo, são poucos os municípios que contratam e pagam com justiça o trabalho essencial das cooperativas e associações de Catadores. Na próxima Live semanal do MNCR debateremos os desafios para o real cumprimento das leis nacionais e as estratégias de luta para efetivar esses direitos.</p>
8	<p>07/07 - Catadores e a luta LGBTQI+ 78 + 590 = 668 visualizações (1:50) Coordenada: Roselaine Mendes Ferreira (Neguinha). <a href="#">(277) LIVE: Catadores e a luta LGBTQI+</a> - YouTube</p>	<p>- Katia Santos, catadora e da Cooperativa Anjos da Limpeza, de Aparecida do Norte, SP. - Iago Rodrigues, catador e ex-associado da Ascapel e da juventude do MNCR-MG. - Viviane Conceição de Souza, diretora na Cooperativa Cooperluz, de São Bernardo do Campo, e da Rede Coopcent ABC.</p>		<p>Organizações de Catadores em todo o Brasil são espaços de acolhimento e desenvolvimento que proporcionam segurança e oportunidade. Nessa terça-feira, a Live semanal do MNCR debaterá a luta de catadoras e catadores na causa LGBTQI+ e os desafios que enfrentam em seu dia a dia.</p>
9	<p>14/07 - Catadores e a solidariedade de classe 121 + 991 = 1112 visualizações (1:32) Coordenada: Alex Cardoso MNCR/RS. <a href="#">(277) LIVE: Catadores e a solidariedade de classe</a> - YouTube</p>	<p>- Eduardo Ferreira de Paula, catador e representante da Comissão Nacional do MNCR pelo Estado de São Paulo. - Jeane dos Santos, catadora e representante da Comissão Nacional do MNCR pelo Estado da Bahia. - Maria do Carmo Cantilho, catadora e representa da Comissão Nacional do MNCR pelo Estado do Espírito Santo.</p>		<p>O MNCR segue se organizando em todo o Brasil para que amenizar os impactos da crise sanitária que passamos no mundo e a ferramenta mais eficiente tem sido os laços de solidariedade que unem a categoria e a sociedade. Por essa razão a mobilização social feita por décadas pelo movimento organizado faz toda diferença. Para conversar sobre esse assunto, o MNCR reunirá na próxima Live de terça-feira Catadoras e Catadores para compartilhar suas experiências.</p>
10	<p><b>21/07 - Catadores e prestação de serviços</b> - 181 + 2,2 mil = 2381 visualizações (1:45) Coordenada: Roberto Laureano da Rocha – Presidente ANCAT. <a href="#">(277) LIVE: Catadores e prestação de serviços</a> - YouTube</p>	<p>- Tereza Montenegro, catadora e presidente da Cooper Viva-bem, da cidade de São Paulo - Anderson Nassif, catador e fundador da Cooperlul de Orlandia, interior de São Paulo - Luciano Menezes, catador e membro da Rede Cata Poa, de Porto Alegre – RS.</p>		<p>O MNCR tem o compromisso com o avanço produtivo e formação profissional de suas bases, garantindo autonomia verdadeira emancipação econômica das catadoras e catadores de materiais recicláveis, orientação que buscar superar a lógica do assistencialismo. Nesse sentido, a próxima Live do MNCR na terça-feira debaterá as oportunidades de prestação de serviços e o pagamento junto como forma de reconhecimento profissional.</p>

11	<p>28/07 - Catadores e desenvolvimento no norte e nordeste – 187 + 489 = 676 visualizações (1:55)          Coordenada: Roselaine Mendes Ferreira (Neguinha).  <a href="#">(277) LIVE: Catadores e desenvolvimento no norte e nordeste - YouTube</a></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adriano dos Santos, catador e representante do MNCR no Estado de Sergipe.</li> <li>- Maria Trindade Santana, catadora e representante do MNCR no Estado do Pará.</li> <li>- Toni Industrial, catador e representante do MNCR no Estado de Rondônia</li> <li>- Maria Edileusa Soares, catadora e representante do MNCR no Estado de Tocantins.</li> </ul>		<p>O MNCR é um movimento verdadeiramente nacional e articula lutas em diferentes realidades que abrangem nossa país com dimensões continentais. As desigualdades regionais e a necessidade de desenvolver uma cadeia produtiva justa em todo o território nacional é uma das metas de nosso projeto político. Para debater esse tema, a próxima Live de terça-feira convida catadoras e catadores lideranças de diferentes Estados do norte e nordeste do Brasil.</p>
12	<p>04/08 - 10 anos da PNRS: Catadores e fechamento de lixões - 158 + 831 = 989 visualizações (1:33)          Coordenada: Alex Cardoso MNCR/RS.  <a href="#">(277) LIVE: 10 anos da PNRS: Catadores e fechamento de lixões - YouTube</a></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Socorro Martins, catadora de rua e ex-trabalhadora do lixão do Aurá em Ananindeua no Pará.</li> <li>- Maria Tugira Cardoso, catadora de Uruguaiana, representante do MNCR no Rio Grande do Sul.</li> </ul>		<p>Nesse mês de agosto vão fazer 10 anos da aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS Lei 12.305) que se tornou um marco para as políticas públicas ambientais e é referência mundial no tema de gestão de resíduos e inclusão social, servindo de inspiração para a legislação em diversos países. No entanto, passados tantos anos muita coisa ainda precisa ser feita para que a lei funcione verdadeiramente beneficiando os aspectos sociais e ambientais. Para lembrar de tudo isso o MNCR convida para que todos e todas acompanhem as Lives do mês, sempre às terças-feiras, para refletirmos e pensarmos o futuro da PNRS. Na próxima terça-feira o tema é fechamento de lixões.</p>
13	<p>11/08 - 10 anos da PNRS: Legislação e inclusão produtiva – 118 +813 = 931 visualizações (1:55)          Coordenada: Claudete Costa – MNCR/RJ.  <a href="#">(277) LIVE: 10 anos da PNRS: Legislação e inclusão produtiva - YouTube</a></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Margaret Matos de Carvalho, Procuradora Chefe do Ministério Público do Trabalho no Paraná.</li> <li>- Paulo Fernando Esteves de Alvarenga II, do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.</li> <li>- Cláudio dos Santos, do Grupo de Trabalho de Catadores da Defensoria Pública da União.</li> </ul>		<p>São 10 anos da Lei 12.305 e para colocá-la em prática a atuação de promotores, procuradores e defensores públicos têm sido essencial para a inclusão produtiva das catadoras e catadores de materiais recicláveis. Em nossa próxima Live, terça-feira, receberemos autoridades com anos de experiência nesse assunto.</p>

14	<p>18/08 - 10 anos da PNRS: conjuntura de norte a sul BR – 80 + 945 = 1025 visualizações (1:56)          Coordenada: Davi Amorim – MNCR/SP.  <a href="#">(277) LIVE: 10 anos da PNRS: conjuntura de norte a sul BR - YouTube</a></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Valquíria Barros – catadora e representante do MNCR no Mato Grosso.</li> <li>- Dorival dos Santos – catador e representante do MNCR em Santa Catarina.</li> <li>- Maria José Castro – catadora e representante do MNCR no Maranhão.</li> </ul>		<p>Foram 21 anos de tramitação no Congresso Nacional e são mais 10 anos de luta para sua implementação. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) é retrato fiel da dificuldade brasileira quanto ao respeito ao meio ambiente e lentidão no desenvolvimento. Na próxima terça-feira, a live do MNCR volta a debater os desafios e avanços para tirar a lei 12.305/10 do papel e concretizar seu objetivo de desenvolvimento sustentável.</p>
16	<p>01/09 - Catadores e seus conhecimentos - da catação à graduação – 196+ 458 = 654 visualizações (1:55)          Coordenada: Roberto Laureano da Rocha – Presidente ANCAT.  <a href="#">(277) LIVE: Catadores e seus conhecimentos - da catação à graduação - YouTube</a></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Suellen Ramos – catadora e representante do MNCR no Amazonas.</li> <li>- Alex Cardoso – catador e representante do MNCR no Rio Grande do Sul.</li> <li>- Carlos Alencastro Cavalcante – MNCR - Paraná.</li> </ul>		<p>Na luta pela emancipação da categoria e autogestão de seus empreendimentos, os militantes do MNCR têm se deparado com os desafios de transferir os conhecimentos da vida para a linguagem técnica e aprofundar o conhecimento em diversas áreas que abrangem o universo da catação. As catadoras e catadores têm ocupado os espaços na universidade e estão provando que não há limite para quem sonha. Na próxima Live do MNCR de terça-feira iremos conversar com companheiros e companheiras universitários para compartilhar suas experiências.</p>
17	<p>08/09 - Reciclagem Popular e conjuntura regional – 139 + 1,3 mil = 1439 visualizações (1:45)          Coordenada: Claudete Costa – MNCR/RJ.  <a href="#">(277) LIVE: Reciclagem Popular e conjuntura regional - YouTube</a></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- José Iramar Souza – catador e representante do MNCR no Estado de Goiás.</li> <li>- Egrinalda dos Santos – catadora e representante do MNCR no Estado da Paraíba.</li> <li>- Daniel Obelar – catador e da cooperativa Coopermaras de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.</li> </ul>		<p>As Lives do MNCR vêm trazendo convidados que tem compartilhado experiências de organização e superação em todas as partes do país, fortalecendo seu projeto nacional e reforçando seu compromisso com o desenvolvimento da categoria de norte a sul do Brasil. Esse projeto produtivo de emancipação leva o nome de Reciclagem Popular e visa a distribuição da riqueza, do poder e dos conhecimentos gerados a partir dos resíduos. Na próxima Live do MNCR de terça-feira iremos conversar com companheiros e companheiras comprometidos com essa bandeira.</p>

18	<p>15/09 - Juventude do MNCR - 157+ 949 = 1106 visualizações (1:49)          Coordenada: Alex Cardoso MNCR/RS.  <a href="#">(277) LIVE: Juventude do MNCR</a>  <a href="#">- YouTube</a></p>	<p>- Jennifer Fernandes – catadora de Minas Gerais e militante da juventude do MNCR e Unicatadores.          - Celso Matias – catador de São Paulo e militante da juventude do MNCR e Unicatadores.          - Lidiane Jaques – catadora do Rio Grande do Sul e militante da juventude do MNCR.</p>		<p>Há 19 anos, no Congresso de fundação do MNCR, 109 crianças estiveram reunidas em Brasília e debateram e formularam a “Carta da Infância Recicladora” que propunha uma série de ações para melhoria de suas vidas e de seus pais. Hoje esses jovens acumulam conquistas e se destacam na Juventude do MNCR. Para contar um pouca dessa história vamos conversar na próxima terça-feira na Live do MNCR com alguns jovens filhos e filhas de catadores empenhados na luta.</p>
19	<p>22/09 - Período de lutas e avanços – 82 + 826 = 908 visualizações (1:27)          Coordenada: Roselaine Mendes Ferreira (Neguinha).  <a href="#">(277) LIVE: Período de lutas e avanços</a>  <a href="#">- YouTube</a></p>	<p>- Neli Medeiros, catadora e representante da Coordenação Estadual do MNCR em Minas Gerais.          - Valquíria Cândido, catadora e representante da Coordenação Estadual do MNCR em São Paulo.          - Bibi Aiedo e Paula Aiedo, catadoras e do grupo É as Gurias da Reciclagem de Porto Alegre – RS.</p>		<p>Em período de retrocessos e adversidades é preciso olhar para as pequenas vitórias como inspiração para seguir lutando para aprofundar conquistas efetivas. Na próxima live do MNCR vamos analisar algumas experiências de luta e conquistas no período e pensar desafios futuros.</p>
20	<p>29/09 - Participação popular e o Planares – - 75 + 619 = 694 visualizações (1:12)          Coordenada: Davi Amorim – MNCR/SP.  <a href="#">(277) LIVE: Participação popular e o Planares</a>  <a href="#">- YouTube</a></p>	<p>- Lívia Cristine Dutra Ferreira - pesquisadora do (ORIS) Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária e especialização em Gestão Ambiental.          - Fagner Jandrey – catador e militante do MNCR no Rio Grande do Sul - Representante da ABES (Ass. Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental).</p>		<p>O Ministério do Meio Ambiente colocou em consulta pública pela internet a reformulação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos previsto na lei 12.305/2010. No entanto, o Governo Federal não tem cumprido a lei em relação a participação da sociedade na formulação do Plano em diversas etapas, como conselhos, audiência públicas, entre outros mecanismos de controle social.</p>

21	<p>06/10 - Organização interna das bases de Catadores –118 + 730 = 849 visualizações (1:52)          Coordenada: Alex Cardoso MNCR/RS.  <a href="#">(277) LIVE: Organização interna das bases de Catadores - YouTube</a></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Rejane Paredes, Contadora de associações e cooperativas de catadores. Apoio técnico do Instituto Lixo e Cidadania, MNCR-PR e MNPR-PR.</li> <li>- Maria do Rosário Carneiro, advogada popular e mestra em Novos Direitos, Novos Sujeitos. Advocacia em Terceiro Setor, OSCs, associativismo e cooperativismo.</li> <li>- Érica Heloísa, catadora, fundadora da Cooperarpe de cidade de Presidente Epitácio e membro da coordenação Estadual do MNCR – SP.</li> </ul>		<p>Para as organizações de catadoras e catadores avançarem coletivamente na qualidade de vida e acessar as políticas públicas existentes de inclusão produtiva, têm sido necessário grande capacidade em lidar com as exigências burocráticas, fiscais e de segurança, que são excessivas no Brasil. Para conversar sobre os desafios de organização interna das bases a próxima live de terça-feira receberam convidadas para debater o tema. As Lives do mês de outubro também estarão engajadas no Outubro Rosa que chama atenção da sociedade sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama e o câncer de colo do útero.</p>
22	<p>13/10 - Saúde das mulheres Catadoras –37 + 292 = 329 visualizações (1:09)          Coordenada: Jennefer Thais Fernandes – Juventude MNCR/MG.  <a href="#">(277) LIVE: Saúde das mulheres Catadoras - YouTube</a></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aline Souza, catadora e representante do MNCR no Distrito Federal e na Unicopas.</li> <li>- Roseane Maria Garcia Lopes de Souza, engenheira sanitária e especialista em saúde coletiva, representante da ABES-SP.</li> </ul>		<p>As Lives do MNCR nesse mês estarão engajadas na campanha Outubro Rosa, uma campanha internacional de conscientização, que chama atenção da sociedade sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de mama e o câncer de colo do útero. Para conversar sobre a saúde das mulheres Catadoras.</p>
23	<p>20/10 - Educação ambiental e Catadores – 96 + 570 = 666 visualizações (1:56)          Coordenada: Davi Amorim – MNCR/SP.  <a href="#">(277) LIVE: Educação ambiental e Catadores - YouTube</a></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Madalena Duarte, catadora e representante do MNCR em Minas Gerais.</li> <li>- Leandro Trindade, catador, ator, palhaço e artista plástico de Minas Gerais</li> <li>- Helena Francisco da Silva, catadora e representante da Coordenação Estadual do MNCR SP.</li> </ul>		<p>A educação ambiental é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e parte importante dos serviços realizados pelas cooperativas e associações em todo o Brasil. No entanto, é mais um trabalho pouco valorizado e não pago aos catadores e catadoras de materiais recicláveis.</p>
24	<p>27/10 - Mulheres, reciclagem e cooperativismo – 64 + 547 = 611 visualizações (1:35)          Coordenada: Jeane dos Santos - MNCR/BA.  <a href="#">(277) lives mncr Mulheres, reciclagem e cooperativismo - YouTube</a></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Socorro Soares, catadora e representante do MNCR em Sergipe.</li> <li>- Marisa Wilherm, catadora e representante do MNCR em Santa Catarina.</li> <li>- Roberta Pessoa, catadora e representante do MNCR em Pernambuco.</li> </ul>		<p>Cerca de 70% da categoria de Catadores organizados em cooperativas e associações é composta de mulheres. Elas são a força motriz da reciclagem no Brasil e grandes dirigentes da base econômica e social do MNCR. Para fechar o mês do Outubro Rosa, de conscientização da saúde das mulheres.</p>

25	<p>03/11 - Economia solidária e Catadores – 99 + 293 = 392 visualizações (1:55)          Coordenada: Jennefer Thais Fernandes – Juventude MNCR/MG.  <a href="#">(277) LIVE: Economia solidária e Catadores - YouTube</a></p>	<p>- Douglas Filgueiras, educador social da Avesol do Rio Grande do Sul.          - Mayara Fujitani, designer e educadora social do Núcleo de Economia Solidária da USP.          - Maria do Carmo Felipe (Ducarmo) – MNCR Espírito Santo.</p>		<p>Economia solidária é definida como o "conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição e consumo – organizadas em autogestão." Compreende uma variedade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, grupos de consumo, etc.</p>
26	<p>10/11 - Saúde masculina e Catadores - 18 + 517 = 535 visualizações (1:38)          Coordenada: Alex Cardoso MNCR/RS.  <a href="#">(277) LIVE: Saúde masculina e Catadores - YouTube</a></p>	<p>- Edson Jesus, catador da cooperativa Recicop de Salvador na Bahia.          - Eduardo Ferreira de Paula, catador e representante do MNCR em São Paulo          - Custódio Chaves, catador e membro do MNCR no Rio de Janeiro.</p>		<p>Novembro Azul é uma campanha de conscientização voltada aos homens para conscientização a respeito de doenças masculinas, com ênfase na prevenção e no diagnóstico precoce do cancro de próstata. A saúde masculina é um tema muitas vezes negligenciado e deve ser cuidada pelos movimentos sociais com real interferência na realidade do povo.</p>
27	<p>17/11 - Catadores e Consciência Negra* - 70 + 371 visualizações = 441 (1:17)          Coordenada: Roselaine Mendes Ferreira (Neguinha).  <a href="#">(277) *LIVE: Catadores e Consciência Negra* - YouTube</a></p>	<p>- Claudete Costa, catadora e militante do MNCR no Rio de Janeiro.          - Dayane Cristina, catadora da juventude do MNCR em Minas Gerais.          Jennefer Thais, catadora da juventude do MNCR em Minas Gerais.</p>		<p>O Dia da Consciência Negra, dia 20 de novembro, faz referência à morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, situado entre os estados nordestinos de Alagoas e Pernambuco. Considerado símbolo da luta pela liberdade e valorização do povo negro, Zumbi foi morto em 1695, na referida data, por bandeirantes. A maioria absoluta da categoria de Catadores é negra e enfrenta dia a dia reflexos de séculos de escravidão e racismo.</p>
28	<p>24/11 - Conjuntura política e Consciência Negra - 43 + 841 = 884 visualizações (1:25)          Coordenada: Jennefer Thais Fernandes – Juventude MNCR/MG.  <a href="#">(277) LIVE: Conjuntura política e Consciência Negra - YouTube</a></p>	<p>- Luiz Henrique da Silva, catador da Uicatadores e da Equipe de Articulação Nacional do MNCR – MG.          - Roselaine Neguinha, catadora e representante do MNCR no Paraná.          - Vânia Flor de Lins Gomes, catadora e representante do MNCR em Alagoas.</p>		<p>Eleições, desemprego, inflação em alta e descontinuidade de políticas públicas. O que o futuro nos reserva e qual o melhor caminho a seguir? A análise da conjuntura política nos permite compreender a realidade e planejar as melhores ações táticas que conduzam aos objetivos de melhor qualidade de vida para o conjunto da categoria de catadoras e catadores. No contexto do novembro da consciência negra, a próxima live de terça-feira convida importantes militantes do MNCR para conversar sobre conjuntura política.</p>

29	<p>08/12 - Especial de final de ano – 59 + 58 = 117 visualizações (1:09)          Coordenada: Alex Cardoso MNCR/RS.  <a href="#">(277) LIVE: Especial de final de ano</a>  <a href="#">- YouTube</a></p>	<p>- Jennefer Thais – MNCR/MG.          - Alex Cardoso – MNCR/SP.</p>		
<b>2021</b>				
30	<p>26/01/21 - Projeto Cata Saúde Viraliza – 316 + 677 = 993 visualizações (1:28)          Coordenada: Jennefer Thais Fernandes – Juventude MNCR/MG.  <a href="#">(277) LIVE: Projeto Cata Saúde Viraliza</a>  <a href="#">- YouTube</a></p>	<p>- Madalena Duarte Lima, catadora e representante do MNCR em Minas Gerais.          - Sonia Dias, especialista em resíduos sólidos da Wiego - Mulheres no Trabalho Informal Globalizando e Organizando.          - Carlos Antonio dos Reis, catador autônomo do Pimp My Carroça.</p>		<p>As lives do MNCR voltam com toda força em 2021, em novo horário, às 19h. A cada 15 dias novos temas e importantes convidados/as continuarão compartilhando conhecimento e fortalecendo nossa luta. Na próxima terça-feira, conversaremos sobre o projeto Cata Saúde Viraliza que busca formar catadoras e catadores organizados ou que trabalham individualmente para os desafios de segurança do trabalho em tempos de pandemia.</p>
31	<p>09/02 - Fortalecendo o Movimento — 131 + 1106 = 1237 visualizações (1:43)          Coordenada: Davi Amorim – MNCR/SP  <a href="#">(277) LIVE: Fortalecendo o Movimento</a>  <a href="#">- YouTube</a></p>	<p>- Lucía Fernandez, consultora internacional da área de Catadores da Wiego (Mulheres no Trabalho Informal Globalizando e Organizando).          - Claudete Costa, catadora e representante do MNCR no Estado do Rio de Janeiro.          - Alex Cardoso, catador e coordenador do projeto Fortalecimento do MNCR pela ANCAT.</p>		<p>Em meio a uma crise política e sanitária, a mobilização dos movimentos sociais no Brasil tem sido essencial para atenuar seus efeitos sobre a parcela da população mais pobre. A pressão popular é motor de avanço mesmo em momentos de autoritarismo como o que vivemos. Para conversar sobre iniciativas e inovações para fortalecimento da luta do MNCR no Brasil.</p>

32	<p>23/02 - Resíduo Zero e Geração de Trabalho Pós-Pandemia 141 + 451 = 592 visualizações (1:16)          Coordenada: Jennefer Thais Fernandes – Juventude MNCR/MG.  <a href="#">(277) Live: Resíduo Zero e Geração de Trabalho Pós-Pandemia - YouTube</a></p>	<p>- Felipe Torres, GAIA Natural da Colômbia, assessor de plásticos para GAIA e Break Free From Plastic na América Latina. Doutorando em Sustentabilidade pela USP e membro da ARZB;          - Eduardo Ferreira de Paula, MNCR-SP Catador associado a Coopamare, na cidade de São Paulo, representante do MNCR no Estado de São Paulo;          - Valquíria Cândido, MNCR-SP Catadora associada a Cooperpac, na cidade de São Paulo, representante do Comitê de Catadores da Cidade de São Paulo/MNCR.</p>		<p>Se a cidade de São Paulo recuperasse 80% do material reciclável e orgânico ao invés de aterrá-lo, seria possível criar mais de 36.700 novos empregos. Essa é a conclusão do novo estudo da GAIA (Aliança por Alternativas à Incineração), que analisou a geração de resíduos em diversas capitais do mundo.</p>
33	<p>09/03 - Dia Internacional da Mulher– 78 + 654 = 732 visualizações (1:48)          Coordenada: Jennefer Thais Fernandes – Juventude MNCR/MG.  <a href="#">(277) LIVE: Dia Internacional da Mulher - YouTube</a></p>	<p>- Jeane dos Santos, catadora e representante do MNCR na Bahia          - Valquíria Barros, catadores e representante do MNCR no Mato Grosso          - Verônica Souza, catadora e representante do MNCR no Paraná</p>		<p>Dia 08 de março é um marco interacional de luta das mulheres trabalhadoras e trás a reflexão sobre os desafios ainda a serem atingidos para a emancipação e garantia de direitos em nossa sociedade marcada pelo machismo, violência e desigualdade social e racial. Para celebrar e refletir sobre o dia das mulheres, a Live do MNCR.</p>
34	<p>30/03 - Essencialidade e vacinação dos Catadores - 12 + 806 = 818 visualizações (1:41)          Coordenada: Davi Amorim – MNCR/SP  <a href="#">(277) LIVE MNCR - Essencialidade e vacinação dos Catadores - YouTube</a></p>	<p>- Catador e presidente da ANCAT, Roberto Laureano da Rocha.          - Ana Paula Medeiros de Lima, catadora e secretária do Fórum de Catadores de Porto Alegre.          - Joílson Santana, catador e integrante da ONG Centro de Arte e Meio Ambiente – CAMA da Bahia.</p>		<p>No dia 30 de março, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) promoveram um debate sobre a essencialidade do trabalho das catadoras e catadores durante a pandemia e a reivindicação da categoria pela vacinação.</p>

<p><b>35</b></p>	<p>13/04 - Despejos e violação de direitos humanos na pandemia — 197 + 335 = 532 visualizações (1:24)          Coordenada: Jennefer Thais Fernandes – Juventude MNCR/MG  <a href="#">(277) LIVE: Despejos e violação de direitos humanos na pandemia - YouTube</a></p>	<p>- Egrinalda Santos, catadora e representante do MNCR na Paraíba          - Ivania Souza Santos, catadora e liderança da Ocupação do CCBB – DF          - Claudio dos Santos, Defensor Público do GT Nacional de Catadores da DPU</p>		<p>Governos em diversas partes do país têm violado os direitos de acesso a moradia e ao trabalho mesmo no período mais crítico da pandemia de Covid-19 que todos os dias leva milhares de vidas. As ações truculentas, mal planejadas e, em muitos casos, ilegais têm atingido famílias de catadoras e catadores de materiais recicláveis, despertando indignação da sociedade.</p>
<p><b>36</b></p>	<p>27/04 - Previdência Especial para Catadores – 182 + 499 = 681 visualizações (1:33)          Coordenada: Jennefer Thais Fernandes – Juventude MNCR/MG  <a href="#">(277) lives mncr Previdência Especial para Catadores - YouTube</a></p>	<p>- Aline Souza, catadora e representante do MNCR no Distrito Federal          - Gilberto Warley Chagas, catador e representante do MNCR em Minas Gerais          - Erika Kokai, Deputada Federal e autora da PEC 309/2013</p>		<p>O MNCR vem lutando há muitos anos para que as catadoras e catadores de todo o Brasil tenham acesso a previdência social e possam se aposentar, no entanto, a legislação ainda não permite essa inclusão efetiva, pois as cooperativas e associações precisam pagar 20% da renda dos associados para o INSS, inviabilizando esse acesso quando o serviço não é pago pelo município e a renda é baixa.</p>
<p><b>37</b></p>	<p>11/05 - Literatura com As Carolinas – 74 + 450 = 524 visualizações (1:18)          Coordenada: Roselaine Mendes Ferreira (Neguinha)  <a href="#">(277) LIVE: Literatura com As Carolinas - YouTube</a></p>	<p>- Francisca Araújo, catadora e fundadora da cooperativa Reluz de São Bernardo do Campo - SP          - Maria da Penha Conceição, catadora e associada a Coopercata de Mauá - SP          - Viviane Souza, catadora e associada a Coopcent-ABC de Diadema - SP</p>		<p>Diversas catadoras de materiais recicláveis militantes do MNCR participaram de formações estudando os textos da escritora e catadora Coralina Maria de Jesus. Como resultado, um livro foi publicado com a participação de mais 180 mulheres com textos inspirados no legado de Carolina e contando suas histórias pessoais.</p>

